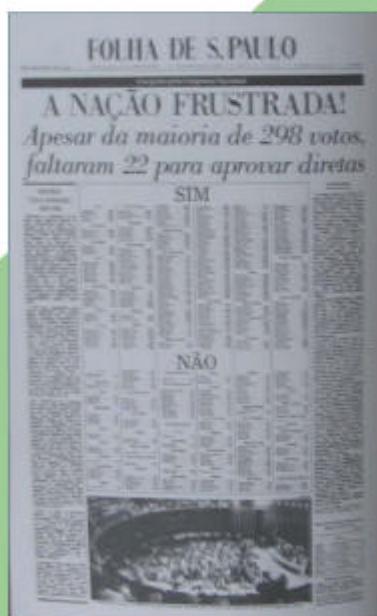


MARGARETE VIEIRA PEDRO



**O “MOVIMENTO DIRETAS JÁ”
PELA ÓTICA DE JANIO DE FREITAS
NA FOLHA DE S. PAULO**



Universidade Metodista de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
São Bernardo do Campo- SP, 2009

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

MARGARETE VIEIRA PEDRO

**O “MOVIMENTO DIRETAS JÁ”
PELA ÓTICA DE JANIO DE FREITAS NA *FOLHA DE S.PAULO***

São Bernardo do Campo – SP
2009
UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

MARGARETE VIEIRA PEDRO

**O “MOVIMENTO DIRETAS JÁ”
PELA ÓTICA DE JANIO DE FREITAS NA *FOLHA DE S.PAULO***

Tese apresentada em cumprimento parcial
às exigências do Programa em Comunicação
Social, da UMESP – Universidade Metodista de
São Paulo, para obtenção do grau de Doutor.
Orientadora: Profa. Dra. Graça Caldas

São Bernardo do Campo – SP
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

A tese “O “**MOVIMENTO DIRETAS JÁ**” PELA ÓTICA DE JANIO DE FREITAS NA FOLHA DE S.PAULO, elaborada por Margarete Vieira Pedro, foi defendida e aprovada em 7 de outubro de 2009, perante a banca examinadora composta por Profa Dra. Maria das Graças Conde Caldas, Profa Dra. Elizabeth M. Gonçalves, Prof. Dr. José Salvador Faro, Profa. Dra. Margarethe Børn, Prof. Dr. Carlos Eduardo Lins e Silva.

Assinatura do Orientador _____

Nome do Orientador: Profa. Dra. Maria das Graças Conde Caldas

São Bernardo do Campo, 30 de novembro de 2009

Coordenador do Programa de Pós-Graduação _____

Área de concentração: Processos Comunicacionais

Linha de Pesquisa: Processos de Comunicação Científica e Tecnológica

Para Beatriz, início de tudo.
Aos meus amores Júlio e Carol.
À generosidade de Janio de Freitas.

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe, Beatriz Vieira, por abrir os caminhos e mostrar a importância do conhecimento.

À minha orientadora e mestra, professora Graça Caldas, pela paciência, comprometimento, incentivo, além da mão amiga condutora de todo o processo.

À Universidade Metodista de São Paulo, minha escola desde a graduação em Jornalismo, pelo suporte e concessão da bolsa de doutorado.

À direção da Faculdade de Comunicação, à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social e aos professores do programa, pelo apoio.

Às professoras Cicília Peruzzo e Elizabeth Gonçalves pelo incentivo e contribuições durante a banca de qualificação.

Ao amigo José Reis, que produziu a capa desta tese.

Ao pessoal da Agência de Jornalismo, em especial a Márcia Braga e Jô Rabello.

À Luci Praun, amiga e irmã pelas conversas que ajudaram a dar suporte durante todo este período.

À minha filha, Carolina Vieira Veríssimo, amor incondicional, que fez a tradução do resumo para o inglês.

Ao companheiro de todas as horas nos últimos 28 anos, Júlio Veríssimo, por dar suporte aos meus dias, pela paciência e solidariedade em acompanhar-me neste trabalho, além de fazer a revisão de todo o texto da tese.

Por fim, agradeço a Janio de Freitas pela disponibilidade desde a primeira conversa em 2006. Janio acreditou neste trabalho e contribuiu generosamente para que ele se concretizasse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
A Construção do Objeto	15
1.1 – Problema de Pesquisa	15
1.2 – Problema	17
1.3 – Hipótese	18
1.4 – Objetivos	19
1.4.1 – Objetivo Geral	19
1.4.2 – Objetivos Específicos	19
1.5 – Estudos Culturais	20
1.6 – Metodologia	25
1.6.1 – Procedimentos	27
1.6.2 – Levantamento Bibliográfico	27
1.6.3 – Análise Documental	28
1.6.4 – Análise de Conteúdo	29
1.6.5 – Meios de Comunicação e Linguagem	37
1.6.5.1 – Análise dos Sentidos do Discurso	43
1.6.6 – Entrevista Semiestruturada	45
CAPÍTULO II	
Jornalista como Historiador do Cotidiano	49
2.1 – Nova História e a Recuperação do Fato na Imprensa	49
2.2 – Jornalismo e Poder: a Construção da Memória Coletiva	53
2.3 – Jornalismo Político e as Páginas de Opinião	59
2.3.1 – A Política nas Páginas dos Jornais	72
CAPÍTULO III	
Diretas Já: da Esperança à Decepção	78
3.1 – Frente Suprapartidária	85
3.2 – 1984 – O Povo na Rua	89
3.3 – A Derrota	100
CAPÍTULO IV	
A Folha e as “Diretas Já”	103
4.1 – Breve História da <i>Folha de S.Paulo</i>	103

4.2 – Modernização Gráfica e Editorial	112
4.3 – A <i>Folha</i> e a “Campanha Diretas Já”	115
4.4 – A Opinião na <i>Folha de S.Paulo</i> – os Projetos Editoriais	122
CAPÍTULO V	
Janio de Freitas: da Música ao Jornalismo	131
5.1 – Primeira Vocação	131
5.2 – Nasce o Jornalista, por Acaso	136
5.3 – Fim do Exílio dos Jornais: a Coluna na <i>Folha</i>	147
5.4 – Crônica Política: a Notícia Comentada	149
5.5 – Jornalismo, Jornalistas e Colunistas: uma Visão Crítica	157
5.6 – Independência e Caráter, Antes de Tudo	160
CAPÍTULO VI	
Janio de Freitas e as “Diretas Já”	162
6.1 – As Colunas de Janio	163
6.1.1 – Análise e Descrição do Mês de Janeiro	164
6.1.2 – Análise e Descrição do Mês de Fevereiro	195
6.1.3 – Análise e Descrição do Mês de Março	202
6.1.4 – Análise e Descrição do Mês de Abril	239
6.2 – Sentidos do Texto em Janio de Freitas	264
CONCLUSÕES	284
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	299
Anexo 1 – Crônica de Lourenço Diaféria	310
Anexo 2 – Primeira Coluna de Janio de Freitas na <i>Folha</i>	312
Anexo 3 – Projeto Editorial da <i>Folha</i> em 1981	314
Anexo 4 – Projeto Editorial da <i>Folha</i> em 1984	319
Anexo 5 – Editorial da <i>Folha</i> de 26 de Janeiro de 1984	325
Anexo 6 – Editorial da <i>Folha</i> de 26 de Abril de 1984	327
Anexo 7 – Editorial da <i>Folha</i> de 18 de Dezembro de 1983	329
Anexo 8 – Coluna de Janio de Freitas de 8 de Junho de 2003	331
Anexo 9 – Primeira Parte da Entrevista com Janio de Freitas em 2006	333
Anexo 10 – Entrevista para a Autora em 6 de Novembro de 2008 por e-mail	337
Anexo 11 – Trechos de Entrevista com Janio de Freitas em 2/4/2009	342

RESUMO

O presente trabalho verificou como o jornalismo pode ser parceiro e fonte para a história por meio da reprodução e análise dos fatos político-econômicos brasileiros nas páginas dos jornais impressos diários. Nessa perspectiva, as colunas escritas nos últimos 25 anos (1983-2009) por Janio de Freitas, no jornal *Folha de S.Paulo*, significam interpretação e análise dessa história. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa e está ancorada nos Estudos Culturais. O *corpus* desta pesquisa é composto de um recorte de 47 comentários sobre as “Diretas Já”, de janeiro até abril de 1984, período em que ocorreram as principais mobilizações da sociedade civil pela eleição direta para a Presidência da República e culminou com a votação e a rejeição da emenda Dante de Oliveira pelo Congresso Nacional. No desenvolvimento do trabalho foram utilizadas as ferramentas da Análise de Conteúdo a partir das categorias analíticas criadas – Personagens, Votação da Emenda Dante de Oliveira e “Movimento Diretas Já nas ruas”, para descrever o conteúdo textual das colunas. Para que se pudesse efetuar uma análise aprofundada do *corpus* da pesquisa foi utilizado o referencial teórico da ACD – Análise Crítica do Discurso em nove das 47 colunas selecionadas. O critério de escolha para essas colunas foi a identificação daquelas que no título já traziam uma referência explícita à “Campanha pelas Diretas Já”, “Às mobilizações nas ruas”, “A votação da emenda Dante de Oliveira”, “Ao processo de sucessão presidencial” ou as que tinham o seu conteúdo integral sobre um dos temas. Este estudo constata a hipótese de que o jornalista é um historiador do cotidiano e que é possível fazer uma leitura da história da “Campanha das Diretas Já” por meio das colunas de Janio de Freitas. Ao tecer em suas colunas o cenário da época, desnuda para a história e para os historiadores o xadrez político – personagens, acordos políticos, votação da emenda e a campanha nas ruas – que envolveu o processo. Dessa forma, a partir de suas lentes, oferece elementos para a construção da memória coletiva sobre esse período da história brasileira.

Palavras-chave: Comunicação, Jornalismo, História, Colunismo Político, Diretas Já, Janio de Freitas, *Folha de S.Paulo*.

RESUMEN

El presente trabajo verificó cómo el periodismo puede ser compañero y fuente para la historia por medio de la reproducción y análisis de los hechos político-económicos brasileños en las páginas de los diarios impresos. En esa perspectiva, las columnas escritas en los últimos 25 años (1983-2009) por Janio de Freitas, en el diario *Folha de S.Paulo*, significan interpretación y análisis de esa historia. Se trata, por lo tanto, de una investigación cualitativa y está anclada en los Estudios Culturales. El *corpus* de esta investigación es compuesto de un recorte de 47 comentarios sobre las elecciones denominadas “Diretas Já”, de enero hasta abril de 1984, período en el que ocurrieron las principales mobilizaciones de la sociedad civil por la elección directa para la Presidencia de la República y culminó con la votación y rechazo de la enmienda Dante de Oliveira por el Congreso Nacional. En el desarrollo del trabajo fueron utilizadas las herramientas del Análisis de Contenido a partir de las categorías analíticas creadas – Personajes, Votación de la Enmienda Dante de Oliveira y *Movimento Diretas Já en las calles*, para describir el contenido textual de las columnas. Para que se pudiera efectuar un análisis profundo del *corpus* de la investigación fue utilizado el referencial teórico de la ACD – Análisis Crítico del Discurso en nueve de las 47 columnas seleccionadas. El criterio de elección para esas columnas fue la identificación de aquellas que en el título ya traían una referencia explícita a la “Campanha pelas Diretas Já”, “A las mobilizaciones en las calles”, “La votación de la enmienda Dante de Oliveira”, “Al proceso de sucesión presidencial” o las que tenían su contenido integral sobre uno de los temas. Este estudio constata la hipótesis de que el periodista es un historiador del cotidiano y que es posible hacer una lectura de la historia de la “Campanha das Diretas Já” por medio de las columnas de Janio de Freitas. Al tejer en sus columnas el escenario de la época, desnuda para la historia y para los historiadores el ajedrez político – personajes, acuerdos políticos, votación de la enmienda y la campaña en las calles – que envolvió el proceso. De esa forma, a partir de sus lentes, ofrece elementos para la construcción de la memoria colectiva sobre ese período de la historia brasileña.

Palabras clave: Comunicación, Periodismo, Historia, Columnismo Político, *Diretas Já*, Columna Janio de Freitas, *Folha de S.Paulo*.

ABSTRACT

The present paper has verified how journalism can be both the partner and the source of history through the reproduction and analysis of political and economical facts of Brazil in the pages of the daily newspapers. In this perspective the columns written by Janio de Freitas in the last 25 years (1983-2009), in *Folha de S.Paulo*, represent an interpretation and analysis of this history. This is, therefore, a qualitative research and it is anchored to the Cultural Studies. The corpus of this research consists of a clipping of 47 commentaries about “Diretas Já”, from January to April 1984, period in which the largest mobilizations of the society for the direct election of the president took place, and culminated in the vote and rejection by Congress of the Dante de Oliveira amendment. In the development of this paper the tools of the Content Analysis were used, from the created analytical categories – Characters, Vote of the Dante de Oliveira amendment and “The Diretas Já movement on the streets”, to describe the textual content of the columns. So that a thorough analysis of the research corpus was possible, the CDA- Critical Discourse Analysis was used in nine of the 47 selected columns. The main criterion for the choice of these columns was the identification of those which already presented an explicit reference to “The campaign for Diretas Já”, “the mobilization on the streets”, “the vote of the Dante de Oliveira amendment” and to the “Process of presidential succession” in the title, or the ones which had their full content about one of the subjects. This study notices the hypothesis that the journalist is a historian of everyday life and that it is possible to do a reading of the history of the “Diretas Já campaign” through the columns of Janio de Freitas. By weaving together in his columns the scenery of that time, he reveals to history and to historians the political chess – characters, political agreements, vote of the amendment and the campaign on the streets – that involved the process. So, from his lenses, he offers elements to the construction of collective memory about this period of the Brazilian history.

Key-words: Communication, Journalism, History, Political columnist, Diretas Já, Janio de Freitas, *Folha de S.Paulo*.

INTRODUÇÃO

Vinte e cinco anos se passaram daquele 25 de abril de 1984, quando a emenda Dante de Oliveira foi rejeitada na Câmara dos Deputados. Faltaram 22 votos para os necessários 320 votos que trariam de volta naquele ano a possibilidade de a população brasileira eleger o presidente da República por voto direto. A decepção tomou conta dos milhares de brasileiros que se reuniram pelas praças e ruas do Brasil vestidos de amarelo e gritando: “Eu quero votar para presidente”.

A dor era maior que as grandes manchetes dos jornais. A *Folha de S.Paulo*, o maior esteio jornalístico da campanha das “Diretas Já”, estampou o sentimento do país: NAÇÃO FRUSTRADA, acompanhada da devida informação: “Apesar da maioria de 298 votos, faltaram 22 para aprovar as Diretas”.

A frustração foi, realmente, muito profunda. Algo como uma morte, irrecuperável, irrecorrível, impossível de substituir. [...] todos sabíamos que seria muito difícil reeditar aquela página maravilhosa da história (LEONELLI & OLIVEIRA, 2004, p. 601).



Fac símile da primeira página da *Folha* no dia 26 de janeiro de 1984

Nos dias 25 e 28 de novembro do ano passado, o Instituto Datafolha¹ fez uma pesquisa em 180 municípios, com um universo de 3.486 brasileiros. Apenas 35% dos pesquisados sabiam dizer o que foram as “Diretas Já”. E um total de 39% não soube responder o que foi o movimento. Mauro Paulino, diretor do Datafolha, afirmou em entrevista para a *Folha de S.Paulo*² que “o interessante é que o maior desconhecimento está entre os mais jovens, que hoje, poderíamos dizer, são os beneficiários das conquistas das ‘Diretas’, justamente o direito ao voto”.

A pesquisa mostra também que 70% dos entrevistados com faixa etária entre 35 e 44 anos afirmaram ter “ouvido falar” do movimento. E entre aqueles que têm entre 45 e 59 anos, 65% dizem que ouviram falar do movimento. Gerações essas que viveram o movimento das “Diretas Já”.

Falta de memória histórica? Ou o que sai da mídia acaba desaparecendo da memória popular? Durante os quatro meses (janeiro até abril de 1984) que antecederam a votação da emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril de 1984, a *Folha de S.Paulo* fez uma intensa cobertura sobre as mobilizações, foi o primeiro veículo de comunicação a se colocar editorialmente ao lado dos comícios que se espalhavam pelo país. Abriu também espaço na página 3 – “Tendências e Debates” – para os apoiadores do movimento explicitarem por meio de artigos a sua posição, além de ter articulistas relatando os bastidores da sucessão e da campanha. Entre eles Janio de Freitas, objeto de estudo deste trabalho, que resgatou em sua coluna a história imediata da “Campanha das Diretas”, da sucessão presidencial e dos personagens que compunham o cenário político do período.

O presente estudo faz uma análise desse momento histórico por meio da leitura das colunas de Janio de Freitas, de janeiro até 28 de abril de 1984, três dias depois de a “Emenda Dante de Oliveira” ser rejeitada na Câmara dos Deputados.

No primeiro capítulo desta tese, **“A Construção do Objeto”**, são descritos os caminhos percorridos ao longo da pesquisa: como foram desenvolvidos os procedimentos de seleção e tratamento das 47 colunas que compõem a pesquisa e, também, a opção metodológica empregada na análise do *corpus* deste trabalho.

No segundo capítulo, **“Jornalista como historiador do cotidiano”**, são contextualizadas as contribuições da “História Nova” para os estudos dos processos

¹ Pesquisa do Instituto Datafolha foi publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 25 de janeiro de 2009, no caderno Brasil, páginas 10, 12 e 13.

² Idem 1.

jornalísticos. Neste capítulo é feita uma reflexão sobre o papel do Jornalismo na construção da memória coletiva. Por fim, como os jornais impressos diários produzem uma leitura da realidade a partir da seleção dos temas políticos que serão abordados em suas páginas e com os quais os leitores vão-se deparar e formar a sua opinião.

O terceiro capítulo, **“Diretas Já: da esperança à decepção”**, traz um apanhado histórico do movimento “Diretas Já”, da entrega da emenda Dante de Oliveira à sua votação na Câmara dos Deputados.

O quarto capítulo, **“A Folha e as Diretas Já”**, recupera historicamente o jornal *Folha de S.Paulo*, os caminhos que o levaram a apoiar a “Campanha pelas Diretas Já”, as consequências desse apoio na linha editorial, por meio do “Projeto Editorial da *Folha* de 84”, e da consolidação do veículo como o de maior tiragem e circulação.

O quinto capítulo, **“Janio de Freitas: da música ao jornalismo”**, mostra a trajetória, de vida e profissional, do jornalista Janio de Freitas (Cunha) até a sua entrada no jornal *Folha de S.Paulo* e a produção da coluna no caderno de política. Além de mostrar a concepção de jornalismo do colunista.

O sexto capítulo, **“Janio de Freitas e as Diretas Já”**, faz a descrição e a análise do *corpus* desta pesquisa, as colunas de Janio de Freitas no período de janeiro até abril de 1984.

Finalizo o trabalho com as **“Conclusões”** em que retomo as hipóteses desenvolvidas inicialmente no trabalho e os objetivos definidos na tese.

CAPÍTULO I

A Construção do Objeto

1.1 – Problema de Pesquisa

Jornalismo faz história? Podemos afirmar que os jornais impressos diários são o espaço em que a história de um país se vê reproduzida diariamente. Intérpretes do cotidiano, os jornalistas fazem do imediato e do acontecimento o conteúdo para o seu ofício do dia-a-dia, quer seja nas reportagens, quer seja nos editoriais, quer seja nas colunas de análise dos fatos. Jornalistas e/ou historiadores do cotidiano?

Jean Lacouture (In LE GOFF, p. 223, 1988) afirma que, quando não se contenta com transformar-se em historiador, o sociólogo-repórter se transforma em história, se confunde com ela, menos observador do que motor, talvez. E cita ainda alguns exemplos: Edgar Morin publicando uma série de artigos no jornal *Le Monde*, ao se desenrolar o maio de 1968, ou Bob Woodward e Carl Bernstein, do *Washington Post*, que, ao investigarem a invasão da sede do Partido Democrata, contribuíram para a renúncia do presidente Richard Nixon, em 1974.

No Brasil, temos também vários exemplos que ficaram marcados pela participação direta da imprensa na história. Um deles é a campanha das “Diretas Já” (manifestação civil que encampou a proposta de emenda constitucional do então deputado federal Dante de Oliveira (PMDB), pelo restabelecimento do voto direto, mas que foi derrotada no Congresso em abril de 1984). Neste período, o jornal *Folha S.Paulo* teve um papel de destaque para a divulgação do movimento.

A decisão editorial da *Folha* a favor das “Diretas Já” tem início em 1983. Observava-se naquele momento, quase 20 anos após o início do golpe de 1964, que o governo militar estava agonizando. Havia um descontentamento crescente no país. As greves se multiplicavam – principalmente no ABC paulista. A oposição tinha saído fortalecida nas eleições do ano anterior – para deputados, senadores e governadores de Estado.

A *Folha* percebeu, naquele momento histórico, de inevitável transição democrática, que o apoio ao movimento para o retorno da democracia no país poderia não apenas trazer-lhe mais leitores, como consolidar a empresa jornalística como um dos principais veículos de comunicação do país na formação da opinião

pública. Este objetivo, na verdade, já vinha sendo traçado pela *Folha* desde 1981, quando elabora o primeiro Projeto Editorial, que substituiria os documentos internos feitos anteriormente. Por isso, toma para si a bandeira, primeiro das eleições diretas e, posteriormente, a partir de novembro de 1983, a da “Campanha pelas Diretas Já”.

Em 27 de março de 1983, a *Folha de S.Paulo* publica um editorial posicionando-se claramente a favor de eleições diretas para todos os cargos, inclusive para a Presidência da República. O editorial dizia: “O êxito da tese das eleições diretas será tão menos improvável quanto mais firme e abertamente ela seja sustentada pelos setores da opinião pública que lhe são favoráveis”.

A partir do momento que os comícios pelas “Diretas Já” ganham as ruas, passam a fazer parte da pauta diária do jornal, são incorporados à rotina de reportagens, nas colunas dos articulistas, e ganham destaque em diversas páginas da *Folha*.

Estratégia de *marketing* ou decisão política? O que fica claro é que o engajamento a um movimento da sociedade civil colaborou para transformar a *Folha* no jornal de maior circulação do país. E os articulistas, com o aval do jornal ou por decisão própria, trilharam o mesmo caminho. As colunas se abrem para a discussão da necessidade dos brasileiros poderem manifestar o desejo de mudanças que se consolidaria por meio do voto.

Mas, se o jornal utilizou a reportagem para registrar a história, foi por meio dos seus articulistas e no espaço aberto na página 3 – “Tendências e Debates” – que se deu a análise dos fatos (efeitos que a campanha pelas “Diretas” provocou). Com o debate crescente pelas “Diretas Já”, os articulistas em geral começam a refletir sobre aquele cenário de conflitos crescentes, que passam a redesenhar no país o término da ditadura e o retorno da democracia. O governo militar mostra sua fragilidade e não consegue mais esconder suas próprias entranhas. Exibe suas discordâncias internas sobre a agonia do regime instaurado pelo golpe de 1964.

No Brasil, o colunismo político aparece quase que simultaneamente à criação da imprensa. Mas é no final dos anos 1950 que a divisão entre informação e opinião passa a aparecer de forma mais clara na imprensa escrita. Esta pesquisa tem como objeto as colunas do jornalista Janio de Freitas, que começam a ser publicadas em 1983, no caderno Brasil (primeiro caderno), da *Folha de S.Paulo*, e continuam até hoje – 2009.

As colunas do Janio tornaram-se referência para entender a política e a economia brasileiras. Seguiram uma tradição que tem origem na “Coluna do Castelo”³, publicada por mais de 30 anos na página 2 do *Jornal do Brasil*.

O jornalista Janio de Freitas publicou notícias exclusivas que lhe renderam inúmeros prêmios, como o Esso (o mais importante prêmio do jornalismo brasileiro) e o Prêmio Internacional Rei de Espanha. Um de seus principais furos de reportagem foi divulgar a fraude na concorrência para a construção da ferrovia Norte-Sul, em maio de 1987.

Janio de Freitas mescla em seu espaço na *Folha de S.Paulo* reportagem, análise e opinião, referendadas nas principais questões político-econômicas que estejam em pauta ou fruto da sua investigação jornalística. Utiliza as páginas do jornal para registrar, numa perspectiva analítica, a história do cotidiano, tornando-se, ao mesmo tempo, sujeito e protagonista da própria história.

Mas o ano de 1984 ficou marcado nas colunas de Janio de Freitas quase que por um único tema: “Diretas Já”. Textos analítico-interpretativos sobre o “Movimento Diretas Já” e os seus protagonistas aparecem continuamente. Em um total de 224 colunas nesse ano, 169 (mais de 75%) se referiam ao movimento ou a aqueles que interferiram de forma efetiva no processo.

Se a *Folha de S.Paulo* abre espaço para a reportagem factual sobre este importante momento histórico, é Janio de Freitas, em sua coluna, que faz a análise acurada desses fatos. Examina e interpreta, de forma minuciosa, as articulações do poder que envolvem a manifestação de cada um dos protagonistas desse processo, desde a entrada no Congresso da Emenda Dante de Oliveira (1983) até a frustrada votação que rejeita o pleito direto, em 25 de abril de 1984.

1.2 – Problema

Que fatores conjunturais determinam e/ou possibilitam que as colunas de Janio de Freitas, no jornal *Folha de S.Paulo*, tornem-se fonte de pesquisa para a história político-econômica brasileira? E que imagens da realidade são construídas

³ A coluna era escrita diariamente pelo jornalista Carlos Castello Branco (1920-1993) e tinha como conteúdo a análise da movimentação política nacional.

para a formação do imaginário social por meio das colunas de Janio de Freitas sobre o movimento das “Diretas Já” e seus protagonistas?

1.3 – Hipótese

Esta pesquisa parte do pressuposto de que o jornalista é um historiador do cotidiano e que a forma como conduz o noticiário, as análises, determina a leitura futura da história presente pelos historiadores e pelo público em geral. Ao registrar e interpretar o acontecimento, o jornal transforma-se em fonte reconhecida de documentação histórica. A leitura do presente e do passado passa, necessariamente, pelas páginas dos jornais. O historiador contemporâneo recorre às páginas dos jornais para melhor compreender os diferentes momentos históricos. Atuando como um historiador do cotidiano, o jornalista amplia as lentes dos acontecimentos, bem como sua responsabilidade na construção do momento presente.

A leitura do “Movimento Diretas Já” pela ótica do colunista Janio de Freitas, no jornal *Folha de S.Paulo*, permite, portanto, ter elementos para tecer a memória coletiva sobre este período da história do país, memória esta que depende diretamente da postura do veículo e da ideologia do jornalista.

Obviamente, para a compreensão da história presente, não basta a leitura de um único veículo de comunicação, uma vez que, de acordo com seus interesses econômicos e políticos, assume posturas diversas. É necessário, portanto, a leitura do contraditório dos múltiplos veículos. Entretanto, nesta pesquisa, o foco está centrado nas colunas de Janio de Freitas.

Com base na hipótese central, algumas questões são levantadas para o desenvolvimento do trabalho:

1.3.1 – Qual o papel desempenhado pelos personagens que participaram do “Movimento Diretas Já” pela narrativa de Janio de Freitas?

1.3.2 – Como são retratados aqueles que se opõem ao processo sucessório de forma direta?

1.3.3 – Qual a postura de Janio de Freitas frente ao “Movimento Diretas Já” explicitada em suas colunas?

1.3.4 – De que forma as colunas de Janio de Freitas contribuem para a construção da memória coletiva sobre o “Movimento Diretas Já”?

1.3.5 – As colunas de Janio de Freitas podem ser consideradas documentos para reconstruir a história política do “Movimento Diretas Já”?

1.4 – Objetivos

A partir da elaboração da hipótese central foi possível traçar o objetivo geral deste trabalho e alguns específicos. São eles:

1.4 .1 – Objetivo Geral

Analisar o papel do jornalismo político na reconstrução da história do cotidiano, por meio das colunas de Janio de Freitas, publicadas no ano de 1984, durante a campanha “Diretas Já”, no jornal *Folha de S.Paulo*.

1.4. 2 – Objetivos Específicos

- Analisar o papel da *Folha de S.Paulo* no “Movimento Diretas Já”;
- Mapear, descrever e analisar o conteúdo das colunas de Janio de Freitas no jornal *Folha de S.Paulo* sobre o “Movimento Diretas Já”, no período de janeiro a abril de 1984;
- Traçar a trajetória do jornalista e colunista Janio de Freitas para entender a sua postura nas análises realizadas sobre as “Diretas Já”;
- Identificar o perfil dos personagens protagonistas da história presentes nas colunas de Janio de Freitas e verificar como se articulam no “Movimento das Diretas Já”;

- Entender o papel que os personagens protagonistas da história desempenharam nesse momento histórico, na perspectiva do colunista Janio de Freitas;
- Examinar a posição de Janio de Freitas em relação à campanha “Diretas Já” e aos diferentes protagonistas da história;
- Verificar se e de que forma as informações são contextualizadas e como levam o leitor à compreensão dos fatos e as relações de poder entre os diferentes personagens protagonistas da história;
- Analisar como se dá o processo de seleção do conteúdo, das fontes e dos personagens utilizados nas colunas face ao volume de informações;
- Reconstruir o xadrez político da história das “Diretas Já”, de janeiro a abril de 1984, pela ótica de Janio de Freitas;
- Refletir sobre o papel do jornalista como historiador do cotidiano e formador da opinião pública.
- Analisar o documento “A *Folha* depois da Campanha das Diretas” para verificar como o próprio veículo se coloca face à cobertura que realizou, observando se houve alguma mudança na postura editorial do veículo a partir deste fato, utilizando as colunas de Janio de Freitas.

1.5 – Estudos Culturais

Vários autores têm discutido os múltiplos sentidos da comunicação, seus discursos e as “teorias” que lhe dão vida. Thompson (1990), Mello (1992, 1994), De Fleur e Rokeach (1993), Wolf (1995), Mattelart (1999) e Charaudeau (1997 e 2006).

Para Wolf (1995, p. 120),

O estudo dos *mass media* deveria, pois, dizer respeito essencialmente ao seu papel de difusores das estruturas dominantes do poder e à sua capacidade de gerar um efeito de adaptação da audiência. Só a este nível macrosocial se pode captar o significado da comunicação de massa.

Já Thompson (1990, p. 288) define a comunicação de massa como:

A produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação [...] é um conjunto de fenômenos e processos que emergiram historicamente através do desenvolvimento das instituições que procuram explorar novas oportunidades de fixação e reprodução dessas formas [de produção simbólica].

Mas aqui entendemos comunicação de massa como um poderoso setor industrial (WOLF, 1995, p. 11), produtor de bens simbólicos, mediado por um profissional de comunicação e tendo como cenário um espaço de confronto político e de contradições, em que os meios de comunicação fazem a leitura da história baseada em critérios ideológicos e de poder que visam o consenso, mas que acabam por receber resistência e não apenas aceitação.

A partir do pressuposto acima, este trabalho ancorou-se nos Estudos Culturais (*Cultural Studies*), que surgem na metade da década de 1950 e se consolidam nos primeiros anos da década de 60, na Inglaterra. O seu pólo principal teve sede na Universidade de Birmingham, Inglaterra, quando em 1964 é fundado o *Centre of Contemporary Cultural Studies* (CCCS), com o objetivo de estudar “formas, práticas e instituições culturais e suas relações com a sociedade e a transformação social” (MATTELART, 1999, p. 105). Esse campo de estudos analisa as estruturas sociais e o contexto histórico para poder compreender a ação dos meios de comunicação de massa. As obras fundadoras do centro têm como seus autores: Richard Hoggart, primeiro diretor do centro de estudos, e Raymond Williams, além do historiador E. P. Thompson.

Por serem considerados pelos teóricos da área como interdisciplinares – “utiliza teoria social, economia, política, história, comunicação, teoria literária e cultural, filosofia e outros discursos teóricos” (KELLNER, 2001, p. 42) –, os Estudos Culturais interagem com as diversas áreas do saber que têm como objetivo analisar os aspectos culturais da sociedade. Os meios de comunicação de massa fariam parte daqueles que difundem essa cultura na sociedade contemporânea na tentativa de manter a ordem estabelecida, mas recebem resistência da própria sociedade.

Os estudos culturais interdisciplinares, pois, recorrem a uma gama díspar de campos a fim de teorizar a complexidade e as contradições dos múltiplos efeitos de uma ampla variedade de formas de mídia/cultura/comunicações em nossa vida e demonstram como essas produções servem de instrumento de

dominação, mas também oferecem recursos para a necessária resistência e a mudança (KELLNER, 2001, p. 43)

Segundo Wolf (1999, p. 98), os Estudos Culturais põem em destaque a contínua dialética entre sistema cultural, conflito e controle social.

Os *cultural studies*, reafirmando a centralidade das criações culturais coletivas como agentes da continuidade social, salientam, contudo, o seu caráter complexo e flexível, dinâmico e ativo, não meramente residual ou mecânico. [...] O problema fundamental da abordagem dos *cultural studies*, na sua formulação mais ampla e programática, é de analisar quer a especificidade das várias práticas de produção de cultura, quer as formas do sistema organizado e global que essas práticas geram (WOLF, 1999, p. 98).

Para os Estudos Culturais, cultura é algo entrelaçado em todas as práticas sociais e essas práticas são uma forma comum de atividade humana através da qual homens e mulheres fazem a história. Para Kellner (2001), os Estudos Culturais colocam a cultura em um contexto sócio-histórico em que esta promove possibilidade de dominação ou de resistência, além de criticarem aquelas que estimulam a subordinação.

Desse modo, os estudos culturais podem ser distinguidos dos discursos e das teorias idealistas, textualistas e extremistas que só reconhecem as formas linguísticas como constituintes da cultura e da subjetividade. Os estudos culturais, ao contrário, são materialistas porque se atêm às origens e aos efeitos materiais da cultura e aos modos como a cultura se imbrica no processo de dominação ou resistência (KELLNER, 2001, p. 49).

Os Estudos Culturais buscam também pesquisar como se dão as relações entre cultura e sociedade contemporânea, como se configura esse espaço de relações entre cultura-instituições-práticas sociais. Querem observar como por meio dessas relações se estabelece: o consenso, no sentido de manter a ordem estabelecida (*status quo*); ou o confronto, para garantir mudanças sociais. Esses estudos são influenciados pelo conceito de hegemonia definido pelo filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937).

Para Gramsci, hegemonia significa a capacidade que um grupo social tem em assumir a direção intelectual e moral sobre a sociedade e também conseguir construir alianças em torno do seu projeto, formando um novo bloco histórico.

A noção de hegemonia desloca a de classe dominante, cujo poder residiria inteiramente em sua capacidade de controlar as fontes do poder econômico. Na análise do poder, introduz a necessidade de considerar negociações, compromissos e mediações. A noção gramsciana ilustrava, precocemente, a recusa em alinhar de modo mecânico as questões culturais e ideológicas às de classe e da base econômica, trazendo ao primeiro plano a questão da sociedade civil como distinta do Estado (WOLF, 1997, p. 108).

Segundo Gramsci, a sociedade obtém estabilidade ao combinar força e hegemonia, “em que algumas instituições e grupos exercem violentamente o poder para conservar intactas as fronteiras sociais (ou seja, polícia, forças militares etc.), enquanto outras (como religião, escola ou mídia) servem para induzir à ordem dominante, estabelecendo a hegemonia, ou o domínio ideológico, de determinado tipo de ordem social [...]” (KELLNER, 2001, p. 48).

No caso específico do tema central desta pesquisa, se observarmos o que ocorreu nos primeiros quatro meses do ano de 1984, fica evidente como a população resistia ao controle que o Estado tinha sobre o direito do voto direto para a Presidência da República. Não foram poucos os momentos da história brasileira em que isso também aconteceu. E embora os meios de comunicação de massa, de modo geral, durante um longo período, tenham ignorado a “Campanha pelas Diretas Já”, foram obrigados pela pressão que veio das ruas a modificar sua postura.

O comportamento do público é orientado por fatores estruturais e culturais que, por outro lado, influenciam o conteúdo dos *mass media*, precisamente pela capacidade de adaptação e de englobamento destes últimos. Para além disso, esses fatores estruturais favorecem a institucionalização dos modelos “aprovados” de utilização dos *mass media* e de consumo dos produtos culturais (WOLF, 1997, p. 97).

Para os estudiosos dessa linha, só a partir do entendimento das estruturas sociais e do contexto histórico em que se inserem é possível compreender a ação dos meios de comunicação de massa, que são parte integrante da sociedade contemporânea.

No conceito de cultura, estão englobados quer os significados e os valores, que surgem e se difundem nas classes e nos grupos sociais, quer as práticas efetivas através das quais esses valores e esses

significados se exprimem e nas quais estão contidos. Relativamente a tais definições e modos de vida – entendidos como estruturas coletivas –, os *mass media* desempenham uma função importante, na medida em que agem como elementos ativos dessas mesmas estruturas (WOLF, 1999, p. 96).

Santaella (2001, p. 63) explica que os Estudos Culturais foram aplicados em duas vertentes: primeiro, os trabalhos sobre a produção dos meios de comunicação de massa “enquanto sistemas complexos de práticas determinantes para elaboração da cultura e da imagem da realidade social”; por outro lado, também “as pesquisas sobre o consumo da comunicação de massa enquanto espaço de negociação entre práticas comunicativas extremamente diferenciadas”. Mas todas elas têm em comum o entendimento de cultura como um conjunto de práticas sociais e a soma de suas interações.

Para Kellner (2001, p. 52), é melhor utilizar o termo “cultura da mídia”, que tanto pode designar a natureza quanto a forma das produções da indústria cultural (a cultura), como também o seu modo de produção e distribuição – tecnologias e indústrias da mídia. É o que ele chama de circuito [da mídia]: “o circuito de produção, distribuição e recepção por meio do qual a cultura da mídia é produzida, distribuída e consumida”.

Embora os Estudos Culturais reafirmem que as produções culturais coletivas mantêm-se como “agentes de continuidade social” (WOLF, *idem*, p. 98), isso não ocorre de forma mecanizada. A sociedade é complexa, contraditória, dinâmica, e nela há fluxos e refluxos, então “as estruturas sociais exteriores ao sistema dos *mass media* e as condições históricas específicas são elementos essenciais para a compreensão das práticas dos *mass media*” (*idem*). Significa dizer que no espaço da cultura da mídia se dá o desenrolar das batalhas pelo controle da sociedade.

O foco dos estudos culturais britânicos em qualquer momento foi mediado pelas lutas de conjuntura política da época, e seu principal trabalho foi então concebido na forma de intervenções políticas. Seus estudos de ideologia, dominação e resistência e política cultural orientaram os estudos culturais para a análise das produções, práticas e instituições dentro das redes existentes de poder, mostrando como a cultura oferecia ao mesmo tempo forças de dominação e recursos para a resistência e a luta. Esse foco político intensificou a ênfase nos efeitos da cultura e no uso que o público fazia das produções culturais, o que possibilitou estudar de maneira extremamente produtiva o público e a recepção, assuntos

que haviam sido negligenciados na maioria das abordagens textuais à cultura (KELLNER, 2001, p. 55).

1.6 – Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, que procura resgatar a história política, social e econômica brasileira por meio do jornalismo político analítico sobre os fatos e seus desdobramentos, a opção metodológica foi pela abordagem qualitativa do problema, por meio da pesquisa exploratória, em um primeiro momento para a formulação da hipótese e, posteriormente, descritiva, para a análise e descrição das colunas produzidas por Janio de Freitas no contexto da “Campanha pelas Diretas Já”. Dessa forma, foi possível debruçar-se sobre os fatos, as imagens construídas pela coluna para o imaginário social, o contexto e os personagens que fizeram história durante a campanha pelas “Diretas Já”, na *Folha de S.Paulo*.

Segundo Oliveira (1998), a pesquisa qualitativa é fundamental para entender “causa e efeito” de um determinado fenômeno e para poder se chegar à sua “verdade e razão”.

A pesquisa qualitativa tem como objetivo situações complexas ou estritamente particulares. Possui a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA, 1998, p. 116-117).

Jensen e Jankowski (1995) lembram que, nos últimos anos, ocorreu um maior interesse na utilização dos métodos qualitativos em estudos de processos sociais e culturais, especialmente nas pesquisas da área de comunicação.

A pesquisa qualitativa parte de uma série de documentos. Dencker e Viá (2001, p. 186) explicam que o material resultante de investigações qualitativas “é rico em relatos de pessoas, em situações e acontecimentos, incluindo transcrições de entrevistas e de depoimentos, além de fotografias, desenhos e vários outros

documentos. Cabe ao pesquisador prestar atenção no maior número possível de elementos que estão presentes na situação estudada”.

Neste trabalho, na primeira fase, formula-se a hipótese, que foi construída por meio da pesquisa exploratória. Na definição de Gil (1994, p. 44) e Dencker e Viá (2001, p. 59), a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, enunciar questões e hipóteses para investigações posteriores. Pode usar tanto métodos quantitativos como qualitativos. Ou pode mesclar os dois.

Segundo Gil (1994, p. 47), “este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

A segunda fase, em que se descreve e analisa as colunas, foi realizada por meio da metodologia descritiva. Gil (1994, p. 45) define o objetivo da análise descritiva como sendo o de “descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Além de utilizar técnicas padronizadas de coleta de dados.

Oliveira (1998, p. 114) explica que a pesquisa descritiva possibilita a análise da causa e efeitos dos fenômenos, além de sua ordenação e classificação. Para o autor (p. 128), “os estudos descritivos destinam-se a descrever as características de determinada situação, podendo ser de utilidade quando coletar dados com objetivo definido, incluindo uma interpretação por um investigador”.

Já para Lopes (1999, p. 129) quando se quer proceder a uma análise descritiva é preciso seguir dois passos. O primeiro constitui-se por procedimentos técnicos de organização, crítica e classificação dos dados coletados. O segundo se refere à construção dos “objetos empíricos e a reprodução do fenômeno nas condições de sua produção”. No objeto desta pesquisa, aplicou-se também a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) para operacionalizar esses procedimentos, criando as categorias de análise.

A análise descritiva teve como objetivo principal reconhecer os elementos que compõem o conteúdo das colunas que são o *corpus* desta pesquisa e estabelecer as categorias de análise:

- Personagens – como foram descritos e analisados todos os participantes do processo sucessório nas colunas de Janio de Freitas,

- Contexto do processo de construção da votação da emenda – como o colunista aborda os passos que foram dados no campo político (bastidores – Legislativo e Executivo) até se chegar à rejeição da “Emenda Dante de Oliveira”,
- “Campanha Diretas Já” nas ruas – como se deu a construção da campanha por meio das mobilizações populares.

O eixo central da observação foi examinar se o conteúdo é predominantemente:

- a) **Descritivo** – descreve o processo de construção das “Diretas Já” no Congresso e nas ruas;
- b) **Interpretativo** – analisa o processo de construção das “Diretas Já” no Congresso e nas ruas;
- c) **Opinativo** – posiciona-se positivamente ou negativamente em relação ao movimento.

1.6.1 – Procedimentos

Neste trabalho foram utilizados os seguintes procedimentos:

- a) Levantamento Bibliográfico.
- b) Análise Documental
- c) Análise de Conteúdo
- d) Análise Crítica do Discurso
- e) Entrevista Semiestruturada

1.6.2 – Levantamento Bibliográfico

Exame da literatura existente sobre o tema, com o objetivo de buscar fontes que deem sustentação teórica a esta pesquisa.

Segundo Oliveira (1998, p. 119), a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno.

1.6.3 – Análise Documental

Segundo Moreira (In DUARTE e BARROS, 2005, p. 271), a análise documental “compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim”. Moreira (p. 276) afirma ainda que a “análise documental, muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos”.

Entende-se aqui como documento um material, no caso as colunas de Janio de Freitas, que foi analisado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Os textos de jornal são, reconhecidamente, em uma perspectiva histórica, documentos que descrevem a história cotidiana e, por isso, de suma importância para a pesquisa dos fatos históricos e de seus desdobramentos, possibilitada pela análise qualitativa.

Segundo Rummel (1981),

A análise documentária é o método principal utilizado em ‘pesquisa histórica’, que pode ser definido como uma tentativa para descobrir o que aconteceu no decurso do tempo e correlacionar os acontecimentos, numa sequência significativa, dentro dos limites dos materiais disponíveis, por um lado, e da inteligência e compreensão do pesquisador, por outro (RUMMEL, 1981, p. 157).

Salvador (1981, p. 84-86), por sua vez, explica que “o jornal é fonte ocular da história. Ele narra parceladamente o desenrolar dos fatos. Tenta interpretá-los. O pesquisador tem no jornal uma fonte de documentação essencial. Muitos fatos só nos são acessíveis pela imprensa jornalística”.

Segundo o autor, os jornais podem ser utilizados de três formas diferentes:

- 1) Fonte de documentação geral de um determinado período histórico, em que os arquivos não são acessíveis (documentação sobre os fatos; documentação sobre a opinião pública)
- 2) Fonte de documentação sobre grupos e categorias sociais (principalmente os de pressão, segundo o autor, essenciais para os processos democráticos)
- 3) Fonte de documentação sobre a própria imprensa.

Para se chegar à resposta de um problema na pesquisa qualitativa, pode-se ainda recorrer a uma série de métodos de trabalho de campo, por meio de documentos (jornais), observação e entrevista.

1.6.4 – Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo foi uma das ferramentas utilizadas a partir de algumas categorias analíticas construídas ao longo do exame dos dados empíricos contidos no *corpus* deste trabalho.

Segundo Bardin (1977, p. 36-38), a definição de Análise de Conteúdo foi primeiro dada por Berelson, há uns 20 anos: “Uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”.

Mas para o autor só isso não é suficiente para explicar a sua especificidade, e que “a intenção da análise de conteúdo é a inferência [deduzir de maneira lógica] de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

Krippendorff (1990, p. 29) define que “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar ao seu contexto”.

Fonseca Junior (2005, p. 285) explica que: atualmente, embora seja considerada uma técnica híbrida por fazer a ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de matérias (BAUER, 2002), a Análise de Conteúdo oscila entre esses dois polos, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e do interesse do pesquisador. E ainda que “outro aspecto importante se deve às propostas de utilização desse método em parceria com outras técnicas de investigação”.

Herscovitz (in LAGO e BENETTI, 2007) faz uma proposta de definição de Análise de Conteúdo jornalística:

Método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontradas na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências

sobre seus conteúdos e formatos, enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2007, p. 126-127)

E completa

A identificação sistemática de tendências e representações obtém melhores resultados quando emprega ao mesmo tempo a análise quantitativa (contagem de frequência do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina) (HERSCOVITZ, 2007, p. 126-127)

Como explica Kientz (1973, p. 161), “não devemos esquecer que a análise de conteúdo é apenas um instrumento, um meio à disposição da pesquisa, jamais um fim em si”.

Bardin (1988) estruturou o método de análise de conteúdo em cinco etapas:

- a) Organização da análise;
- b) Codificação;
- c) A categorização;
- d) A inferência;
- e) O tratamento informático [se necessário, de acordo com o *corpus* da pesquisa].

Já Bauer (BAUER e GASKELL, 2002, p. 193-195) afirma que a análise de conteúdo trabalha basicamente com textos escritos, mas que foram utilizados para outras finalidades quaisquer. Os jornais são um exemplo: “os materiais clássicos Análise de Conteúdo são textos escritos que já foram usados para algum outro propósito. Todos esses textos, contudo, podem ser manipulados para fornecer respostas às perguntas do pesquisador”.

No caso dos jornais (material escolhido para análise), eles foram utilizados para dar uma mostra da leitura da realidade construída pelo colunista Janio de Freitas sobre a “Campanha das Diretas Já”. Esse texto, ao chegar ao leitor, não aparece de forma pura. Passou pela mediação do veículo e do colunista, que, por sua vez, foram influenciados por outras realidades sociais – família, escola, trabalho, visão de mundo etc., que também influenciam o leitor na mesma medida. E, por conseguinte, a leitura que é feita pelo pesquisador também recebe todas essas influências.

Segundo Bauer (2002), um *corpus* de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve e traz com ele registro de eventos, valores, regras e normas, entretenimento e traços de conflito e argumento. E a Análise de Conteúdo permitiria ao pesquisador reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los.

Um *corpus* de texto oferece diferentes leituras, dependendo do viés que ele contém. A Análise de Conteúdo não é exceção; contudo, ela traça um meio caminho entre a leitura singular verídica e o “vale-tudo”. E é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social (BAUER, 2002, p. 191)

É preciso, então, explicitar o *corpus* da pesquisa, aqui definido, segundo Fonseca Junior, como o conjunto de documentos a serem submetidos à análise.

Segundo Bardin (1977, p. 96-99) e retomado por Fonseca Jr. (2005, p. 292), o *corpus* de um trabalho deve ser definido tomando como base algumas regras, aqui generalizadas:

- regra da exaustividade – todos os documentos relativos ao assunto pesquisado;
- regra da representatividade – a amostra;
- regra da homogeneidade – documentos da mesma natureza;
- regra da pertinência – documentos adequados ao objeto da pesquisa em todos os aspectos: objeto de estudo, período de análise e procedimentos.

Ao tomar como referência os aspectos teóricos e metodológicos já explicitados, o *corpus* selecionado para este trabalho são as colunas de Janio de Freitas publicadas na *Folha de S.Paulo*. A elaboração da amostra partiu das leituras prévias de todas as colunas publicadas no ano de 1984, as quais definiram o primeiro recorte da amostra como sendo as colunas de janeiro de 1984 até abril de 1984. Isso porque foi nesse período que ocorreram as principais mobilizações da sociedade civil até a votação da emenda Dante de Oliveira⁴, que aconteceu em 25 de abril de 1984.

É preciso aqui definir o que se entende por coluna. Os jornais abrem espaço diariamente para a informação, por meio da notícia, reportagem e entrevista; e para a opinião, que vem caracterizada explicitamente em duas frentes: a opinião do veículo de comunicação (editoriais) e a opinião assinada ou autoral (colunas, artigos,

⁴ Emenda que tinha como objetivo aprovar no Congresso Nacional a eleição direta para a Presidência da República no país.

crônicas, cartas dos leitores, caricaturas). Este trabalho tem como base um gênero específico do jornalismo: o de opinião, produzida por articulista, em coluna fixa no veículo de comunicação.

Para Marques de Melo (1992), é fundamental esclarecer e diferenciar o papel ocupado pela opinião e a informação nos meios de comunicação de massa.

Na primeira, a estrutura da mensagem é determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e assume duas feições: autoria e angulação. Na segunda, os gêneros estruturam-se a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: a eclosão dos eventos (MELO, 1992, p. 17).

Lustosa (1996, p.161) diz que o termo coluna assume um conceito abrangente. Mas um artigo regular, no mesmo espaço do jornal, passa a receber essa denominação. Já Rabaça e Barbosa (1978, p. 102) explicam que a coluna é “seção especializada de jornal ou revista, publicada com regularidade, geralmente assinada; é redigida em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum”. Para Iluska Coutinho (in Motta, 2002, p. 275-298), os colunistas são “os produtores de notícias com assinatura – e, portanto, com caráter diferencial no todo do jornal impresso (...)”. É o chamado jornalismo de “grife”. Na *Folha* (Manual da Redação, 2001), o articulista é definido como aquele que escreve texto assinado com regularidade para o jornal.

Coelho (In MELO (org.), 1992, p.75-81) classifica colunas, que tenham como base análise ou opinião do autor sobre um fato ou reportagem de destaque, como comentário. Além disso, define as características daquele que escreve os comentários: deve sempre ter vínculo funcional com a empresa jornalística; ser alguém cuja opinião deve ser respeitada e que conte com dados privilegiados que o leitor não teria acesso; deve, a partir da sua bagagem informativa e da avaliação dos novos fatos, emitir julgamentos rápidos e prever possíveis desdobramentos.

O autor explica, também, que dois critérios devem delimitar o espaço do comentário. O primeiro, a estrutura – que deve reportar a uma continuidade, remeter a fatos passados e a acontecimentos mais recentes e buscar, por meio da memória e de comparações, “explicitamente ou não”, fazer previsões. O segundo, a produção. O comentário deve se caracterizar pela independência da chefia de redação. O comentarista se pauta e comunica à direção da redação o material que será enviado para a produção é adaptado às editorias.

Coelho (1992), por sua vez, elabora uma classificação para os comentários publicados no jornal *Folha de S.Paulo*, objeto deste trabalho, descrita abaixo:

- Comentário-editorial – aparece na página 2 e é feito por pessoas ligadas à direção do jornal;
- Comentário-coluna – subgênero encontrado tipicamente no espaço diário⁵ reservado pela editoria de Política ao comentarista Janio de Freitas;
- Comentário-personalista ou comentário-crônica – subgênero criado pelo comentarista Paulo Francis. Pode aparecer em diversas editorias do jornal;
- Comentário-comentário – expressão mais pura do gênero.

Quanto ao conteúdo das colunas, Marques de Melo (1992) afirma que:

Aparentemente, a coluna tem caráter informativo, registrando apenas o que está ocorrendo na sociedade. Mas, na prática, é uma seção que emite juízos de valor, com sutileza ou de modo ostensivo. O próprio ato de selecionar os fatos e os personagens a merecerem registro já revela o seu caráter opinativo. A coluna tem fisionomia levemente persuasiva. Não se limita a emitir uma simples opinião. Vai mais longe: conduz os que formam a opinião pública, veiculando versões dos fatos que lhes darão contorno definitivo (MELO, 1992, p. 138)

As colunas de Janio de Freitas na *Folha* cabem nessa descrição elaborada acima, por Melo, uma vez que têm espaço predefinido, regularidade, são assinadas e emitem análise dos fatos.

Atendendo, portanto, à regra da exaustividade proposta pela Análise de Conteúdo, foi possível detectar, após uma leitura rigorosa das colunas de Janio no período selecionado, que, de janeiro até abril de 1984, o jornalista publicou um total de 62 colunas. Desse total, foram incorporadas à amostra final para análise 47 colunas que fazem referência ao tema de estudo. A diferença entre elas, 15 colunas, foram excluídas porque tratavam de assuntos não relativos à sucessão presidencial. Das 47 relacionadas ao tema pesquisado, 36 fazem referência direta à emenda Dante de Oliveira; oito são notas sobre o tema; e três falam do processo sucessório (Quadro 1). Isso equivale a quase 76% das colunas do período dedicadas à temática.

⁵ Especificamente, no caso da coluna de Janio de Freitas, ela foi diária no período estudado (1984). Já em 2009, por exemplo, o colunista produz a coluna em dias esporádicos durante a semana e sempre aos domingos.

**Quadro 1 – Relação das Colunas de Janio de Freitas,
de janeiro a abril de 1984**

Mês	Colunas	Diretas Já	Notas sobre as Diretas	Processo sucessório	Outros assuntos
Janeiro	20	9	4	0	7
Fevereiro	3*	0	0	3	0
Março	20	14	4	0	2
Abril	19**	13	0	0	6
Total	62	36	8	3	15
Obs. * Colunista entra em férias. ** No dia 29 não há coluna, mas sim uma entrevista com o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), que participou ativamente da “Campanha pelas Diretas Já”. Janio escreve por 20 dias no jornal. Mas são 19 colunas e uma entrevista.					

PEDRO, Margarete, 2009.

No caso específico desta pesquisa a ideia central é observar, a partir da análise temática dos textos selecionados, como se dá na coluna de Janio de Freitas a construção do contexto das “Diretas Já”. Para isso serão analisadas algumas categorias analíticas inicialmente elaboradas numa aproximação do objeto. Serão, portanto, mapeados e examinados em profundidade:

- a descrição do processo de sucessão presidencial na voz de Janio e de seus interlocutores;
- as definições das articulações políticas para votação da emenda Dante de Oliveira;
- os grupos/personagens – políticos, partidos políticos, militares, oposição, sociedade civil que frequentam a coluna e em que proporção.
- o relato das mobilizações sociais – povo na rua.

Dessa forma os principais elementos para análise são:

- **Personagens** – escolhas das fontes de informação envolvidas no processo sucessório (Quem são eles? Que papéis desempenham no processo? Quais os partidos? Como a coluna mostra os conflitos entre partidários das “Diretas” e seus opositores. Número de colunas em que aparecem).

- **Votação da emenda Dante de Oliveira** – a construção do consenso: pelo **sim** – argumentos e justificativas utilizadas; pelo **não** – aqueles que se opõem à emenda e constroem publicamente a sua rejeição. Os grupos de interesse (interesse público X interesse de grupos). Bastidores.
- **“Movimento Diretas Já” na rua** – a descrição da mobilização da sociedade civil nas ruas e as expressões utilizadas para descrevê-la.

Quadro 2 – Personagens nas colunas (Modelo)

Personagens	Função	Número de colunas em que aparece

PEDRO, Margarete, 2009.

Na perspectiva da linguagem será feita também uma análise do conteúdo textual para observar os seguintes sentidos na coluna:

- **Literal – ou explícito.** Elementos de persuasão no sentido de construção de um processo de identidade entre colunista – leitor – jornal. A credibilidade de quem escreve (Janio de Freitas – voz da autoridade); o apelo à emoção (fim da ditadura – regime de exceção, direito ao voto, democracia etc.); Argumentos de convencimento (lógicos) utilizados.
- **Aparência – ou implícito.** Aquilo que vem subentendido no texto. Aquilo que não foi dito também significa.
- **Interpretação.** A recuperação dos fatos históricos e o seu significado para o país (memória histórica).

Quadro 3 – Conteúdo textual (Modelo)

Data	Coluna/Título	Conteúdo Textual

PEDRO, Margarete, 2009.

A categorização dos elementos acima observou seu efeito potencial para a imagem da sucessão presidencial e as “Diretas Já”, notando-se ou não a intenção de contribuir para a Campanha das “Diretas Já” e para a aprovação da emenda. A classificação básica para a análise verificou se a posição de Janio de Freitas e dos personagens inseridos e analisados nas colunas era a **favor, contra ou descritiva**. Foram examinados, ainda, quais são os argumentos que predominam no discurso. Dessa forma, foi verificado **o quê, o por quê e o como** a coluna registrou aquele importante momento de transição para a democracia brasileira.

- **A favor:** é aquela em que o autor mostra os comícios ou atividades favoráveis à sucessão presidencial de forma direta ou faz críticas àqueles que não querem o processo sucessório de forma direta.
- **Contra:** é aquela em que reproduz ressalvas, críticas ou ataques (contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal) àqueles que estão trabalhando pela sucessão direta.
- **Descritiva:** é aquela em que descreve o processo um sucesso.

Quadro 4 – Imagem da “Campanha das Diretas Já” (Modelo)

Data	Coluna/Título	Imagem das diretas

PEDRO, Margarete, 2009.

1.6.5 – Meios de Comunicação e Linguagem

Nos meios de comunicação impressos é a linguagem que vai dar vida à ideologia. Fairclough (apud MARTINS, 1996, p. 413-425), ao falar da linguagem, a define como uma forma de prática social. Completa dizendo que a linguagem é parte da sociedade, e não algo externo a ela; é um processo social e é um processo socialmente condicionado por outros aspectos da sociedade. Já Raymond Williams (1979) considera a linguagem e a significação elementos indissolúveis do próprio processo social, envolvidos permanentemente tanto na produção como na reprodução da realidade, constituídos por e constituidores dela.

A interpretação da história das “Diretas Já”, pela ótica de Janio de Freitas, tem, portanto, no estudo da linguagem, da maneira como os personagens são retratados, e não apenas no conteúdo de suas falas descritas, construídas pelo colunista, sua principal pista para a reconstrução da memória social deste importante momento da história do país.

Segundo Veron (apud FERREIRA, 2003, p. 270), a análise do discurso da imprensa oferece, como outras abordagens anteriores, uma visão de discurso jornalístico em uma perspectiva interdisciplinar. Uma das possibilidades é o entrosamento entre a Semiologia e a Sociologia. O autor leva em consideração a complexidade do discurso jornalístico impresso, em particular, cunhando o conceito de matérias significantes para dar conta da construção de sentido engendrado neste tipo de discurso midiático.

Maingueneau (2000, p. 43-44) define o discurso como um modo de apreender a linguagem, uma atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados, resultante das condições de produção em que foi elaborado e que “depende de um gênero de discurso determinado” (por exemplo, artigo de jornal).

Neste trabalho entende-se a linguagem como foi definida por Bakhtin (1997): ideológica, dialógica e polifônica.

Para ele, a linguagem não é ideologicamente neutra, mas sim complexa. E, a partir do uso e dos traços dos discursos impressos na linguagem, instalam-se nela choques e contradições. São vozes dissonantes, com pontos de vista muitas vezes antagônicos, e que servem como manifestação da ideologia de cada grupo ou do indivíduo que o representa.

O autor afirma ainda que todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda a modificação da ideologia implica uma modificação da língua: “Tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo o que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN, 1997, p. 15).

Para Bakhtin (1997, p. 36-41), a palavra, como signo social, é o signo ideológico por excelência. Ela é elemento essencial que acompanha toda a criação ideológica. E vai além: “a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais”.

A linguagem é também para Bakhtin (1997) por constituição dialógica. Mantém relações com enunciados anteriores e com enunciados futuros que seriam produzidos posteriormente (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008). Todo o discurso ocorre no meio do que já foi dito por discursos anteriores e também traz a memória de outros discursos.

Maingueneau (2000, p. 42) explica que o dialogismo em Bakhtin é usado

para referir-se à dimensão profundamente interativa da linguagem, oral ou escrita (...) o ponto onde se encontram as opiniões de interlocutores imediatos (numa conversação ou numa discussão sobre qualquer acontecimento da vida corrente) ou ainda as visões do mundo, as tendências, as teorias etc.

Finalmente, o discurso, para Bakhtin, é polifônico. Isto está no fato de que o discurso traz muitos pontos de vistas diferentes, em que o autor do texto pode fazer falar muitas vozes. Ainda afirma que todo o produto de consumo poderá ser transformado em um signo ideológico, mas que:

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo o signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico (BAKHTIN, p. 32).

Bakhtin citado por Stam (1992, p. 31) explica que a linguagem é um campo de “batalha social, o local onde os embates políticos são travados tanto pública quanto intimamente”.

E qual é o espaço, hoje, em que essa batalha se vê explicitada? Os meios de comunicação de massa. Nos meios de comunicação é a linguagem que vai dar vida à ideologia. As mídias são o espaço em que o poder se explicita.

Já Ângela Carrato (1992, p. 28) diz que “o discurso jornalístico é um discurso autoritário (...) mais do que relatar, informar e esclarecer, o discurso jornalístico pretende inculcar”. Segundo ela, “não se trata, portanto, de noticiar, informar sobre os acontecimentos, mas de determinar a perspectiva de onde devem ser ditos e vistos”.

Este trabalho, depois de revisitar alguns autores, parte da definição de discurso das mídias elaborada por Charaudeau (2006). Segundo ele, o discurso da mídia é uma atividade de linguagem que permite o estabelecimento de vínculo social, sem o qual não haveria o reconhecimento identitário. Com relação ao discurso de informação, “isso equivale a se interrogar sobre a mecânica de construção do sentido, sobre a natureza do saber que é transmitido e sobre o efeito de verdade que pode produzir no receptor”.

Para o autor, ao pretender descrever o mundo o discurso midiático elabora uma construção do sentido da informação ao reportá-la ao público⁶. Estabelece, então, um contrato de comunicação midiático, que tem a função de construir espaço público e opinião pública. O contrato de comunicação pode ser definido como “o conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 132).

A comunicação midiática realiza-se segundo um duplo processo de transformação e de transação:

O “mundo a descrever” é o lugar onde se encontra o “acontecimento bruto” e o processo de transformação consiste, para a instância midiática, em fazer passar o acontecimento de um estado bruto (mas já interpretado), ao estado de mundo midiático construído, isto é, de “notícia”; isso ocorre sob a dependência do processo de transação, que consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira. Esse duplo processo se inscreve, então, num contrato que

⁶ Neste trabalho “público”, “receptor” e “leitor” são tratados como sinônimos.

determina as condições de encenação da informação, orientando as operações que devem efetuar-se em cada um desses processos. É o contrato de comunicação midiático que gera um *espaço público* de informação e é em seu quadro que se constrói a *opinião pública* (CHARAUDEAU, p. 114).

Abaixo, podemos observar, de forma sintética, o esquema sobre o Contrato de Comunicação estabelecido por Charaudeau.

Quadro 6 – Contrato de Comunicação

Contrato de Comunicação								
Acontecimento Bruto e Interpretado	?	Instância de produção midiática	?	“Notícia” Acontecimento Construído	?	Instância de recepção midiática	?	Acontecimento interpretado
? Processo de Transformação ?					? Processo de Interpretação ?			
? Processo de Transação..... ?								

CHARAUDEAU, Patrick. 2006, p. 42.

A construção do discurso da mídia, segundo Charaudeau (2006, p. 150-151), utiliza três tipos de critérios: **atualidade** (ocorre em uma temporalidade), **expectativa** (deve captar o interesse do “sujeito alvo”) e **sociabilidade** (tratar do que surge no espaço público). Quanto à forma pode **relatar** – o que acontece ou aconteceu; **comentar** – o porquê e como do acontecimento relatado; e **provocar** – o confronto de ideias.

No caso específico deste trabalho, é preciso entender as colunas de Janio de Freitas como o que Charaudeau (2006) define como **comentário argumentado**. Para ele, o comentário argumentado “impõe uma visão de mundo de ordem explicativa”. O autor afirma que o comentário argumentado:

Não se contenta em mostrar ou imaginar o que foi, o que é ou o que se produz; o comentário procura revelar o que não se vê, o que é latente e constitui o motor (causas, motivos e intenções) do processo evenemencial do mundo. Problematisa os acontecimentos, constrói hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões. Aqui não se é chamado a projetar-se no mundo contado, mas a avaliar, medir, julgar o comentário, para tomar a

decisão de aderir ou rejeitar, seguindo a razão (CHARAUDEAU, idem, p. 176).

O comentário põe o leitor em xeque, “exige uma atividade intelectual, um trabalho de raciocínio, uma tomada de posição contra ou a favor, e desta atividade não há ninguém, no fim da troca, que saia incólume” (CHARAUDEAU, idem).

Para comentar é preciso recorrer, naturalmente, à mecânica da argumentação. Argumentar é convencer o outro sobre um ponto de vista (BRETON, 2003). É um ato público e aberto que intervém na definição do sentido do enunciado, apresentando o ato de sua enunciação como algo que leva a admitir ou a rechaçar tal ou qual conclusão (GREIMAS apud PÉREZ, 2004, p. 186). As teorias dialógicas afirmam que o “estopim” da argumentação é lançar uma dúvida sobre um ponto de vista, obrigando o interlocutor a justificá-lo (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008).

Charaudeau (2006) explica que o comentário utiliza a “mecânica argumentativa”. Para argumentar, o sujeito deve **problematizar, elucidar e avaliar** aspectos diferentes.

Problematizar – significa questionar, examinar os prós e contras de cada uma das proposições. Baseia-se em três atividades:

- emitir um propósito (o tema de que se fala)
- inseri-lo em uma proposição (questionamento)
- trazer argumentos (persuadir).

Elucidar – oferecer razões pelas quais um fato pode produzir-se e o que ele significa. Expor as causas externas ao mostrar a lógica de encadeamento dos fatos, reconstituir uma sequência de fatos, raciocinar por analogia. Esclarecer o que não se vê, **oculto** (grifo da autora), o latente, as razões mais ou menos profundas do surgimento do fato. Desvendar as intenções dos atores dos acontecimentos. Charaudeau (2006, p. 178) afirma que “o exercício do campo político só é possível na dissimulação, e o papel do jornalista, que tem o dever de elucidar, consistiria em descobrir a intenção por trás das declarações e dos atos de tal ou qual político”.

Avaliar – mesmo que o profissional de comunicação pretenda negar, não há comentário “sem que o sujeito informador” expresse ponto de vista pessoal. O sujeito expõe consciente ou não uma tomada de posição (no debate de ideias) ou

“formulando uma apreciação subjetiva”. Espera-se que o “jornalista nos esclareça sobre o debate de ideias, dando a sua opinião ou argumentando” (CHARAUDEAU, *idem*, p. 180).

Mas a mídia é uma empresa, empresa de fabricar informações, que atua em um mercado de concorrência, por isso busca se diferenciar uma das outras, o que a leva a:

Acionar certas estratégias quanto à maneira de reportar os acontecimentos, comentá-los, ou mesmo provocá-los, o que determina uma tipologia dos gêneros midiáticos (...) disso resulta que, por um efeito de retorno, as mídias são levadas a tomar posição sobre o que deve ser a informação, sobre a maneira de tratá-la (CHARAUDEAU, *idem*, p. 13).

No caso das colunas assinadas nos jornais impressos diários, espera-se que o discurso construído esclareça o leitor por meio da interpretação dos fatos e ajude na formulação da opinião pública. Por isso, os veículos de comunicação apresentam para os diversos temas comentaristas com posicionamentos diferentes para que ocorra equilíbrio no debate de ideias. Segundo Charaudeau (*idem*, p. 183),

o comentário midiático deveria ajudar na constituição da opinião pública: informar para auxiliar o cidadão a formar uma opinião equivale a não tomar partido; mas não tomar partido seria desenvolver a argumentação de um ponto de vista externo, onipotente (acima da multidão), a qual somente um discurso científico poderia pretender. Ora, o comentário jornalístico, por definição, não pode ser uma análise científica. [...] Pode-se dizer que a instância midiática que comenta assemelha-se a um jogador que deve ganhar uma série de apostas: analisar para esclarecer, mas esclarecer sem deformar; comentar para revelar, mas revelar sem acusar; argumentar com imparcialidade, mas argumentar denunciando; enfim, supremo paradoxo, alimentar os boatos, mas também desmascará-los (ou talvez, alimentar o boato para melhor desmascará-lo).

1.6.5.1 – Análise dos Sentidos do Discurso

Neste estudo o diálogo se dará principalmente com Bakhtin (1997), Charaudeau (2006; 2008), Charaudeau e Maingueneau (2008), Dijk (1993; 2008), Maingueneau (2002).

A partir daí foi possível compreender como as colunas de Janio de Freitas produzem sentidos na elaboração da opinião pública sobre a “Campanha das Diretas”. No referencial proposto pela análise do discurso das mídias seria o “efeito de sentido” do discurso. Charaudeau (2006) explica que o sentido nunca é dado antecipadamente, é uma construção “linguageira do homem em situação de troca social”. Significa transformar “o mundo a significar” em “mundo significado”.

Para que se pudesse elaborar uma análise crítica do cenário que compõe a “Campanha pelas Diretas Já” e estudar as relações do discurso com a ideologia e o poder, foi preciso recorrer ao instrumental da ACD – Análise Crítica do Discurso (Critical Discourse Analysis). ACD tem como objetivo estudar as formas de poder que se estabelecem por meio do discurso (DIJK, 1993; WODAK, 1996, 1997).

Segundo Van Dijk (2008), a ACD é um tipo de investigação analítica discursiva que “enfoca, mais especificamente, os modos como as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e de dominação na sociedade”.

Após a categorização proporcionada pela Análise de Conteúdo, o texto das colunas de Janio de Freitas foi estudado com o objetivo de levantar valores e opiniões emitidas, para verificar se há a construção ou não de um discurso hegemônico da história político-econômica brasileira, tendo como base as articulações para a aprovação da emenda Dante de Oliveira, os personagens envolvidos no processo e as mobilizações sociais.

O objetivo foi perceber as marcas, as intenções explícitas ou implícitas do autor na elaboração do texto da coluna. Serão observados os títulos, a escolha das palavras, se há ou não o uso da adjetivação no sentido de qualificar a mensagem, ironia, ou qualquer outro recurso utilizado para construir a imagem dos personagens envolvidos na “Campanha das Diretas Já” – dos apoiadores e dos críticos ao movimento.

A intenção foi levantar **como** (grifo da autora) Janio de Freitas **f**az, por meio do discurso elaborado em suas colunas, para os leitores do jornal *Folha de S.Paulo*, a reconstrução do “Movimento Diretas Já” e “dos personagens que compõem esse xadrez político” e **como** (grifo da autora) Janio de Freitas passa a apoiar o movimento por meio dos seus textos (argumentos, valores e opiniões emitidas).

Para que se pudesse efetuar uma análise aprofundada do *corpus* da pesquisa utilizou-se o referencial teórico da ACD – Análise Crítica do Discurso (DIJK, 1993; WODAK, 1996, 1997; CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008) e como ferramenta de análise a construção do contrato de comunicação elaborada por Charaudeau (2006; 2008).

Das 47 colunas publicadas por Janio de Freitas, de janeiro até abril de 1984, foram selecionadas nove colunas. O critério de escolha estabelecido foi a identificação daquelas que no título já traziam uma referência explícita à “Campanha pelas Diretas Já” ou “Às mobilizações nas ruas” ou “A votação da emenda Dante de Oliveira” ou “Ao processo de sucessão presidencial”, e que têm o seu conteúdo integral sobre um dos temas.⁷

Quadro 7 – Títulos

Coluna/Título	Data
Anotações sucessivas	10 de janeiro
Emoções da sucessão	22 de janeiro
O plebiscito da Sé	26 de janeiro
A incógnita da sucessão	2 de março
Pelo método direto	10 de março
As duas campanhas	28 de março
Comício é uma batalha	10 de abril
A ordem das multidões	11 de abril
Movimento completo	18 de abril
Obs.: Durante o mês de fevereiro o colunista, em férias, publicou apenas três colunas, e nenhuma delas se adapta aos critérios estabelecidos para análise.	

PEDRO, Margarete, 2009.

⁷ Eliminaram-se todas as colunas em que a “Campanha pelas Diretas Já e as mobilizações nas ruas” ou “A votação da emenda Dante de Oliveira” ou “Ao processo de sucessão presidencial” aparecem somente em notas dentro da coluna.

1.6.6 – Entrevista Semiestruturada

Na busca para resgatar como Janio de Freitas constrói o processo de escolha dos fatos históricos e o levantamento de fontes para a produção das colunas, foram realizadas várias entrevistas e contatos telefônicos, por e-mail, bem como pessoalmente, com o colunista.⁸ As entrevistas foram essenciais para aferir como se dava o processo de produção da coluna pelo autor.

Esta pesquisa mesclou, ainda, as técnicas da entrevista jornalística com as técnicas de entrevista utilizadas pela pesquisa científica que, embora de gêneros diferentes, podem se completar e até se assemelhar para obter respostas de mais qualidade de um entrevistado que, durante toda a sua trajetória profissional, apurou informações de bastidores junto às fontes.

Segundo Dencker e Viá (2001, p. 161), o uso de entrevistas é recomendado “quando não há outras fontes mais seguras para a obtenção dos dados; quando oferece oportunidade de complementar uma observação; para conhecer opiniões, atitudes e crenças; quando o motivo que a determina seja plausível para o entrevistado”.

Utilizo aqui a definição de Duarte (2005, p. 62-65), ao tratar da entrevista individual em profundidade, uma “técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”. O autor ainda afirma que a entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para a apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido.

A entrevista em profundidade também é uma das divisões possíveis da classificação de Gaskell (BAUER e GASKELL, 2002, p. 64-89) para o que ele denomina de entrevista qualitativa e semiestruturada: com um único respondente (a entrevista em profundidade) ou com um grupo de respondentes (o grupo focal).

Para o autor, as perguntas da entrevista em profundidade são um convite para o entrevistado falar sem pressa, por horas, “com suas próprias palavras e com tempo para refletir”. E ainda mais que:

⁸ Uma primeira entrevista já foi realizada com Janio de Freitas 29/06/ 2006. Uma segunda no dia 11/11/ 2008.

toda a pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Com respeito a isso, tanto o (s) entrevistado (s) como o entrevistador estão, de maneiras diferentes, envolvidos na produção de conhecimento (GASKELL, 2002, p. 73).

Após uma série de entrevistas por e-mail e telefonemas com Janio de Freitas, o colunista foi entrevistado pessoalmente (2 de abril de 2009) por mais de duas horas, o que enriqueceu o trabalho realizado. Nessa entrevista o colunista falou mais espontaneamente e, ao mesmo tempo, de forma mais reflexiva sobre a sua história de vida, profissional, bem como sua avaliação pessoal do *modus* de produção jornalística. Possibilitou também à pesquisadora um diálogo mais aberto ao abordá-lo com perguntas que surgiram a partir do próprio diálogo estabelecido.

Gil (1994, p. 114) classifica esse tipo de entrevista como aquela que contribui para o levantamento de dados e posterior classificação, quantificação e análise.

A entrevista com o colunista utilizou perguntas do tipo abertas, com um roteiro prévio (abaixo) estabelecido, possibilitando a inclusão de novas questões no decorrer do diálogo estabelecido.

Dencker e Viá (2001, p. 163) explicam que as perguntas abertas permitem respostas livres e não sugerem qualquer estrutura para resposta. Já Duarte (2005, p. 65) classifica esse tipo de pergunta como semiestruturada, pois parte de um roteiro preestabelecido, mas que terá um padrão de respostas indeterminado.

Este procedimento está plenamente de acordo com parte da proposta desta pesquisa, que é a de levantar como Janio de Freitas estabelece as fontes e constrói a sua coluna na *Folha de S.Paulo*.

Roteiro Prévio das entrevistas com Janio de Freitas
Como se dá a escolha dos temas que abordará nas colunas?
Há sugestão da Direção da <i>Folha</i> na escolha dos temas?
Qual é a sua rotina diária para produção da coluna?
Como é determinado o tamanho médio que a sua coluna ocupará na edição?
Em uma de suas colunas você fala do processo de busca de informações durante o dia: “Ainda não eram 8 da manhã quando começou a primeira conversa. Já passava das duas e meia da manhã quando o dia ininterrupto afinal se encerrou, junto com a última conversa. Nem todos os dias desse trabalho são proveitosos, pelo menos, na medida do esforço que exigem e do cansaço que deixam. Mas esse foi um dia extraordinário: uma enorme massa de informações, daquelas que dão a artigos uma nervatura viva e, se encontrados os pontos em que umas se encaixam às outras, proporcionam a visão límpida do todo que se disfarça para não ser desvendado. Um dia extraordinário: colheita farta e rica, a ser distribuída por largo tempo, ao chamado das oportunidades”. Como você faz a apuração dos fatos que analisa na coluna?
Como se dá o seu relacionamento com as fontes? Há uma rotina de contatos permanentes para garantir a veracidade e a precisão da informação? Conta com algum tipo de ajuda?
Quais os jornais que você lê diariamente e por quê?
Quais as qualidades necessárias para um colunista? Explique.
Na coluna alusiva aos 20 anos na <i>Folha</i> você escreve: “Preferiria não ter escrito a maioria do que aqui escrevi. Não pelo que disse, mas pelo que o motivou.” Quais foram (e por quê) os momentos mais importantes analisados por você na coluna? E quais aqueles que preferiria não ter escrito? Por quê?
Por meio das suas colunas é possível entender momentos importantes da história político-econômica do país nas últimas décadas (redemocratização do país/luta pelas “Diretas Já”, <i>impeachment</i> do Collor/Caras Pintadas e governos FHC e Lula). Qual a importância em ser “um historiador do cotidiano” e proporcionar ao leitor da <i>Folha</i> uma análise apurada desses fatos?
Em sua coluna alusiva aos 20 na <i>Folha</i> você escreve: “Paciência, é da regra do jornalismo, uma atividade que só existe quando não há acomodação ou comprometimento”. Como não se acomodar? E por que você afirma que o jornalista não pode ter comprometimento? Nem com o leitor?

É possível ser totalmente independente?

Como você define o seu papel de formador de opinião, de alguém que contribui para que o leitor compreenda melhor o cenário político e econômico brasileiro e tome decisões? De que maneira você acredita que a sua coluna influencia o leitor da *Folha* nas suas percepções e decisões sobre a política?

Na coluna de 13 de julho de 1984 você se refere ao jornalista Carlos Castello Branco como “mestre”. No artigo alusivo aos 20 anos de *Folha* você, novamente, fala no Castelinho como “inigualável no artigo asséptico, em que só se percebia a existência de um autor pelo estilo brilhante”. Como e em que esse jornalista influenciou a sua carreira de articulista político? Há relação com a questão da credibilidade que a Coluna do Castelo tinha junto à opinião pública?

Utilizado para as entrevistas por e-mail e telefone.

PEDRO, Margarete, 2006.

CAPÍTULO II

Jornalista como Historiador do Cotidiano

2.1 – Nova História e a Recuperação do Fato na Imprensa

Porque, se a história é em primeiro lugar o exercício permanente de um certo olhar, de certo espírito crítico, de certo ‘fazer’, também é em parte cumulativa.

Jacques Le Goff

A “História Nova” é considerada um terceiro momento da Escola dos Annales (fundada em Estrasburgo, no ano de 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch em torno da revista “Annales d’histoire économique et sociale”, que incorporou métodos das Ciências Sociais à História). Essa geração teve como um dos principais historiadores Jacques Le Goff. Le Goff (2001, p. 27) explica que a “História Nova se afirma como a história global, total, profunda e também reivindica a renovação de todo o campo da história”.

Le Goff (2001, p. 16) observa que é preciso:

preferir a história das realidades concretas – materiais e mentais – da vida cotidiana aos fatos que se apossam das manchetes efêmeras dos jornais, não é apenas obrigar o historiador – e seu leitor – a olhar para o sociólogo, o etnólogo, o economista, o psicólogo, etc., é também metamorfosear a memória coletiva dos homens e obrigar o conjunto das ciências e dos saberes a situar-se em outra duração, conforme outra concepção do mundo e de sua evolução.

Para a “História Nova” tudo pode ser considerado história e deve ser descrito e analisado pelos historiadores. Le Goff (2001, p. 16) pergunta: “Por acaso a história do homem cotidiano também não é tão significativa e dramática quanto à dos grandes homens?”.

A “História Nova” pretende ampliar o campo do documento histórico. Com isso a produção da mídia – escrita, fotográfica, áudio, vídeo, etc. – passa a ser incorporada nos estudos da história. Mas ao buscar uma nova concepção do documento deve vir também uma nova crítica desse documento e do seu papel na construção e elaboração da história.

Uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a nova história, documentos de primeira ordem (LE GOFF, 2001, p. 54).

Outro debate desenvolvido por Le Goff (2001, p. 50), que segundo o autor fascinava também Lucien Febvre e Marc Bloch, é a história do (tempo) presente. O historiador afirma que a penetração da “Nova História” no setor da história contemporânea “é limitadíssima”: “A história do presente não raro é mais bem feita pelos sociólogos, os politicólogos, certos grandes jornalistas, do que por historiadores de ofício”.

Para Nicolau Sevcenko (2003, p. 42-47), muitas vezes o historiador não se sente à vontade trabalhando com o jornal como documento em determinados períodos da história. Mas ele explica que, por exemplo, para estudar os séculos 18 e 19, em que a burguesia lutava contra o Estado Absolutista para construir o Estado burguês de base parlamentar e em que os jornais nascem como uma ferramenta destinada a ser utilizada no processo de luta política na difusão doutrinária e ideológica, é impossível para o historiador não utilizar como fonte básica os jornais.

Além desses períodos, o historiador explica que nos séculos 19 e 20, em que a luta se dá contra o Estado burguês, aparecem os veículos de conteúdo socialista, comunista, anarquista, caracterizados também por discursos doutrinários bastante articulados. Esse tipo de jornal e jornalismo é uma fonte básica de pesquisa, sendo também muito valorizado pelos historiadores.

Mas quando surgem as dificuldades para o historiador utilizar o jornal como fonte para a história? Segundo Sevcenko (2003), é quando em meados do século 19 e cada vez mais em direção ao século 20 surge um jornal de ampla circulação e de público variado.

Esse jornal vai ter um conteúdo tão discrepante, com tantas fontes e tantos pontos de vista, que ao pesquisador vai parecer caótico, fragmentado, descontínuo, heterogêneo e, por isso, muito difícil de ser trabalhado. A razão para isso é que o jornal, a essa altura, passa a se articular com outras forças, como os mercados, as empresas, os grupos de interesses, as associações de classe, as corporações, os partidos políticos e o próprio Estado e sua malha burocrática. Também se deve à maneira pela qual o Estado e suas múltiplas

agências passam a ser uma fonte de financiamento do jornal e à participação direta do público, através das seções abertas em que as pessoas tinham as cartas publicadas (SEVCENKO, 2003, p. 43).

Os historiadores passam a trabalhar com determinados focos do jornal, e não mais com ele como um todo. Por exemplo, para se avaliar ideologicamente um veículo observa-se que leitura ele faz da história por meio dos seus editoriais. Ou então, como ele retrata um determinado movimento político em suas reportagens, para levantar como os protagonistas desses movimentos são descritos. Há vários exemplos na cobertura jornalística brasileira recente, como a era Collor e seu desfecho, descritos na revista *Veja* com a entrevista de Pedro Collor; ou então a leitura parcial feita do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no jornal *O Estado de S.Paulo* e até o objeto deste trabalho, a descrição da “Campanha pelas Diretas” na *Folha de S.Paulo*.

Em especial os conteúdos editoriais, que refletem a opinião da empresa que encabeça o jornal e, portanto, suas conexões políticas mais evidentes, como na clássica tendência do jornalismo político desde o início do século, ou então as colunas e seções assinadas, que formam como que bolsões de sentido articulado e em séries que têm uma duração contínua e que podem ser desdobradas ao longo do tempo (SEVCENKO, 2003, p. 44).

Então, a partir dessas premissas podemos afirmar que o jornal tem um papel fundamental como fonte documental para a história, o que Jean Lacouture (2001) chamou de história imediata. Os jornalistas passam a ser protagonistas desse processo, já que são os responsáveis para o resgate da história, por meio da produção de conteúdo jornalístico, em que o desenrolar do fato histórico se dá por meio do contato direto e imediato com os personagens que compõem e fazem parte dessa história no momento em que ela está acontecendo.

É preciso lembrar que essa fórmula da história imediata, um pouco provocadora, vulgarizada no início dos anos sessenta e que se tornou usual na linguagem corrente, não tende apenas a encurtar os prazos entre a vida das sociedades e sua primeira tentativa de interpretação, mas também a dar a palavra aos que foram os atores dessa história. Ela não aspira apenas à rapidez dos reflexos. Ela quer se elaborar a partir desses arquivos vivos que são os homens (LACOUTURE, 2001, p. 216-217).

Lacouture fala que os meios de comunicação de massa são o veículo e o lugar privilegiado do que se considerou chamar de história imediata. E cita Albert Camus⁹, que qualifica o jornalista de historiador do instante.

O historiador, Lacouture, (1988, p. 218) ainda afirma que, embora as relações entre a história e o jornalismo sejam na maioria das vezes conflituosas, não é possível deixar de observar que as duas disciplinas tendem a convergir. Exemplifica com a França na década de 80: “Vimos consumir-se, na história, o que Pierre Nora chamou de ‘volta do acontecimento’, enquanto o jornalismo, sob a influência de uma publicação como *Le Monde*, tendia, não sem jactância, a situar-se no plano da pesquisa universitária”.

Mas existiriam fraquezas naqueles que produzem análises sobre a história imediata? Lacouture diz que se costuma sugerir que o problema é o fato de o pesquisador imediato, ao contrário do historiador, ignorar o epílogo. Qual será o final dessa história? Ele cita, então, Trotski, publicando a sua “História da Revolução Russa” em uma época em que ainda poderia ter o seu curso modificado.

Pouco lhe (para Trotski) importa saber se Stálin morrerá poderoso, exilado ou assassinado. Importa-lhe fazer de seu relato e da sua interpretação uma defesa de outro curso revolucionário. Lacouture (2001, p. 224) diz, então, que a autoridade do historiador (imediatista ou não) não provém da aptidão a prever como se dará o “fim” de um determinado acontecimento. O que garante, então, a autoridade crítica é a racionalização do fabuloso, é a operação que consiste em extrair do acontecimento que muda abruptamente os dados de um jogo, os elementos da nova distribuição das cartas para o prosseguimento do jogo até o momento em que seu desenrolar, se não suas regras, for abalado pela apoplexia de um jogador ou pela invenção de novas cartas.

E não é isso o que faz o colunista no jornal diariamente? A cada nova jogada no xadrez da história político-econômica e social, abastecido do passado histórico, ele interpreta, analisa e abastece os seus leitores com uma nova leitura da realidade. Os colunistas, quando acompanham o desenrolar da cena política e trazem para os textos o que está além da superfície dos fatos relatados na reportagem, muitas vezes apontam como será o desenrolar dessa história.

⁹ Albert Camus (1913-1960), escritor e filósofo, foi um dos fundadores da revista “Combat” (foi redator-chefe de 1944-1946) e participou da “Resistência”, grupo que lutava contra o nazismo na França durante a Segunda Guerra. Recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1957.

Segundo Lacouture (1988, p. 225), mesmo com prazo pequeno (dia-a-dia), o imediatista atual é compensado pela diversidade de fontes de informação, mesmo que não possa usar todas a todo o momento.

Para Caldas (2005, p. 142), da mesma forma que “o historiador faz um relato da história, ‘daquilo que aconteceu’, a partir de sua leitura da realidade, seja por observação direta ou por acesso e análise de documentos múltiplos, o jornalista faz um relato dos acontecimentos, a partir da reconstrução dos ‘fatos’ verificados *in loco* ou narrados por alguém”.

O colunista move-se diante de um emaranhado de fatos que se vão definindo ao longo dos dias e que precisam ser interpretados para serem relatados para o leitor. Para que a análise consiga chegar o mais próximo possível do real é preciso que ele faça funcionar, como afirma Lacouture, o “seu espírito analítico e seu equipamento cultural”. Só assim poderá “compreender e dar a compreender, medir, prever, sugerir”. Mas faz necessário também saber fazer relações e correlações entre os fatos históricos passados e o tempo presente. Cabe ao jornalista “aclarar e ordenar essa biblioteca em marcha” que é o acontecimento.

O jornalista assim sacudido pelo capricho do acontecimento continua sendo um candidato à operação histórica, na medida em que, testemunha, ator, mediador, motor ou observador, ele introduz em sua pesquisa uma vontade racional de situar, de ordenar essas sequências e relacioná-las a um sentido pelo menos problemático. [...] É essa imediação da comunicação que impõe o desenvolvimento da história imediata, sinais de bruma de uma sociedade alucinada por informações e no direito de exigir inteligibilidade histórica próxima (LACOUTURE, 1988, p. 231).

2.2 – Jornalismo e Poder: a Construção da Memória Coletiva

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação, e não para a servidão dos homens.

Jacques Le Goff

Todos os dias os jornais impressos diários, os chamados *prestige papers*, publicam conteúdo informativo, interpretativo e opinativo sobre os acontecimentos da política nacional. Cada um a seu modo faz a leitura da realidade histórica a partir

dos elementos que são levantados pelos profissionais de jornalismo. A imprensa contribui para a formação da opinião pública e nos traz uma visão acerca do real. Podemos definir os jornais como o espaço (ou o lugar) da memória cotidiana¹⁰ e os jornalistas, “resgatadores dessa história”, como aqueles que produzem o conteúdo que ficará “arquivado” nas páginas dos jornais.

Para Caldas (2005, p. 138), é preciso compreender como se dá a relação entre mídia e história, como a mídia faz para construir valores, crenças, e as diferenças entre informação e conhecimento, entre fatos e versões. Mas não basta tentar compreender somente a mídia como fonte de documentação histórica (o texto jornalístico), e sim quem são os diferentes atores sociais e quais os múltiplos interesses envolvidos no processo de produção da notícia.

Pode-se dizer, também, que não basta analisar o noticiário. É preciso verificar como serão interpretados os fatos históricos e descritos os seus personagens nos espaços dedicados à análise e opinião (editoriais, pela visão dos proprietários dos veículos de comunicação, e artigos e colunas, produzidos por jornalistas e especialistas nos mais diversos assuntos). Além disso, é fundamental compreender quem são os descritores (jornalistas, articulistas, editorialistas) dessa história e que leituras fazem do contexto histórico que será reinterpretado pelo receptor e fixado ou não na memória coletiva.

Jacques Le Goff (1990, p. 457) explica que o advento da imprensa “revolucionaria, embora de maneira lenta, a memória ocidental”. Para o autor, o impresso possibilita ao leitor ser colocado diante de uma memória coletiva “enorme”, que não consegue mais fixar integralmente, mas que pode ser absorvida a partir de novos textos para serem explorados. A utilização da linguagem escrita faz com que ocorra uma extensão da possibilidade de armazenamento de nossa memória além dos limites físicos do nosso corpo para estar colocada quer nos outros quer nas bibliotecas, arquivos, e, até, nos jornais.

Pierre Nora (1993) fez uma reflexão sobre a história e a memória e como os meios de comunicação passaram a ser o espaço privilegiado de descrição dos fatos que farão parte dessa memória. Com isso acaba por se dar o que ele chamou de “aceleração da história”, em que o presente ocupa o espaço do passado, provocando uma alteração no tempo da história.

¹⁰ Neste texto “memória coletiva”, “memória social” e “memória cotidiana” são usadas como sinônimos.

Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão [aceleração da história] significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo determinado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto da memória porque ela não existe mais (NORA, 1993, p. 7).

Nora (1993, p. 9) define ainda que “a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”.

Para ele, a história é reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais, enquanto a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, que une um grupo e, por isso, há tantas memórias quantos grupos existem: “[...] ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. O autor define, então, memória coletiva como aquela que “fica do passado no vivido dos grupos, ou que os grupos fazem do passado”.

Por sua vez, Le Goff (1990, p. 474) explica que durante muito tempo “história e memória” confundiram-se e, por isso, a história teria se desenvolvido por meio do modelo “da rememoração, da anamnese e da memorização”. Segundo o autor, toda a evolução do mundo atual sofreu a pressão da “história imediata” e “fabricada ao acaso pelos meios de comunicação”. Como resultado caminha [a evolução] na direção de um mundo acrescido de memórias coletivas, colocando a história, muito mais que antes ou recentemente, sob a pressão dessas memórias coletivas.

A história dita “nova”, que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como “uma revolução da memória” fazendo-a cumprir uma “rotação” em torno de alguns eixos fundamentais: “Uma problemática abertamente contemporânea... e uma iniciativa decididamente retrospectiva”, “a renúncia a uma temporalidade linear” em

proveito dos tempos vividos múltiplos “nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo” (linguística, demografia, economia, biologia, cultura). História que fermenta a partir do estudo dos “lugares” da memória coletiva. Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória (LE GOFF, 1990, p. 474).

Hoje, a memória passa a ser essencial para se discutir o que se costuma chamar de “identidade social”. Quando abrimos as páginas dos jornais diários vemos nelas essa construção da identidade da sociedade contemporânea, ou aquilo que os veículos de comunicação entendem ou escolhem como tal. Essas escolhas passam a fazer parte do imaginário coletivo como verdade. Como explica Le Goff (1990, p. 477), a memória coletiva não é somente uma conquista, mas é também um instrumento e objeto de poder, e, se é poder, pode servir “tanto para a libertação como para a servidão dos homens”.

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, **jornalistas**¹¹, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. [...] A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação, e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1990, p. 475-476).

Os jornalistas passam a ser, então, os condutores dessa história nos veículos de comunicação. E cabe a eles parte da responsabilidade de como ela será construída, ou melhor, aquilo que chegará até o receptor e se transformará na memória coletiva. O profissional de jornalismo deve exercer de fato a sua função de mediar as demandas sociais, por meio da publicação e análise dos fatos, mas nem sempre o faz.

¹¹ Grifo da autora.

Então, o discurso de informação, produzido pelo jornalista, é um discurso de poder. O poder de quem detém parte do conteúdo do que formará a memória coletiva.

Para Van Dijk (2008, p. 74), os meios de comunicação são parte inerente da estrutura do poder na sociedade e administram a sua “dimensão simbólica”, que se materializa por meio dos profissionais de comunicação e que esses profissionais exercem suas funções dentro do que ele chamou de fronteiras de um consenso possível, mas dominante, mesmo naqueles momentos em que há espaço para discordâncias ou críticas ocasionais.

Os valores, as normas e os arranjos de poder fundamentais são apenas raramente contestados de forma explícita nos meios de comunicação dominantes. Na verdade, essa dimensão de discordância é em si própria organizada e controlada. A oposição, também a realizada pelos meios de comunicação, limita-se às fronteiras fixadas pelas instituições de poder e pode, assim, também se tornar rotineira (VAN DIJK, 2008, p. 75).

Segundo Charaudeau (2006, p. 63), informar é ter um “saber” que os demais não têm e transmiti-lo. Transmitir é um ato educativo. O jornalista é, então, “legitimado nessa atividade de transmissão” como aquele que sabe e tem autoridade para tal (“poder dizer”): “Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro. Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social”.

A opinião pública acaba sendo moldada para compreender os fatos relatados como se fossem reais, e não um real modificado pela leitura que fazem deles os meios de comunicação. Rodrigues (2003, p. 72) fala que “estamos sendo sistematicamente educados para a aceitação de um fato como *situação do fato*, porque a educação consiste justamente na apresentação de uma visada de mundo e seus discursos pela exclusão dos inúmeros possíveis. Pró ou contra, cabe a nós assumi-los”.

Mas, ao mesmo tempo, sabemos que os veículos de comunicação nos fazem deparar todos os dias com um mundo editado (BACCEGA, p. 7-8) por filtros selecionadores da informação. Esse processo se dá por meio da escolha do que será publicado ou não. E do que for publicado, quais fontes serão ouvidas ou não para relatar a história. E ainda qual é o recorte do espaço social que é feito. A escolha de

algumas fontes e de alguns fatos em detrimento de outros fará com que parte da história do cotidiano não seja registrada na mídia, seja silenciada, e, por conseguinte, não se fixe na memória coletiva. É por conta da visibilidade que os meios de comunicação assumem:

(...) um papel crucial como disciplina e controle, portanto, como promotoras/mantenedoras de escalas de valores, como *vigilantes*. Temos que pensá-las em seu duplo papel: aquele pelo qual expõe a todo o momento os conflitos é também aquele pelo qual definem a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluíram. Enquanto mostram, as mídias disciplinam pela maneira de mostrar, enquanto mostra controla pelo próprio mostrar. É relação à disciplina que se diz que se não passou pelas mídias não existe (RODRIGUES, 2003, p. 77).

A realidade mostrada pelos meios de comunicação é uma realidade fragmentada, é um real parcializado que se confunde com o próprio real, pois, como define Charaudeau (2006), não existe captura da realidade sem que ela passe por um ponto de vista particular, o qual acaba por construir um objeto particular que é dado como fragmento do real, é um real construído.

O jornalista é aquele que a partir da “captura da realidade” dará ao leitor esse “real construído” e tem por obrigação fornecer uma compreensão crítica da história, relatar a reconstrução do acontecimento com múltiplas percepções e compreensões da realidade, utilizar diversidade de fontes, que possibilitem uma visão crítica da atualidade. Só assim poderá diminuir em parte essa visão parcializada do real.

2.3 – Jornalismo Político e as Páginas de Opinião

Para que uma coluna de comentários políticos exista e seja eficiente faz-se necessária a conjugação de três fatores. O primeiro, é que exista um jornal desengajado das questões facciosas, independente, que se disponha a editá-la. O segundo, é que o jornalista que aceitou a tarefa preserve o ânimo isento, o equilíbrio e a liberdade de espírito, indispensáveis a ver de cima e não de baixo os postos sob sua observação. O terceiro, finalmente, é que as condições gerais do país suportem a exposição franca dos fatos e o seu debate livre.

Carlos Castello Branco

O jornalismo político nasce no Brasil concomitantemente ao nascimento da imprensa. Quando em 1808 a família real portuguesa é obrigada a sair de Portugal para não ter que enfrentar as tropas de Napoleão, começa a circular no país o *Correio Brasiliense*, editado por Hipólito da Costa e produzido em Londres, jornal que marca o início da publicação de um veículo de comunicação para discutir os embates políticos da época. Nesse ano, um mês antes do nascimento do jornal, também é criada a Imprensa Régia, por meio de um decreto de D. João VI. Hipólito da Costa justifica a criação do veículo e o fato de ele ter sido produzido fora do Brasil por motivos políticos e pelos problemas que teria com a censura.

Resolvi lançar esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos (SODRÉ, 1983, p. 20).

O jornal tinha, segundo Sodré (1983, p. 22), o objetivo de “conquistar opiniões”, e para isso discutia os problemas políticos e econômicos que afetavam a Inglaterra, Portugal e o Brasil. Então, o primeiro veículo impresso nascia para “doutrinar” e com a vocação de influenciar a opinião pública e a condução dos destinos do país.

Hipólito José da Costa defendia uma transformação profunda de Portugal e do Brasil e achava que a presença da corte portuguesa na principal colônia era a grande oportunidade para os dois países saírem do marasmo econômico, político e social em que se encontravam (SEABRA, 2006, p. 113).

Para tentar neutralizar a crítica política que se estabelecia nas páginas do *Correio Brasiliense*, o governo de D. João VI incentivou o surgimento de algumas produções de jornais, “começando pelos folhetos do tipo panfletário e completando-se, logo depois, com órgãos específicos do jornalismo” (SODRÉ, 1983, p. 30). Segundo Martins e Luca (2008, p. 30), ocorreu a criação de um espaço público de crítica, provocada pelo *Correio Brasiliense*, “que apesar de sofrer restrições e até perseguições do governo luso-brasileiro por sua contundência oposicionista, era sistematicamente lido no Brasil”.

Três meses depois era fundada, na Corte, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o que Sodré (1983, p. 22) define como um tipo de veículo mais próximo, embora rudimentar, do jornalismo feito hoje. Em 1811, em Salvador, é publicado pela primeira vez o jornal a *Idade de Ouro do Brasil*, que tinha como princípio apresentar “as notícias políticas sempre da maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendessem diretamente ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública”. Para combater de forma mais contundente os ataques do *Correio Brasiliense* ao governo é criado também em Londres, a partir de 1818, o *Investigador Português*.

Esse primeiro momento da imprensa “política” vai de 1808-1831. O ano de 1821 ficaria marcado com as páginas dos jornais debatendo o processo de Independência do Brasil e pelo surgimento da “imprensa livre”, período que se estende até 1831, quando D. Pedro I abdica do trono e parte para Portugal.

A Independência, como se sabe, consumou-se em setembro de 1822. As disputas políticas que marcaram os primeiros anos do Brasil livre refletiram-se na imprensa política. A separação definitiva de Portugal exigia uma imprensa atuante. Entretanto, forças antagônicas, tendo de um lado o grupo de Bonifácio de Andrada e, de outro, o de Gonçalves Ledo, forçaram uma guerra ideológica que transformou os jornais da época em verdadeiras trincheiras. Foi um período violento, marcado por agressões físicas a donos de jornais, queda do gabinete Andrada e dissolução da Assembleia Constituinte convocada por D. Pedro I.

O imperador outorga a Constituição de 1824, que, apesar de imposta, duraria até o fim do reinado de seu filho D. Pedro II, em 1889. Entre a Carta Constitucional e a abdicação de D. Pedro I, em 1831, a imprensa brasileira passou por um momento de afirmação. [...] Os jornais continuaram a criticar o poder real e, em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdica e parte para Portugal. Era a imprensa firmando-se como porta-voz da opinião pública da época (SEABRA, 2006, p. 117).

Em 1832, o Brasil contava com cerca de 50 títulos (SODRÉ, 1983). A imprensa definia a sua orientação em três campos políticos: o dos conservadores de direita, embalados pela ideia de restauração; o dos liberais de direita, que faziam o papel de centro, e o dos liberais de esquerda. Eram veículos extremamente ideológicos e agressivos com seus opositores, não poupavam nem mesmo a vida privada dos desafetos. É também nesse período que aparecem redatores de diferentes espectros políticos que se destacavam pelo estilo panfletário.

O conservador e erudito José da Silva Lisboa (visconde de Cairu), redator de vários folhetos e jornais de combate; Evaristo da Veiga e sua influente *Aurora Fluminense* (1827-1839) criticando D. Pedro I e depois apoiando as regências, formava opiniões e expressava uma ampla rede de associações em nível nacional; o republicano e posteriormente socialista Antonio Borges da Fonseca com vários títulos, destacando-se *O Republicano*, criador de uma ortografia ortofônica bem particular que almejava a formação de uma língua nacional; o neojacobino Ezequiel Correa dos Santos e seu *Nova Luz Brasileira* pregando uma reforma agrária; o lendário carmelita frei Joaquim do Amor Divino Caneca e seu *Tipbis Pernambucano*, que custaria a vida de seu redator; [...] *O Observador Constitucional*, em São Paulo, 1829, do italiano Libero Badaró, assassinado no ano seguinte devido à sua atuação no jornal; [...] outros defendiam inabaláveis o ponto de vista governamental, como a *Gazeta do Brasil* e o *Diário Fluminense*, com vários redatores; nem mesmo o imperador Pedro I ficaria isento desse clima, publicando, anônimo ou com pseudônimo, textos igualmente provocantes (MARTINS e LUCA, 2008, p. 39-40).

No Segundo Reinado, período que vai de 1840-1889, a política se dividia entre conservadores e liberais. É um período de acordo e conciliação entre as elites, o que vai refletir nos jornais produzidos. Nas décadas de 50 e 60 do século XIX ocorre um declínio do jornalismo político.

As lentes da política presidem as novas páginas periódicas abertas com o Segundo Reinado, assinadas em sua maioria por servidores do trono. Política e imprensa se conjugam, a serviço dos partidos – Conservador ou Liberal – atrelados a grupos familiares, condicionados a seus interesses econômicos e afinidades intelectuais. Em geral os partidos e respectivas famílias se fazem representar por meio de um jornal, demarcador de suas posições, ambições e lutas (MARTINS e LUCA, 2008, p. 48).

O ressurgimento do jornalismo político ocorre a partir de 1870, quando termina a Guerra do Paraguai e começam a se fortalecer as ideias abolicionistas, e tem início a campanha republicana. Esse período, afirma Seabra (2008, p. 122), vai exigir o retorno de um jornalismo engajado, menos panfletário do que o feito nas primeiras décadas do século XIX, mas com a mesma capacidade de mobilizar a população.

É durante a Primeira República ou República Velha – entre 1889 até 1930 – que a imprensa sofre um processo de ampliação temática. A política continuava mantendo o seu espaço, mas outros temas passam a ocupar as páginas dos jornais.

O advento e o transcorrer da chamada Primeira República (1899-1930) trouxeram uma imprensa que se diversificava. A política mantinha seu espaço, mas o crescimento urbano propiciava o ímpeto de se reportar novos focos de notícia, fosse aquele do bordão republicano “O Brasil Civiliza-se” ou as diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca do progresso. Naquelas páginas estampou-se nossa *Belle Époque* (MARTINS e LUCA, 2008, p. 83).

O início da Primeira República também foi bastante contraditório. As relações entre o governo, que se dizia laico e liberal, e a imprensa construíram-se em dois pilares: ao mesmo tempo em que corteja a imprensa, a censurava. Um decreto de 23 de dezembro de 1889 afirmava que seriam punidos com julgamento militar aqueles que por palavras, escritos ou atos promovessem a revolta civil ou a indisciplina militar. Jornalistas foram presos, ocorreu a supressão de jornais e a destruição de tipografias.

Alguns veículos de comunicação se destacaram nesse período, todos eles produzidos no Rio de Janeiro, capital da República, que naquele momento era o centro das decisões políticas brasileiras: *O País* (1884-1934), dirigido por Quintino Bocaiúva, que nasceu republicano e se manteve assim durante toda a Primeira República – defendia o governo; o *Correio da Manhã* (1901-1974), jornal considerado combativo e que fez oposição sistemática à política do “café com leite”, e o *Jornal do Brasil* (1891), que se caracterizou desde o início como um veículo que primava pelo profissionalismo no tratamento jornalístico.

Em São Paulo, o espaço de prestígio da imprensa, que só será consolidado no século XX, era ocupado pelo *O Estado de S. Paulo* (1875), jornal formado a partir de “uma aliança entre elites rurais e burguesia ascendente” (MARTINS e LUCA, 2008,

p. 88). Foi para ele que Euclides da Cunha¹² cobriu a Guerra dos Canudos (1893-1897) direto do campo de batalha.

Mas a grande imprensa, enquanto empresa jornalística, com estrutura específica e equipamento tipográfico, aparece de fato no início do século 20 com a ascensão burguesa e os avanços, embora ainda tímidos, do capitalismo. Esse é um período em que a imprensa valoriza e dá destaque para o fato político.

Os anos 20 são marcados no Brasil por profundas modificações no campo político, provocadas por militares e pelas camadas médias urbanas. Esses setores estavam insatisfeitos com os rumos que o país vinha tomando. Na chamada política do “café com leite”, em que São Paulo e Minas Gerais se unem para eleger os presidentes da República em esquema de revezamento, os dois Estados acordam que as eleições de 1922 trariam como candidato o mineiro Artur Bernardes (1875-1955) e já acertando como seu sucessor um paulista, Washington Luís (1869-1957). Mas os Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro reagem e apresentam como candidato à Presidência da República Nilo Peçanha (1867-1924).

Nesse embate, o Exército se inclina para a oposição. A imprensa reaparece no meio dos conflitos pela sucessão quando o jornal *Correio da Manhã* traz uma carta, falsamente atribuída a Artur Bernardes, ofensiva aos militares.

Mas Artur Bernardes vence as eleições e, em 5 de julho de 1922, em uma tentativa de impedir a sua posse, os tenentes do Forte de Copacabana se rebelam, recebendo o apoio de militares do Distrito Federal, Rio de Janeiro e Mato Grosso. A rebelião fracassou e os militares resolvem marchar até a praia de Copacabana. São duramente reprimidos e, dos “18 do Forte”, apenas dois sobrevivem: os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. O episódio vai dar origem ao movimento tenentista.

No ano seguinte (1923) é promulgada a Lei de Imprensa ou Lei Adolfo Gordo, projeto original do senador Adolfo Gordo (SP). A lei ficaria conhecida como “lei infame”, pois, embora falasse em “liberdade com responsabilidade”, instalava a censura prévia aos veículos de comunicação e responsabilizava os jornalistas pelos conteúdos ditos “ofensivos” publicados pelos jornais.

¹² O engenheiro Euclides da Cunha escreveria como resultado dessa cobertura o livro “Os Sertões”, publicado em 1902, que pode ser considerado uma das principais obras de reportagem política produzidas no Brasil.

Um pequeno fôlego é dado à cobertura política e à imprensa de modo geral com a Constituição de 1936. Mas com a instauração do Estado Novo (1937-1945), sob o comando de Getúlio Vargas (1883-1954), a imprensa volta ao controle do Estado. Ocorre a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). A uniformização das notícias era “garantida” pela Agência Nacional, que distribuía “gratuitamente” ou como “matéria subvencionada” informações para a imprensa.

Segundo Seabra (2006, p. 127), o jornalismo político, controlado nas décadas anteriores, nesse período praticamente deixa de existir. A situação mudaria alguns meses antes do fim do Estado Novo (outubro de 1945) quando, em maio de 1945, uma entrevista concedida pelo escritor e político José Américo para Carlos Lacerda, no *Correio da Manhã*, pedia o fim da ditadura Vargas e eleições diretas. Põe-se fim à censura e faz retomar o jornalismo político aos jornais.

A partir de 1945 o jornalismo brasileiro vive o que poderia se chamar de “auge da imprensa brasileira” (SEABRA, 2006, p.127). A cobertura política ganha novas dimensões com as eleições de 1945 (nesse ano é eleito presidente da República Gaspar Dutra) e a de 1950, que elege Getúlio Vargas. Um ano depois, 1951, o *Diário Carioca* passa a utilizar as técnicas americanas de construção da notícia, que introduz o *lead*, produzindo uma reforma técnica no texto jornalístico que seria seguida pelos demais órgãos de imprensa.

É desse ano também a fundação do jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer (1912-1980), órgão oficioso da política Vargas que tratava de política com uma linguagem popular e que ganharia, em pouco tempo, destaque na imprensa carioca e brasileira. Do outro lado da trincheira política estava o jornal *Tribuna da Imprensa*, dirigido por Carlos Lacerda (1914-1977). As páginas desses dois jornais espelhavam os antagonismos da política do período.

Nos anos 50 começam também a surgir os nomes que comporiam a crônica política brasileira, uma junção de informação com a análise dos fatos. Entre eles Heráclito Assis de Salles e Carlos Castello Branco, o Castelinho, que passou a escrever duas páginas de análise política na revista *O Cruzeiro*. De 1961 até 1993 Castello elaborou para o *Jornal do Brasil* a *Coluna do Castello*, que refundou o articulismo político e serviu de modelo para os jornalistas que escreveram sobre política a partir de então.

Os jornais viveram essa liberdade de produção até 1964. Em um primeiro momento quase todos os jornais foram a favor do golpe engendrado pelos militares

naquele ano. Mas o AI-5, editado quatro anos depois do golpe, em dezembro de 1968, cassou direitos políticos indiscriminadamente e colocou uma mordada na imprensa, com censura prévia ao seu conteúdo. Então, o jornalismo político sofre um dos principais golpes da sua história. Era proibido falar ou publicar qualquer assunto que se referisse aos que faziam oposição à ditadura militar ou críticas ao governo.

Logo nos primeiros dias, começou a destruição de qualquer resistência na imprensa: *Última Hora* foi invadida e depredada; os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados, exilados, e alguns tiveram seus direitos políticos cassados (SODRÉ, 1983, p. 435).

Durante esses 20 anos de arbítrio o jornalismo político banido da grande imprensa acabou tendo como foco de resistência o espaço da imprensa alternativa, que, embora falasse para um público de estudantes, jornalistas, políticos e intelectuais, acabava por repercutir na sociedade de modo geral. *Pif-Paf* (1964), *O Pasquim* (1969), *Opinião* (1972), *Movimento* (1975), *Em Tempo*, *Versus* (1976) foram algumas das publicações desse período. Os veículos eram “temidos” pelos militares já que a imprensa alternativa continuava produzindo resistência contra os que detinham o poder no período, mesmo sob repressão. Bancas que vendiam essas publicações foram incendiadas.

A oposição ao regime era explicitada por meio de caricaturas, charges e o humor. Segundo Kucinski (2003, p. 44), não houve nenhuma outra categoria profissional que se colocou de forma tão coesa em oposição ao regime militar e que teve papel tão central na resistência à ditadura. Coube ao jornalista Millôr Fernandes inaugurar a resistência alternativa, quando na penúltima semana do mês de maio de 1964 lançou a revista *Pif-Paf*¹³, que havia sido idealizada um pouco antes do golpe.

¹³ Antes de virar revista, *Pif-Paf* era uma seção da revista *O Cruzeiro* que Millôr Fernandes fez durante 18 anos (1945-1963).



Exemplar número 3 da Revista *Pif-Paf*, que passou a circular em maio de 1964.

É a partir dos anos 70, mais de 12 anos após o golpe, que começa a se esboçar na grande imprensa, completamente amordaçada até então, alguns respingos da democracia, com o retorno dos temas políticos para as páginas dos jornais, seja por meio da reportagem ou da crônica da cena política.

O jornal *O Estado de S.Paulo* traz, em agosto de 1976, uma série de reportagens do jornalista Ricardo Kotscho mostrando as mordomias em que se regalavam os donos do poder – ministros e a alta hierarquia do governo. Kostcho (2006, p. 54) explica que as edições do jornal se esgotaram nas bancas e o resultado da série foi o Prêmio Esso de Jornalismo daquele ano.

Em entrevista à *Veja* daquela semana, Julio de Mesquita Neto, o diretor-responsável do *Estadão*, afirmava: “Em trinta anos de jornal, eu nunca havia visto uma reportagem repercutir tanto”. Ao mesmo tempo em que admitia que o jornal estava sofrendo pressões, ele se orgulhava de dizer que “a possibilidade de represálias nunca pesou em nossas medidas (KOSTCHO, 2006, p. 55).

No ano seguinte, em setembro de 1977, dois momentos importantes da imprensa ocorreram nos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo*. *O Globo* publica na íntegra em página inteira dois relatos em que Aldo Arantes e Haroldo de Lima,

militantes do Partido Comunista do Brasil, contam as torturas pelas quais tinham passado nos DOI-CODI do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Já na *Folha* uma crônica do jornalista Lourenço Diaféria (Anexo 1) parabeniza um sargento (Silvio Delmar Hollembach) que havia morrido, em Brasília, ao salvar uma criança de um cercado de ariranhas. No artigo, Diaféria dizia preferir o gesto do sargento à estátua de Duque de Caxias, patrono do Exército, existente no centro da cidade.

Diagéria é preso. A direção da *Folha* decidiu protestar, e o jornal circulou com o espaço do cronista em branco. Ao pé da coluna, informava que o jornalista estava encarcerado. Armara-se a crise com um periódico que por muitos anos evitara embaraçar o governo, mas em cuja redação se cultivavam ódios internos profundos. Desde 1967 a *Folha de S.Paulo* era chefiada pelo jornalista Cláudio Abramo [...] Abramo considera imprudente a decisão de se deixar em branco o espaço da coluna de Diaféria: “Não temos armas para resistir”. Estava certo. O general Hugo Abreu telefonou a Frias no mesmo dia. Sacou munição do plano de combate contra o *Jornal do Brasil* e ameaçou processar a *Folha* com base na Lei de Segurança Nacional, suspendendo-lhe a circulação por dois meses, prorrogáveis por mais dois. Frias recuou. Retirou seu nome do cabeçalho do jornal, exonerou Abramo da chefia de redação, cancelou a coluna do Dines e suspendeu a publicação dos editoriais (GASPARI, 2004, p. 453-454).

Mas é o início dos anos 80 que vai marcar definitivamente o retorno das discussões políticas aos jornais brasileiros. O auge é a “Campanha pelas Diretas Já”, que devolve, por meio da cobertura feita do movimento, para a sociedade civil o debate dos temas políticos. Isso acontece após 20 anos (1964-1985) de uma ditadura que cerceou os meios de comunicação e principalmente a cobertura e a análise dos fatos políticos nacionais.

Depois de 20 anos de notas e comunicados oficiais, passando pelo “nada a declarar” do antigo ministro da Justiça, Armando Falcão, os jornalistas políticos começavam, finalmente, a tirar o foco dos quartéis. [...] Cada vez mais, uma meta e uma certeza vigoraram entre os jornalistas: a busca pelo que está por trás do fato e a convicção de estar escrevendo a história (MARTINS e LUCA, 2008, p. 256-258).

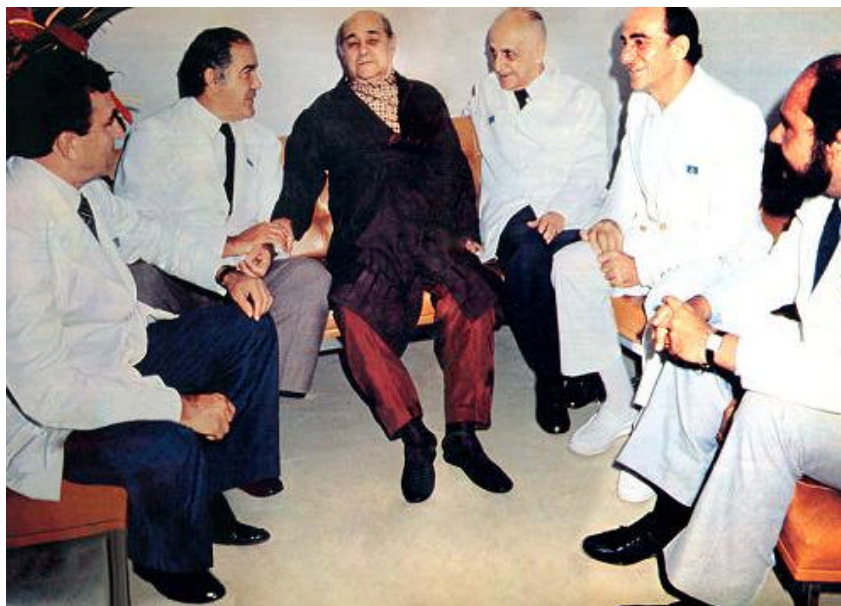
A *Folha de S.Paulo*, que tinha recuado no caso Diaféria, torna-se o primeiro veículo de comunicação a sair com suas páginas recheadas de reportagens e artigos

sobre a “Campanha das Diretas”. É importante destacar, porém, que a própria ditadura militar agonizava com seus generais discutindo internamente a reabertura do regime político no país. Não por acaso, a oposição ao regime e aos exilados políticos que voltam ao país, ganham espaço no jornal na página 3 – “Tendências e Debates”¹⁴. Em seguida, toda a imprensa seguiu os passos da *Folha*, pois não podia mais ignorar as milhares de pessoas que saíam às ruas para exigir o direito de eleger pela forma direta o presidente da República.

A partir de 1984 o jornalismo político voltou a exercer a sua função essencial de acompanhar, debater e analisar o cenário político brasileiro. Cito alguns momentos marcantes para a história do jornalismo político pós-84:

- A disputa no Colégio Eleitoral entre Tancredo Neves e Paulo Maluf, em 1985, após a derrota da emenda Dante de Oliveira, e posterior agonia e morte do presidente eleito pela via indireta – Tancredo Neves, e a posse de José Sarney.

Foto: *FolhaImagem*



O presidente eleito Tancredo Neves e médicos anunciam cirurgia em 1985.

- Em 1987, os jornalistas políticos precisaram se especializar para traduzir à população as discussões temáticas que ocorriam com a instituição da Assembleia Nacional Constituinte.

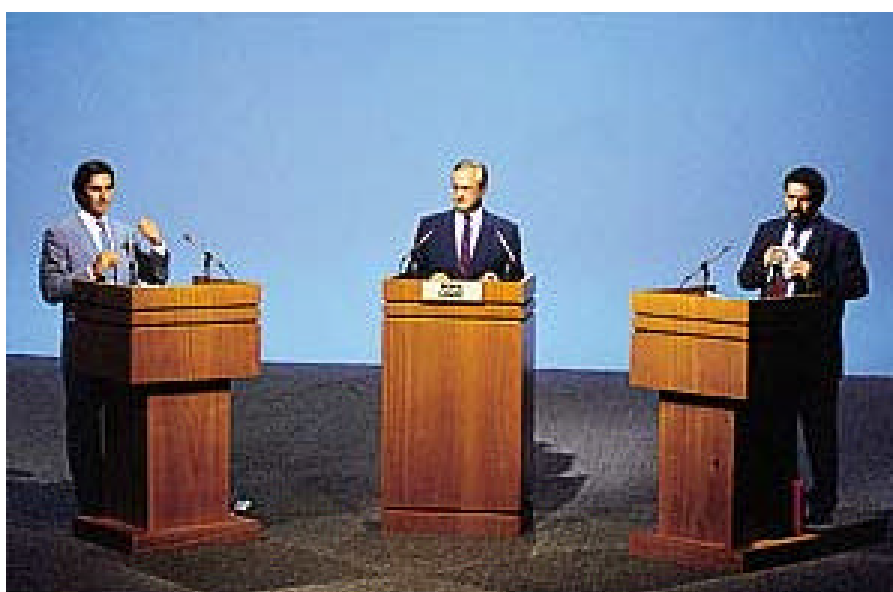
¹⁴ Tratarei desse assunto de forma aprofundada no capítulo “A *Folha* e as Diretas Já”.



Reprodução da capa da Edição da *Folha de S. Paulo* de 5/10/1988.

- A primeira eleição direta para a Presidência da República, em 1989, trouxe o embate entre a primeira liderança operária a disputar uma eleição, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT (Partido dos Trabalhadores), e o até então praticamente desconhecido governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, pelo PRN (Partido da Reconstrução Nacional).

Foto: FolhaImagem



Debate entre Lula e Collor – Eleição Presidencial 1989.

- Durante o governo Fernando Collor de Mello o jornalismo político teve participação essencial com reportagens que contribuíram para a renúncia do presidente e posterior cassação dos seus direitos políticos pelo Senado Federal. Em 1992, *Veja* publica entrevista do empresário Pedro Collor de Mello, irmão do presidente da República. Nela, denuncia um esquema de corrupção no governo, sob direção do empresário PC Farias (Paulo César Farias), amigo e caixa de sua campanha eleitoral. Pedro Collor relata tráfico de influências e irregularidades financeiras. Logo depois, a revista *Isto É* publica entrevista com outro personagem do escândalo que crescia no governo. Tratava-se de Eriberto França, motorista da secretária de Collor, Ana Acioli. O motorista, na entrevista, confirmava que as empresas de PC Farias faziam depósitos com regularidade nas contas fantasmas de uma pessoa chamada “Maria Gomes” e movimentadas pela secretária do presidente.



Capa da revista *Veja*, Edição nº 1236, de 27/05/1992, em que Pedro Collor faz denúncias contra Fernando Collor de Mello e, na semana seguinte, a capa da revista *Isto É*, Edição nº 1.188, de 8/07/1992, com Eriberto França, que reafirma os casos de corrupção no governo.



Capa da *Folha* no dia seguinte à votação do impeachment de Collor, em 30/09/1992.

- As eleições de 2002, entre Lula (PT) e José Serra (PSDB, ministro da Saúde do governo Fernando Henrique Cardoso). Pela primeira vez, um líder operário, Luiz Inácio Lula da Silva, metalúrgico e liderança política dos trabalhadores após as greves históricas de 1978-1979, ocorridas no ABC paulista, torna-se presidente da República. Segundo Seabra (2008, p. 136), “a ampla cobertura jornalística realizada em 2002 e o equilíbrio com que a imprensa tratou os dois candidatos fizeram dessa eleição um modelo de atuação para o jornalismo político”.

Foto 1: Imprensa/STMSBC e Foto 2: *Folha Imagem*

Lula em dois momentos: na primeira foto, 1978, fala em Assembleia no Estádio Vila Euclides durante greve histórica dos metalúrgicos do ABC; e, na segunda foto, em 2002, após ser eleito presidente da República.

O que se percebe, então, é que o jornalismo no Brasil nasce e se consolida com vocação para a discussão política. Em um primeiro momento, “panfletário”, com lados bem definidos e espelhando isso em suas páginas. Em outros, tentando “disfarçar”, “camuflar” as posições que defendia. Mas em muitas situações foi a cobertura jornalística da cena política que consolidou a democracia e garantiu o cumprimento dos direitos civis, mesmo que, em algumas vezes, com os jornalistas sofrendo as consequências dos ataques desferidos pelos governantes de “plantão”, que utilizavam a força militar para brechar o desenvolvimento da análise política e silenciar os profissionais que a produziam.

2.3.1. – A Política nas Páginas dos Jornais

É possível definir jornalismo político, quanto ao sentido de informação, como aquele que se preocupa em desenrolar os fatos e suas correlações, com o objetivo de traçar o cenário político para o leitor. Por outro lado, é aquele que interpreta e analisa a vida política, os acontecimentos dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Mas é possível ainda afirmar que a mídia, com seu poder de formação de agenda pública, define e seleciona quais os temas políticos a serem destacados em seus veículos e, automaticamente, com os quais o leitor irá se deparar e travar conhecimento, determinando, em grande parte, a formação do imaginário social da opinião pública (memória coletiva).

Toda a discussão política leva a uma tomada de posição com relação aos destinos da nação e vem emaranhada nas disputas de poder que se estabelecem no campo político, com as quais o jornalista que cobre a área precisa lidar. O discurso daqueles que compõem esse cenário é carregado de “interesses”. Na maior parte das vezes, está aquém do interesse público. Por isso o jornalista precisa atentar para as entrelinhas, o significado do que está por trás do discurso político.

Kovach e Rosenstiel (2004, p. 22-23) definem que a finalidade do jornalismo é fornecer informação às pessoas para que elas sejam livres e capazes de se autogovernar. Elaboram, para isso, nove elementos que seriam essenciais para desempenhar essa tarefa de modo geral, mas que funcionam muito bem para o jornalismo político. São eles:

1. Obrigação com a verdade,
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos,
3. Disciplina da verificação,
4. Jornalistas devem manter independência de quem estão cobrindo,
5. Funcionar como um monitor independente do poder,
6. Abrir espaço para a crítica e o compromisso público,
7. Empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante,
8. Apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional
9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência.

Se a política é o reino do conluio e das segundas intenções, do conflito e da negociação, cabe ao profissional de jornalismo não medir esforços para encontrar os caminhos que levam as entrelinhas do poder e com isso produzir análise acurada sobre eles, desembaraçando essa teia para o leitor. Isto porque cabe ao jornalista, em grande parte, definir os rumos da vida das pessoas, trabalhar como o “guardião” da informação e da análise desse cenário. Só assim se manterá fiel ao cidadão e o ajudará a estabelecer a leitura da realidade.

Ao construir e desconstruir essa rede de poder terá equilíbrio se no processo de construção da informação buscá-la com a objetividade possível, na diversidade de posições e olhares expressos no texto. Abramo (2003, p. 27) afirma que a objetividade tem a ver com relação que se estabelece entre o sujeito observador

[jornalista] e o sujeito observável [político]. E que é possível fazer jornalismo com objetividade e que é desejável fazê-lo porque só assim se pode reduzir ao máximo o erro involuntário e impedir que a realidade seja manipulada. Segundo o autor,

O reino da objetividade é a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem, a análise, assim como o reino da tomada de posição é a opinião, o comentário, o artigo, o editorial. É fundamental separar e distinguir informação de opinião, indicar as diferenças de conteúdo e forma dos gêneros jornalísticos, e apresentar toda a produção jornalística ao leitor/telespectador de forma que ele perceba imediatamente o que é exposição da realidade e o que é ajuizamento de valor (ABRAMO, 2003, p. 41).

Abramo define também a diferença entre objetividade e outros termos que comumente a ela se vinculam – neutralidade, imparcialidade, isenção. E diz ainda que neutralidade, imparcialidade e isenção são palavras que se situam no campo de ação e dizem respeito aos critérios do fazer, do agir, do ser. Estão relacionadas a categorias de comportamento moral. Já o conceito de objetividade situa-se em outro campo, o do conhecimento. O autor pergunta:

É desejável, para um jornalista, para um órgão de comunicação, uma postura de neutralidade, imparcialidade ou isenção, no lugar de seu contrário, isto é, a tomada de posição? Na medida em que o jornalismo tem de tratar do mundo real, ‘natural’ ou ‘histórico’, e que esse mundo real é repleto de contradições reais, de conflitos, de antagonismos e de lutas, o que significa realmente ser neutro, imparcial ou isento? Neutro a favor de quem, num conflito de classes? ‘Imparcial’ contra quem, diante de uma greve, da votação de uma Constituinte? ‘Isento’ para que lado, num desastre atômico ou num escândalo administrativo? (ABRAMO, 2003, p. 41).

Ele mesmo responde:

É defensável que o jornalismo, ao contrário do que muitos preconizam, deve ser não neutro, não imparcial e não isento diante dos fatos da realidade. E em que momento o jornalismo deve tomar posição? Na orientação para a ação. O órgão de comunicação não apenas pode, mas deve orientar seus leitores/ espectadores, a sociedade, na formação da opinião, na tomada de posição e na ação concreta como seres humanos e cidadãos. É esse, exatamente, o campo do juízo de valor, do artigo de fundo, da opinião, do comentário, do artigo, do editorial (ABRAMO, 2003, p. 41).

Abramo nos coloca diante do ideal de jornalismo. Porém, não se pode negar que, ao mediar o acontecimento, o jornalista, de acordo com as condições de produção desse fato, e, principalmente, os veículos de comunicação, por terem uma

linha editorial e posições ideológicas definidas, fazem escolhas. Ao fazê-las, mesmo no que se refere à informação dita “factual”, a partir do recorte da realidade, do enquadramento que lhe é dado, por meio das escolhas de quem terá voz ou não para a construção desse fato, ajuíza valor sobre o fato.

No que se refere à informação no campo da política, esse processo de mediação feito pelo jornalista entre a informação política e o leitor será mais bem conduzido e terá mais qualidade, aproximando-se do conceito de objetividade definido por Abramo, quando há um distanciamento do sujeito observável (político) que lhe permita atuar com independência no monitoramento do poder e levantar as fragilidades e acertos das políticas públicas, analisando-as e interpretando-as de acordo com o interesse público.

Segundo Martins (2005, p. 21), no jornalismo político não basta apenas dar a notícia, é preciso qualificá-la, fazer correlações com outros acontecimentos, explicar causas e avaliar consequências. O autor afirma ainda que é necessário “explicar, analisar, interpretar”, o fato. O leitor é exigente com a qualidade da informação política que recebe. Não quer apenas o fato, quer informação de qualidade e que lhe dê a possibilidade de interpretar e formar a própria opinião sobre o acontecimento. Essa informação diferenciada passou a ocupar nos jornais a forma de colunas políticas, que abrangem conteúdos e formas diversificados de acordo com o veículo e o jornalista que a produz.

As colunas são os espaços mais nobres de interpretação do noticiário político. Às vezes são também espaços de opinião e de informação. Assinadas por jornalistas experientes e talentosos, que têm grande número de fontes e boa capacidade de análise, as colunas tornaram-se tão importantes para o leitor que a maioria dos jornais geralmente publica mais de uma. Seus formatos, estilos e embocaduras variam, mas todas elas, de alguma forma, buscam cumprir a mesma função: ancorar o noticiário, tomar a temperatura do dia e farejar possíveis desdobramentos (MARTINS, 2005, p. 23).

Kunczik (2002, p. 254) cita Rothman e Lichter para explicar que “todo mundo elabora necessariamente uma visão ou paradigma do mundo que diz quais são os fatos pertinentes e quais as fontes confiáveis para a compreensão dos complexos assuntos públicos. Os jornalistas não são exceção”. Para Coutinho (In MOTTA, 2002, p. 289), isso significa dizer que “as colunas ocupam hoje um papel de filtro, de seleção de assuntos que mereçam destaque”.

Carlos Castello Branco, jornalista que inaugurou o estilo de coluna política seguida ainda hoje por muitos jornalistas e que priorizava a análise e a informação, deixando em segundo plano a opinião, explicava que, “afastando-se aparentemente da objetividade narrativa, o comentarista político procura, na sua análise, e apesar da impressão em contrário que possa produzir, uma precisão maior. Cabe-lhe tentar a captação de todos os fatores, de todas as circunstâncias em que se desenrola e se desdobra o acontecimento”.¹⁵

Os colunistas são, na definição de Coutinho (2002, p. 282), os instigadores, aqueles que são responsáveis pela “informação-provocação-mobilização” do leitor diante do fato político. Também constroem a imagem dos que percorrem o campo¹⁶ político.

No jornalismo impresso as colunas expressam uma informação que vem carregada da credibilidade de quem a assina. É o que Castilho¹⁷ chamou de jornalismo de grife. Os leitores confiam na análise dos fatos feita pelo articulista político, e para confiar nela precisam ter claro que não existem segundas intenções no discurso articulado. Jornalistas, como quaisquer outros cidadãos, têm preferências políticas e ideológicas, mas devem cercar-se de todos os cuidados para que elas interfiram o menos possível no conteúdo das suas análises.

Assim o leitor estabelecerá com o colunista uma relação de confiança, calcada na credibilidade do jornalista, e terá segurança com a qualidade da informação que recebe, tornando-se leitor assíduo daquele profissional.

Uma das formas de fazê-lo é não confundir a cobertura do poder com fazer parte desse meio. A proximidade do jornalista com o político deve-se limitar a obter informações, no sentido de ter fontes diversificadas que lhe possibilitem a condução da reportagem ou da análise com qualidade.

Outra questão, diretamente relacionada à produção da análise política, é que os meios de comunicação, queiram ou não, influenciam o público no sentido de como o leitor, no caso do jornal, por meio da informação/análise proporcionada, irá ler o cenário de uma eleição e seus candidatos, a atuação do governo e como ele irá construir ou desconstruir o perfil dos dirigentes políticos.

¹⁵ CAMPOS, Pedro Celso. Artigo, Coluna, Editorial.

In: <http://webmail.faac.unesp.br/pcamp0s/Artigo.%20coluna.%20editorial.htm> Acesso em 3/12/2008.

¹⁶ BOURDIE (1998, p. 57) define campo como uma forma de organização do chamado mundo social em cujo interior seriam travadas as relações objetivas, de interação ou forças.

¹⁷ CASTILHO, Carlos Castilho. Jornalismo de Grife. Boletim Nº 14, Março-Abril de 1997, Instituto Gutenberg. Disponível em: <http://www.igutenberg.org/castil14.html> Acesso em dezembro 2008.

CAPÍTULO III

Diretas Já: da Esperança à Decepção

Não só a tradição constitucional, ou as aspirações populares militam em favor do restabelecimento do direito do povo de escolher o primeiro magistrado. A legitimidade do mandato surge límpida, incontestada, se sua autoridade for delegação expressa da maioria do eleitorado.

Trecho da Emenda Dante de Oliveira

Quando os anos 80 chegaram, o Brasil já não era mais o mesmo que os militares vinham dirigindo desde 1964. Em 1974, o regime sofreu a primeira derrota. Nas eleições daquele ano para deputados estaduais, federais e senadores o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) elegeu 16 senadores de um total de 23 (4 milhões de votos a mais que a Arena – Aliança Renovadora Nacional), que só elegeu sete senadores. Além disso, o MDB praticamente dobrou o número de deputados federais eleitos – 161 (contra os 87 anteriores).

Ainda no campo político, outra derrota se aproximava. O regime ditatorial implantado em 1964 contabilizava cerca de 200 presos políticos nos seus porões, sem contar os brasileiros que estavam no exílio. Em breve eles começariam a retornar ao cenário político brasileiro.

São criados os Comitês Brasileiros de Anistia. Em 1978, é realizado o 1º Congresso Nacional da Anistia, em São Paulo. “A luta ganha as ruas, tira os presos políticos do isolamento e repercute no Congresso Nacional” (COSTA, 2009).¹⁸

Os movimentos sociais vinham-se organizando contra a ditadura militar e pela Anistia – ampla, geral e irrestrita – desde o final dos anos 70. Em 18 de agosto de 1979, o general-presidente João Baptista Figueiredo, sob pressão, encaminha o projeto da Lei da Anistia ao Congresso Nacional, que é aprovado e promulgado no dia 28 de agosto de 1979. A ditadura leva mais um golpe.

Maria da Glória Gohn (2003) explica que “os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição ao então regime militar, especialmente pelos

¹⁸ COSTA, Homero de Oliveira. Incursões na História das Anistias Políticas no Brasil. In: www.dhnet.org.br Acesso em 9/03/2009.

movimentos de base cristãos, sob inspiração da Teologia da Libertação”, foram essenciais para colocar a população brasileira novamente no cenário das mobilizações sociais, o que resultou em conquistas, via demandas e pressões organizadas, incluídas inclusive na Constituição de 1988.

No fim dos anos 70, outro movimento social também pressionava a ditadura. Trabalhadores saíram às ruas para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho. No ABC, a classe operária deu o principal exemplo. Metalúrgicos fizeram greves históricas no biênio 1978-1979. A principal teve início com os operários da multinacional Scania, fabricante de veículos pesados. A paralisação começou em 12 de maio de 1978 e, mais do que um movimento reivindicatório, foi responsável por questionar uma política econômica, que, posteriormente, causaria uma das piores recessões no país, em 1982.

Um ano depois, em março de 1983, no campo político-partidário, um deputado federal recém-eleito por Mato Grosso, Dante de Oliveira (1952-2006), percebeu que o desejo do voto direto em todos os níveis estava presente como uma das demandas dos movimentos sociais.

Dante de Oliveira apresenta ao Congresso Nacional uma emenda para restituir ao povo brasileiro o direito de votar e escolher o presidente da República. No ano anterior (1982) a população brasileira já havia escolhido pelo sufrágio universal governadores e deputados. A ditadura agonizava.

Dante de Oliveira explica¹⁹:

Durante a campanha [para deputado federal], me chamava atenção que, nos debates nas universidades, nos bairros e mesmo em comícios e grandes eventos, a resposta da população era muito forte quando se falava em elegermos o presidente da República. Aquilo me marcava, era algo que tocava as pessoas. Quando me elegi, tomei a decisão: vou apresentar o projeto. Antes fui ao Congresso, em janeiro, não tinha tomado posse, fui pesquisar sobre os projetos que estariam tramitando (...) um funcionário do Senado me informou que não havia nenhum. Já haviam sido arquivados os projetos de Marcos Freire, de [Orestes] Quêrcia. Antes de iniciar a legislatura, eu já estava colhendo as assinaturas, em janeiro e fevereiro. Algumas eu consegui a vésperas de dar entrada no projeto (...) eu estava tão ansioso para apresentar o projeto que fiquei na fila, perto do microfone, e fui o

¹⁹ No livro “Diretas Já – 15 meses que abalaram a ditadura” (Rio de Janeiro: Record, 2004), Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, deputados federais que participaram ativamente da construção da “Campanha das Diretas Já”, como protagonistas do movimento, fazem um resgate fundamental do período e por isso o texto dos autores é a base deste trabalho para entendimento de todo o processo histórico.

primeiro a falar. Eu tinha clareza de que o projeto seria muito discutido, por conta da sucessão presidencial. Por isso eu queria ser o primeiro a apresentá-lo (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 78).

Era o início de uma nova legislatura. As bancadas dos partidos costumam marcar reuniões para definir as ações para o período. Em 4 de março de 1983, praticamente no final da primeira reunião realizada pela bancada do PMDB, o deputado Domingos Leonelli pede a palavra para falar sobre a “Campanha pelas Diretas Já”. O líder do PMDB na Câmara naquele momento era o deputado federal Freitas Nobre, que autoriza e define uma comissão²⁰ para trabalhar pelas “Diretas”. Estava dado o primeiro passo para organizar o movimento que tomaria as ruas logo depois.

Havia um precedente que dava esperança aos opositores do regime militar de obterem aprovação no Congresso Nacional para a emenda Dante de Oliveira. A oposição tinha conseguido, nas eleições de 1982 – para deputados, senadores e governadores – fazer a maioria no Congresso. Elegeu também 10 dos 22 governadores de Estado, entre eles o de São Paulo, pelo PMDB – André Franco Montoro (1916-1999), e o do Rio de Janeiro, pelo PDT – Leonel Brizola (1922-2004).

A Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983, vinha assinada por Dante de Oliveira e mais 176 deputados²¹ e 23 senadores²². Ela definia:

²⁰ A comissão era formada pelos deputados Dante de Oliveira, Carlos Mosconi (mineiro e ligado ao governador eleito de Minas Gerais, Tancredo Neves), Roberto Freire, Flávio Bierrenbach, Ibsen Pinheiro e Domingos Leonelli, todos eles, naquele momento, vinculados à chamada esquerda do PMDB (OLIVEIRA e LEONELLI, 2006, p. 83).

²¹ Deputados Federais que assinaram a proposta: Dante de Oliveira, Fernando Lyra, Horácio Ortiz, Adhemar Santillo, Casildo Maldaner, Amaury Muller, Odilon Salmoria, Walmor de Luca, Dirceu Carneiro, Jarbas Vasconcelos, Jackson Barreto, Tidei de Lima, Pimenta da Veiga, Darcy Passos, Cássio Gonçalves, Manoel Costa Jr., Walber Guimarães, Renato Bernardi, Santinho Furtado, Bete Mendes, Elquison Soares, Haroldo Lima, Raul Ferraz, Gênebaldo Correia, Virgildásio de Senna, Nadyr Rosseti, Matheus Schmidt, Aldo Pinto, Jiúlio Caruso, Wagner Lago, Carlos Alberto de Carli, Randolpho Bittencourt, Nyder Barbosa, Roberto Freire, Carlos Wilson, Mário Covas, Siegfried Heuser, Jorge Carone, Leônidas Sampaio, Márcio Macedo, Daso Coimbra, Alberto Goldman, Alencar Furtado, Epitácio Cafeteira, Miguel Arraes, Cristina Tavares, Manoel Viana, Aurélio Pires, Paulo Mincarone, Carlos Vinagre, João Gilberto, Aluizio Bezerra, Ulysses Guimarães, Carlos Mosconi, Jose Carlos Vasconcelos, Brabo de Carvalho, Vicente Queiroz, Fernando Santana, José Fogaça, Sinval Guazzelli, José Genuíno, Marcio de Lacerda, Heráclito Fortes, Sérgio Cruz, Carlos Sant’Ana, Jorge Vianna, Oswaldo Lima Filho, Rubem Figueiró, Milton Figueiredo, Fernando Gomes, Del Bosco Amaral, Lélío Souza, Eduardo Matarazzo Suplicy, Marcelo Cordeiro, Hélio Duque, Luiz Henrique, Domingos Leonelli, Jorge Medauar, Francisco Amaral, Francisco Dias, Octacílio de Almeida, Farabulini Junior, Jacques Dornellas, Chagas Vasconcelos, Ivo Vanderlinde, Djalma Bom, Sebastião Ataíde, Mário Juruna, Floriceno Paixão, Walter, Casanova, Brandão Monteiro, Plínio Martins, Ivete Vargas, Mansueto de Lavor, João Hermann, Mário Frota, Aníbal Teixeira, José Carlos Teixeira, Helio Manhães, Cid carvalho, Raimundo ASfora, Aloísio Campos, Coutinho Jorge, Geraldo Fleming, Celso

Dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes confere o art. 49 da Constituição, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º Os arts. 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

Art. 74. O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Parágrafo único. A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao do término do mandato presidencial.

Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

Art. 2º Ficam revogados o art. 75 e respectivos parágrafos, bem como o Parágrafo 1º do art. 77 da Constituição Federal, passando seu Parágrafo 2º a constituir-se parágrafo único.

Justificação:

Apresentamos esta emenda com intuito de restabelecer a eleição direta do Presidente e Vice-Presidente da República.

O que se colima é restaurar a tradição da eleição direta, através do voto popular, tradição esta profundamente arraigada não só no Direito Constitucional brasileiro como também nas aspirações do nosso povo.

Desde a primeira Constituição republicana, a eleição direta do primeiro mandatário da Nação foi um postulado que se integrou na vida política do País. E os maiores presidentes que o Brasil já teve vieram, todos eles, ungidos pelo consenso popular.

Não só a tradição constitucional e as aspirações populares militam em favor do restabelecimento do direito do povo de escolher o primeiro magistrado. A legitimidade do mandato surge límpida, incontestada, se sua autoridade for delegação expressa da maioria do eleitorado.

Peçanha, Ricardo Ribeiro, Paes de Andrade, Iturival Nascimento, Márcio Braga, Irmã Passoni, Harry Amorim, Israel Pinheiro Filho, Ronaldo Campos, Ademir Andrade, Márcio Santilli, Ayrton Sandoval, Rosa Flores, José Eudes, Mirthes Bevillacqua, Ayrton Soares, Juarez Batista, Paulo Lustosa, Nelton Friedrich, João Cunha, Hermes Zaneti, Mário Hato, Délio dos Santos, Dionísio Hage, Olavo Pires, Orestes Muniz, Agenor Maria, Teodoro Mendes, Euclides Scalco, Pacheco Chaves, Wall Ferraz, Sebastião Nery, Antônio Moraes, Henrique Eduardo Alves, Joaquim Roriz, Gasthane Righi, Agnaldo Timóteo, Paulo Zarzur, Moacir Franco, Jorge Ueques, Ralph Biasi, Mendes Botelho, Nelson do Carmo, Magno Bacelar, Aroldo Moletta, Mauricio Fruet, Wilson Haese, Flávio Bierrenbach, Fernando Cunha, João Herculino, Iram Saraiva, João Divino, José Freire, Juarez Bernardes, Paulo Marques, José Mendonça de Moraes, Milton Reis, Israel D. Novaes, José Ulisses, Enéas Farias, Arthur Virgílio Neto, Marcondes Pereira, Ciro Nogueira, Renato Bueno, Irajá Rodrigues, Aloysio Teixeira, Irapuan Costa Jr., Ibsen Pinheiro, Múcio Athaide, Renato Viana, José Maranhão.

²² Senadores: Humberto Lucena, Hélio Gueiros, Tancredo Neves, Saldanha Derzi, Gastão Muller, Roberto Saturnino, Henrique Santillo, Mário Maia, Fábio Lucena, José Fragelli, Severo Gomes, Álvaro Dias, Pedro Simon, José Ignácio, Itamar Franco, Afonso Camargo, Mauro Borges, Marcelo Miranda, Jaison Barreto, Luiz Cavalcante, Nelson Carneiro, José Richa, Alberto Silva, Franco Monteiro.

Assim, o presidente passa a exercer um poder que o povo livre e expressamente lhe conferiu. Este passa a ser o mais alto representante desse mesmo povo, que não somente o escolheu, mas apoiou suas ideias, seu programa, suas metas. Difere do que ocorre com outros candidatos, escolhidos em círculos fechados e inacessíveis à influência popular e às aspirações nacionais. Um presidente eleito pelo voto direto está vinculado ao povo e com ele compromissado. As eleições diretas para Presidente da República pressupõem um novo pacto social. Serão as forças vivas da Nação, do assalariado ao empresariado, que irão formar a nova base social do poder. Um presidente eleito por um colégio eleitoral não tem compromisso com o povo. Mas está diretamente vinculado àquelas forças que o apoiaram, no círculo diminuto e fechado que o escolheu.

Para completar o disposto no art. 74 e a revogação do art. 75 e seus parágrafos, bem como a do parágrafo 1º do art. 77, a proposta exclui, do texto do *caput* do art. 148 da Constituição Federal, a ressalva constante das palavras “salvo casos previstos nesta Constituição”, bem como seu parágrafo único, a fim de que fique expresso que o sufrágio é universal e o voto, direto e secreto em todas as eleições.

Ao submetermos esta Proposta ao exame do Congresso Nacional, estamos certos de sermos porta-vozes do anseio da Nação, da imensa maioria do nosso povo, que, há muito, acalenta esta aspiração, mais forte agora, após ter ressuscitado politicamente, com a última eleição direta para governador.

A presente Proposta de Emenda à Constituição deve ser vista, também, como a única solução à crise econômica, política e social por que passa o País. A nós basta um mínimo de patriotismo, de honestidade e de sentimento humano, para entendermos que é hora de mudar.

Mas a luta pelas “Diretas” não seria fácil. Dois meses antes, em 21 de janeiro de 1983, o presidente do governista PDS (Partido Democrático Social), José Sarney, tinha encaminhado ao Diretório Nacional do partido uma moção de apoio ao então presidente da República, João Baptista Figueiredo²³ (1918-1999), que declarou preferir o cheiro dos cavalos ao do povo. Na sua despedida do cargo de presidente da República (1985), deu a célebre declaração: “Me esqueçam”. Mas antes, como último general-presidente, viu-se no direito de tomar em suas mãos a condução do processo sucessório.

Porém “a decisão de não decidir nada antes [sobre as eleições] de dezembro de 1983, tomada pelo presidente Figueiredo, estimulava o surgimento de candidatos

²³ O general João Baptista Figueiredo (1918-1999) foi o último presidente do regime militar, que durou de 1964 a 1985. Foi presidente no período de 15 de março de 1979 até 15 de março de 1985. Ao ser indicado ao cargo pela Arena comandava o SNI (Serviço Nacional de Informações).

a candidato” (OLIVEIRA e LEONELLI, 2006, p. 42), tanto pela via direta como pela via indireta.

O regime dava mostras de que estava no fim. O país vivia uma profunda crise econômica (a inflação chegou a 233% ao ano em 1984), tinha ido ao FMI (Fundo Monetário Internacional), e escândalos financeiros envolvendo militares e civis ligados ao regime eram divulgados por uma imprensa que começava a respirar uma certa liberdade.

A revista “Isto É” (“A nova guerra dos salários, 26 de janeiro de 1983, p. 17) publicava em suas páginas a seguinte análise do que ocorria no governo: “Delfim Netto, João Figueiredo e o sexto governo revolucionário achavam-se agora no pior dos mundos possíveis. O crescimento econômico, meta consensual da elite, acabara. O Brasil era agora apenas mais um suplicante das boas graças do FMI”.

O historiador Boris Fausto (2004) explica que as reservas em dólares do Brasil tinham terminado, o que obrigou o país a recorrer ao FMI em fevereiro de 1983. A receita do Fundo:

Ela consistia, sobretudo, em um esforço para melhorar as contas externas do país, mantendo-se a serviço da dívida. Internamente, previam-se cortes de despesas e a compressão ainda maior dos salários. Estes iriam variar em 80% de um índice de preços ao consumidor que já se situava abaixo da inflação real. Seguiu-se uma série de discordâncias entre o Brasil e o FMI. No Brasil, havia pressões contra as medidas restritivas e o pagamento dos juros da dívida; o FMI mostrava-se insatisfeito porque o acordo não era cumprido. Nesse clima, os credores internacionais não concederam ao país novos prazos para o pagamento da dívida – o reescalonamento – nem taxas mais favoráveis de juros, como fizeram com o México (FAUSTO, 2004, p. 503).

Em abril do mesmo ano (1983) membros da Igreja Católica, como o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Dom Ivo Lorscheiter (1927-2007), passam a defender a necessidade das “Diretas” para a Presidência da República.

Ao mesmo tempo o jornal *O Estado de S.Paulo* (In OLIVEIRA e LEONELLI, 2006, p. 105) divulga no início de abril uma pesquisa de opinião pública realizada em todo o país pelo Instituto Gallup, em fevereiro do mesmo ano, que trazia o seguinte resultado: 74% da população brasileira é favorável à eleição direta para presidente da República. Percentual que subia para 85% entre o eleitorado

das capitais. Os resultados da pesquisa mostravam também que as eleições diretas eram “uma tese genuinamente popular”. Na classe C, 83% dos pesquisados eram favoráveis às diretas e, na classe D, 84%, e na classe E, 85%. São 10 pontos acima da média das classes A e B.

Em 14 de abril o ponto nº 1 da Resolução da Direção Nacional do PMDB explicitava:

Eleição do presidente da República, em 15 de janeiro de 1985, pelo voto direto, devendo a Direção Nacional do PMDB constituir uma comissão de senadores e deputados, coordenada com os diretórios regionais, municipais, demais partidos de oposição e setores representativos da sociedade, para empreender ampla e contínua campanha em todo o país (In OLIVEIRA e LEONELLI, 2006, p. 130)

A decisão histórica e definitiva para consolidar o caminho das eleições diretas junto à população brasileira ocorreu em 27 de maio, entre Ulysses Guimarães e Luiz Inácio da Silva, o Lula. O PMDB de Ulysses e o PT de Lula iriam comandar uma campanha nacional em favor das eleições diretas para presidente da República.

Quando o Dr. Ulysses Guimarães, acompanhado por Freitas Nobre, entrou na sala da liderança do PT na Câmara dos Deputados, estava se realizando mais uma etapa da primeira fase da campanha das Diretas Já: a unidade dos dois mais importantes partidos de oposição. O PDT, mesmo tendo mais deputados que o PT, não tinha o mesmo enraizamento social e a mesma capacidade de mobilização. E o PTB não era totalmente de oposição. O PCB e o PC do B estavam dentro do PMDB. Desenhava-se, ali, o “arco-íris da aliança entre os trabalhadores e a democracia”...²⁴ (OLIVEIRA e LEONELLI, 2006, p. 153).

Segundo Fausto (2004, p. 509), foi fundamental para a “Campanha das Diretas” a decisão da direção nacional do Partido dos Trabalhadores, que, pela primeira vez, concorda em entrar em uma frente com outros partidos para dar encaminhamento à campanha.

²⁴ A frase “arco-íris da aliança entre os trabalhadores e a democracia” foi retirada pelos autores do discurso proferido por Ulysses Guimarães na Câmara dos Deputados em 22 de abril de 1984.

3.1 – Frente Suprapartidária

No dia 29 de maio começa a ser formada no Palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro, uma frente suprapartidária. Reuniram-se, naquele momento, o então governador de São Paulo eleito pelo PMDB, André Franco Montoro, o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio da Silva, e o governador fluminense eleito pelo PDT, Leonel Brizola.

A campanha pelas eleições diretas para presidente da República é oficialmente lançada pela direção nacional do PMDB em Goiânia, no dia 15 de junho. Cerca de 5.000 pessoas respondem à convocação do partido e vão para a rua se manifestar. Número ainda reduzido se comparado à quantidade de pessoas que sairia às ruas, pouco tempo depois, para reivindicar por diretas para presidente. Outras manifestações públicas tinham sido definidas pelo partido: Teresina, no dia 24; São Luís, no dia 25.

Por que o primeiro comício acontece em Goiânia? A justificativa dada à imprensa por Ulysses Guimarães era que:

O PMDB escolheu Goiânia para o lançamento da campanha porque é um Estado onde o partido tem uma organização que tem se conduzido de forma a obter sucessivas vitórias. Nas últimas eleições, por exemplo, tivemos a vitória, de uma maneira consagradora, de Íris Rezende. Além disso, a circunstância de estar vizinho de Brasília favorece a deslocação para Goiânia de deputados, senadores e correligionários nossos, o que já é uma certa tradição do partido para que esses movimentos possam se comunicar com todo o país, com as bases e com o povo (OLIVEIRA e LEONELLI, 2006, p. 165).

Em julho, o ex-senador Teotônio Vilela (1917-1983, naquele momento presidente interino do PMDB) e Lula resolvem realizar encontros com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), UNE (União Nacional dos Estudantes), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e demais entidades representativas da sociedade civil organizada para buscar adesões para a campanha.

[...] a direção nacional do PMDB assumiu plenamente a direção da campanha, os partidos legais de oposição (PT e PDT) e os partidos ainda na ilegalidade (PCB e PC do B) intensificaram suas participações e a sociedade civil começou a se integrar à iniciativa histórica do PMDB (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 175)

Teotônio Vilela, apelidado de “Menestrel das Alagoas, político considerado por todos o porta-voz das diretas, passa a afirmar que “o voto direto deve ser conquistado, e não barganhado com ninguém”. Para o historiador Skidmore (2000),

Teotônio era um senador pelo Estado nordestino de Alagoas que abandonara o PDS pelo PMDB em abril de 1979. Com seu bigode curvado, os cabelos negros caídos sobre as orelhas, a face rija, era bem a caricatura do político latino. Chamava a atenção pela sua voz de baixo e pelos floreios retóricos que tornaram famosos os políticos nordestinos. Ninguém ignorava que ele estava morrendo de câncer e isto imprimia maior urgência à sua mensagem. Teotônio bradava contra o governo militar que empalmara poderes arbitrários indiferente às prementes necessidades sociais, resumindo assim a luta da oposição desde 1964. Seu estilo era perfeito para os comícios nas cidades do interior, pois os organizadores da campanha estavam reservando as cidades maiores para uma fase posterior (SKIDMORE, 2000, p. 467).

Assim a campanha vai-se desenhando e ganhando corpo. Em setembro, PT, PDT, PTB e PMDB resolvem formar um comitê extra-oficial que encaminhará as mobilizações pela campanha das “Diretas”. Manter a escolha do presidente da República pela via indireta começa a provocar dissensões entre os aliados do governo federal. O governador de Pernambuco eleito pelo PDS, Roberto Magalhães, diz apoiar o pleito direto na sucessão presidencial, mas só depois de terminado o mandato do sucessor de Figueiredo. Em outubro, o vice-presidente da República, Aureliano Chaves, reconhece que o Congresso Nacional é soberano para votar a proposta de emenda de Dante de Oliveira.

No mês de outubro de 1983, tramitava no Congresso Nacional o decreto 2.045²⁵, que previa mudanças na política salarial, seguindo determinações do FMI. Isso porque, segundo Skidmore (2000, p. 461), o país estava em recessão. O PIB (Produto Interno Bruto) caiu 5,0% em 1983, “o pior desempenho desde a criação da contabilidade da renda nacional”, e a *renda per capita* teve um declínio de 7,3%.

²⁵ O decreto do governo 2.045 limitava os reajustes salariais para atender as exigências do Fundo Monetário Internacional. O FMI afirmava que a espiral inflacionária era motivada pelos salários. O decreto 2.045 impunha uma redução na taxa de reajuste dos salários, fixando-a em 80% do índice de inflação – para salários no valor acima de três salários mínimos. Até três salários mínimos, o reajuste seria de 100%.

Tancredo Neves vai ao Planalto conversar com Figueiredo a convite do presidente da República. O assunto era o decreto 2.045.

Figueiredo teria se queixado da falta de apoio do PDS e feito um apelo para que a oposição chegasse a um acordo para aprovar as mudanças da política salarial previstas no decreto 2.045, em tramitação no Congresso. O presidente dava sinais de que, se obtivesse o apoio da oposição às suas medidas, poderia dar muito em troca (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, P.161).

Para os autores, naquele momento, outubro de 1983, setores do governo e da oposição achavam que era possível um acordo para garantir a sucessão de Figueiredo pela via direta.

Mas com a possibilidade de o decreto-lei ser derrubado pelas oposições o cenário se modifica. A votação seria adiada para o dia seguinte (19/10) e as “negociações vararam a madrugada”. Em 19 de outubro, o governo decreta medidas de emergência em Brasília. Tropas cercam a capital federal, a polícia invade a sede da OAB, estradas são bloqueadas, liberdades públicas são suspensas, tudo sob comando do general Newton Cruz²⁶.

Qual era de fato o recado que o governo Figueiredo pretendia passar ao decretar as medidas de emergência? Leonelli e Oliveira (2004, p. 275) concluem que as medidas de emergência vinham para dar um recado tanto à direita como à esquerda: “a ditadura ainda está viva, embora doente e fraca. E, ainda assim, pretendia implementar o ‘projeto de abertura’ sob controle do Planalto”.

Porém, com o apoio do grupo do PDS intitulado “Participação”, as oposições põem abaixo o decreto 2.045. Eram necessários 240 votos para rejeitá-lo, foram 260 votos contra o decreto.

Mil e duzentos trabalhadores nas galerias assistiam a todo o processo da sessão plenária, em silêncio, conforme combinado com Lula e Joaquinção, da CUT e da Conclat. Desmoralizavam, assim, a tese da necessidade de medidas de emergência. Mais 2.000 trabalhadores acompanhavam a sessão pelos alto-falantes fora do plenário.

[Após a rejeição do decreto] As galerias levantaram-se e, em coro, junto com os deputados federais e senadores, cantaram o Hino Nacional (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 277).

²⁶ O general Newton Cruz era chefe do Comando Militar do Planalto durante o governo Figueiredo.

A campanha vai deixar definitivamente os bastidores das discussões políticas e tomar as ruas em novembro de 1983. Povo e elites brasileiras – sete dos nove governadores eleitos pelo PDS no Nordeste, o empresariado e até parte daqueles que foram às ruas contra o governo João Goulart em 1964 – se juntavam e diziam “sim” para as eleições diretas para a Presidência da República.

Em uma entrevista em Lagos, Nigéria, o presidente Figueiredo afirma ser favorável às diretas (16/10), mas que o problema seria o seu partido – PDS –, que não aceitaria eleições diretas para o seu sucessor. O PDS fica em uma situação difícil. O porta-voz da Presidência, Carlos Átila, sai a campo, dois dias após as declarações do presidente, para tentar remediar sua fala e consertá-la para mostrar que não foi bem isso o que Figueiredo quis dizer. A confusão estava montada.

Um comício para o dia 27 de novembro, em São Paulo, era organizado pelos diretistas. O jornalista Ricardo Kotscho (1984, p. 21), ao recuperar a história do movimento, define como se dava e quem participava da organização do comício que aconteceria naquela data:

Levar a luta pelas diretas para a Presidência da República às ruas, com ampla mobilização popular, como a melhor forma de pressionar o governo federal, o Congresso e o que restou do chamado “Sistema”: este é o objetivo dos partidos – PT, PMDB e PDT – e das entidades – UNE, CUT, Conclat e Comissão Justiça e Paz – que estão coordenando a festa-comício de domingo, em frente ao Estádio do Pacaembu.

Num primeiro momento a mobilização ocorre ainda “de forma tímida... apenas 15 mil pessoas reunidas diante do Estádio do Pacaembu, em São Paulo, na primeira manifestação pró-diretas da campanha no País...” (KOTSCHO, 1984, p. 13). Números que nos comícios seguintes vão-se agigantando exponencialmente. Nesse dia também, 27 de novembro, a Campanha pelas “Diretas Já” sofre a sua principal baixa: morria em Maceió (AL) Teotônio Vilela.

Chega o mês de dezembro. Os partidários das diretas ainda não haviam digerido por completo as apenas 15 mil pessoas do comício de São Paulo. Em contrapartida os pedessistas também não tinham engolido as palavras do presidente Figueiredo na África.

Segundo Leonelli e Oliveira (2004, p. 317), se compararmos o mês de novembro ao de dezembro, observamos que no primeiro se desenhava um amplo consenso nacional em torno das “Diretas”, já o segundo é um período de endurecimento das posições de ambos os lados: tanto dos governistas, como da oposição.

Figueiredo recua definitivamente das afirmações pró-diretas que tinha feito na África e os parlamentares do PDS organizam dois manifestos contra as eleições diretas para a Presidência da República.

Já os partidários das “Diretas” dão passos definitivos na organização do movimento. No Rio de Janeiro, 80 entidades sociais – entre elas OAB, ABI, UNE, CUT, Conclat, Ubes, Famerj, Andes – organizam o Comitê Estadual da Defesa das Diretas e publicam um manifesto com um abaixo-assinado popular pelo restabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República.

Em São Paulo, as lideranças sindicais da CUT, representada por Jair Meneghelli, Paulo Paim e Jacó Bittar, e da Conclat, representada por José Francisco da Silva, Joaquim dos Santos Andrade e Ivan Pinheiro, assinam uma nota conjunta “que era, na verdade, uma convocação às lideranças sindicais e aos trabalhadores a se mobilizarem pelas reivindicações específicas dos trabalhadores e pelas eleições diretas” (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 327).

Dois pronunciamentos marcam o final de 1983. Um do presidente Figueiredo e outro de cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns.

Figueiredo, em seu discurso de final de ano, afirmou que os comícios pelas diretas eram atos perturbadores da ordem. Já o cardeal Arns, em sua mensagem de Natal, declarou que “a eleição direta seria um belo presente para os nossos corações”.

3.2 – 1984 – O Povo na Rua

O ano começa com a sociedade civil organizada e pronta para sair às ruas e lutar para garantir eleições diretas para presidente da República. Em cada canto do país se intensificavam as discussões para organizar atividades pró-diretas. A sensação era que as diferenças entre as oposições tinham sido superadas e o objetivo era um só: garantir a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Não havia mais volta.

Camisetas com o slogan “Eu quero votar para presidente” passam a compor a vestimenta dos paulistas que organizavam o comício que aconteceria na Praça da Sé no dia do aniversário da cidade: 25 de janeiro de 1984.

Antes do Comício da Sé, Curitiba reúne 50 mil pessoas no calçadão da Rua das Flores, na área central da cidade, no dia 12 de janeiro. Esse ato é fundamental para fortalecer os passos seguintes do movimento. Coube ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, o discurso final naquele dia. Em um dos trechos da sua fala o deputado pede o expurgo do Colégio Eleitoral: “Vamos tomar essa Bastilha nojenta e repugnante que é o Colégio Eleitoral. O Colégio Eleitoral é um câncer que está apodrecendo a política e matando a nação. O Colégio Eleitoral representa fome e desemprego”.

A cada dia aumentava o número de artistas que participavam das manifestações. No dia 19 de janeiro eles lançam um documento denominado “Projeto Vota Brasil”, o qual definia a participação nos comícios em prol da campanha.

O comentarista esportivo Osmar Santos já tinha se tornando o locutor oficial do movimento, ficou conhecido como o “locutor das diretas” e puxava o ato final das manifestações: todos cantavam o Hino Nacional.

A campanha pelas *diretas* gerou um ímpeto próprio. Em cidade após cidade o público reagia entusiasmamente, mobilizado pela oposição, que geralmente incluía o PMDB, o PDT (partido do Brizola) e o PT (...) Importante contribuição foi dada também pelos artistas e personalidades do *show business* que ajudaram a transformar os comícios em grandes *happenings* culturais. A estrela maior foi Fafá de Belém, jovem e conhecida cantora que se converteu totalmente à campanha, da qual se tornou a própria personificação. Outros artistas populares como Chico Buarque de Holanda, compositor e cantor; Elba Ramalho, uma nordestina cujas músicas gozam de grande popularidade; e o jogador da seleção brasileira de futebol, Sócrates. O animador oficial dos comícios era Osmar Santos, conhecido locutor-comentarista esportivo. Ao fim de cada comício ele entoava o hino nacional brasileiro, que a multidão cantava vibrantemente, cumprindo assim o ritual com que a oposição demonstrava o seu patriotismo (SKIDMORE, 2000, p. 468)

Chega o 25 de janeiro de 1984. São Paulo completaria 430 anos, mas o motivo principal que reuniu naquele dia em torno de 300 mil brasileiros na Praça da

Sé, marco zero da cidade, não era a comemoração do aniversário da cidade. Era o desejo inadiável de votar para presidente.

Foram quatro horas de discursos, que poderiam ter sido resumidos em um só – chega desse regime, queremos o Brasil de volta para os brasileiros decidirem sobre o seu próprio destino, era o tom de todos; de cantos entoados pelos mais populares artistas brasileiros; de enterros do Colégio Eleitoral, de Delfim e de Maluf; de algumas vaia, logo abafadas pelos apelos de unidade e, principalmente, de muita emoção, de muita esperança e uma certeza: o Brasil acordará diferente (KOTSCHO, 1984, p. 35)

Como lembram Leonelli e Oliveira:

Uma manifestação sem precedentes na história política de São Paulo. Só pelas catracas do metrô²⁷ passaram mais de 250 mil pessoas para o comício apoiado pelo governador Franco Montoro. Um grande ato suprapartidário pelas diretas, com a participação de todos os partidos de oposição, entidades sindicais e mais de oitenta organizações da sociedade civil (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 366)

Fonte: <http://colunistas.ig.com.br/ricardokotscho/2009/01/25>



Comício na Praça da Sé, em São Paulo, em 25 de janeiro de 1984.

²⁷ O governador de São Paulo, André Franco Montoro, disponibilizou transporte público gratuito naquele dia.

As duas últimas vozes a discursar no palanque das diretas naquele dia foram as de Lula e Montoro. Lula fala primeiro e conclama os manifestantes para unidade, já que os militantes dos diversos espectros políticos costumavam vaiar os seus desafetos. E pede: “Se alguém tiver que ser vaiado, que seja eu. Vamos trabalhar de forma unitária. Só assim vamos poder dizer: o povo na praça conquistou as eleições diretas para a Presidência da República”. Era a senha para que os manifestantes recebessem com aplausos o último a falar: Montoro. O governador finaliza: “Me perguntaram quantas pessoas estão nesta praça – 300 mil, 400 mil? A resposta é outra: aqui estão presentes as esperanças de 130 milhões de brasileiros”.²⁸

Fevereiro tem início com uma declaração do presidente do Senado, Moacyr Dalla (Arena – Aliança Renovadora Nacional), de que no dia da votação da emenda Dante de Oliveira irá restringir a entrada da população nas galerias do Congresso e não permitirá faixas e cartazes.

O movimento, simbolizado pela cor amarela, sugestão do empresário Caio Graco Prado, proprietário da Editora Brasiliense, de São Paulo, tomava definitivamente as principais cidades brasileiras. É lançada, em São Paulo, a campanha “Use amarelo pelas Diretas”.

Fonte: <http://www.brasile scola.com/historiab/direta-ja.htm>



O cantor Chico Buarque de Holanda veste a camiseta do Movimento.

²⁸ Tanto LEONELLI e OLIVEIRA (2004, p. 371) como KOTSCHO (1984, p. 39) descrevem esse momento como fundamental para os demais comícios que ocorreriam posteriormente.

No Planalto, o presidente Figueiredo e os seus ministros tomam uma decisão, em 10 de fevereiro, definitiva: o substituto de Figueiredo seria um civil, mas escolhido pelo Colégio Eleitoral. Segundo Leonelli e Oliveira (2004, p. 393-394), a reunião foi uma forma de enquadrar a sucessão, o PDS, o vice-presidente Aureliano Chaves e o próprio Figueiredo.

Mas a campanha continuava se fortalecendo e necessitava de uma direção orgânica. No dia 22 de fevereiro foi lançado o Comitê Suprapartidário Nacional Pró-Diretas, com a presença das principais lideranças oposicionistas, dos presidentes dos partidos – PMDB, PT, PDT, PTB – e até representantes do Grupo Pró-Diretas do PDS. Foram convidadas para participar do comitê as seguintes entidades (todas elas haviam aderido às diretas em 1983): União Nacional dos Estudantes (UNE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

O encontro que formalizou o comitê definiu também que seria realizado um ato público em Brasília antes da votação da emenda que pretendia restituir eleições diretas para a Presidência da República.

Uma bandeira do Brasil de 28 metros quadrados, conduzida por dois quilômetros – do Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro, até a Praça Sete de Setembro, acompanhada por 10 mil pessoas – abriu oficialmente o comício do dia 24 de fevereiro, em Belo Horizonte. Era o povo mineiro – mais de 300 mil pessoas, superando em números o ato que havia ocorrido em São Paulo. Minas acabava de entrar na história ao realizar um dos comícios fundamentais para a “Campanha das Diretas”.

Fonte: luishipolito.wordpress.com/2008/04/



Bandeira do Brasil de 28 metros quadrados – Belo Horizonte.

O Congresso Nacional reabre os seus trabalhos no dia 1º de março. Os parlamentares são recebidos por um dragão multicolorido, de 15 metros de comprimento, fazendo evoluções em frente ao Congresso e também por gritos de “Diretas Já” e “Brasília quer votar”.

No dia 8, em Brasília, as lideranças partidárias fecham a data para a votação da emenda Dante de Oliveira: 25 de abril, a partir das 9 horas. Em São Paulo, na Praça Ramos, o dia 11 fica marcado pela inauguração da “Tribuna Livre pelas Diretas”. Na Tribuna, seriam colocados os nomes dos deputados e senadores que estavam a favor e contra as diretas.

Nesse mesmo dia a cúpula do governo federal se reúne e define as estratégias para barrar o crescimento da tese e da aprovação das diretas no Congresso Nacional.

O presidente [Figueiredo] abriu a reunião afirmando que seu sucessor seria escolhido pelo Colégio Eleitoral, descartando outras hipóteses. Sua afirmação visava deixar claro que se tratava de uma decisão já consolidada, obviamente com o respaldo dos setores militares. Ou seja, Figueiredo estava dizendo que as eleições seriam indiretas, nem que para isso fosse preciso recuar no processo de abertura (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 439)

No dia 14 de março, uma reunião do Comitê Pró-Diretas decide por uma nova manifestação uma semana antes da votação da emenda no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. Não havia nenhum representante do governo estadual paulista e a justificativa oficial para essa ausência baseava-se no argumento de que o governo não tinha mais condições materiais para apoiar outro comício e, por isso, sujeitava sua participação nesse novo ato às decisões da direção nacional do PMDB.

O problema de fundo era que o PMDB estava dividido. Ulysses Guimarães era pela continuidade das mobilizações pelo país. Os moderados, liderados por Tancredo Neves, estavam inclinados a uma negociação para as indiretas com o PDS, caso a possibilidade de acordo para garantir a emenda Dante de Oliveira (2/3 de votos necessários) não se concretizasse.

O secretário de Governo de São Paulo, Roberto Gusmão, chegou a afirmar que era pessoalmente contra o comício no Anhangabaú, pois considerava “o momento político difícil”. Apesar de dizer que era “a sua opinião pessoal”, todos sabiam que ele falava em nome de Franco Montoro, seu chefe, que estava preocupado com a reação dos militares aos atos, o que poderia resultar em retrocesso político (In LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 450).

Em decorrência desses recursos, alguns comícios são adiados. Em Uberlândia um ato marcado para o dia 16 de março é transferido para o dia 23. Nesse dia, o presidente Figueiredo iria visitar a cidade para uma exposição de gado. Os líderes do PMDB – Ulysses e Tancredo – forçaram o adiamento para que o comício no mesmo dia da visita não parecesse uma provocação.

No Rio de Janeiro, outro comício marcado para o dia 21 transforma-se em passeata, já que o governador Leonel Brizola não poderia participar do evento alegando um problema de saúde. A manifestação reúne cerca de 300 mil pessoas, segundo os organizadores (150 mil para a polícia), que tomaram os 1.500 metros da Avenida Rio Branco, entre a Candelária e a Cinelândia.

Nos bastidores da campanha, conflitos, divisões, interesses particulares são misturados à euforia e emoção dos que participam das mobilizações populares. Nas ruas, comícios, atos, passeatas pelas “Diretas” vão-se multiplicando. A contabilização do movimento afirmava que até 22 de março 1 milhão e 580 mil pessoas já se haviam manifestado pelas “Diretas”.

No dia 2 de abril, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, propõe um plebiscito sobre a realização das eleições diretas. Não era necessário. A população já

tinha votado e dado o seu veredicto nos comícios promovidos. E continuaria a fazê-lo até a votação da emenda.

Em São Paulo, começa a ser planejada uma passeata para o dia 16 de abril. Cinco milhões de panfletos e 80 mil cartazes são distribuídos, no dia 30, para divulgar a manifestação. No Rio de Janeiro, a manifestação aconteceria no dia 10. Cinquenta mil cartazes e 2 milhões de panfletos são preparados para convocar o ato.

O clamor que vinha das ruas incomodava o regime e parecia influenciar alguns deputados pró-indiretas ainda indecisos. O governo preocupava-se com a pressão popular e intensificava sua pressão sobre os parlamentares, ao mesmo tempo em que ameaçava adotar medidas de emergência para evitar manifestações durante a semana da votação da Emenda Dante de Oliveira. Em Brasília, o ambiente era de expectativa e tensão. O dia “D” se aproximava (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 471)

Outra discussão naquele momento era que ações seriam aprovadas para o dia 25, durante a votação da emenda. No dia 4 de abril, o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas discutiu a possibilidade (e até chegou a votar) de greve geral em todo país, mas que logo mudou de nome. Seria realizada uma “vigília cívica com paralisação das atividades em todo o Brasil, para acompanhamento e votação da emenda das Diretas”.²⁹ Puro eufemismo para não “provocar” os indiretistas.

Em 10 de abril, a Candelária, no Rio de Janeiro, é ocupada por aquele que ficou conhecido como o comício do milhão: 1,2 milhão de pessoas, segundo os organizadores, gritam por “Diretas Já” naquele dia.

²⁹ *Revista Veja*, 11 de abril de 1984, p. 20.

Fonte: <http://radioloandafm.wordpress.com>



Comício da Candelária, Rio de Janeiro.

Na manhã seguinte ao comício, o jornalista Ricardo Kotscho publicaria um artigo³⁰ na *Folha de S.Paulo* em que fazia um balanço do comício da Candelária:

Depois desse comício do Rio de Janeiro, apoteose de uma travessia que começou timidamente em São Paulo, com umas 15 mil pessoas pedindo eleições diretas, em frente ao estádio do Pacaembu, no longínquo mês de novembro do ano passado – e faz apenas seis meses – ninguém, nunca mais, ousará falar em consenso ou negociação, que não seja o consenso das eleições Diretas Já, aqui e agora.

A importância do comício da Candelária para o movimento não se configurou somente em relação ao número de participantes. Leonelli e Oliveira (2004) afirmam que após o ato a correlação de forças também passou por mudanças. O governo Figueiredo percebeu que não podia mais esperar para enviar ao Congresso Nacional a proposta de emenda que propunha eleições diretas só em 1988 e reduzia o mandato do próximo presidente (indireto) para quatro anos. Já o governador do Rio de

³⁰ O artigo faz parte da coletânea “Explode um novo Brasil – Diário da Campanha das Diretas”, Brasiliense, 1984.

Janeiro, Leonel Brizola, que mantinha uma posição vacilante, acabou por integrar-se por completo na campanha. E por fim o pedido da Rede Globo (que começava a se engajar na campanha de Aureliano Chaves) para transmitir ao vivo pela televisão a votação das “Diretas”.

Até o dia 11 de abril os números das “Diretas” contabilizavam em 3 milhões os participantes das manifestações, quantidade que chegou a mais de 4 milhões após o comício de encerramento da campanha em São Paulo, no dia 16 de abril, no Vale do Anhangabaú, que juntou 1,5 milhão de pessoas. “Dá para ver que o Anhangabaú está apinhado de gente até onde a vista alcança, até o viaduto Santa Ifigênia, de um lado, até a praça da Bandeira, de outro”, afirmava o jornalista Ricardo Kotscho, no dia seguinte, em artigo na *Folha de S.Paulo*.

Foto: Arquivo/Agência Estado



Comício pelas Diretas Já no Vale do Anhangabaú, em São Paulo.

O governo Figueiredo contra-ataca com medidas de emergência. Proíbe as emissoras de rádio e televisão de divulgarem qualquer informação sobre a sessão do dia 25. Além disso, Brasília ficaria sitiada. Sob o comando do general Newton Cruz, barreiras policiais seriam colocadas em todos os acessos ao Distrito Federal, o que impediria a entrada de manifestantes pró-diretas; quem chegasse a Brasília na rodoviária seria revistado; os passageiros do aeroporto, inclusive parlamentares, precisavam se identificar, e as companhias aéreas tinham que enviar relações às autoridades com os nomes de todos aqueles cujo destino era a capital federal.

Desfile de tropas. Apreensões de camisetas e outros materiais Pró-diretas. Bombas de gás lacrimogêneo. Golpes de cassetete. Prisões de jornalistas e parlamentares. Cerco ao Congresso. Agressões. Arruaças. Chicotadas... Durante a execução das medidas de emergência, o general Newton Cruz conseguiu se superar, promovendo um espetáculo vergonhoso.

A cena ficava entre o patético e o ridículo: montado em seu cavalo branco, Nini, como era conhecido o general, de chibata na mão, golpeava os carros que participavam de um buzinaço na esplanada dos Ministérios, no dia anterior à votação da emenda Dante de Oliveira (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 523)

Em uma última tentativa para sensibilizar os congressistas indiretistas, o Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Diretas, em reunião no dia 24 de abril, delibera:

1 – O Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Diretas repudia as medidas de emergência decretadas pelo Sr. Presidente da República e que implicam evidente coerção sobre os Congressistas, com claro objetivo intimidatório dirigido contra a livre expressão e o exercício do voto pelo Congresso Nacional.

2 – O movimento pelas DIRETAS JÁ não é responsabilidade exclusiva de nenhum partido, agrupamento entidade ou setor da sociedade civil. É de toda a população brasileira, cabendo a sua coordenação ao Comitê Suprapartidário Nacional, que tem sido capaz de abrigar todas as opiniões e conduzir a luta de modo unificador, democrático e profícuo.

3 – Manifesta o Comitê, às vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira, a sua confiança quanto ao comportamento dos senhores Deputados e Senadores, que certamente honrarão os seus mandatos, correspondendo ao anseio popular, e não se intimidando com as pressões derivadas das medidas de emergência ou da atuação direta do Senhor Presidente da República, tentando influenciar a livre manifestação do Congresso Nacional.

O dia 24 é finalizado com um buzinaço. O Comitê Suprapartidário de Brasília tinha combinado dois dias antes que ele aconteceria nas vésperas da votação, já que não podiam realizar o comício que haviam combinado para esse dia. A ideia se espalhou, não só na capital federal, mas por diversas cidades brasileiras – buzinas e panelas foram batidas na véspera do dia da esperança, a partir das 20h. Estava montado o cenário que teria o capítulo final escrito no dia seguinte: 25 de abril de 1984.

3.3 – A Derrota

O 25 de abril de 1984 finalmente havia chegado. Não havia mais cerco militar ao Congresso, mas patrulhas estavam postas por toda a área dos ministérios. A população ia chegando e tomando os espaços possíveis. Às 9h da manhã instala-se a 62ª sessão conjunta do Congresso Nacional.

Após vários discursos iniciais, o deputado Ernany Sátyro, PDS da Paraíba, relator da Comissão Mista que examinou a proposta de emenda que restabeleceria eleições diretas para a Presidência da República, apresentou o seu parecer: era contrário à emenda. Foram 32 páginas de argumentos. “Fraco e cheio de erros, o parecer de Ernani Sátyro receberia a completa desatenção dos deputados em plenário e uma sonora vaia das galerias” (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 577).

Às 14h, a sessão foi reaberta e tem início a discussão do parecer do relator. Estavam presentes 372 deputados e 67 senadores. Diversos oradores vão para a tribuna se manifestar. O último a falar foi o deputado Dante de Oliveira, autor da Emenda nº 5, que pretendia restituir ao povo o direito de eleger o presidente da República.

Começava a votação. A emenda é derrotada: faltaram 22 votos para restituir ao povo brasileiro o direito de votar para presidente ainda naquele ano.

Eram duas horas da manhã do dia 26 de abril e já se haviam passado 17 horas desde que o senhor presidente Moacyr Dalla instalara a sessão do Congresso Nacional, às nove da manhã do dia 25. Plenário e galerias permaneceram absolutamente lotados, mesmo depois do sexagésimo quinto voto contrário e da centésima vigésima oitava ausência, quando se constatou que a derrota das Diretas Já era irreversível.

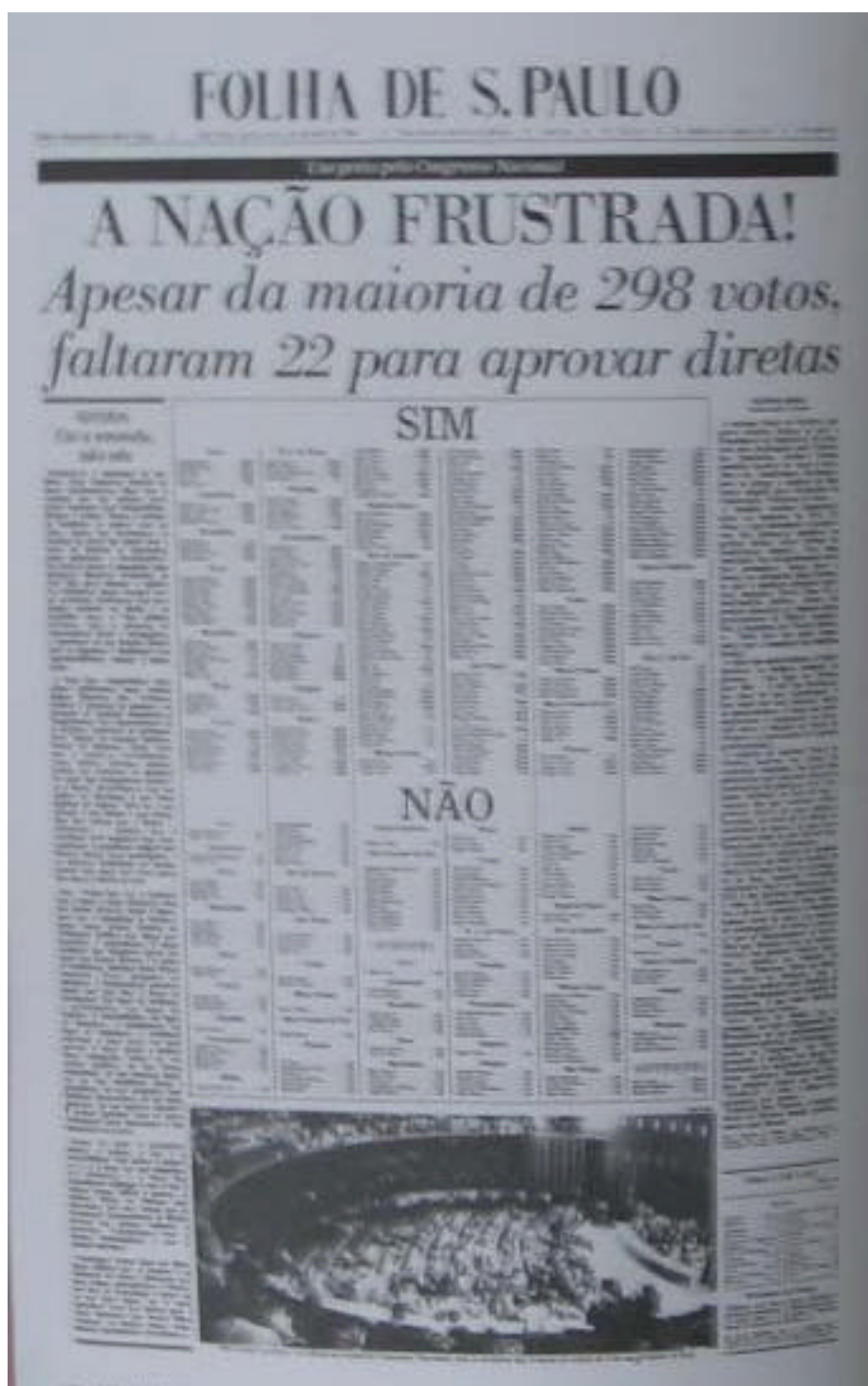
Ao final, já na madrugada do dia 26 de abril, o senador Moacyr Dalla proclamava o resultado: “Duzentos e noventa e oito votos SIM; 65 votos Não; três ABSTENÇÕES. Os votos, embora majoritários, não alcançaram o *quorum* constitucional necessário à aprovação da matéria”. A proposta está rejeitada. Rejeitada pela Câmara, deixa a matéria de ser submetida ao Senado Federal. A proposta vai ao Arquivo (LEONELLI OLIVEIRA, 2004, p. 591).

O historiador Boris Fausto explica a derrota da emenda:

A Emenda Dante de Oliveira não passou. Faltaram na Câmara dos Deputados somente 22 votos. Precisava de 320 votos de um total de 479 congressistas e recebeu 298. Desses votos, 55 eram de deputados do PDS que, apesar das pressões do governo e do partido, votaram a favor da emenda. De qualquer forma, tendo em vista a composição do Senado, era muito problemático que a emenda passasse no Senado, caso fosse aprovada na Câmara (FAUSTO, 2004, p. 510)

Para Skidmore (2000), a campanha tinha chegado muito perto da vitória e os seus organizadores haviam realizado as “maiores concentrações políticas jamais vistas no Brasil”. O historiador avalia:

O presidente, o Planalto, a liderança do PDS e os militares foram todos apanhados com a guarda baixa. Não podiam interromper nem ignorar a robusta campanha que empolgava o país. Alguns elementos eram familiares, como o tom emocional e os apelos no sentido de pressões diretas sobre o Congresso. Mas a campanha também tinha seu aspecto particular. Era o ressurgimento do espírito cívico com uma dimensão sem precedentes, acrescentando que nenhum candidato estava pedindo voto para si. Ao contrário, o objetivo era restaurar o direito de voto. Era uma dramática mensagem da sociedade civil que firmemente reconquistava sua voz (SKIDMORE, 2000, p. 471).



Capa da *Folha de S. Paulo* após a derrota da Emenda Dante de Oliveira.

CAPÍTULO IV

A *Folha* e as “Diretas Já”

A *Folha* foi o primeiro veículo de comunicação a assumir a bandeira de eleições diretas em todos os níveis como política editorial. Em 27 de março de 1983, um editorial do jornal, na página 2, declarava que o veículo era favorável ao pleito direto em todos os níveis. Dizia o editorial: “Na atual situação de graves dificuldades econômicas e demandas sociais insatisfeitas, tal forma de escolha [eleições diretas] se apresenta como a mais apta a estabelecer vínculos sólidos e de confiança entre governo e sociedade”.

Alguns meses depois, em novembro do mesmo ano, o jornal encampa a “Campanha pelas Diretas Já”, que a sociedade civil organizada vinha desenvolvendo. Estampa em suas páginas os comícios, as passeatas que passam a ocorrer do final de 1983 até a votação da emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril de 1984.

Estratégia de *marketing* ou decisão política? Para responder a essa pergunta é preciso primeiramente entender que jornal é esse, sua história, sua linha editorial, sua ideologia e aqueles que foram responsáveis pela sua criação e posterior consolidação. Por que se posicionou a favor da “Campanha pelas Diretas Já”, enquanto todos os demais veículos de comunicação fingiam, até o limite, que ela não existia?

4.1 – Breve História da *Folha de S.Paulo*

A trajetória da *Folha de S.Paulo* foi contada em diversos livros, resultantes ou não de trabalhos acadêmicos. Capelato e Motta (História da Folha de S.Paulo: 1921-1981, publicado em 1981), Tascher (Folhas ao Vento – Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil, publicado em 1992), Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S.Paulo (Diversos autores, Publifolha, publicado em 2003), Silva (Mil Dias: seis mil dias depois, publicado em 2005) e Paschoal (A trajetória de Octavio Frias de Oliveira, 2006). A intenção aqui não é, portanto, reelaborar a história do veículo, mas apenas contextualizar o processo de nascimento e consolidação do jornal para melhor construção do objeto de estudo.

Segundo Capelato (História da Folha: as diferentes etapas. In: Um país aberto, 2003, p. 38), podemos dividir a história da *Folha* em quatro etapas distintas:

- 1ª etapa – 1921 – início dos anos 30: fundação do veículo;
- 2ª etapa – Após a revolução de 1930: Octaviano Alves de Lima adquire o jornal e o transforma em forte aliado do setor agrário;
- 3ª etapa – A partir de 1945: quando José Nabantino Ramos, Alcides Ribeiro Meireles e Clovis Medeiros Queiroga estavam à frente do jornal. Neste momento, o veículo torna-se mais voltado para uma perspectiva da burguesia modernizadora. “Houve um grande investimento na infraestrutura empresarial” (CAPELATO, p. 40);
- 4ª etapa – A partir de 1962: Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira adquirem o jornal. A característica que marcou a *Folha* nesse momento foi “a capacidade de resistência diante das dificuldades econômicas e dos conflitos políticos e sociais” (CAPELATO, p. 40).

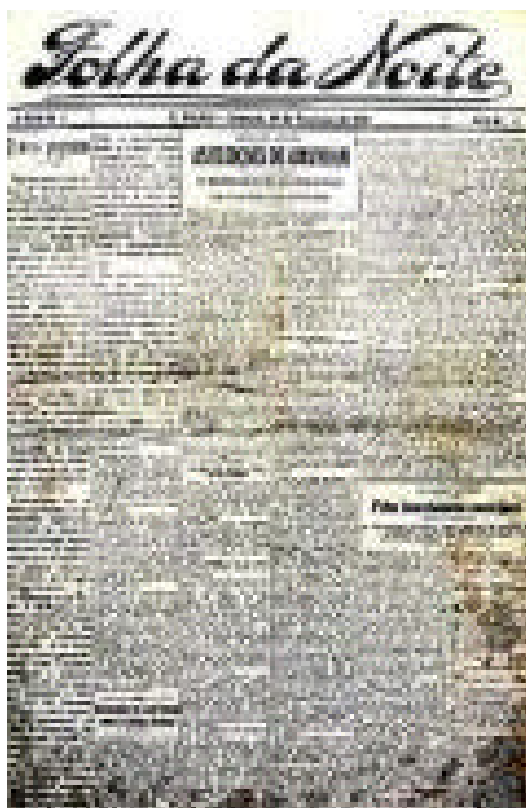
A partir da leitura da história da empresa *Folha da Manhã* é necessário estabelecer mais duas etapas a essas definidas por Capelato. Uma quinta etapa seria aquela a partir de 1981, quando a *Folha* publica o seu primeiro documento interno em que estabelece qual o jornal que pretendia ser (projeto editorial), e a sexta, o período “pós- Diretas Já” (1984), em que o jornal se reavalia e traça os caminhos que segue até hoje (2009) após ter-se engajado na luta pela eleição direta para a Presidência da República, esclarecida no projeto editorial de 1984.

A história do jornal *Folha de S.Paulo* tem início em 1921, em uma sala à Rua São Bento³¹, quando alguns jornalistas que trabalhavam no jornal *O Estado de S.Paulo* resolvem fundar um outro veículo, naquele momento denominado *Folha da Noite*, com um perfil que o diferenciaria do jornal *Estadão*, que havia sido criado pelas elites e para as elites. Esse grupo vinha de uma experiência anterior que não se havia consolidado, a criação de um jornal denominado *Estadinho*, que pretendia atender a um público mais amplo. A *Folha da Noite* foi elaborada por Olival Costa e seu sócio, Pedro Cunha, e era rodada nas impressoras do jornal *O Estado de S.Paulo*, na Rua 25 de março.

O grupo de jornalistas tentou formar um jornal voltado para outras camadas da população, depois do fracasso da primeira experiência, propôs-se a criar um novo jornal: esse projeto contou com a colaboração de “OESP”, sobretudo no que se referia à utilização de

³¹ Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm Acesso em 10/11/2008.

seu parque gráfico (CAPELATO, História da Folha: as diferentes etapas. *In*: Um país aberto, 2003, p. 38)



Fac-símile do primeiro exemplar do jornal *Folha da Noite*, publicado em 19 de fevereiro de 1921.³²

O primeiro número do jornal trazia um texto – “O nosso programa”, de apresentação para os leitores, escrito por Júlio de Mesquita Filho, proprietário de *O Estado de S.Paulo*. Nele se definia como:

um jornal com postura *oportunist*a, entendendo por este termo o direito de mudar de opinião sempre que novos fatos assim o exigissem. A justificativa para tal postura era a de que a coerência em relação a atitudes tomadas no passado não deveria servir de pretexto à estagnação da razão (TASCHER, 1992, p. 41).

No ano de 1925, o veículo passa a funcionar na Rua do Carmo, ficam lá as oficinas, a revisão, a redação e os escritórios da administração³³. O grupo resolve criar uma versão matutina da *Folha da Noite*. Surge então, no mês de julho, o

³² Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/galeria_imagens.htm Acesso em 24/11/2008

³³ Publicado em http://www1.folha.uol.com.br/circulo/historia_folha.htm Acesso em 10/11/2008.

primeiro número da *Folha da Manhã*. A ideia era produzir um jornal com conteúdo semelhante ao da *Folha da Noite*, mas com forma de apresentação e público diferentes. Já que a *Folha da Noite* tinha o objetivo de atender a um público mais popular.



Fac-símile da edição histórica do dia 6 de março de 1953, que traz na capa a morte do ditador russo Josef Stalin.³⁴

A primeira fase das *Folhas* se encerra com o “Movimento de 30”³⁵ – quando são empasteladas, têm sua circulação suspensa e são logo a seguir vendidas a novos proprietários...” (TASCHER, 1992, p. 49).

Em 1931, um cafeicultor e membro de uma família tradicional, ligada à produção e comercialização de café, Octaviano Alves Lima, adquire o jornal. O empresário defende a lavoura, ao mesmo tempo em que o governo brasileiro tinha feito a opção pela valorização dos setores urbanos-industriais. Lima se opõe ao Estado Novo e lança campanhas pela saúde pública. O nome da companhia é alterado para Empresa Folha da Manhã.

³⁴ Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/galeria_imagens.htm Acesso em 24/11/2008.

³⁵ Minas Gerais e Rio Grande do Sul lideraram um movimento armado que culminou com o golpe de estado que depôs o presidente paulista Washington Luís.

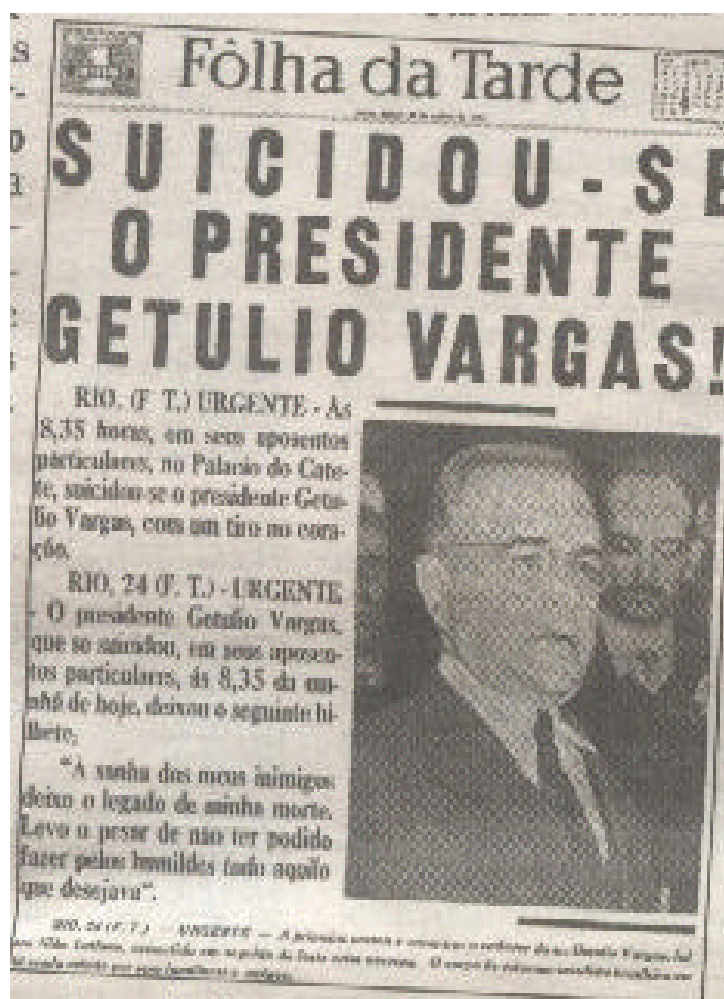
O novo proprietário era defensor do agrarismo. Ele tinha tomado contato, nos EUA, com a doutrina georgiana, que defendia a necessidade de priorizar a agricultura. Como nos anos de 1930 o novo governo dera início a uma política de valorização do urbano-industrial, o projeto de Octaviano ia na contramão da história. Ele batalhou inúmeras vezes para que fosse adotado no Brasil o “imposto único”, sobretudo no plano agrário. Essa fase não deixou grandes marcas (CAPELATO, História da Folha: as diferentes etapas. *In*: Um país aberto, 2003, p. 39).

O empresário e jornalista José Nabantino Ramos adquire o controle acionário do jornal em 1945. Começa a se definir neste momento o perfil, que é uma das marcas do veículo até hoje, o discurso do “jornalismo crítico, pluralista e apartidário” como política de redação. “... a partir de 1948, o grupo *Folha* começa a adotar a objetividade jornalística com o ‘Programa de Ação’ que define como princípio básico a imparcialidade em política partidária e a defesa do interesse público” (MOTA e CAPELATO, 1981, p. 133)

Ramos pode, também, ser considerado como aquele que desferiu os primeiros movimentos no sentido de transformar a *Folha* em uma empresa moderna, além de ser considerado “um modernizador da imprensa paulista” (ARRUDA, 2007). Com direção inspirada no jornalismo norte-americano:

A empresa assumiu um compromisso de defesa da modernização e urbanização, com ênfase na racionalidade e no planejamento. Projetou para o Brasil as metas de mudança realizadas internamente e realizou uma série de campanhas nesse sentido. Nabantino estabeleceu, além de um programa de metas de ação para a empresa, normas de trabalho que implicaram a divisão da redação, em 1959. Sua ideia era transformar a “Folha” em uma escola de jornalismo e, para isso, oferecia cursos aos jornalistas (CAPELATO, História da Folha: as diferentes etapas. *In*: Um país aberto, 2003, p. 40).

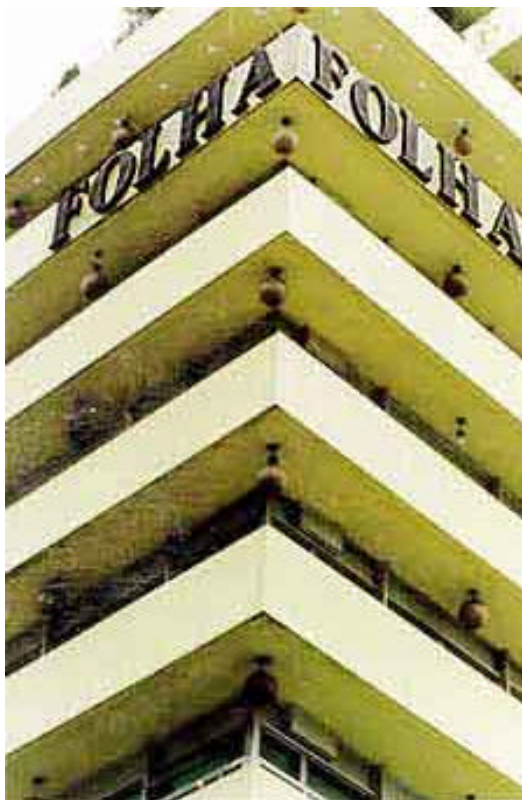
Quatro anos depois, em 1949, um terceiro veículo é lançado para compor o grupo: a *Folha da Tarde*. Nabantino criou também aquele que pode ser considerado o primeiro manual da redação da *Folha*, chamado “Normas de Trabalho da Divisão de Redação, para elaboração da *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*”.



Fac símile da edição histórica do jornal *Folha da Tarde*, com o suicídio de presidente Getúlio Vargas, em 24/08/1954.

Em 1953, o prédio da rua Barão de Limeira fica pronto e passa a ser a sede de todas as áreas: administração, redação, publicidade e oficinas de composição e impressão.

Fonte: Folha Imagem



Prédio da *Folha de S. Paulo*. Ficou pronto em 1953.³⁶

Mas quando surge de fato a *Folha de S. Paulo*? Em 1º de janeiro de 1960, a *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* se juntam para formar a *Folha de S. Paulo*.

³⁶ Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_50.htm Acesso em 11/10/2007



Reprodução da primeira manchete publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 1º de janeiro de 1962.

Mas os primeiros passos para transformar a *Folha* na *Folha* foram dados somente dois anos depois, em 1962, quando Octavio Frias de Oliveira (1912-2007) e Carlos Caldeira Filho (1913-1993) assumem o controle acionário da empresa. De 31 de julho de 1962 até 2 de novembro de 1962, a presidência da empresa ficou a cargo do publicitário Caio Alcântara Machado (1926-2003).

Octavio Frias de Oliveira, sem imaginar a grande mudança que provocaria, anos depois, no cenário da comunicação do país, afirma:

Na primeira semana que eu passei lá, só queria saber para quem eu ia empurrar a 'Folha'. Porque me arrependi, e como. É verdade que logo no primeiro mês deu lucro operacional, mas tinha um passivo grande. "Eu e o Carlos pensamos: 'Que besteira que nós fizemos'" (OCTAVIO FRIAS de OLIVEIRA)³⁷.

³⁷ Frases de Octavio Frias de Oliveira. Caderno Brasil da *Folha de S. Paulo*, 1º de maio de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0105200708.htm> Acesso em 10 abril de 2007

Fonte: FolhaImagem



Octavio Frias de Oliveira na gráfica da *Folha*, na rua Barão de Limeira, em 1962.³⁸

A principal preocupação dos novos proprietários do jornal era garantir a sua sustentação econômica e financeira. Octavio Frias de Oliveira explica como foi o período para Paschoal:

Entreguei a redação inteiramente ao José Reis, e eu e o Carlos nos fixamos na parte comercial, inclusive levantando dinheiro nos bancos, porque a situação era terrivelmente aflitiva. Os primeiros tempos foram agônicos, absolutamente agônicos. Depois de 15 dias, eu estava louco para cair fora, eu e o Carlos. A *Folha* vendia bem já, mas *O Estado de S. Paulo* era assim um objetivo distante, um colosso, um império, um sonho. A gente se esmerava muito, e o Carlos dizia que nós catávamos os farelos que caía m do *Estadão*. A *Folha* não existia. O *Estado* estava lá no Olimpo e nós, aqui embaixo, na lama. Era uma distância (PASCHOAL, 2006, p. 160).

Ele afirma ainda em Paschoal (2006, p. 164) que “os primeiros dez anos da *Folha* foram difíceis, muito difíceis. Depois, entramos no boom nacional (...). E aí começou a sobrar dinheiro. Mas nem eu nem o Carlos Caldeira nunca tiramos um tostão da empresa, sempre reinvestimos tudo”.

Três anos após ter adquirido a *Folha* e fazê-la dar lucro, Frias e Caldeira compram, em 1965, o jornal *Notícias Populares*, lançado dois anos antes (1963). A ideia era ocupar um espaço que a *Folha* não preenchia. Mais dois anos (1967) e os empresários colocam a *Folha da Tarde* novamente para circular, após ficar sete anos

³⁸ Folha Imagem. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_60.htm Acesso em 10 de abril de 2007.

fora do mercado, desde a unificação dos três jornais. Segundo Frias de Oliveira (Paschoal, 2006, p. 192), “quando compramos o *Notícias Populares*, achamos que era uma faixa na qual a *Folha* não entrava e, portanto, não iria colidir com a *Folha*, que era sempre o carro chefe”. O mesmo aconteceria com a reabertura da *Folha da Tarde*.

4.2 – Modernização Gráfica e Editorial

O ano de 1967 também é marcado pela primeira e fundamental mudança tecnológica pela qual o jornal passaria ao longo de sua trajetória. A *Folha* moderniza seu parque gráfico ao adquirir três impressoras Goss Urbanite, de fabricação norte-americana, o que lhe permite melhorar a qualidade da impressão, bem como ampliar a sua capacidade industrial para rodar até 45 mil jornais por hora cada uma.

Segundo Paschoal (2006, p. 200), o uso dessa nova tecnologia fez com que o jornal batesse alguns “recordes”. O autor explica que em 1968 a tiragem do jornal atingiu a marca de 200 mil exemplares. “Em 1969, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública (Ibope) registrou a *Folha* como o jornal mais lido no interior do Estado de São Paulo, com 14,8%, deixando o jornal *O Estado de S.Paulo* em segundo, com 10,4%”. O veículo também é pioneiro na impressão off-set em cores, usada em larga escala pela primeira vez no Brasil, também em 1968, quando a *Folha* passa a ser rodada parcialmente nesse sistema.

Mas o final dos anos 1960 não é só um período de avanços tecnológicos. O país vivia o regime de exceção, os militares no poder publicam em 1968 o Ato Institucional número 5 e retiram as liberdades políticas e de expressão dos cidadãos, implantando a censura prévia nas redações. Além disso, publicam o Ato Adicional nº 1 à Constituição Brasileira de 1967, que reforma totalmente a Lei de Imprensa.

Segundo Taschner (1992), citando entrevista dada para a autora por Otavio Frias Filho (atual diretor de Redação do jornal), a *Folha* não sofreu censura e lutou pouco contra ela nesse período. Ainda em entrevista para Taschner, o jornalista Boris Casoy, que foi editor-chefe do jornal, afirmou que por “razões econômicas e financeiras em um determinado período [início do governo militar] o jornal chegou até se atrelar ao governo”.

Capelato (2003, p. 40) conta que o que caracterizou a *Folha* nesse período (1964 até a década de 70) foi o fato de conseguir resistir às dificuldades econômicas e aos conflitos políticos e sociais. “Atravessou o golpe de 1964, sofreu as consequências dele e pagou o preço de tê-lo apoiado. Mas a grande preocupação continuou sendo a modernização do jornal e do país”.

Considerando a visão no mínimo conservadora do veículo, quais são os fatores que determinam mudanças na postura do jornal a partir dos meados dos anos 1970, quando começa a defender posições mais liberais?

Taschner (1992, p. 120-122) define que o jornal, enquanto mercadoria para ser comercializada, está atento às mudanças em curso para não perder espaço no mercado. Essa é a razão pela qual a *Folha* não poderia fechar os olhos para as movimentações que começam a surgir no país.

No mesmo trabalho a autora relata ainda outro motivo, por meio de trecho de declaração dada para a autora por Otavio Frias Filho, ao explicar uma conversa entre seu pai, Octavio Frias de Oliveira, e o general Golbery do Couto e Silva (1911-1987)³⁹, antes de o presidente Ernesto Geisel (1907-1996)⁴⁰ assumir a Presidência da República, e do qual seria ministro chefe da Casa Civil.

No começo de 74, antes de o Geisel tomar posse, o meu pai teve uma conversa com o general Golbery no Rio de Janeiro. E nessa conversa ele disse ao meu pai quais eram os planos do governo Geisel, o que eles queriam (...). Enfim, na linguagem dele, queriam recolocar o regime nos trilhos iniciais. Queriam acabar com os abusos e seria muito importante ter um jornal que caminhasse nesse sentido. O meu pai, que já tinha se sensibilizado com isto, pelas discussões que a gente vinha tendo internamente, achou que aquilo era quase um sinal de novos tempos no país. E começou a orientar o trabalho da gente nessa direção (TASCHNER, 1992, p. 120).

Octavio Frias de Oliveira entendeu o recado. Percebeu que aquele era o sinal para concretizar um desejo antigo: transformar a *Folha* em um dos principais veículos de comunicação impressos do país. O jornal tinha como se sustentar economicamente, era uma empresa sólida, mas queria crescer ainda mais, para isso precisaria se adaptar aos novos tempos. Começa então, a partir da página 2 e 3 do

³⁹ O general Golbery assumiu a chefia da Casa Civil do governo Ernesto Geisel em 1974. Pediu exoneração do cargo em 1981, por acreditar na participação dos militares em um atentado no Riocentro (RJ).

⁴⁰ Ernesto Geisel presidiu o Brasil de 1974-1979.

jornal, com mudanças na linha editorial. É criada, em junho de 1976, a seção “Tendências/Debates” (página 3), que se caracterizou por abrir espaço para o pensamento das diversas correntes ideológicas que compunham o cenário político nacional e, também, para aqueles que até então eram perseguidos pelo regime militar.

Em 1975, o jornalista Cláudio Abramo dirigia a redação da *Folha*. Abramo, após conversas que se desenrolavam entre ele e Octavio Frias de Oliveira para discutir de que forma o jornal se “abriria a pluralidade de ideias”⁴¹, contratou os jornalistas Paulo Francis, Newton Rodrigues e Alberto Dines. Também abriu espaço para que escrevessem no jornal Gerardo Mello Mourão, Oswaldo Peralva, Flávio Rangel e Glauber Rocha.

Se 1975 foi o começo, 1976 sacramentou a virada: no dia 22 de junho, sem anúncio ou pompa, apareceu pela primeira vez na página 3 a seção “Tendências e Debates”. Com ela, a “Folha” passou a desempenhar um papel decisivo no processo de redemocratização do Brasil, porque abriu suas páginas ao debate de ideias que fervilhavam na sociedade civil, abrigando inclusive textos de intelectuais e políticos perseguidos pelo regime militar. Pautada pelo princípio da pluralidade, a seção “Tendências/Debates” passou a publicar artigos de todos os matizes ideológicos (PASCHOAL, 2006, p. 242).

Já o jornalista e pesquisador Carlos Eduardo Lins da Silva (1987, p. 1), que participou diretamente de diversas reformulações editoriais da *Folha* e atualmente ocupa o cargo de *ombudsman* no jornal, observa que a aproximação do veículo com a abertura política do país aconteceu dois anos antes (1974). Foi com a reformulação da página 2 do Primeiro Caderno, “que se abriu a intelectuais de oposição ao governo que haviam passado os dez anos anteriores distantes dos meios de comunicação” e, também, “desativou em definitivo o sistema de composição a quente e ingressou de vez nas técnicas industriais modernas”.

Dois marcos (1974 e 1976) que desembocam no mesmo lugar: o jornal *Folha de S.Paulo* abrindo o espaço editorial para múltiplas manifestações sobre a necessidade de retomada do Estado de direito no país.

O jornalista e cientista político André Singer (2003, p. 56) explica que de 1974 a 1977 o jornal passa por uma reforma jornalística que incluía uma reforma

⁴¹ Essas conversas foram relatadas para Engel Paschoal, que escreveu e publicou em 2006 o livro “A trajetória de Octavio Frias de Oliveira”, por Otavio Frias Filho.

gráfica e contrata profissionais de jornalismo – como Alberto Dines e Paulo Francis, que traziam com eles as experiências de modernização da imprensa carioca. “A reforma do *Jornal do Brasil* vai ser repetida em outros moldes pela *Folha* no período de 1974-1977”. Essas modificações significavam produzir um jornal com grande qualidade técnica, nos moldes do jornalismo praticado nos Estados Unidos da América, incorporadas pelo JB desde o fim dos anos 1950. O processo seria conduzido por Cláudio Abramo, que dirigia a redação do jornal e que havia realizado uma reforma parecida quando foi secretário de redação do jornal *O Estado de S.Paulo*.

Mas a principal marca desse período, segundo Singer, é ter aberto espaço (nas páginas 2 e 3) para os textos de personagens banidos da vida política brasileira durante o regime militar. O autor diz que “com essa abertura para a oposição, o jornal se torna o espaço privilegiado do debate no país, porque traz para o debate público os setores de centro-esquerda que estavam fora dele”.

Estavam se fortalecendo nesse período as metas que os proprietários da *Folha* tinham definido para o veículo: a de ser um jornal fortemente competitivo e formador de opinião, sair do segundo lugar em vendagem e passar a ser o primeiro. Um dado que demonstra a consolidação desse processo é que o veículo, no período de 1974-1977, aumentou a sua tiragem em 100 mil exemplares diários – de 200 mil para 300 mil exemplares.

A partir de 1977 e até 1984, começa um segundo movimento da *Folha*, como definiam os seus documentos internos e os projetos editoriais⁴² que seriam produzidos na década de 1980. Para Singer, o processo será consolidado quando Otavio Frias Filho assume a direção de Redação do jornal em 1984, no lugar de Boris Casoy. E finalmente com o engajamento do jornal na “Campanha pelas Diretas Já” a partir de 1983 e até 1984.

4.3 – A *Folha* e a “Campanha Diretas Já”

A principal demonstração de sintonia política do jornal com a sociedade ocorre nos anos 80, com o engajamento no movimento civil “Diretas Já”. Esse envolvimento se dá em dois momentos: o primeiro, em março de 1983, quando o

⁴² Os projetos editoriais da *Folha de S.Paulo* serão discutidos no próximo item do trabalho.

veículo passou a defender a proposta de emenda constitucional de eleições diretas para todos os níveis, de autoria do então deputado federal Dante de Oliveira (PMDB).

O segundo é a partir de novembro do mesmo ano, quando a *Folha* se torna o jornal “Porta-Voz da Campanha pelas Diretas Já”. O veículo dava assim os primeiros passos para conquistar um objetivo que há muito tempo era delineado pelas suas direções: tornar-se o jornal de maior peso político do país, além de conquistar um maior número de leitores e ser o primeiro em circulação.

A primeira manifestação do veículo a favor das eleições diretas é explicitada no editorial publicado em 27 de março de 1983, quando se posiciona, claramente, a favor de eleições diretas para todos os cargos, inclusive para a Presidência da República, conforme trecho do editorial abaixo.

O êxito da tese das eleições diretas será tão menos improvável quanto mais firme e abertamente ela seja sustentada pelos setores da opinião pública que lhe são favoráveis. (...) Na atual situação de graves dificuldades econômicas e demandas sociais insatisfeitas, tal forma de escolha [eleições diretas] se apresenta como a mais apta a estabelecer vínculos sólidos e de confiança entre o governo e a sociedade.

Se o mês de março de 1983 é o marco da tomada de posição a favor do pleito direto, a *Folha* passa então, em novembro do mesmo ano, a ser porta-voz da “Campanha pelas Diretas Já”, que tomava as ruas das principais cidades do Brasil. Assim, contribui não apenas para personificar o sentimento popular pelo término do regime ditatorial, noticiando com destaque as greves e protestos que surgiram em diferentes pontos do país, como também por se colocar como agente de mobilização nacional. Os comícios pelas “Diretas Já” são, então, incorporados à pauta diária do veículo, à rotina de reportagens, nas colunas dos articulistas, com destaque nas páginas internas do jornal e, também, na capa, postura que demora a ser seguida pelos demais veículos de comunicação do país.

O jornalista André Singer⁴³, em reportagem publicada na *Folha* em comemoração aos 80 anos do jornal, explica como se deu o engajamento do veículo pelas “Diretas”.

⁴³ SINGER, André. Apoio a diretas amplia peso político do jornal.

In http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-03.shtml Acesso em 1/10/2007.

No final de novembro de 1983, uma pequena reunião entre os três principais dirigentes da “Folha” tomou uma decisão de grande utilidade para fixar a imagem do jornal como o veículo impresso de maior peso político no país. A conversa ocorreu na sala do *publisher* do jornal, Octavio Frias de Oliveira, localizada no 9º andar do prédio da Barão de Limeira, centro de São Paulo. Além do dono da sala, estavam presentes o secretário do Conselho Editorial, Otavio Frias Filho, e o editor responsável, Boris Casoy. O *publisher* ligou uma luz vermelha para indicar à secretária a determinação de que o encontro não fosse interrompido. Frias Filho expôs então a ideia que cogitava havia algumas semanas: a “Folha” deveria empreender uma campanha pelas eleições diretas para presidente da República.

Mas, segundo o jornalista Ricardo Kotscho, que como repórter cobriu o movimento para o jornal, coube a ele a sugestão inicial para o veículo abraçar a causa das “Diretas Já”, iniciando, assim, uma campanha com ampla cobertura das mobilizações pela retomada das eleições diretas.

Redigi uma proposta para o jornal: por que a “Folha de S.Paulo” não empunhava de vez a bandeira das eleições diretas, como fazia a imprensa, antigamente, quando se apaixonava por uma causa? No dia seguinte, as três páginas foram logo encaminhadas por Adilson Laranjeira ao proprietário do jornal. ‘Seu’ Frias convocou imediatamente a cúpula da “Folha” à sala dele, leu o texto para todos os editores e mandou tocar o pau na máquina. Formou um grupo para cuidar da cobertura da campanha, sob a coordenação de Otavio Frias Filho, então secretário do conselho editorial, e na edição seguinte já se abria espaço para a campanha das Diretas (KOTSCHO, 2006, p. 116).

Para Paschoal (2006, p. 308), o assunto “cobertura das diretas” já vinha sendo tratado pela direção da *Folha* em “clima de segredo de Estado”. O secretário do Conselho Editorial do jornal era Otavio Frias Filho. Ele já havia sugerido ao *publisher* do jornal, Octavio Frias de Oliveira, e ao editor responsável, Boris Casoy, em novembro de 1983, que o jornal iniciasse a cobertura efetiva do movimento. Então a *Folha de S.Paulo* passa a ser o “QG” do movimento.

O jornalista Ricardo Kotscho, em entrevista a Paschoal (2006, p. 309), explica:

As lideranças políticas todas, com exceção das que apoiavam o regime militar, começaram a procurar a *Folha*. As pessoas iam falar com o Sr. Frias [pai]. A *Folha* tornou-se ponto de encontro. Era a bandeira que faltava para o jornal. (...) faltava alguma coisa para a ‘Folha’ se transformar no grande jornal brasileiro. E faltava para todo esse movimento social e político, de esquerda, contra a

ditadura, uma bandeira que unificasse tudo, que era as diretas. As duas coisas acabaram conjuminando.

Isso significa dizer que, enquanto todos os demais veículos de comunicação ignoravam a campanha, cobrindo muito pouco ou simplesmente ignorando o movimento, a *Folha* resolve assumir a bandeira pelas “Diretas Já” em suas páginas:

O jornal mais uma vez captou com rapidez e precisão o estado de espírito das pessoas que consomem informação política e se engajou, solitariamente a princípio, num movimento que se transformaria no mais significativo da história política recente do país. A “Folha” foi classificada como “o jornal das diretas” e, com isso, alcançou o maior nível de popularidade de sua história (SILVA, 1987, p. 2).

Para Marcondes Filho (2003, p. 68-69), a *Folha* inicia a cobertura de “forma cautelosa”, mas passaria, a partir de janeiro de 1984, a realizar uma campanha exaustiva e ostensiva do movimento. Em um primeiro momento – fevereiro e março –, a cobertura dos comícios em outras capitais brasileiras ocupava entre 75% a 100% de uma página do veículo. Em abril, atinge o pico.

A partir do início do mês, a cobertura do tema era de duas a três páginas por dia (nas retransmissões: “sucessão pelas ruas”, “emenda Leitão”, “horas decisivas”, “a marcha da decepção”). Com a concentração de São Paulo em 16 de abril, o destaque começa a crescer (nesse dia, cinco páginas sobre o assunto e mais três sobre política nacional). De 24 a 26 de abril, a **Folha** deu mais de 12 páginas para o assunto, caindo posteriormente para oito (27 de abril) e para seis (28 e 29 do mesmo mês).

A *Folha* não se limitava à cobertura jornalística das diretas. O espaço de opinião do jornal também foi aberto para que os apoiadores das diretas pudessem expressar o porquê de estarem engajados ao movimento. Por essas páginas passaram lideranças do PMDB, como Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, e do PT, como Luiz Inácio da Silva, Eduardo Matarazzo Suplicy, entre outros, que estimulavam o debate.

Os articulistas do jornal, entre eles Clovis Rossi e Janio de Freitas, também ocupavam o espaço destinado a eles para desvendar o movimento e interpretar o jogo político que se estabelecia naquele momento. De janeiro até 28 abril de 1984, Janio de Freitas publicou um total de 62 colunas. Dessas 47 tratavam especificamente da sucessão presidencial e do movimento pelas diretas.

À cobertura jornalística e aos articulistas somavam-se ainda os editoriais que a *Folha* passou a publicar entre o novembro de 1983 e abril de 1984, mostrando que o jornal e a sua direção tinham opinião e pretendiam demonstrá-la para os seus leitores. Em 11 de dezembro de 1983, o jornal publica um editorial (“Em nome da dignidade”) em que mais uma vez reafirma estar ao lado daqueles que se posicionavam pelas eleições diretas para presidente da República. Já em fevereiro, com o lançamento da campanha “Use Amarelo para diretas”, o jornal publica no dia 12 o editorial “Amarelo, sim”. Nele expressava que o amarelo “se opunha à morte, porque é a cor do sol e da gema, e à miséria, porque é a cor do trigo e do ouro”. E reafirmava que “seja então o amarelo, portanto, a cor das Diretas”.

Em 15 de março de 1984, quando se percebia um claro recuo das lideranças “moderadas do PMDB” (Leonelli e Oliveira, 2004, p. 449-451), um editorial da *Folha* cobra dos políticos uma postura de respeito aos anseios das ruas. Um trecho do editorial afirmava:

Merece repúdio irrestrito da opinião pública qualquer rumor ou manobra que, seja acenando com “negociações” tão obscuras quanto reprováveis, seja retirando seu apoio mais decidido às mobilizações populares, contribuam para o amortecimento da causa das Diretas Já. Negociar o inegociável seria trair o anseio nacional.

A simbiose entre a *Folha de S.Paulo* e a “Campanha pelas Diretas Já” foi tão profunda que, no dia seguinte à derrota da emenda, a primeira página do jornal, espaço mais nobre no jornalismo impresso e que raramente se abre para a opinião do veículo, trazia o editorial “Cai a emenda, Não Nós”.

“Frustrou-se a esperança de milhões. Uma compacta minoria de maus parlamentares disse não à vontade que seu próprio povo soube expressar com transparência, firmeza e ordem”. Assim começava o editorial do dia 26 de abril.

O jornal, durante todo o processo das diretas, estampou na sua primeira página uma faixa amarela (“Use amarelo pelas Diretas Já”). No dia 26 de abril de 1984, após a derrota no Congresso Nacional, ela foi substituída por uma tarja preta (“Use preto pelo Congresso Nacional”).

A *Folha* criou também, a partir de janeiro de 1984, o “Roteiro das Diretas”. O jornal trazia diariamente uma tabela com a relação dos locais, dia e hora em que

haveria manifestações. Era uma agenda em que os leitores de cada Estado brasileiro podiam se guiar para participar do movimento.

Para Leonelli e Oliveira (2003) o fato de a *Folha* ter aberto e assumido a “Campanha das Diretas” foi fundamental, (“o apoio da Folha era intenso” – p. 404, “cumpru um indiscutível papel” – p. 424, “apoio foi decisivo” – p. 452) e acabou transformando o jornal no “Diário Oficial das Diretas” (p. 389). Para Marcondes Filho (2003) é preciso relativizar essa importância. O fato é que a posição do jornal, segundo o autor, foi a de “organizador em nível macrossocial e de divulgação do processo dirigido pelo Comitê Suprapartidário”.

Sentindo a agregação de que passou a ser objeto. A *Folha* obteve os melhores lucros políticos (ideológicos) e econômicos. Apesar disso, o jornal não reconhecia oportunismo na apropriação do movimento como “marketing político”. (...) De fato, conhecer as necessidades do público (não para de fato atendê-las, mas não perdê-lo) é o que rege o caráter empresarial do jornalismo. Isso não tem nada a ver com democracia, principalmente se o veículo encontra um ótimo filão para aumentar seus lucros à custa da emocionalidade da massa de seu público (MARCONDES FILHO, 2003, p. 70-72).

Taschner (2002, p. 118) explica que esse engajamento da *Folha* tem também um outro significado. Jornais sob censura têm depreciado o seu valor de mercadoria. Isso significa dizer que, se surgem movimentos a favor da democratização do país, protestos por todos os lados, e seus leitores presenciam esses fatos, é quase impossível deixar de mostrá-los nas páginas do jornal e não perder leitores e credibilidade. Assim, os proprietários da *Folha* perceberam que o “vento soprava a seu favor” já que o governo Geisel tinha iniciado, a partir de 1974, a “distensão política”, e a censura para a imprensa tinha diminuído.

Mesmo assim, a *Folha* toma uma decisão histórica que só viria a ser seguida pelos demais veículos de comunicação quando já não era mais possível negar que a campanha tinha levando milhares de pessoas para as ruas em todo o país. E essa postura do jornal contribuiria para o fortalecimento do movimento.

Mas teria sido muito mais difícil, tanto a articulação como a mobilização, se a campanha das Diretas não contasse com o apoio explícito e decidido da *Folha de S.Paulo*, que a partir de dezembro [1984] começou a publicar o “Roteiro das Diretas” e cobrir detalhadamente todo o debate parlamentar, político, cultural e sindical em torno do tema. (...)

O roteiro da *Folha* não só estimulava a realização dos atos em locais públicos e casas parlamentares, possibilitando uma importantíssima acumulação de expectativas, como também comprometia os dirigentes políticos e governantes favoráveis às eleições diretas com a programação estabelecida. Inibia atitudes preconceituosas e oficiais de outros órgãos da grande imprensa e instigava uma emulação jornalística – tanto no terreno profissional como no campo editorial – com as redações e editoriais dos outros jornais. (...) Eram matérias jornalisticamente irrepreensíveis, mas representavam um claro e forte estímulo à organização e à intensificação da campanha (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 328-329).

Foto: Fernando Santos/Folha Imagem



Grupo formado por diversos representantes da sociedade civil se reúne no heliporto da *Folha* dois dias antes da votação da emenda Dante de Oliveira, em 23 de abril de 1984, para expressar, em uma foto coletiva, a união nacional pelas “Diretas Já”.⁴⁴

No dia 24 de abril, véspera da votação da emenda Dante de Oliveira pelo Congresso, a *Folha de S.Paulo*, reforçando a sua campanha pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, publica a foto acima em reportagem intitulada “Unida, a sociedade civil anseia pelas eleições Diretas Já”, precedida pelo *chapéu*⁴⁵ “Horas decisivas”, na página 4 do caderno de Política. Os dois primeiros parágrafos do texto expressavam o temor e a esperança que compartilhavam os fotografados.

⁴⁴ Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/galeria_imagens.htm Acesso em 11/10/2007

⁴⁵ Recurso de edição utilizado no jornalismo impresso.

O 9º andar da *Folha* transformou-se ontem num grande palco, onde a sociedade civil brasileira estava representada através de suas legítimas lideranças, todas defendendo eleições Diretas Já. As palavras mais ouvidas foram “certeza”, confiança, esperança e expectativa”. E todos ressaltaram o papel do Congresso Nacional e a atuação dos parlamentares do PDS: o 25 de abril será uma data histórica e os parlamentares que votarem contra as aspirações da sociedade brasileira serão cobrados nas urnas, em 1986.

A reunião, promovida pela ***Folha***, mostrou ainda que um ideal suplanta divergências ideológicas e congrega diferenças partidárias. Mas um temor estava embutido, no entanto, nas conversas: o que acontecerá no dia seguinte? E alguém lembrou que o país vive uma trégua e que esta será rompida inevitavelmente após a votação.

O texto vinha sem assinatura e era quase um editorial em que a *Folha* se posiciona a favor da emenda Dante de Oliveira, mostrando que está de acordo com os anseios da sociedade civil, e até alerta para o fato de que se a vontade popular não for respeitada o país poderia irromper em uma convulsão social.

4.4 – A Opinião na *Folha de S.Paulo* – os Projetos Editoriais

Após as reformulações ocorridas na década de 70, o jornal *Folha de S.Paulo* chega aos anos 80 na liderança em circulação no país. O ano de 1986 é o marco nesse crescimento, em que o veículo aumenta em 75% a tiragem média entre 1985 e 1986. São em torno de 300 mil exemplares diariamente.

Além de ser o maior jornal em circulação paga, outro diferencial da *Folha de S.Paulo* é o de ter divulgado publicamente ao longo da década de 80 cinco projetos editoriais em que define e repensa o seu papel na sociedade como veículo formador de opinião.

Os dois marcos apontados (1974 e 1976) anteriormente para a entrada de forma sistemática da opinião e da análise no jornal mostram como a *Folha de S.Paulo* colocou em prática a sua meta em tornar o seu espaço mais “pluralista”, sempre com objetivo de se aproximar dos leitores e tornar-se o principal jornal do Estado de São Paulo, ultrapassando o seu principal concorrente, o *Estado*. Como

produto jornalístico, iria consolidar a sua posição no mercado como maior jornal em circulação paga do país.

Então, a ideia de pluralidade passa a aparecer quase de forma obsessiva nos cinco primeiros projetos editoriais⁴⁶ que a empresa produz ao longo da década de 80⁴⁷, com a intenção de consolidar o seu projeto de jornal. É por meio deles que a *Folha* delineia qual caminho pretende percorrer para conquistar a pluralidade de ideias. São eles:

- “A Folha e alguns passos que é preciso dar” – 1981⁴⁸
- “A Folha depois da campanha Diretas Já” – 1984
- “Novos Rumos” – 1985
- “A Folha em busca da excelência” – 1986
- “A hora das reformas” – 1988.

O projeto editorial (documento interno) de 1981 é fundamental para toda a trajetória do jornal e para o objeto de análise deste trabalho. Isto porque é durante a sua vigência que o jornalista Janio de Freitas passa a fazer parte do grupo de colunistas do jornal. Logo no primeiro parágrafo o projeto define qual é o objetivo do veículo que a *Folha* pretende ser: “... é, antes de mais nada, oferecer três coisas ao seu público leitor: **informação correta, interpretação competente sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos**” (grifo da autora).

A *Folha* apresentava uma ideia que tinha assumido em meados da década anterior, quando começa a se desenhar a possibilidade de abertura política e o fim do regime de exceção. A direção do jornal percebia que a quantidade dos seus leitores poderia se ampliar com uma tomada de posição que abrisse as suas páginas para a diversidade de opiniões relativas a um mesmo fato, para a interpretação e análise produzida por “profissionais que, conforme os critérios adotados pelo jornal, aliam o domínio sobre uma determinada área do conhecimento ou da atividade humana ao domínio sobre a técnica de escrever, combinando em seus textos ambas as atividades” (Projeto Editorial 1981).

Definia também que os passos que o projeto editorial de 1981 estabelecia para criar a “ideia de jornal” que a *Folha* pretendia ser tinham sido moldados nesse período (1974-1978) e que foi natural o jornal...

⁴⁶ Projetos anexados.

⁴⁷ O último projeto editorial da *Folha de S.Paulo* foi divulgado em 1997 “Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático”.

⁴⁸ Em 1981, a *Folha* denominava o projeto editorial de documento interno.

... lançar mão de todo e qualquer recurso que pudesse auxiliar na sua caminhada, ainda que precária e provisoriamente; era natural, por exemplo, que aproveitasse os ventos que sopravam já no período de 1974-1978 para concentrar a maior parte de seus esforços na criação de **impacto opinativo**⁴⁹ (“agora sim a Folha tem opinião”, dizia-se com alguma frequência, pouco importa neste momento se acertada ou equivocadamente) que permitisse ao jornal alçar-se no conceito público (PROJETO EDITORIAL, 1981).

Esse **impacto opinativo (grifo da autora)** para alcançar o leitor significa, no conceito do jornal, a concretização da “pluralidade de opiniões sobre os fatos” (os outros dois são: informação correta e interpretação competente sobre essa informação), que o projeto definia como um dos tripés da *Folha*. Mas o que a *Folha* chamava de **pluralidade de opiniões (grifo da autora)** sobre os fatos?

Por pluralidade de opiniões sobre os fatos entende-se a publicação de textos, artigos, depoimentos, entrevistas etc. que, tomadas em seu conjunto, funcionem como uma reprodução mais ou menos fiel da forma pela qual as opiniões existem e se distribuem no interior da sociedade (PROJETO EDITORIAL, 1981).

O veículo definia ainda que a informação correta deveria ter como característica levar ao leitor tudo aquilo “capaz de afetar a vida do leitor” e que seja do “seu interesse”. Afirmava também que essa descrição dos fatos precisaria ser realizada da forma “mais sintética possível, despojada e distanciada possível”. Mas assumia que a neutralidade absoluta é quase sempre impossível de se conseguir.

Além da diversidade de opiniões construída no meio da sociedade que o jornal se impõe a publicar em suas páginas, também afirma que não é só a opinião “alheia” que a *Folha* quer trazer. Segundo o projeto editorial de 1981, se “o jornal se satisfizer com isso, nunca passará de um mero depósito, sem forma nem vontade, das opiniões que a sociedade vai produzindo...”. A *Folha* diz ainda que é preciso ir além, sem fazer qualquer censura àqueles que tenham opinião diferente da sua, deve também ter “as suas próprias convicções sobre os fatos e os problemas”. Essa seria a única forma do veículo se tornar um “ser ativo, com uma identidade visível e um certo papel a desempenhar”.

⁴⁹ Grifo da autora.

Aqui cai por terra, então, o discurso do jornalismo isento, neutro e até “objetivo” que os veículos de comunicação afirmam e reafirmam como princípio a ser seguido. A *Folha* não se importa, como relata o seu projeto de 1981, de mostrar que tem “opinião” sobre os fatos e quer que seus leitores saibam disso. Define até que são as “opiniões oficialmente expostas” que possibilitam que ocorra um diálogo “silencioso entre o leitor e o seu jornal, diálogo que, com o passar do tempo, cimenta os laços de respeito e de estima entre o jornal e seu leitorado”.

Aproveita também o projeto editorial para deixar claro que é um veículo de comunicação que se autodenomina como **“órgão liberal-progressista”** e explica **“partidário dos princípios do liberalismo político”**⁵⁰. Explica, porém, que é um jornal “preocupado com a necessidade de introduzirmos reformas pacíficas, mas profundas no capitalismo brasileiro, destinados a solucionar os problemas sociais mais graves e criar convivência social estimável para a maioria e aceitável para as minorias”.

O projeto editorial de 1981 finaliza com “os passos que é preciso dar”, definindo que sabe que a base e a sustentação do jornal são “as reportagens, os textos noticiosos e as fotos de boa qualidade” e que “editoriais e artigos apenas complementam a ossatura” do veículo. Mas também que manterá, “como uma qualidade inalienável do jornal, a tolerância e o estímulo à pluralidade de opiniões”.

Estava assim definido o que o jornal anunciava ser o seu objetivo como veículo que pretendia ajudar a formar a opinião pública e que logo depois vai contribuir para construir a imagem que a opinião pública terá das “Diretas Já”.

A *Folha* assume durante a “Campanha pelas Diretas Já” exatamente essa postura definida em seu documento interno. Além de abrir espaço para a informação sobre os caminhos que a campanha percorre, utiliza periodicamente o espaço destinado “A Opinião da Folha”, os editoriais, para deixar claro que a *Folha* estava apoiando e contribuindo para a construção do movimento.

Otávio Frias Filho, em entrevista publicada na revista *Lua Nova* (jul/set/1984, p. 32), dizia que: “O jornal achava, por uma série de circunstâncias específicas, que a necessidade que se colocava, no Brasil, era de voltar à eleição direta, ao método do voto popular pleno, para escolher o presidente da República”.

⁵⁰ Grifo da autora.

De janeiro a abril de 1984 publica alguns editoriais que se tornam emblemáticos da sua posição com relação às diretas. São eles:

- “Diretas não podem parar” (9/02/1984)
- “Amarelo, sim” (12/02/1984)⁵¹
- “Alegria, já” (4/03/1984)⁵²
- “A TV e as Diretas” (7/04/1984)
- “A multidão virá transbordar a praça de alegria e esperança, de convicção e patriotismo” (25/04/1984)
- “Cai a emenda, não nós” (26/04/1984)

Com a derrota da emenda, o jornal publicou no dia seguinte (26 de abril de 1984) um editorial na primeira página, com o título “Caiu a Emenda, Não Nós”:

Frustrou-se a esperança de milhões. Uma compacta minoria de maus parlamentares disse não à vontade que seu próprio povo soube expressar com transparência, firmeza e ordem. Nunca a sociedade brasileira se ergueu com tal vulto, nunca um movimento se irradiou de modo tão amplo nem o curso da história se apresentou assim palpitante e inconfundível. Em poucos meses a campanha pelas Diretas Já dissolveu fronteiras de todo tipo para imantar o espírito dos brasileiros numa torrente serena, profunda, irrefreável. Um povo sempre acusado de abulia e de inaptidão para a vida pública ofereceu, ante a surpresa de observadores locais e estrangeiros, o espetáculo de seu próprio talento para se organizar e manifestar com responsabilidade, energia e imaginação.

A tudo isso alguns congressistas disseram não. Evitemos insultar a memória do passado e as gerações de amanhã chamando-os congressistas: são representantes de si próprios, espectros de parlamentares, fiapos de homens públicos, fósseis da ditadura. Antes votar não a omitir-se covardemente, como muitos fizeram; melhor, porém, era renunciar ao mandato do qual não conseguiram mostrar-se à altura, devolvendo-o com um pedido de desculpas a sua fonte legítima de origem. Não foi o que fizeram e eles sabem o que fazem. Mas não sabem que o Brasil – felizmente! – mudou, que a sociedade civil resgatará seus compromissos, a população exigirá seus direitos tantas vezes postergados e os leitores retribuirão na mesma moeda: não mais terá votos quem lhes negou o direito ao voto.

Esta “Folha” não foi a primeira nem a única a exigir Diretas Já. Mas não mediu esforços, desde o início, para que a campanha se transformasse nesse grande festival de civilização política que vimos presenciando e estimulando. É nessa condição que dirigimos

⁵¹ Neste editorial a *Folha de S.Paulo* diz ser a campanha “Use Amarelo pelas Diretas” uma opção simbólica da necessidade de afastar corajosamente as nuances do espectro político para abraçar apenas uma delas, cristalina como a luz do dia que dispensa interpretações”.

⁵² *Folha de S.Paulo* afirma que as eleições diretas com a presença do povo nas ruas nesta data “pode deixar de ser um sonho de carnaval”.

agora um apelo aos nossos leitores e a todos os brasileiros, cidadãos desta Pátria renascida. Neste momento de amargura é fundamental preservar aquilo que tem sido a força do movimento. Em lugar da violência, a participação; em lugar do tumulto, a tranquilidade; em lugar do desespero, a persistência; em lugar do desânimo, a vitalidade renovada a cada revés. De onde proveio a força moral e política desta campanha senão de seu caráter pacífico, de sua forma organizada, de sua natureza unitária, de sua amplitude social e geográfica, de seu propósito radicalmente democrático, de seu estilo generoso, de seu aspecto colorido? É preciso aprender com os erros, certamente; mais importante é não abandonar os acertos.

Acima de tudo é necessário manter a ordem, a paz e a tranquilidade. Não somos o primeiro povo a lutar por sua emancipação definitiva e a lição das experiências análogas é que a luta é sempre longa, difícil e penosa. A emenda Dante de Oliveira está derrotada, não nós. Ainda que já tivéssemos reconquistado as diretas haveria um extenso caminho a percorrer. Continuemos com a mesma intransigência e com a mesma esperança.

Colocamos ontem mais um tijolo nesse edifício que os homens e as mulheres do futuro, diferentes por suas etnias, pensamentos e interesses, hão de contemplar e dizer: eis aí um belo lugar, eis aí onde queremos que nossos filhos cresçam, ao mesmo tempo trabalhando, aprendendo e divertindo-se.⁵³

A *Folha* define, em seu “Manual da Redação” (2001, p. 40), que os editoriais, a opinião do jornal sobre um determinado assunto, “não dirigem o noticiário, mas que temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem” e que só irão para a primeira página “excepcionalmente”⁵⁴. No caso do editorial acima, em que o jornal demonstra toda a decepção do povo brasileiro com os congressistas que não souberam ouvir o clamor popular, aqui representado pelo seu porta-voz, o jornal *Folha de S.Paulo*, ao optar por colocá-lo na capa do veículo, determina não só o caráter de excepcionalidade do fato, mas também a importância política e histórica da rejeição da emenda Dante de Oliveira e, por isso, merece o registro na primeira página.

A “Campanha das Diretas” foi um marco da vida da *Folha*. O projeto editorial “A Folha depois das Diretas”, de 1984, que seria elaborado pelo jornal após

⁵³ Integra do editorial da *Folha de S.Paulo* “Cai a emenda, não nós”, publicado em 26 de abril de 1984, na capa do jornal.

⁵⁴ O “Manual da Redação da Folha” (2001) não dá uma definição para “primeira página”, somente define como deve ser construído o texto da chamada de capa (p. 58): “texto jornalístico que exige frases curtas, secas e substantivas” e que “resume as informações publicadas pelo jornal a respeito de um assunto”. Mas ao tratar da “opinião da *Folha*” define que só em casos excepcionais, sem dizer quais seriam eles, um editorial irá para a capa.

a campanha, é emblemático nesse sentido. Afirma que, se “As Diretas” fazem parte da história política brasileira, são também essenciais na história da *Folha*. Segundo o projeto editorial, ao assumir a campanha o jornal “impôs-se, ao país inteiro, como uma das principais forças formadoras de opinião pública. Conquistou um importante crédito de confiança junto à sociedade civil. Antes da campanha, era difícil ignorar a *Folha*; depois dela, tornou-se impraticável”. Atribui a isso o fato de a *Folha* ter uma “posição política aberta e que encontra ressonância na opinião pública”.

É nesse projeto também que reforça alguns dos critérios que já tinha estabelecido em 1981. Reafirma que as ideias de jornalismo que a *Folha* defende pautam-se na criticidade, no pluralismo e deve ser apartidário e moderno.

Explica que analisar criticamente os fatos é essência do jornalismo, e, na *Folha*, “pode ser a crítica propriamente dita – no editorial ou no artigo assinado”, como também “por meio da interpretação do fato e da análise de suas causas e consequências, como na reportagem ou no texto de apoio assinado”.

Define também que, se a sociedade é plural, com pontos de vistas diferentes e conflitos, o jornal “tem por obrigação tornar essa realidade transparente”. Para isso precisa apresentar ao leitor essa pluralidade de pensamento, “estimular a polêmica”. As reportagens e os artigos assinados devem expressar essas diferenças. Mas torna a reafirmar, como já havia feito no documento de 1981, que a *Folha* não se “abstém, toma posição, não é neutra”, mas também não é um jornal de partido.

Segundo o projeto, o número de leitores que o jornal já tinha, e que vem a partir da campanha das diretas dos mais diferentes matizes político-partidários, não permite que a *Folha* seja “partidária”. Para o jornal, “uma opção partidária significaria, hoje, reduzir nosso impacto sobre a opinião pública e autocondenarmos ao isolamento”. A *Folha* entende que ser partidário “é ser um jornal organicamente vinculado a um partido político, a uma tendência ideológica, a um grupo econômico, a um governo, a um líder”, perfil que o jornal afirma não ter e não querer. Mas que o jornal não se exime de tomar partido em relação aos fatos.

Na entrelinha, o que se lê, de fato, é que a *Folha* não tomará nenhuma atitude que a faça perder leitores, perder mercado. A pluralidade, que segundo o projeto deve estar representada nas páginas do jornal, é determinante para conquistar mais espaço na atividade jornalística.

Finaliza o projeto editorial explicando que ser um jornal moderno tem um significado muito concreto: o de “introduzir temas que até então não tinham ingresso

nela”. Essa atitude, segundo o veículo, cumprira “o principal objetivo do nosso trabalho”, que seria formar “uma opinião pública esclarecida, crítica e atuante”.

Os projetos editoriais⁵⁵ que se seguiram reforçam, em linhas gerais, o que já estava estabelecido em 1981 e 1984 na consolidação do caminho escolhido pelo veículo.

Outra marca dos anos 80 na *Folha de S.Paulo* foi a implantação do “Manual da Redação”⁵⁶, em 1984, que, além de mostrar as regras de padronização, reforça a concepção adotada pelo jornal. Determina também como é o espaço destinado à opinião na *Folha*.

Na introdução da reedição do manual, em 1992 (p. 7), define: “Nunca um jornal tornara público uma pauta tão extensa de compromissos, facultando ao leitor os meios técnicos de fiscalizar sua execução, estabelecida num texto escrito”. E na página 13 esclarece: “A *Folha* é um jornal (...) crítico, apartidário e pluralista”.

Segundo o manual, a *Folha* não se vincula a partidos políticos. Abre espaço para que todos possam expressar a sua opinião: “todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal”, pois é um direito do leitor ter acesso a elas. Ao mesmo tempo, reafirma que o jornal “não existe para adoçar a realidade, mas para mostrá-la de um ponto de vista crítico (...). A *Folha* pretende exercer um jornalismo crítico em relação a todos os partidos políticos, grupos, tendências ideológicas e acontecimentos” (Manual da Redação, 2001, p. 44). Mas, segundo o veículo, é possível praticar um jornalismo crítico e analítico, sem opinar. Para isso bastaria, ao produzir uma reportagem, comparar fatos, estabelecer analogias, identificar atitudes contraditórias e veicular diferentes versões sobre os fatos.

⁵⁵ A título ilustrativo, embora não essencial para esta análise, o “Projeto Editorial de 1985” explica que o “desenvolvimento do projeto que orienta a *Folha* depende, sobretudo de duas coisas: de que ela se caracterize de maneira original como uma publicação com imagem pública ostensivamente diferenciada e de que se torne um produto de mercado indispensável ao público pela quantidade do serviço de interpretação, de **opinião** [grifo da autora] e – principalmente – de informação que produzir”. O de 1986 reafirma: “Vamos manter o pluralismo como característica marcante do perfil da *Folha*”. O “Projeto Editorial de 1988” reforça que a única maneira de “enfrentar a concorrência”, seja com os outros jornais e “agora também com a TV”, pode ser respondido pelo jornal primeiro “pelas normas de qualidade, implantadas pelo manual de redação” e segundo com “a busca de uma cobertura diferenciada e imaginosa para os fatos, **a diversidade de opiniões e de enfoques veiculada pelo jornal** [grifo da autora]...” Anexado ao final do capítulo os projetos editoriais da *Folha*.

⁵⁶O “Manual de Redação da Folha de S.Paulo” foi publicado para venda ao público pela primeira vez em 1992.

Novamente, explica aos leitores que o jornal tem opinião sim. Mas ela fica restrita ao espaço dos editoriais e sempre com o cuidado de publicar artigos assinados contrários às posições descritas no seu espaço opinativo.

Implantados a ferro e fogo [padronizações e métodos previstos pelo projeto], muitos dos princípios preconizados pelo Manual Geral de Redação, o referencial teórico do projeto, acabaram se incorporando ao cotidiano da maioria dos veículos de imprensa do país. Entre os fundamentais está a necessidade de o jornalista apresentar ao leitor os diversos lados da história (MARTINS e LUCA, 2008, p. 255).

É também em meados da década de 80 que surgirá na *Folha* a frase que viria a ser o seu mote dali em diante para mostrar que o compromisso do jornal era e somente seria com o leitor: “De rabo preso com o leitor”.

Segundo Chaim⁵⁷, a Jarbas Publicidade criou um bordão, que teria surgido numa conversa entre Luís Frias, presidente da Empresa Folha da Manhã, e Jarbas de Souza, o dono da agência.

Jarbas, encontra uma maneira de dizer que a *Folha* não tem rabo preso com ninguém”, disse Luís Frias. Em casa, tomando banho, Jarbas descobriu que o *slogan* estava criado. “Foi o bordão de maior *recall* na propaganda”, diz Antônio Manuel Teixeira Mendes, diretor-superintendente da *Folha*. “Até hoje os leitores ainda se lembram.”

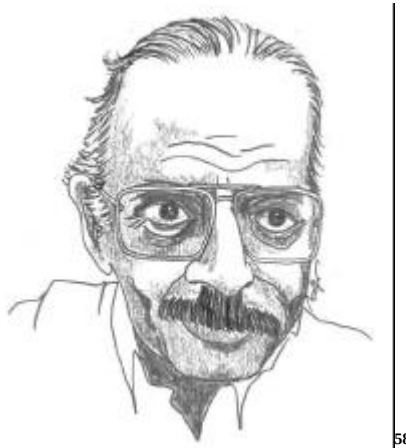
⁵⁷ CHAIM, Célia. Hitler, o ratinho e o leões – Campanhas publicitárias da *Folha* formaram *slogans* e imagens de impacto popular.

http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/campanhas_publicitarias.shtml

Acesso em 20/11/2008.

CAPÍTULO V

Janio de Freitas: da Música ao Jornalismo



5.1 – Primeira Vocação

“Eu acho que a minha vocação natural, quer dizer, não essa que resultou da minha formação escolar, cultural, essa mais autenticamente minha, é a música”.
Janio de Freitas

Em 1932, a política brasileira estava convulsionada. Setores da oligarquia paulista, derrotados pela Revolução de 1930, passam a defender a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte e, também, o fim da intervenção federal nos Estados. Getúlio Vargas, que governa o país de forma provisória, mas com amplos poderes, tinha feito a promessa durante sua campanha pela Aliança Liberal e na Revolução de 30 de estabelecer uma Assembleia Constituinte.

A população paulista, inconformada com as promessas não cumpridas, sai às ruas para se manifestar. No dia 23 de maio, durante um comício na Praça da República, centro da capital paulista, houve repressão violenta dos policiais contra os manifestantes. Quatro estudantes – Martins, Miragaia, Drausio e Camargo – são mortos. As iniciais dos seus nomes, MMDC, passam a dar nome ao movimento.

⁵⁸ Caricatura de Ralfo Furtado.

A imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, que apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 30 no início, muda de posição. Por isso, em fevereiro de 1932, ocorre o empastelamento do jornal *Diário Carioca*. No dia 22 de maio, começa o engajamento editorial da *Folha da Manhã* contra Vargas e a favor da Revolução Constitucionalista (PILAGALLO, 2002, p. 46)

É nesse cenário que nasceu, em Niterói, Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1932, Janio de Freitas Cunha. Com seis meses de idade foi morar no Rio. Curiosamente, a primeira inspiração de Janio de Freitas foi a música. A família por parte de mãe era muito “musical”, como ele mesmo define. Ensaiou os primeiros acordes ao piano com a mãe.

Os irmãos da minha mãe, minha mãe e o irmão e a irmã dela eram de fato muito musicais. Meu avô era muito musical, era afilhado de Carlos Gomes: Julio de Freitas. Julio de Freitas morreu muito cedo. E com isso a minha avó, que àquela altura já estava com quatro filhos, ficou em uma situação econômica difícil. Então, a formação escolar dos filhos foi um problema muito sério. A minha mãe teve aulas de piano dadas por uma vizinha, uma professora, que ouvia minha mãe cantar em menina e se encantou com a afinação dela. Minha mãe teve uma preliminar, o suficiente para aprender leitura de pauta, mas logo a família teve que se mudar. A minha avó precisou se mudar, levando os filhos para morar em um lugar mais precário, fora do Rio: Vassouras. Minha mãe parou ali o estudo. Mas mais tarde, também na base de vizinha, alguém ofereceu um piano para ela estudar. Ela foi se desenvolvendo sozinha. Então, a minha mãe não era uma pianista tecnicamente desenvolvida, mas era de uma musicalidade estupenda e me ensinou enquanto nós morávamos na casa do meu avô. Ela tinha ganhado dele um piano, o meu segundo avô, o segundo marido de minha avó. Ele adorava a minha mãe e tinha comprado um piano antigo para ela. E nesse piano eu comecei a aprender a tocar com ela.⁵⁹

A paixão pelo piano causou uma frustração, mas também uma nova possibilidade musical. A morte do avô, o segundo marido da avó, obrigou a família a uma nova mudança de residência. Foram morar em um apartamento muito pequeno para abrigar o instrumento. O piano foi para um depósito, mas um violão viria em seguida para tentar substituir a ausência do teclado que provocou muita tristeza no menino, então com 12 anos.

Minha mãe, para compensar um pouco a minha tristeza pela falta do piano, porque eu estava aprendendo direitinho e gostava muito,

⁵⁹ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora em 2 de abril de 2009.

comprou um violão. Arranjou um professor de violão para mim, que, por acaso, total acaso, foi professor de pessoas como Baden Powell e Rafael Rabello, e outros. Chamava-se Jaime Florença. É autor de algumas músicas muito bonitas, e violonista⁶⁰.

Algum tempo depois, a mãe de Janio de Freitas, que se havia separado do pai dele quando o menino tinha 6 anos, também volta a se casar. Mais uma mudança, só que agora era para uma casa com espaço amplo para o piano. Janio explica: “Eu voltei ao piano, reencontrei o piano”.

Outra habilidade de Janio de Freitas é o desenho. Desde os 14 anos desenhava e vendia suas “obras”, que eram publicadas em materiais de publicidade de laboratórios médicos. Por isso a família tinha a expectativa de vê-lo cursar Engenharia ou Arquitetura. A paixão pela música era uma “ameaça” a essa esperança. Novamente o piano vai embora.

O meu padrasto, o segundo marido da minha mãe, não tinha a menor sensibilidade para a música, a mais remota sensibilidade para a música, era uma pessoa extremamente generosa, mas tinha essa incompatibilidade com a música. Minha mãe, então, para não ir para o piano, ficar sozinha, já que era um casamento cheio de esperanças e que foi muito bem-sucedido até eles morrerem velhinhos, resolveu vender esse piano. Embora ela nunca tivesse dito isso, e eu até acho que demorei bastante tempo para compreender como foi esse mecanismo, fiquei muito chocado, muito chateado com a venda do piano. Eu nunca manifestei a ela, mas acho que esse piano foi embora também, sob pretexto do meu padrasto, mas, em grande parte, porque havia na minha família muito medo de que eu me dedicasse à música, tinha uma ideia de que eu poderia me dedicar à arquitetura, à engenharia. Mas o fato é que o piano foi embora e eu passei mais de 10 anos sem por a mão em um teclado. Quando repus, foi muito ligeiramente.⁶¹

O piano foi embora, mas a música nunca deixou de acompanhar Janio. Em 1950, aos 17 anos, participou do grupo vocal “Os Modernistas”, que se apresentava na Rádio Guanabara.

“Os Modernistas” eram os jovens João Luís, Chico, Fred, Janio (este, naturalmente, antes de se tornar o temido jornalista Janio de Freitas) e o acordeonista, arranjador e líder João Donato. Eles tinham nos discos de Stan Kenton a entrada, o prato principal e a sobremesa de sua dieta diária, mas, para fazer todas as revoluções vocais com que sonhavam, estavam ao sabor do talento e da estroinice de Donato (CASTRO, 1997, p. 57-58).⁶²

⁶⁰ Idem

⁶¹ Idem

⁶² CASTRO, Ruy. Chega de Saudade. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 57-58.

Como não podia dedicar-se integralmente à música, como desejava inicialmente, Janio resolve alçar outros voos: “A ideia de voo, de voar de avião, me fascinava muito. Achava uma coisa encantadora”.⁶³ Para concretizar este desejo se matricula em um curso de avião civil. Ao mesmo tempo, prestes a acabar o segundo grau, entra para a faculdade de Belas Artes. Cursa durante um ano. Posteriormente, desiste do curso e migra para Arquitetura.

Eu peguei assim, como menino, o final da Segunda Guerra, e eu gostava muito de ver aquelas revistas americanas de guerra que meu avô recebia, comprava, com assuntos voltados para a aviação, e eu sempre muito fascinado por aviação. Eu estava muito dividido entre arquitetura e aviação. Fiz o primeiro concurso, acho que ainda antes de terminar o colégio, porque não requeria o colégio completo, fiz primeiro para Belas Artes. Nem cheguei a concluir o primeiro ano, porque achei o curso muito ruim. Larguei e prestei Arquitetura. A essa altura eu já estava fazendo o curso de aviação civil, não sei exatamente em que altura comecei. Não me lembro. Gostava muito do curso de aviação civil, de voar, e não gostava do curso de arquitetura, que eu larguei também. Eu tive um problema no ligamento do joelho e fiquei com dificuldade durante um certo tempo de movimentar o joelho, então não podia mais voar⁶⁴.

Janio de Freitas casou por duas vezes. Do primeiro casamento, em 1957, aos 25 anos, nasceram dois filhos: Cristina e Sergio, os quais lhe deram seis netos. O filho único de Jaty Jussara de Freitas Cunha e Antonio Araújo Cunha tem agora “um pequeno exército”, como gosta de afirmar.

O pai, com quem conviveu muito pouco após a separação da mãe, era um estudioso dos animais e da botânica, agrônomo de formação. Deixou-lhe duas heranças: o temperamento, “ouvira muito de criança tal qual o pai” (Idem), e o gosto por animais. Janio adora cachorros, teve vários. Hoje, tem Nikki (raça Schnauzer, origem na Europa Central). Estudou os jacarés e sobre comportamento animal. Poderia ter sido zoólogo, botânico ou biólogo. Em 1976, Janio reencontra o pai após alguns anos sem vê-lo. O pai participava de uma reforma no Jardim Botânico de Niterói e organizava um espaço dedicado às diversas espécies animais. Janio lembra que o diálogo entre os dois só começou no momento em que o pai percebeu o seu

⁶³ Janio de Freitas em entrevista ao site www.fazendomidia.com.br Acesso em 21/09/2005.

⁶⁴ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora em 2 de abril de 2009.

interesse e conhecimento sobre o “mundo animal”. Uma nova porta de contato se abriu entre os dois.

[...] quando nós saímos andando, passamos por um primeiro bicho. Engraçado, mesmo sem ter tido contato com ele ao longo da vida, sempre fui fascinado por bicho, e conheço razoavelmente alguns ramos da bicharada. Passei por alguma coisa e comentei: “Isso aqui é um falcão”. E ele ficou espantado por eu conhecer. Começamos a conversar. Passamos por um poço e ele disse: “Vou te mostrar uma coisa, aí trouxe para cá uns jacarés, para ver se eu conseguia reproduzir, e já nasceram os primeiros”. [...] Eu disse: “que coisa engraçada, estou estudando os jacarés”. Eu sabia tudo sobre jacarés. E aí pelos bichos que nós fomos encontrando pelo caminho saiu a conversa.⁶⁵

Fonte: *Folha Imagem*



Da esquerda para a direita, os jornalistas João Luiz de Albuquerque, Carlos Heitor Cony, **Janio de Freitas**, Sérgio Augusto, Ruy Castro e João Máximo, na mesa redonda do restaurante Arlequino, em Ipanema, Rio de Janeiro, em uma reunião chamada pelos participantes de “Jantar dos Canalhas”.

Janio se define como uma pessoa reclusa. “Não sou de noite, de festa, fico na minha, com os amigos”⁶⁶. Durante muitos anos a praia foi o espaço de encontro diário de um grupo de amigos formado pelos jornalistas Millôr Fernandes, Paulo Mendes Campos (1922-1991), Marco Aurélio Marques e Janio de Freitas.

⁶⁵ Idem

⁶⁶ Janio de Freitas em entrevista ao site www.fazendomidia.com.br Acesso em 21/09/2005.

Nós nos encontrávamos diariamente na praia, que naquela época era bem vazia, durante muito tempo foi assim. As conversas eram ótimas, porque eles três eram mais velhos, todos eles mais velhos do que eu, na faixa dos 8, 10 anos mais velhos do que eu. Foi uma coisa mais ou menos característica na minha vida, a não ser agora que eu sou um velho, mas sempre fui o muito mais moço nos grupos em que convivi, sempre. Isso foi uma coisa que me beneficiou estupendamente, porque convivia com pessoas muito mais vivenciadas do que eu, mais cultas, portanto com muito mais informação para passar no convívio, no tipo de conversa, pessoas muito mais lidas, isso me beneficiou muito. Então praia foi uma coisa que eu sempre gostei muito.⁶⁷

Além da praia, como quase todos os brasileiros, Janio também gosta e acompanha futebol. Torcedor do Flamengo, conta que ganhou do clube o título de sócio-honorário do clube.

5.2 – Nasce o Jornalista, por acaso

“Eu sempre gostei muito de ler, sempre, sempre. Comecei a ler bastante, muito cedo. E você lendo bastante desde cedo começa a querer a tentar escrever. E eu também tentava escrever, gostava de escrever”.

Janio de Freitas

Em 1953, quando Janio de Freitas dava os primeiros passos na profissão, Getúlio Vargas (1822-1954) presidia o país pela segunda vez (1951-1954), eleito pelo voto direto. Os trabalhadores brasileiros deflagravam uma onda de greves por conta da defasagem salarial provocada pela alta inflacionária. Assumia o Ministério do Trabalho João Goulart (1918-1976), que vinha com um discurso de apoio às greves e foi recebido como “radical” pelos conservadores. Em março, Jânio Quadros é eleito prefeito de São Paulo, e começa a construir a popularidade que o faria presidente da República em 1960.

O *Diário Carioca* tinha voltado à sua postura de oposição, pois Getúlio Vargas estava novamente no poder e o jornal mantinha aversão histórica ao getulismo. Na *Folha* começa a campanha de apoio para transferir a capital do país para Goiás. O intuito era levar à região central o desenvolvimento da faixa litorânea.

⁶⁷ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora em 2 de abril de 2009.

Mas quais os caminhos que levaram Janio de Freitas para o jornalismo em 1953? Um deles foi o problema no joelho, que o impediu de voar; o outro, o desenho e, por fim, o gosto pela leitura, que proporcionou a vontade de começar a escrever.

A intenção de Janio era ser piloto, queria pilotar aviões e fazer acrobacias, mas um acidente esportivo quando jogava basquete o obrigou a afastar-se temporariamente da carreira que tinha originalmente escolhido.

Ele afirma ter começado no jornalismo por acaso. E explica: “Tive um pequeno problema de joelho, um problema parcial de ligamento, fiquei sem poder voar. E, meio por acaso, entrei no *Diário Carioca*, um pouco para preencher o tempo. Achava curioso esse negócio de jornal. E aí fiquei”⁶⁸.

Aos 22 anos, iniciou a carreira profissional, como jornalista, na *Revista*⁶⁹ do *Diário Carioca*⁷⁰, onde exerceu inicialmente a função de diagramador, face às suas habilidades para o desenho, transferida para o “desenho”, a estética das páginas, naquela época traçada página a página a partir da seleção das ilustrações e dos textos. Mas, como um apaixonado pela escrita, transformou-se logo em repórter no jornal.

A mãe de um amigo meu pegou com ele umas coisas que eu tinha escrito e levou ao Jacinto de Thormes⁷¹, que era a assinatura do Maneco Muller. O Maneco tinha uma coluna no *Diário Carioca*. Ele falou: ‘Manda ele vir aqui. Eu fui meio por curiosidade, porque eu lia jornal. Não é que me interessasse pelo noticiário do jornal, gostava de ler alguns cronistas, articulistas e fui. Ele dirigia um suplemento que chamava Revista do *Diário Carioca*, saía uma vez por semana, fiquei por ali.’⁷²

Seu interesse pela arte, pelo desenho, determinou sua aproximação com o jornal. Queria saber como funcionava o processo de produção do jornal. Foi então

⁶⁸ Entrevista concedida por Janio de Freitas ao site Fazendo Media www.fazendomidia.com.br Acesso em 21/09/2005.

⁶⁹ Suplemento do jornal *Diário Carioca*.

⁷⁰ O jornal *Diário Carioca* foi fundado em 17 de julho de 1928 por Eduardo de Macedo Soares. O veículo foi o responsável pela introdução da imprensa brasileira nas técnicas que modernizaram o “fazer jornalístico”. A partir de 1950 passou a usar o *lead* na construção do texto factual. O *lead* é o primeiro parágrafo do texto que se propõe a responder as principais questões do fato jornalístico (o quê aconteceu?, com quem?, onde?, como? e por quê? Implementou também o manual de redação, que foi escrito por Pompeu de Souza. Foi também o primeiro jornal brasileiro a circular em Brasília em 12 de setembro de 1959.

⁷¹ Jacintho de Thormes é o pseudônimo do jornalista Manuel Bernardez Muller, conhecido como Maneco Muller. O profissional foi o primeiro a criar e a assinar, em 1945, no *Diário Carioca*, uma coluna social moderna na imprensa brasileira, com notas curtas que traziam em seu conteúdo economia (grandes negócios), bastidores da política, além dos casos amorosos que ocorriam na sociedade carioca. A inspiração para o pseudônimo veio do personagem de Eça de Queiroz Jacintho de Thormes, do romance *A Cidade e a Serra*.

⁷² PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora em 2 de abril de 2009.

conhecer a estrutura gráfica do *Diário Carioca* para entender como se dava a construção das páginas do veículo. Por “curiosidade”, passou a frequentar a oficina. Aprendeu a paginar no chumbo, a utilizar linotipo⁷³: “Comecei a frequentar a oficina para ver como era aquilo e esse período veio a ser fundamental para mim, durante a minha vida de jornalista, porque eu aprendi muito na oficina”.⁷⁴ O local de montagem e impressão do jornal, onde existia um secretário de redação da oficina que dialogava diretamente com o secretário de redação. Era um local meio mágico, aonde as letras iam tomando corpo, frase a frase, em chumbo, em um processo artesanal, bem diferente do atual.

Desse caminho para chegar ao de repórter não demorou muito. No mesmo ano (1953) passou também a repórter da editoria de polícia. Nesse momento, vieram as dúvidas: seguir no jornalismo ou entrar na Companhia Aérea Cruzeiro do Sul como piloto de linha? Já havia melhorado do joelho, mas o “vírus” do jornalismo já contaminava Janio de Freitas, e ele opta por ficar no jornal e desisti, definitivamente, de voar.



Reprodução da capa do *Diário Carioca*, década de 70.

Para Janio esse é um momento de profundo aprendizado, em que ele pode aproveitar do fato de que o *Diário Carioca* era, naquele momento, uma “escola de jornalismo”. Recebe as primeiras orientações como repórter do responsável pela

⁷³ Linotipo máquina de composição mecânica que funde cada linha de caracteres tipográficos em um só bloco, composta de um teclado semelhante ao de uma máquina de escrever. Foi substituída pela imprensa offset.

⁷⁴ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora em 2 de abril de 2009.

editoria de Polícia, Carlos Alberto Tenório, e de Luiz Paulistano, que comandava a reportagem.

O jornal já ficou mais engraçado, eu estava aprendendo mais coisas, principalmente com duas pessoas: o Carlos Alberto Tenório, primeiro, chefe da seção de polícia. Era um sujeito muito inteligente, boa formação cultural, moço, bastante moço, um apaixonado por jornalismo, e o Luiz Paulistano, que era um craque absoluto em orientação dos repórteres e na elaboração do texto. E aí, eu acho inconscientemente, um pouco conscientemente também, fui protelando a entrada em companhia aérea e fui ficando. Quando me dei conta já era jornalista.⁷⁵

Quando Otto Lara Resende⁷⁶ é convidado para dirigir a revista *Manchete*⁷⁷, recebe a indicação de Fernando Sabino do nome de Janio de Freitas. Janio manteve os dois trabalhos, na *Manchete* e no *Diário Carioca*. Em 1955, fazia parte da equipe de jornalistas que participou do processo de renovação da revista *Manchete*, onde foi repórter, fotógrafo, diagramador e redator-chefe.

Quatro anos mais tarde, em 1959, participou da reforma do *Jornal do Brasil*⁷⁸. Nesta época, conciliava os seus horários entre o *JB* e a revista *O Cruzeiro*. Posteriormente no *JB* e na *Rádio Jornal do Brasil*.⁷⁹

Na década de 50 o *JB* reformulou graficamente suas páginas, além da linguagem e do tratamento dado aos temas. Em 1957, em continuidade ao seu processo de reformulação, a direção do *Jornal do Brasil* convidou Odylo Costa Filho, que trouxe com ele uma equipe de jovens jornalistas, que trabalhavam no *Diário Carioca* e na *Tribuna da Imprensa*, da qual faziam parte Janio de Freitas,

⁷⁵ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora em 2 de abril de 2009.

⁷⁶ O jornalista mineiro Otto Lara Resende (1922-1992) estreou na imprensa em 1940. Entrou para a revista *Manchete*, de propriedade de Adolph Bloch, primeiro como redator-chefe e posteriormente como diretor. Em 1991 Janio de Freitas recebe a incumbência de convidá-lo para escrever crônicas no jornal *Folha de S.Paulo*, onde escreve 600 crônicas no período de maio 1991 até novembro de 1992.

Fonte: www.releituras.com/olresende.asp Acesso em 25 de abril de 2009.

⁷⁷ A revista *Manchete* circulou de 1952 até 2000, a inspiração da publicação foi a revista francesa *Paris Match*. Tinha como principal linguagem o fotojornalismo. Ininterruptamente circulou de 1943 até 1975.

⁷⁸ Em 1950, José Pires do Rio, diretor do *JB*, morria. No mesmo ano o conde Pereira Carneiro, por motivos de saúde, saiu da direção da empresa, vindo a falecer em fevereiro de 1954. A Condessa, como ficou conhecida Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, assumiu o lugar do marido. Durante a sua gestão teve como colaboradores seu genro, Manuel Francisco do Nascimento, que dirigia a *Rádio Jornal do Brasil*, e do jornalista Aníbal Freire (1884-1970), que dirigiu o *JB* em três momentos: 1922-1929, 1937 – 1940 e de julho de 1951 até 1961, quando ocorreram as principais mudanças no veículo.

⁷⁹ Janio de Freitas inicia um serviço na *Rádio Jornal do Brasil* que, até aquele momento não era utilizado pelas rádios, que foi o de introduzir chamadas com informação de Utilidade Pública nos espaços da programação.

Carlos Lemos, Wilson Figueiredo e Amílcar de Castro, entre outros, que imprimiram ao jornal um estilo mais leve e agressivo ao mesmo tempo.

O espaço do noticiário aumentou, o número de páginas também, a opinião do jornal e o uso de fotos passaram a ter grande destaque. Em 1958, Odylo deixou a casa, junto com alguns companheiros, mas a mudança do *Jornal do Brasil* prosseguiu.⁸⁰



Reprodução da capa do *Jornal do Brasil*, década de 70.

No *JB*, Janio foi paginador e redator de esportes e ocupou, também, a chefia de redação. O jornalista define que o veículo foi fundamental como modelo para outros jornais e influenciou a modernização da imprensa. A inspiração para a retirada dos fios das páginas e para dar às fotos dimensões diferenciadas ocorreu, antes das reformas oficiais pelas quais o *JB* passou, na seção de esportes, coordenada por Janio: “É importante frisar que as mudanças começaram na página de esportes. A grande reforma do *Jornal do Brasil* ainda não tinha nem começado”, define Janio⁸¹.

No *JB* Janio exerceu um papel fundamental nas reformas que se seguiram para reestruturar o veículo, ao modificar a primeira página do jornal, criando as

⁸⁰ FRAGA, Maria Célia e VILLELA, Mauricio. A reforma que marcou a imprensa brasileira. Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/destaques/113anos/index.html>. Acesso em 28/04/20???

⁸¹ Entrevista concedida por Janio de Freitas à autora, por telefone, em 1º de maio de 2009.

chamadas de capa⁸² e eliminando, o que era um padrão na época, os textos que começavam na capa e continuavam internamente. Janio explica:

O *Jornal do Brasil* simplificou o *lead*, tornando-o mais funcional. Introduziu uma certa sistematização gráfica e criou algumas coisas em que o Brasil se tornou inovador. Por exemplo, em elaboração da primeira página. Pois uma coisa que me incomodava muito na leitura dos jornais era aquilo de você começar a ler um assunto na primeira página e, a dada altura, encontrar: “continua na página 19”; e lá ia você para a página 19. Acabado de ler esse assunto, você voltava para a primeira página, para um outro que havia interessado e, de repente, lá vinha: “continua na página 24”. Era uma coisa infernal. Precisávamos encontrar uma solução para isso. Acabei criando a fórmula de um texto extremamente sintético que, sem desvendar toda a importância do assunto, funcionasse, ao mesmo tempo, como uma síntese atrativa para o leitor e como vitrina do que era todo o jornal. De tal sorte que, se o leitor quisesse ir diretamente àquele texto, o encontraria completo ou, do contrário, se quisesse ter, primeiro, uma noção do panorama do noticiário do dia, visse esse panorama primeiro e depois fosse descobrir os pormenores do interesse dele no interior do jornal. Isso acabou sendo uma coisa adotada, eu creio, hoje, por todos os jornais brasileiros, exceto a *Gazeta Mercantil*. E isso interessou a jornais do exterior porque, desde então, muitos adotaram o sistema (FÍGARO, p. 58, 1996).

Janio tinha-se comprometido com os proprietários do *JB* de que as mudanças no jornal dobrariam em um ano a tiragem do veículo. Os resultados foram em muito superiores ao prometido. Ao final desse período, o jornal tinha uma tiragem seis vezes maior. O jornalista afirma que essas modificações foram fundamentais, mas gosta de lembrar também que, durante o processo, foi o primeiro a criar em um jornal brasileiro um plano de cargos, salários e funções para os profissionais que lá trabalhavam, possibilitando que os jornalistas pudessem se dedicar somente ao seu ofício, sem a necessidade de recorrer a um segundo emprego.

Posteriormente às modificações implementadas no *JB*, Janio deixa o jornal no ano de 1962. Chegou a pensar em sair do jornalismo. Mas é convidado pelo proprietário do *Correio da Manhã*⁸³, Paulo Bittencourt, para trabalhar no veículo e também modernizá-lo. Assume a chefia de redação e o cargo de diretor-

⁸² Em entrevista por telefone a autora em 1º de maio de 2009, Janio afirmou que a criação e utilização da chamada de capa como forma de resgatar para o leitor o conteúdo essencial do jornal do dia, acabou sendo discutido em dois congressos internacionais, um na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América, e em um instituto de jornalismo em Estrasburgo.

⁸³ O *Correio da Manhã* foi fundado por Edmundo Bittencourt em 1901, encerrou suas atividades em 1974.

superintendente do *Correio* em maio de 1963, acumulando as funções administrativas e da redação. Janio de Freitas explica que no início relutou em ir para o jornal.

O dono do *Correio da Manhã*, que estava morando na Europa, volta ao Rio. Pouco tempo depois, me procuram para ter um encontro com ele. Eu fui e ele me convidou para ir para o *Correio da Manhã*. E eu não quis ir. Conversamos uma quantidade imensa de vezes. E eu passei a gostar muito dele pessoalmente; um sujeito muito inteligente, culto. Muito engraçado, gostava muito de música, era bem mais velho que eu. Eu já tinha recusado várias vezes. E teve um dia que eu recebi um recado para ir à sua casa, e ele estava com o procurador dele, Jorge Serpa, e repetiu o negócio: “Como é, vamos para o *Correio da Manhã*?”. Eu disse que não, não vou não. Ele me disse: “Olha, eu fui educado ouvindo sempre em todos os lugares que eu ia, ouvindo falar do *Correio da Manhã*. Meu pai morto, assumi o jornal e continuei ouvindo isso. Fui pra fora, fiquei esse tempo todo na França, quando volto, vou aos jantares e só ouço as pessoas dizendo que o *Jornal do Brasil* disse isso, o *Jornal do Brasil* disse aquilo. Eu não suporto isso. Isso me faz mal, é uma violência brutal. Eu preciso que você vá para o *Correio da Manhã*”. Achei aquilo uma coisa tão honesta, tão inesperada, que não tive muito que fazer. Acertei com ele lá e fui. Mas a empresa estava muito desestruturada, não estava em condições de encarar uma remodelação do jornal, que teria um certo custo. Então, eu fiquei um bom tempo preparando, criando as condições, ou aprimorando as condições, para deslanchar o jornal.⁸⁴

Mais uma vez Janio repete a parceria que já tinha dado certo no *Jornal do Brasil* e leva com ele Amílcar de Castro e outros profissionais que fizeram as reformas no *JB*. Novamente, a fotografia é valorizada, ocupando grande espaço na primeira e última páginas do primeiro caderno. O jornalista consegue, então, realizar o desejo de Paulo Bittencourt: em cerca de 40 dias o *Correio* volta a ser o primeiro jornal em circulação na Guanabara⁸⁵: “Lançamos o jornal aqui e foi realmente um estouro, bateu o *Jornal do Brasil* com muita facilidade. Sendo que lá no *JB* eu tinha batido o *Correio*”, afirma Janio de Freitas.

A experiência em trabalhar no *Correio da Manhã* dura pouco. Paulo Bittencourt adoece, um câncer de pulmão o leva para um tratamento na Suécia e em

⁸⁴ Entrevista concedida por Janio de Freitas ao site Fazendo Media www.fazendomidia.com.br Acesso em 21/09/2005.

⁸⁵ OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. *Imagens Subversivas: regime militar e o fotojornalismo do Correio da Manhã (1964-1969)*. Niterói: 1996. 200 p. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1996.

agosto ele vem a falecer. Em outubro de 1963, Janio e sua equipe deixam o jornal. O motivo foi a disputa entre a viúva de Paulo Bittencourt, Niomar Muniz Sodré, e a filha do primeiro casamento de Bittencourt, pela propriedade do jornal.

E, no meio dessa briga, uma politicagem terrível, porque não só os advogados estavam fazendo um jogo muito pesado um contra o outro, como no meio disso aí havia interesses do Carlos Lacerda, que era governador aqui no Rio. Havia a política anti-Jango. Um dos advogados era uma pessoa de grande participação lacerdista, na ala direita. O outro, que era o advogado da filha, tentava encontrar uma fórmula. No fundo ele não enfrentava muito a situação política que tinha se criado, pois se tratava de uma disputa pela propriedade do *Correio da Manhã*, que era o que as duas estavam disputando. Disse que eu não tinha nada a ver com isso, não era herdeiro nem sócio. Meu negócio aqui é fazer jornal e levar esse jornal adiante. Só que ficou impraticável.⁸⁶

Após sair do *Correio da Manhã*, Janio de Freitas é convidado, no fim do ano de 1963, pelo proprietário da TV Excelsior, Mário Wallace (1909-1965), para montar um jornal no Rio de Janeiro. Wallace já possuía um veículo em São Paulo, *A Nação*, dirigido pelo jornalista Claudio Abramo (1923-1987) e administrado pelo Roberto Gusmão. O empresário comprou um prédio no bairro de São Cristóvão e uma máquina impressora. Enquanto isso, Janio e equipe trabalham no projeto do que seria o jornal. Mas chega o ano de 1964 e, com ele, os militares tomam o poder e instalam a ditadura no país.

Mas veio o 64, o golpe. Pouco depois, disse a ele [Wallace] que não iria continuar. Vamos parar. Esses caras vieram para ficar. Não vieram para mais um golpe que ficam dois dias, três, uma semana, e voltam para os quartéis. Não vai ser isso não. O Claudio Abramo estava dirigindo o tal pequeno jornal lá de São Paulo. Veio para o Rio. E o Roberto Gusmão, que depois foi ministro do Sarney, estava fazendo a administração desse jornal em São Paulo. Reunimo-nos aqui [Rio de Janeiro], eu fui a voz discordante. O Claudio achava que não, que não havia condições deles ficarem muito tempo. Mas eu finquei o pé. [...] Porque estava na cara que eles iam reprimir. E fazer um jornal sem liberdade de imprensa não me interessava. E achei que a censura já estava sendo instalada e achei que eles iriam manter aquele troço. Estavam tentando assumir o poder a muito tempo. [...] Eu tive uma intuição.⁸⁷

Em 1964, quando os militares autoritariamente tomam as “rédeas do Brasil” a imprensa de modo geral apoia o golpe contra João Goulart (Jango).

⁸⁶ Entrevista concedida por Janio de Freitas ao site Fazendo Media www.fazendomidia.com.br Acesso em 21/09/2005.

⁸⁷ Idem.

A Revolução de 1964 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da imprensa brasileira. Jornais como o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* pugnavam abertamente pela deposição do governo Goulart. Não ficava atrás em sua oposição a cadeia de revistas, jornais e estações de rádio e TV dos “Diários Associados”. O único jornal importante que combateu o golpe foi a *Última Hora*, cujo diretor e fundador, Samuel Wainer, teve que fugir (SKIDMORE, 1988, p. 63)

Naquele momento os militares da chamada linha dura “possuíam uma lista com cerca de 5.000 ‘inimigos’ cujos direitos políticos pretendiam suspender. [...] o novo governo alegava que, sendo revolucionário, podia criar suas próprias regras para punir os subversivos e corruptos” (SKIDMORE, 1988, p. 59).

Janio de Freitas fica fora do jornalismo em dois períodos após o golpe militar: 1964-1966 e 1968-1979. No primeiro período, Janio descobre que o seu nome fazia parte de uma lista de jornalistas que deveriam ser cassados. Desconhecia os motivos e foi apurar o que acontecia.

Um dia o Otto [Lara Resende] me telefonou, e disse: ‘Vamos tomar um café’. Eu disse: ‘Vamos’. Pouco depois do golpe. E ele me disse: ‘Tenho uma informação desagradável’. Conversamos um pouco. Eu estava achando estranho aquilo, ele ter me telefonado, chamado para tomar café. Eu perguntei: ‘O que é?’ Ele me falou de uma conversa com o Dr. Milton, que era como chamavam o Milton Campos, uma pessoa extremamente séria, culta, inteligente, ministro do governo Castelo Branco por um certo período e que largou o ministério porque não aceitava o encaminhamento que aquilo tinha tido. Ele gostava muito do *Jornal do Brasil* que eu tinha feito e depois do *Correio da Manhã*. E ele disse ao Otto, certamente para o Otto me avisar, que havia uma lista informal de jornalistas que os militares não queriam nas redações, em nenhuma redação. Disse também que o primeiro nome era o meu. Mais tarde eu pedi ao Carlos Castello Branco, o Castelinho, que se dava muito bem com o Dr. Milton, pois volta e meia eles conversavam, se encontravam para conversar, pedi a ele que checasse isso com o Dr. Milton. E o Milton disse a ele que não sabia que encaminhamento aquilo tinha tido, mas que era isso mesmo, que ele não tinha nenhuma notícia nova a respeito, que tinha havido até uma indicação para me cassarem. Mas disse também que ele conversou com o Castelo Branco [presidente] e que era um absurdo, que eu sempre tinha feito um jornalismo independente, não era ligado ao governo do Jango, não era de partido político nenhum, etc., etc., etc, então que essa indicação tinha sido invalidada.⁸⁸

⁸⁸ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora em 2 de abril de 2009.

Em 15 de março de 1967, o marechal Costa e Silva assume a Presidência da República com o discurso de “Humanizar a Revolução” e possibilitou um último suspiro para a imprensa, antes de decretar o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Segundo Skidmore (1988, p. 161), “Costa e Silva estava tentando com muito esforço operar dentro do sistema legal. A Constituição de 1967 e as leis dela decorrentes destinavam-se a criar um ‘governo forte’ juntamente com um resíduo de democracia representativa e de império da lei”.

Nesse ano, 1967, Janio de Freitas faz um breve retorno à imprensa. É convidado por Samuel Wainer para tentar recuperar o jornal *Última Hora*⁸⁹. Assume a chefia de redação do veículo. Janio explica:

Trabalhei um ano em *Última Hora*, quando Samuel Wainer estava morando na França e o jornal se encontrava em situação extremamente grave, digamos que tecnicamente, não juridicamente, falimentar ou pré-falimentar. Fui dado, então, como uma pessoa que podia recuperar a empresa e o jornal. Foi em 1967, o ano em que o Costa e Silva assumiu e introduziu um espécie de liberalização. Foi exatamente o que me permitiu fazer o trabalho que fiz em *Última Hora*. Tive sorte, deu tudo muito certo e antes do final do ano o jornal tinha adquirido força bastante para que permitissem a volta do Samuel sem nenhum risco. Saí uma semana depois da sua volta. Entreguei o jornal com todas as contas em dia. Foi o primeiro ano da história do *Última Hora* em que ele registraria lucro de balanço. Só havia uma conta que não estava em dia, a conta do papel. Eram anos e anos de dívida, mas estava tudo composto e as parcelas todas em dia. E o jornal passou por uma situação esplêndida, a tal ponto que pesquisas feitas pelos *Diários Associados* davam o *Última Hora* como o jornal de melhor índice de leitura, da classe A até a D. Foi um período muito bom, que infelizmente não produziu maiores resultados porque o Samuel imediatamente revirou tudo, voltou tudo ao passado e estourou o jornal. Faliu⁹⁰.

⁸⁹ O jornal *Última Hora* foi fundado em 1951 e encerrou as atividades em 1991.

⁹⁰ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora em 2 de abril de 2009.



Reprodução da capa do jornal *Última Hora*, agosto de 1954.

Após o trabalho com *Última Hora*, e até o fim da ditadura, Janio ficou fora das redações. Trabalhou, alguns meses em 1969, no Projeto Industrial e Gráfico do *Jornal dos Sports*⁹¹. Foi também sócio proprietário da *Companhia Editora Fon-Fon e Seleta* e realizou projetos culturais para o Banco Nacional.

Foto Júlio Veríssimo



Janio de Freitas abril 2009, em entrevista à autora.

⁹¹ Fundado em 1931, é o mais antigo jornal esportivo em atividade no Rio de Janeiro.

5.3 – Fim do Exílio dos Jornais: a Coluna na *Folha*

“Fui repórter de polícia, de esportes, de geral, de coberturas políticas, redator, repórter-fotográfico, fui diagramador (paginador, dizíamos e digo ainda, porque há grande diferença entre a generalidade de fazer diagramas e a especificidade de pôr na página), fui editor, diretor, redator-chefe, superintendente, diretor geral, mas duas atividades nunca pensei em ter: editorialista e colunista de política. Nem desejei. Mas ir para a política foi uma coisa involuntária minha, foi o que apareceu para eu voltar para o jornal”.

Janio de Freitas

O Brasil de 1980 começava a respirar os primeiros ares do retorno à democracia, fruto de toda a movimentação política de 1979 e que se consolidaria a partir 1980. O ano anterior, 1979, ficaria marcado com a posse do último militar a assumir o poder como presidente da República, João Baptista Figueiredo. A aprovação da Lei da Anistia tinha-se dado em agosto. Os metalúrgicos do ABC paulista tornariam a região palco das principais movimentações políticas daquele ano, que fizeram surgir uma nova liderança no campo político – Luiz Inácio Lula da Silva, atual presidente da República. E, por fim, o mês de dezembro, que ficaria conhecido como o “verão da abertura”, é marcado pela volta dos exilados beneficiados com a Lei da Anistia.

Nesse panorama, Janio de Freitas, que involuntariamente também tinha sofrido um “exílio” das redações, ao ficar fora delas durante quase todo o período da ditadura militar, retorna pela *Folha de S.Paulo*, também em 1980. Ele substituiria o jornalista Luiz Alberto Bahia (1923-2005), que escrevia uma coluna na página 2 do jornal (página de Opinião) e assumiu um cargo no Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. O teatrólogo Flavio Rangel⁹² (1934-1988) sugeriu o nome de Janio de Freitas para Octavio Frias de Oliveira (1912-2007).

Quando Boris Casoy me telefonou a respeito, reagi tanto com surpresa quanto com fuga. Telefonemas seguintes resultaram em que eu faria a coluna, aquela mais fina, ainda hoje no lado direito da página [2], no domingo e mais dois dias da semana (quais, não me lembro). Procurei fazer algo diferente do que vinha sendo feito no jornalismo político, e parece que não deu errado, porque a

⁹² Flavio Rangel escreveu crônicas na *Folha de S.Paulo*, entre 1974 e 1984.

Folha me convidou para ficar como uma espécie de repórter de política livre de pautas e agendas.⁹³

Foto: Marcelo Salles, década de 1990



Janio de Freitas em sua sala, na sucursal da *Folha*, no Rio de Janeiro.

Um novo convite foi feito pela direção da *Folha*, para que ele produzisse, além da coluna, textos de reportagem com temática de política, mas com conteúdo diferenciado do noticiário diário, mais analíticos, interpretando os fatos. Segundo Janio, ficou fazendo esse trabalho por um período já como funcionário do jornal.

Um terceiro convite ocorreu em 1983: não gostaria de fazer uma coluna diária fora da página 2? O proprietário da *Folha de S.Paulo*, Octavio Frias de Oliveira, e Otavio Frias Filho avaliavam que faltava ao veículo uma coluna de política nacional e propuseram a Janio produzi-la. Em um primeiro momento o jornalista ficou em dúvida. Tentou colocar obstáculos para aceitar:

Minha relutância não vinha só da consciência de que não sou vocacionalmente um colunista de política. A objeção tinha também motivos conceituais. Por isso argumentei que, para mim, a coluna só teria sentido com três premissas. Não haveria tamanho fixo, porque ou eu vou escrever mais do que tenho para alcançar o tamanho previsto, ou tenho mais do que o tamanho previsto e vou sonegar informação para o leitor. Não faço nem uma coisa nem outra. Segundo, eu não a mandaria quando não a achasse

⁹³ Entrevista concedida à autora, por e-mail, em 25/06/2006 e 2/04/2009

justificável e, por fim, nos dias de falta, não haveria autor interino. E assim ficou acertado. A preliminar de tudo era, claro, a liberdade temática, mas dessa eu já comprovara que não precisava falar. Mas não adiantou, eles concordaram.⁹⁴

Janio acabou aceitando, segundo ele, por insistência da direção do jornal e também por uma “insistência doméstica”. Mas deixou claro que só aceitaria se não fosse diária, apenas três vezes por semana. Inicialmente, a coluna seria colocada na página 4, do lado de fora, mas o então chefe de redação, Boris Casoy, deslocou-a para a página 5, lado interno. A partir daí Janio de Freitas passa a assinar uma coluna na página 5 do jornal, no “Caderno Brasil”, em que retratava e ainda retrata o desenrolar da cena política brasileira e, até em alguns momentos, da política internacional.

A primeira coluna sai no dia 7 de junho de 1983 com o título de “Pacote de divergências” (anexo 2). Trata da política econômica brasileira e a possibilidade de um “pacote econômico” que poderia ser implementado pelo presidente João Baptista Figueiredo.

Os gestores da administração financeira não conseguiram, em definitivo, chegar a um acordo a respeito das medidas que devem compor o novo pacote, nem tampouco conseguiram concluir, em suas respectivas áreas, os estudos conclusivos sobre as medidas em discussão.⁹⁵

5.4 – Crônica Política: a Notícia Comentada

Durante os 26 anos de coluna, até hoje, o jornalista afirma que a *Folha* foi fiel ao pactuado desde o início. Só enviou texto para o jornal quando de fato avaliava que o material produzido era consistente. Nunca houve interino, nem no seu período de férias. Avisava-se o leitor, e a coluna simplesmente deixava de ser publicada. Quanto à liberdade temática, de fato nunca foi colocada em pauta. “Jamais houve, nem por uma vez, qualquer tentativa de impingir um tema. Pode-se dizer que, em termos de prática jornalística diária, a *Folha* e eu sempre mantivemos certa distância. Ou, pelo menos, muito mais distância do que talvez fosse útil para o jornal e proveitoso para

⁹⁴ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora, em 2 de abril de 2009.

⁹⁵ Trecho da coluna “Pacote de Divergências”, publicada em 7 de junho de 1983, na página 5, Editoria Brasil, do jornal *Folha de S.Paulo*.

mim”, explica Janio de Freitas⁹⁶. O único problema foi com relação à fixação de tamanho para a coluna, quando o jornal, em maio de 2006, fez reformas no projeto gráfico.

Várias colunas foram aprisionadas em um tamanho único de texto. Isso é uma monstruosidade de antijornalismo que só pode provir de um grafismo desprovido de reflexão e de qualquer outro sentido que não a gratuidade. É claro que o condicionamento reduz a pretendida qualidade das colunas, obrigando a espichar ou amputar os textos, mas o grafismo fez isso supondo que as valoriza só por fazê-las ocupar todo o alto da página. Uma nota que inclui a propósito na coluna, no mesmo dia das modificações do jornal, levou a estabelecerem um total de linhas alternativo, com pequena diferença, e mais tarde um terceiro, ambos não menos antijornalísticos, por definição, do que o primeiro.⁹⁷

Antes de iniciar o trabalho na *Folha de S.Paulo*, Janio de Freitas passou um período estudando os artigos que eram publicados no jornal e percebeu que “as colunas eram muito opinativas” e a “informação em geral das colunas e até do próprio noticiário era precária”. Para se destacar e fazer algo que o diferenciase do conjunto optou por um texto tipicamente de “crônica política”, no que ele define como primeira fase da coluna. Janio explica:

Com um texto bastante solto, mas, contrariamente ao gênero habitual da crônica, carregado de informações velozes e agudas. O trabalho, nesse período, não incluía o ato de escrever, porque textos soltos são, para mim, gostosos de fazer. O trabalho era coletar a quantidade de informações concatenáveis, o que exigia muitas conversas, com pessoas muito variadas, por telefone e diretamente. Sempre procurando o que fosse evitado ou não percebido. Parece que assim abri um lugarzinho próprio na leitura do jornal que se marcava, entre outras coisas, pela quantidade de artigos, colunistas, cronistas.⁹⁸

Posteriormente a essa primeira fase, e com o andamento do governo João Baptista Figueiredo (presidente da República no período de 1979-1985), novas questões se colocam na discussão político-econômica. Janio parte, então, para uma coluna em que aumenta a informação exclusiva, com tratamento menos solto e mais elaborado, de acordo com os padrões das técnicas jornalísticas.

⁹⁶ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora, em 2 de abril de 2009.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Entrevista de Janio de Freitas à autora, em 2006 por e-mail.

Foi uma fase muito trabalhosa, mas muito produtiva, inclusive pela entrada frequente em faixas temáticas pouco presentes no jornalismo, como, por exemplo, as questões internas do regime com seus militares. Figueiredo e seu círculo foram, mais do que um prato cheio, um banquete duradouro. Quando voltamos ao governo civil, a ebulição de novos fatos pôs a balbúrdia em lugar do noticiário, com muita irrelevância elevada à coisa importante, as especulações à solta e a invencionice, o chute, fantasiado de jornalismo – um vício que veio, então, para ficar, porque ainda hoje à espera de reprimi-lo seja mais importante nas redações do que os relacionamentos pessoais e o comodismo. Iniciei aí um período longo em que a coluna foi praticamente só informativa, sempre e ainda de informações de ponta e exclusivas. Nessa fase alarguei um componente que vinha desde o meu começo na *Folha*: trazer para a informação jornalística fatos e áreas que viviam à margem, pouco ou nada tocados, em parte como efeito das deformações deixadas no jornalismo pela ditadura e sua longa duração. Por exemplo, fatos como a corrupção e áreas como as licitações públicas, os usos das empreiteiras, os truques nos grandes contratos, o comprometimento de instâncias e pessoas do governo, e por aí. Esse gênero de trabalho tem dois problemas: receber ou alcançar a informação e, depois, a publicação. Essas coisas trazem torrentes de complicações. A elaboração do texto passa a ser de importância decisiva para enfrentar as reações, sejam as negativas de sempre ou os possíveis processos judiciais. A informação correta, nesses casos, nem sempre é suficiente, porque uma palavra ou um conceito pode dar brecha à reação. A informação permeada por comentário e alguma análise tornaram-se, digamos, a regra básica da coluna.⁹⁹

Janio afirma que esse estilo na coluna vai até os governos de Fernando Collor de Mello e, posteriormente, de Itamar Franco. Uma terceira fase, já nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, é marcada por fazer com que o leitor pudesse, a partir de um comentário-factual analítico, refletir e comparar as informações das colunas com outras que por ventura tivessem saído sobre o mesmo assunto na *Folha* e mesmo nos demais veículos de comunicação.

Hoje, todos “se lembram” que nunca deixaram de ver com independência e crítica o recessionismo, o neoliberalismo, os negócios dentro das privatizações, os favorecimentos e outros pecados graves do governo Fernando Henrique. Mas foram muito, muito poucos a fazê-lo. O jornalismo emplacado embranqueceu-se horivelmente naqueles oito anos. Senti a perda de muitos leitores, mas continuei fazendo o que fizera nos governos anteriores (e faço no seguinte).¹⁰⁰

⁹⁹ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora, em 2 de abril de 2009.

¹⁰⁰ Idem

Mas para Janio tornar-se um colunista de política não foi fruto de planejamento nem de desejo pessoal, apenas foi a proposta que surgiu quando ele já estava fora do jornal por um longo período. Então, trata a coluna como se fosse uma notícia, utilizando os critérios estabelecidos pelo jornalismo de modo geral para produção de notícias, e com os quais sempre trabalhou.

A minha intenção é proporcionar elementos, como se eu estivesse exata-mente fazendo uma notícia. Estou dando uma notícia, para que o leitor saiba dela, estou dando a ele elementos do meu raciocínio, da minha elaboração de um fato, de uma percepção minha, para que ele a receba como se fosse uma notícia.¹⁰¹

Muitas vezes, durante esses quase 26 anos, Janio produziu informações exclusivas. Trouxe para a *Folha* “furos” de reportagem que lhe renderam prêmios nacionais, como o Esso de Jornalismo¹⁰², e internacionais, como o Prêmio Internacional Rei da Espanha¹⁰³.

Um exemplo foi a publicação da fraude da Ferrovia Norte-Sul, em maio de 1987.

No dia 13 de maio de 1987, Janio ganhava espaço na primeira página do jornal em texto que iniciava com a denúncia: “Foi fraudulenta e determinada por corrupção a concorrência pública, cujos resultados o governo divulgou ontem à noite, para construção da ferrovia Maranhão-Brasília (ou Norte-Sul)”.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² “Prêmio Esso de Jornalismo” foi criado em 1955 e tem o objetivo de premiar os melhores trabalhos jornalísticos produzidos em jornais e revistas. A partir de 2001, vem homenageando também os melhores trabalhos produzidos na televisão com o “Prêmio Esso de Telejornalismo”. Informações em www.premioesso.com.br

¹⁰³ A agência EFE de notícias e o Instituto de Cooperação Ibero-Americana promovem desde 1983 o Prêmio Internacional Rei da Espanha de Imprensa. Informações em www.efc.com/premios

Nesse ano, o então presidente da República, José Sarney, queria construir uma estrada de 1.570 quilômetros, que ligaria o Norte ao Sul do país, com um custo previsto em torno de 2,4 bilhões de dólares. Para tocar a obra, 21 empresas participaram do processo de licitação e, dessas, 18 venceriam o processo. Entretanto, antes mesmo que os envelopes fossem abertos, Janio de Freitas já sabia que haveria fraude e tinha os nomes das vencedoras, estampando esta informação na primeira página do jornal.

O jornalista não revela como conseguiu a informação da fraude. Mas para provar aos leitores que a fraude ocorreria utilizou a publicação na página de classificados do jornal, em 8 de maio, alguns dias antes da abertura dos envelopes, de uma espécie de anúncio com o título “Lotes”, que mostrava, por meio de códigos (L2A – QG e L3A – MJ), quais seriam as vencedoras. Janio decifrou para os leitores essa codificação no texto do dia 13: L2A-QG, por exemplo, era a empreiteira Queiroz Galvão (QG) que receberia do governo o direito de construir o lote 2 da ferrovia, e a Mendes Junior (MJ) ganharia o lote 3. A licitação foi anulada um dia após a publicação da reportagem nas páginas da *Folha de S.Paulo*.

Em entrevista concedida para Armando Antenore, na *Folha*, por conta da comemoração dos 80 anos do jornal em 2001¹⁰⁴, ele ‘ironiza’ como conseguiu a informação: “Mamãe deu a dica”, sem nunca revelar as suas fontes. Antenore conta que, até o começo da década de 90, o jornalista aplicou método semelhante para desmascarar novas concorrências e negócios públicos. “Estourei uns 30”, calcula Janio.

Mesmo com uma quantidade expressiva de informação exclusiva, muito poucas vezes Janio de Freitas teve a produção jornalística como manchete do jornal. Ele atribuiu a ausência das informações exclusivas na capa: primeiro, por não morar em São Paulo e, sim, no Rio de Janeiro; segundo porque não se inclui no grupo de jornalistas que “vende” as suas notícias para editores e secretários de redação e, por último, o fato de que houve um temor com a sua vinda para o jornal. Os profissionais sentiram os seus cargos ameaçados, pois entrava no veículo alguém com vasta experiência profissional e que poderia colocar em risco o grupo que dirigia a *Folha*.

Primeiro, porque eu não moro em São Paulo. Na *Folha*, morar em São Paulo, estar na redação, ser íntimo das pessoas que estão na redação, não abre uma porta, abre um canal. Segundo, porque lá se adotou, há muito tempo, e se praticou, suponho que talvez ainda pratique um pouco, mas muito menos, o que eles chamavam de vender a matéria, e a isso eu sempre respondi que mal ou bem eu sou jornalista, camelô certamente eu não sou, então não tenho nada para vender. Secretários, editores é que têm a obrigação de ler o material que chega, avaliar e decidir o que o material merece ou deixa de merecer. Eu nunca liguei para lá para recomendar uma matéria minha, nunca. Terceiro, porque quando eu vim para a *Folha*, quando os Frias me admitiram, houve e eu sei que houve porque me foi contado e eu não precisava nem sentir isso, houve uma reação explícita, declarada à minha presença na *Folha* decorrente do temor que eu viesse para São Paulo e que pelas experiências passadas ao dirigir o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Última Hora* e tal, com êxito, com sucesso, que eu desejasse ou os Frias desejassem que eu ocupasse cargos relevantes no jornal, cargos que tinham os seus ocupantes.¹⁰⁵

Como o jornalista Janio de Freitas seleciona os temas que serão discutidos em sua coluna? Segundo ele, a escolha temática é intuitiva, e sofre influência de vários fatores. Não há uma única maneira para escolher o tema que trata na coluna, mas

¹⁰⁴ http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/marcos_do_jornalismo.shtml Acesso em 20/11/2008

¹⁰⁵ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora, em 2 de abril de 2009.

procura sempre fugir da mesmice geral que se observa nos principais veículos de comunicação, “em que todos os textos parecem ter saído da mesma redação”. Por isso, de acordo com ele, há informações que poderiam contribuir para que o leitor tivesse uma compreensão maior dos fatos e pudessem agregar à formação de opinião de cada um que não aparecem nos jornais. Para o jornalista, “isso acontece mesmo dentro dos grandes assuntos, esses a que os jornais dedicam vastos espaços por semanas sucessivas. Com frequência enveredo por aí, para encaminhar uma visão menos estreita, mais de conjunto e mais ajustada ao sentido dos fatos”.¹⁰⁶ Janio afirma ainda:

Não tenho uma regra, ou seja, não tenho um nem poucos modos de escolher o tema. Há certos componentes comuns a todas as escolhas. Por exemplo: o interesse jornalístico do assunto e o meu grau de segurança para transitar no tema. Mas também acontece, com razoável frequência, a escolha por achar que possa dar interesse jornalístico a um tema que o tem pouco ou não o tem por si mesmo. Outro impulso não incomum, nas escolhas, é o propósito de oferecer ao leitor informações e/ou ponderações diferentes das que estão publicadas e, pelo que me conste por informação ou análise, não são corretas – seja pela imprecisão de dados, pela tão comum deformação factual, por motivos subjacentes não-jornalísticos ou, produção diária e impune na reportagem política, pelos chutes.¹⁰⁷

O jornalista trabalhou durante um longo período produzindo as colunas quase que “com 100%” de informação nova. Para conseguir essas informações fazia contatos diários com as fontes por telefone.

O primeiro momento de restrição que eu fiz a essa massa de contatos foi quando a *Folha* resolveu não pagar mais a minha conta de telefone. Eu achei que eu ganhava um pouco menos que os donos da *Folha* para ainda ter que subsidiar o gasto de telefone para a *Folha*. Então, em casa, eu passei a receber, muito mais do que fazer. E como ia todo o dia para o jornal eu fazia os telefonemas de lá.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Entrevista de Janio de Freitas à autora por e-mail, em julho de 2006.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora, em 2 de abril de 2009.

Para ele também é essencial que o profissional tenha a percepção de como se devem dar esses contatos. Qual o melhor momento para abordar os personagens que compõem o cenário político. Mas essa percepção se dará ao longo do trabalho no contato e na produção diária de informação.

Em certos setores, por exemplo, o Congresso Nacional, não adianta você mandar um repórter no meio da tarde, não adianta você telefonar para lá de manhã ou de tarde. Porque nessa hora as coisas estão acontecendo, nessa hora eles estão negociando, estão discutindo. Tem que ligar depois das cinco, nessa hora eu batalhava intensamente, a partir de quatro e meia, cinco horas, eu atacava para valer, era um telefonema atrás do outro.¹⁰⁹

Para completar, Janio define como essencial o processo de escolha das fontes. É preciso ser seletivo, descartar aquelas que por algum motivo passam ao jornalista informação que não se confirma. O jornalista acredita que o fundamental não é a quantidade de fontes, mas sim a qualidade do que é dito. Políticos, para ele, são fontes secundárias para a informação sobre política, por sempre defenderem os seus próprios interesses. “Há sempre uma segunda intenção na fala do político”. Por isso prefere buscar informações com aquelas fontes de informação que circulam no campo político.

Eu nunca fui muito de conversar com político propriamente. Político é mau informante. Informação de político é sempre viciada por algum interesse dele, sempre. Isso é uma coisa que está na natureza deles e você não vai mudar isso. Não adianta. Há sempre uma intriga, um pequeno toque de intriga, pequena promoção, algo que ele está dizendo em benefício da carreira dele, e você não vai mudar isso. E se você aceita isso, como normalmente os repórteres de política aceitam, você virou um prestador de serviços para os políticos. Político para mim sempre foi considerado um informante secundário, ou menos do que isso. Mas a informação política circula. Então, você consegue localizar pessoas, obter fontes boas. Eu nunca tive muitas fontes, sempre fui chato em matéria de fontes, de testar. Se me deu uma vírgula que depois não se comprovou, esse está queimado, pode falar comigo 500 vezes que eu nunca mais vou usar uma palavra dele. Se eu pressentir que o sujeito tentou me utilizar, está riscado.¹¹⁰

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

Janio também afirma ser, em alguns momentos, difícil produzir a coluna, e que nos últimos anos vem pensando em se aposentar, já que a tarefa é comumente deixada para quando o tempo já está quase esgotado. Mas, mesmo assim, o texto continua saindo de “enfiada”. Observa que, no dia seguinte à produção da coluna, já não quer mais se lembrar do que escreveu: “Para eu reler o que escrevi é uma dificuldade. Saiu do forno, escrevo, quero esquecer. Esqueço mesmo. Às vezes, as pessoas falam ‘aquele teu artigo de ontem’. Eu respondo: ‘Espera aí, não me lembro’. Difícil lembrar. O ponto final para mim é final mesmo”.

5.5 – Jornalismo, Jornalistas e Colunistas: uma Visão Crítica

“O jornalismo é, por definição, um compromisso com o leitor (ou ouvinte ou espectador). Do meu ponto de vista, o leitor é tão parte do jornalismo quanto o jornalista. O jornalista só existe em razão do leitor”.

Janio de Freitas

Jornalismo na concepção de Janio de Freitas só tem sentido se for pensando a partir do leitor e, também, tendo como sua matéria prima o fato, e não a opinião. O leitor é a razão de ser da prática jornalística e de quem produz informação. Pensar o jornalismo de maneira diferente é, para Janio, desviá-lo da sua função essencial, é fazê-lo até deixar de existir.

O jornalismo é, por definição, um compromisso com o leitor (ou ouvinte ou espectador). Do meu ponto de vista, o leitor é tão parte do jornalismo quanto o jornalista. O jornalista só existe em razão do leitor. E nisso reside um dos grandes problemas do jornalismo: qualquer senão nesta simbiose, o jornalismo deixa de existir, embora o leitor continue o mesmo. Ou seja, se há interferência que desvie o jornalista da estrita relação com o leitor, a natureza do jornalismo se transforma: ele passa a ser instrumento. É uma concepção radical, não? É. E é para ser mesmo. Do contrário, o leitor é reduzido pelo jornalista a mero pretexto, para propósitos de que ele não faz parte e, em regra, nem presume.¹¹¹

¹¹¹ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora, em julho de 2006, por e-mail.

Para Janio de Freitas, o jornalismo de hoje guarda diferenças com o que foi praticado nos períodos em que atuou nas reformas, por exemplo, do *Diário Carioca* e do *Jornal do Brasil*. Naquele momento, para se fazer jornalismo era preciso superar as dificuldades técnicas de produção. Hoje, a tecnologia facilitou a produção jornalística e fez com que ela ganhasse em termos de velocidade para chegar ao leitor.

Uma primeira observação é que, naquela altura, por exemplo, quando se dá a introdução de algumas novidades técnicas no *Diário Carioca*, depois muito na reforma do *Jornal do Brasil*, a dificuldade era de ordem industrial. Os equipamentos disponíveis para jornal eram de difícil conciliação com as necessidades do jornalismo. No caso das reformas do *Jornal do Brasil*, isso era uma imensidão de incompatibilidade mesmo. Para você ter uma ideia o *JB* só tinha tipos, com uma ou outra exceção mínima, para anúncios classificados. Foi com esse material que se deu a reforma no *Jornal do Brasil*, que se mudou a cara do jornal. Hoje em dia o avanço da tecnologia de jornal, da engenharia, que a engenharia produziu para os jornais, é gigantesco, é fantástico. Você pode fazer o que quiser, com uma velocidade assombrosa. E a gente brigava muito para conseguir um aproveitamento mínimo daquele velho material, e hoje em dia ninguém estuda, discute como aproveitar bem essa grande tecnologia. Tudo fica no óbvio.¹¹²

Em contrapartida, segundo Janio, no Brasil tudo leva à acomodação dos jornalistas, principalmente os jornais, com suas redações que mais “parecem ministérios: inchadas e pesadonas, lerdas e sujeitadas por um espírito burocrático aterrador”.

O resultado é o mesmo para o leitor e os jornalistas: os jornais se igualam em chatice que cada vez afugenta mais leitores; e o trabalho, para os jornalistas, é uma oferta de tédio afugentador ou de frustração pela indiferença dominante entre o bom e o ruim, o certo e o errado, o esforço e o vai-da-valsa. A maioria dos textos dos dois maiores jornais e suas legendas são uma demonstração definitiva da falta de profissionalização das redações e do desprezo absoluto por quem paga para lê-los. E nada disso é por falta de condições físicas proporcionadas pelas empresas, nas maiores delas desfrutando-se de equipamentos e instalações equiparáveis às de Primeiro Mundo.¹¹³

¹¹² PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora, em 2 de abril de 2009.

¹¹³ Idem.

Janio de Freitas acredita que um dos fatores para a mesmice nos veículos de comunicação é o fato de os repórteres serem colocados nas redações sem o preparo necessário para o exercício da profissão. Além de praticamente ter sido abolida a orientação para os novos repórteres do que se espera que eles tragam em termos de informação, como eles chegam até a informação e o que encontrarão nesse processo. Acredita também que, como não há preparo, os novos jornalistas acabam por não exercer o pensamento crítico sobre a própria atividade.

Esse é um trabalho indispensável para a formação técnica do repórter. Não existe mais isso nos jornais. Em nenhum jornal. Eu tive um aprendizado no *Diário Carioca*, e a minha geração teve esse aprendizado. No *Diário Carioca* tivemos a sorte de ter alguns chefes especialmente bem formados para o jornalismo. Só ficava na redação aquele que aprendia, senão não ficava. Esse tipo de trabalho é essencial para avançar no desenvolvimento da reportagem, da busca do fato.¹¹⁴

Janio atribui também essas deficiências à decadência geral do país em termos culturais, o que acaba afetando a formação cultural dos profissionais de jornalismo. Outro fator, é que com a ditadura que ocorreu por 20 anos no Brasil, a cadeia de transmissão de conhecimento nas redações foi praticamente cortada.

Exatamente quando se estava tendo um salto de qualidade, de criatividade no jornalismo, criando uma identidade para o jornalismo brasileiro – e em muitos aspectos avançando, passando além do jornalismo institucional de países desenvolvidos – houve esse corte. Pessoas foram afastadas ou tiveram sua atividade muito restringida ou preferiram mudar de atividade; outras foram forçadas a buscar melhor rendimento em trabalho de televisão ou coisa desse tipo. Começou a se criar um enorme buraco entre as pessoas detentoras do conhecimento a ser transmitido em cadeia e aquelas que estavam chegando (FIGARO, 1996).

Outra discussão que pauta o jornalismo é com relação à objetividade no processo de produção da informação. Para Janio de Freitas, “toda informação desagradará algum setor. Não há notícia sem efeito negativo para uma determinada área. E isso não quer dizer que “aquele noticiário não tenha procurado o máximo de objetividade possível”¹¹⁵. O profissional define que o fundamental é a independência

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

do jornalista e que esse princípio de independência vincula-se à “capacidade de não envolver o seu exercício profissional em nada que não seja da natureza desse exercício”.¹¹⁶ Segundo ele, esse é um problema (falta de independência) que assume maior gravidade e é mais nítida em sedes de governo.

É o caso de Brasília, onde a convivência de jornalistas e políticos assume intimidade (e muitas vezes intimidades) tão proveitosa para os políticos quanto desastrosa para o jornalismo. Por mais de uma vez, jornais dos Estados Unidos adotaram providências drásticas para combater o convívio social excessivo dos seus jornalistas com políticos e pessoal do governo, o que se estava refletindo nas coberturas e no noticiário. Por aqui temos colunista de política oferecendo amplo jantar a presidente da República, jornalistas frequentando os salões palacianos sem fim jornalístico, convivas habituais de casas de parlamentares, e bem mais. No Brasil também são comuns atividades paralelas e remuneradas de jornalistas ligadas à atividade que eles/elas têm nos jornais, TV ou rádio. É uma permissividade, e não é a única, que representa um enorme retrocesso, depois da luta longa e difícil que foi tornar inexpressiva a presença de deformidades assim.¹¹⁷

5.6 – Independência e Caráter, Antes de Tudo

Para Janio, o jornalista ideal não deve ter medo de enfrentar as dificuldades que diariamente aparecem no exercício profissional, mas para que o faça precisa ser independente. Independência é, segundo Janio, o que a maioria dos profissionais chama de objetividade em relação aos dados e as anotações: “O jornalismo exige um aprendizado constante. Todo dia tem um problema novo, que exige reflexão. É necessária uma grande dose de humildade” (TRAVANCAS, 1993, p. 64).

Em algumas áreas do jornalismo a independência do profissional acaba esbarrando em obstáculos e há todo um processo de sedução para a acomodação. Duas delas são: o colunismo político e os cargos de direção na imprensa. Janio aponta que “no caso dos colunistas e dos postos mais elevados, há um estímulo ainda maior para a acomodação: é a oferta de ascensão social, com frequência acompanhada da tentação financeira e de assédios nem sempre sutis, mas o que decide mesmo, no final, é uma coisinha simples: caráter”.¹¹⁸

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora, em julho de 2006 por e-mail.

Colunismo político não é, para Janio, algo que deve ser pronunciado no singular. Ele afirma que existem “vários colunismos, quase tantos quanto os colunistas ou pelo menos quantos são os jornais”. Então, é possível observar vários tipos de colunistas políticos que ocupam o espaço reservado a eles à sua maneira e de acordo com que o jornal permite. Há aqueles que são extremamente opinativos, os que misturam fatos e opiniões, outros que só trabalham com a opinião própria.

Janio define-se como um profissional que tem o objetivo de fazer com que o leitor reflita sobre o texto apresentado na coluna, “concorde ou não comigo”. Para isso, esclarece que nunca trabalha só com opinião. O início de tudo será sempre o fato jornalístico, um elemento concreto e verificável da realidade.

A função que eu procuro exercer é a de proporcionar ao leitor elementos para que ele forme a sua opinião, ele, e não eu por ele. Por isso, quando emito um juízo, ou uma conceituação, procuro fazer com que isso seja acompanhado de um fato ou de outro elemento exemplificador. Que mostre o que me parece fundamentar o meu juízo ou a conceituação. E então o leitor avalie o que digo e veja se concorda ou discorda. Não importa se o leitor percebe o que está acontecendo enquanto ele lê, o que importa é que acontece um diálogo sutil entre nós. E ele é quem fica com a última palavra, a que vale para a opinião dele, para formá-la, confirmá-la ou revê-la.¹¹⁹

O colunista também afirma que existe entre os profissionais de jornalismo uma ideia, que ele define como “presunçosa e deformante da natureza do jornalismo”, pois é contra a liberdade de pensamento, a qual supõe que o papel de colunistas e editores e até do jornalismo é de conduzir a opinião do leitor.

É uma ideia autoritária e totalitária. Ainda que muitos dos seus portadores, com toda a certeza, não pretendam sê-lo. Engraçado é que entre os portadores e praticantes da ideia estão os que, frequentemente, criticam o predomínio do “pensamento único”, essa mesmice introduzida pelos neoliberais e adotada pelo jornalismo brasileiro. Você pode encontrar essa contradição de colunistas todos os dias. Mais evidente em jornal, mas levada também para a TV e o rádio por gente de jornal que agora é comentarista também aí.¹²⁰

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora em 2 de abril de 2009.

CAPÍTULO VI

Janio de Freitas e as “Diretas Já”

Foto: Júlio Veríssimo



[O tipo de jornalismo feito na coluna] com grande frequência são fatos que eu preferiria que não acontecessem, por serem transgressões ao que o país precisa e pode ser feito nele e por ele. Apesar das aparências em contrário, o Brasil está mal, porque a cada dia piora em moralidade da administração pública, da vida política e de muitos dos métodos da grande empresa. Se o jornalista trata de assuntos é porque existem fatos assim. E é triste que existam.

Janio de Freitas

Em um primeiro momento, este capítulo se propõe a descrever e analisar o conteúdo das colunas a partir dos elementos proporcionados pelo referencial da **Análise do Conteúdo temático** dos textos, explicitados no Capítulo I – A Construção do Objeto, tendo como base para o estudo os **personagens** que aparecem nas colunas: a votação da emenda Dante de Oliveira e o Movimento “Diretas Já” nas ruas.

Posteriormente, procedeu-se à análise aprofundada de nove colunas selecionadas do *corpus* da pesquisa utilizando como referencial teórico a ACD (Análise Crítica do Discurso), definida no Capítulo I. As colunas analisadas são as que faziam no título referência explícita à “Campanha pelas Diretas Já”, “Às

Mobilizações nas Ruas”, “A Votação da Emenda Dante de Oliveira” e ao “Processo de Sucessão Presidencial”, além de terem o conteúdo integral sobre o tema¹²¹.

6.1 – As Colunas de Janio

O colunista Janio de Freitas produziu 62 colunas no período de janeiro até abril de 1984. Do total, foram incorporadas à amostra as 47 colunas que fazem referência ao tema de estudo “Eleições Diretas à Presidência da República”. A diferença entre elas, 15 colunas, foi excluída porque tratava de assuntos não relativos à sucessão presidencial. Das 47 relacionadas ao tema pesquisado, 36 fazem referência direta à emenda Dante de Oliveira; oito são notas sobre o tema; e três falam do processo sucessório (Quadro 1). Isso equivale a quase 76% das colunas do período dedicadas à temática.

O número de colunas produzidas por mês se equivale. Em janeiro, escreve 20 colunas; em março, 20; em abril, 19. A exceção é o mês de fevereiro, em que o número de colunas apresentadas é de apenas três textos, pois o colunista sai de férias e ninguém o substitui, como foi acordado desde sua ida para o jornal.

¹²¹ Eliminaram-se todas as colunas em que a “Campanha pelas Diretas Já e as mobilizações nas ruas” ou “A votação da emenda Dante de Oliveira” ou “Ao processo de sucessão presidencial” aparecem somente em notas dentro da coluna.

Quadro 1 – Relação das Colunas de Janio de Freitas, de janeiro a abril de 1984

Mês	Colunas	Diretas Já	Notas sobre as Diretas	Processo sucessório	Outros assuntos
Janeiro	20	9	4	0	7
Fevereiro	3*	0	0	3	0
Março	20	14	4	0	2
Abril	19**	13	0	0	6
Total	62	36	8	3	15
Obs. * Colunista entra em férias. ** No dia 29 não há coluna, mas sim uma entrevista com o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), que participou ativamente da “Campanha pelas Diretas Já”. Janio escreve por 20 dias no jornal. Mas são 19 colunas e uma entrevista.					

PEDRO, Margarete, 2009

6.1.1 – Análise e Descrição do Mês de Janeiro

O colunista produziu no mês de janeiro um total de 20 colunas (Quadro 2), sempre de terça a domingo, nas páginas 4 ou 5 do caderno Brasil (Política), que ocupam a parte superior da página. Desse total, nove têm conteúdo total falando “Das Diretas”; quatro se compõem de notas sobre o tema e sete se referem a outros assuntos (Quadro 2).

Quadro 2 – Relação das Colunas e Temas de Janio de Freitas de janeiro de 1984

Coluna/Dia	Título	Assunto
3 de janeiro – terça-feira	Balanço dos balanços	Outros assuntos – Balanço do ano Legislativo
5 de janeiro* – quinta-feira	Antijornalismo	Outros assuntos – Função do jornalista em proteger

		suas fontes
6 de janeiro* – sexta-feira	A meio da vida	Outros assuntos – Comenta o assassinato de um turista no RJ
8 de janeiro – domingo	Ataque e defesa	Nota sobre as Diretas
10 de janeiro – terça-feira	Anotações sucessivas	Processo Sucessório
11 de janeiro – quarta-feira	Sucessão de imagens	Processo Sucessório
13 de janeiro – sexta-feira	Solução de 20 anos	Outros assuntos – Previdência Social
14 de janeiro – sábado	Revanchismos	Processo Sucessório
15 de janeiro – domingo	O consenso com Setúbal	Processo Sucessório
17 de janeiro – terça-feira	Nada de urgente	Nota sobre as Diretas
18 de janeiro – quarta-feira	Enfim, um opositor	Outros Assuntos – Governo do Rio de Janeiro
20 de janeiro – sexta-feira	As culpas da imprensa	Outros Assuntos – Relações de Brizola com a Imprensa
21 de janeiro – sábado	O apoio contra Maluf	Processo Sucessório
22 de janeiro – domingo	Emoções da sucessão	Processo Sucessório
24 de janeiro – terça-feira	Aliados sem telefonemas	Processo Sucessório
25 de janeiro – quarta-feira	Do computador ao telefone	Processo Sucessório
26 de janeiro – quinta-feira	O plebiscito da Sé	Campanha nas ruas
27 de janeiro – sexta-feira	Preocupação em Nova York	Nota sobre as Diretas
29 de janeiro – domingo	Ações indiretas na campanha	Nota sobre as Diretas
31 de janeiro – terça-feira	O ocupante	Outros assuntos – SNI e Brizola

PEDRO, Margarete, 2009

“Ataque e defesa” – 8 de janeiro



Descrição e Análise – A primeira parte da coluna refere-se a como o governo **Leonel Brizola**, para se defender das acusações feitas contra ele, precisa se utilizar, na imprensa, do recurso das matérias pagas (não encontra espaço na mídia). Explica que o desgaste do governo Brizola amplia-se e como isso vem sendo utilizado para reacender um “espírito golpista que se insinua em círculos elevados do Rio”.

Há dois intertítulos: “**Pressão Direta**” e “**À disposição**”. O primeiro mostra como o deputado pedessista **Pratini de Moraes** percebeu a pressão das suas bases eleitorais no Rio Grande do Sul para que vote a favor das “Diretas”. Já o segundo fala da migração de votos dos aliados do Governo Federal no Rio, capital e Estado, efeito do discurso presidencial que estaria fazendo com que “andreazzistas de primeira hora já se portem como descomprometidos”.

A ideia da coluna é mostrar que a oposição entre **Figueiredo** e **Brizola** no debate pelas Diretas volte a tomar forma com o desgaste político sofrido pelo governador do Rio de Janeiro, com o caso Proconsult e o empréstimo de Cr\$ 100 milhões do BANERJ, com condições “muito” especiais de crédito agrícola para um sobrinho do governador. O presidente vem se apegando a qualquer recurso para impedir a participação de Brizola no pleito como candidato, caso a emenda Dante de Oliveira receba aprovação.

Janio de Freitas destaca que, embora Brizola tenha “talento político” (usa esse termo em dois momentos), não vem sabendo usá-lo, nem tem assessores para orientá-lo a fazer, para se contrapor aos “**ataques**” e “**revanchismos**” do Planalto.

Outro fator determinante veiculado na coluna são as pressões que os deputados (no caso, Pratini de Moraes – PDS) do partido do governo já começam a receber das suas bases para votar a favor das diretas. Com isso pretende demonstrar, de forma **explícita**, que não apenas os setores progressistas da população querem as Diretas, mas sim toda a sociedade civil. O intertítulo – recurso de edição utilizado no jornalismo para arejar a leitura de um texto e também dar destaque à informação que vem a seguir, fazendo alusão às Diretas (“Pressão direta”) – serve para reforçar o fato e mostrar que o colunista é **favorável** às Diretas e significa também que os mais diversos setores da sociedade também pressionam **a classe política** para que votem a favor do pleito direto.

“Anotações sucessivas” – 10 de janeiro



Descrição e Análise – Conta como **Tancredo Neves**, pré-candidato indireto à Presidência (neste período, ainda negava), poderia ser considerado opção “de terceira instância” para o “Planalto”. A primeira instância, reeleição. A segunda instância, um candidato de consenso do PDS. E como naquele momento o presidente **Figueiredo** mostrava preferir o ministro do Exército, **general (ministro) Valter Pires** (como ideia de reeleição). Afirma que a **reeleição** é uma ideia a se desconsiderar por ser “**absurda**” (contraria a razão e o bom senso).

Revela para o leitor que Tancredo Neves, ao longo da campanha, se torna o candidato da oposição para eleição indireta no Congresso, é visto pelo Planalto como uma opção para a candidatura à Presidência de terceira via (indireta). Explicita também que, embora o presidente Figueiredo tenha se “retirado” da coordenação da sucessão, pretende e vai continuar influenciando no processo.

A crítica mais direta aos **políticos**, que aqui ele generaliza como “**personagens com maior poder de influência e decisão**”, refere-se ao fato de que eles ainda querem o processo “**velado e indevassável**”. Querem esconder da população as negociações e os processos de decisão para a eleição, bem como as suas

posições pelas “Diretas”, indiretas ou consenso. Traz aqui uma referência ao papel do colunista, que é o de mostrar ao leitor aquilo que os setores envolvidos nas decisões políticas do país acabam por tentar esconder.

O texto critica a postura do presidente **Figueiredo**, que trabalha com duas hipóteses. A primeira, a própria reeleição. Apesar das constantes negativas. A segunda, a eleição de outro militar. Fica claro que Janio aponta a intenção de Figueiredo participar efetivamente das decisões (**“Devolveu a coordenação, mas não abriu mão da influência no processo”**). Apresenta referência velada **contra** a posição dúbia de Tancredo Neves que, embora participe da “Campanha pelas Diretas”, se prepara para ser candidato da oposição pela via indireta. O candidato natural da oposição e até aquele momento de consenso entre os partidários das “Diretas” era o deputado Ulysses Guimarães.¹²²

¹²² “Mas não se trata, aqui, de ponderar exequibilidades, senão de descrever o momento presente de um quadro, ou parte dele, cujos personagens com maior poder de influência ou decisão ainda o querem velado e indevassável. E não é por capricho, mas pela necessidade de ir trabalhando taticamente as circunstâncias, na tentativa de amoldá-las à estratégia formulada.”

“Sucessão de Imagens” – 11 de janeiro

Janio de Freitas

Sucessão de imagens

A postura do Planalto e de suas bases militares ante a questão sucessória, e até ante a modalidade da eleição, está sob a influência de um fator fundamental que, apesar disso, não tem figurado nas análises, jornalísticas ou políticas, tanto da disposição atual das forças em concorrência, como dos possíveis desdobramentos desse confronto. Tal fator é a imagem do governo Figueiredo e, com relevância muito especial, a do próprio Presidente, em suas projeções para os olhos críticos do amanhã.

A opinião brasileira a respeito do Presidente e do governo é aferida pelo SNI, como parte do levantamento sistemático e mais amplo que pretende radiografar as mentes brasileiras. Conta que essas pesquisas, outrora objeto de minuciosa leitura do Presidente, não são mais conquistadas por ele, cuja reação à simples passagem de olhos por uma síntese cautelosa dos índices já abala os termômetros do Planalto Central. As pesquisas do SNI, como convém a um serviço de espionagem, são sigilosas, mas não fazem falta. Agora mesmo está nas bancas um levantamento cuidadoso da revista "Exame", indicando o percurso feito pelo governo Figueiredo na opinião brasileira, de 79 ao presente janeiro.

Se, em janeiro de 80, 41 pessoas em cada 100 atribuíam a Figueiredo desempenho excelente ou bom, hoje apenas 6 em 100 demonstram tamanha generosidade. E se somente 16 em cada 100 pessoas o consideravam, em início de 80, ruim e péssimo, hoje são 69 em 100 que assim o avaliam, o recorde improvável de mais de dois terços das opiniões. Esta degringolada é tão mais gritante quanto é eloquente a distância entre este janeiro e, não o de 80, mas o de apenas um ano atrás: as atuais 69 qualificações de péssimo e ruim em cada 100 pessoas eram, há 12 meses, somente 14. E esta aferição de conceito restringe-se à opinião do empresário, não refletindo, pois, a opinião do grande conjunto, muito mais ferido, que se chama de povo.

O Presidente sente-se injustiçado, e em certo sentido impõe-se reconhecer-lhe alguma razão. A queda incanescem de seu prestígio decorre da convicção generalizada de que o País e os brasileiros poderiam atravessar sua crise econômica sem as violências a que o governo temido da política econômica se condensa, pela persistência da von-

tade do pessoal do Presidente contra a vontade nacional (as entre as emprosário, o ministro Delfim Neto é considerado ruim e péssimo por 74 entre 100 pessoas, um caso excepcional em matéria de conceito). A opinião brasileira, portanto, forma-se a partir apenas da obra devastadora da administração e da responsabilidade que nela tem o Presidente, sem mais considerar a obra de abertura política por ele conduzida.

Já bastaria o sentimento de injustiça do general Figueiredo para constituir um elemento de influência poderável na questão sucessória. Qualquer um, em seu lugar, sentaria com uma oportunidade para restabelecer o conceito esfacelado, quando mais alguém com suas características pessoais. Mas ao encontro do sentimento de Figueiredo vem o das bases militares do regime, que consideram injustiçado não só o Presidente, como o próprio regime e, por decorrência lógica, os seus mentores nos últimos 20 anos. E, por esta visão, o Presidente, o regime e seus mentores estariam correndo o risco de ver perpetuar-se a seu respeito, restituído aos civis o pleno poder administrativo e legislativo, um julgamento aceroso que nada mais apagaria a opinião pública.

As indicações do Presidente e do regime diante da eleição direta explicam-se, antes de tudo, a partir desta questão das imagens. Se o ministro Delfim Neto tivesse aberto uma exceção na sua trajetória e acertasse, ao menos em parte, os resultados que prometeu ao Presidente para a eleição direta estaria desde logo assegurada. Foi mesmo na expectativa daqueles resultados que o ministro César Cals e alguns políticos iniciaram as ações para a emenda constitucional autorizando a reeleição. O caminho para o projeto da consagração, pelo voto do povo, de quem, após a abertura, estaria proporcionando a Constituinte e o retorno ao presidencialismo legítimo.

A pertinência da política econômica nas profundezas negativas aprofunda o conceito negativo que a opinião pública faz do Presidente, do governo e do regime. Se este conceito determina as preocupações do Presidente, do regime e de seus mentores com a visão crítica de amanhã, a sucessão presidencial é sua primeira preocupação: ela é o passaporte para o amanhã.

Descrição e Análise – A coluna descreve levantamento realizado sistematicamente pelo SNI sobre a opinião pública a respeito do **presidente** e do governo, como forma de tentar “radiografar as mentes brasileiras”. Haveria, segundo o colunista, outra forma de averiguar a percepção da opinião pública sobre o governo.

O colunista sinaliza que há uma forma de melhorar a imagem do governo e do presidente, chamuscada pela política econômica desenvolvida por Delfim Netto¹²³: seria o apoio à sucessão presidencial direta. Mas que o governo não o faz porque Delfim Netto não cumpriu com as promessas realizadas ao presidente para 1983 em relação ao crescimento econômico. E salienta que o ministro **César Cals**

¹²³ Diz Janio de Freitas na coluna: “A pertinência da política econômica nas profundezas negativas aprofunda o conceito negativo que a opinião pública faz do presidente, do governo e do regime”.

(Minas e Energia) e alguns políticos teriam até iniciado as ações para uma emenda constitucional autorizando a reeleição.

Destaca que a posição do Planalto, do presidente **Figueiredo** e de suas **bases militares** em relação ao processo sucessório e às suas modalidades seria diretamente influenciada pela imagem (negativa, aferida em pesquisa) do governo e do presidente. Define o colunista: “As indecisões do presidente e do regime diante da eleição direta explicam-se, antes de tudo, a partir desta questão de imagens”.

Uma política econômica ineficiente e uma visão estreita do processo histórico, ao se negar a perceber a necessidade imediata de retorno dos processos democráticos em definitivo para o país, estariam minando de vez o “resto” de popularidade que ainda existia para o governo. E a falta de apoio estaria crescendo inclusive em setores antes “simpáticos” aos governos militares.

Não apoiar as “Diretas”, para Janio de Freitas, significa **perder “o passaporte para o amanhã”**. Para o colunista, quem quer continuar com espaço na política brasileira precisa apoiar as “Diretas”. Esta coluna mostra de forma clara e **explícita** que o colunista é **a favor** das “Diretas”.

“Revanchismos” – 14 de janeiro

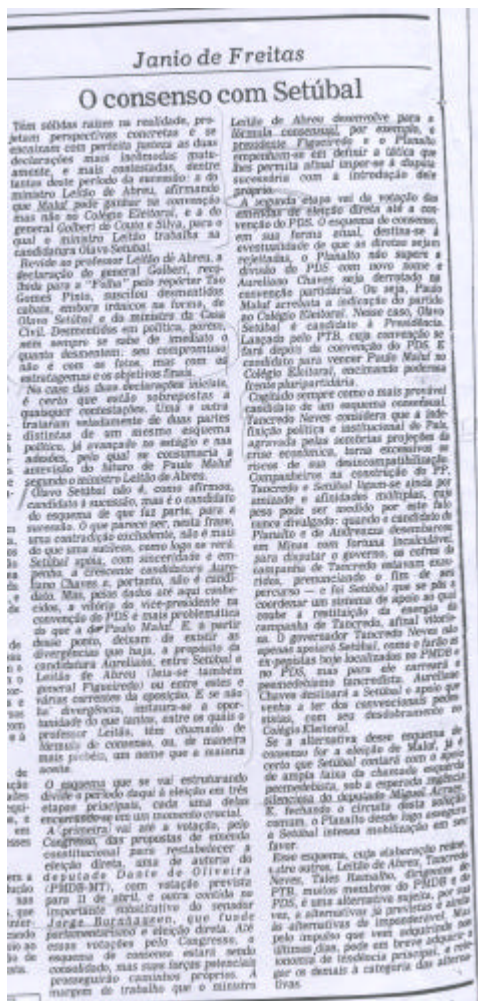


Descrição e Análise – O colunista pretende derrubar os argumentos utilizados por **Figueiredo**, que vê de forma negativa a eleição e a posse do **presidente Raul Alfonsín** (eleito em 1983) na Argentina e que teve como consequência o revanchismo contra os militares. Janio chama de “deformação”, de “impropriedade”, a analogia do caso brasileiro com o processo na Argentina feita pelo presidente Figueiredo.

Para Janio de Freitas, a leitura dos “setores influentes da vida brasileira, aí incluídos os militares”, sobre **a eleição direta de um presidente civil na Argentina** é equivocada. Chamá-la de revanchismo (aqui entendido na acepção da palavra “desforra política”) é “impropriedade que não se altera por originar-se em boa ou má-fé”. Para o colunista, a eleição direta na Argentina fez, isso sim, que se restaurasse **“a democracia, e não o revanchismo”**. E completa que revanchismo é do que sofrem as eleições diretas (no Brasil) e que o processo foi desencadeado pelo presidente Figueiredo. Para ele, o principal revanchismo, ao negar o processo

sucessório direto no Brasil, é do regime militar brasileiro ao se colocar contra a vitória das oposições na última eleição (governador e deputados, 1982) e temê-la em nível presidencial. Abre **claramente** na coluna a sua campanha pessoal por eleições diretas.

“O consenso com Setúbal” – 15 de janeiro



Descrição e Análise – A coluna traz a distribuição no xadrez político dos nomes para a sucessão presidencial. O **PDS** ainda estaria na busca de um nome de consenso para o processo sucessório (indireto), e o ministro **Leitão de Abreu** afirmaria que **Maluf** podia ganhar na convenção, mas não no Colégio Eleitoral. Já **Golbery** (ministro chefe da Casa Civil) estaria dizendo que o ministro Leitão de Abreu trabalhava pela candidatura **Olavo Setúbal**¹²⁴.

¹²⁴ Olavo Setúbal (1923-2008), engenheiro por formação e banqueiro por opção (é um dos responsáveis pelo crescimento do Banco Itaú), foi indicado em 1975 pelo governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, para prefeito biônico da cidade de São Paulo. Ocupou o cargo até 1979.

Fala ainda da fórmula de consenso e de como o governador de Minas Gerais, **Tancredo Neves** (PMDB), é cogitado sempre como o mais provável candidato de um esquema de consenso – governo e oposição.

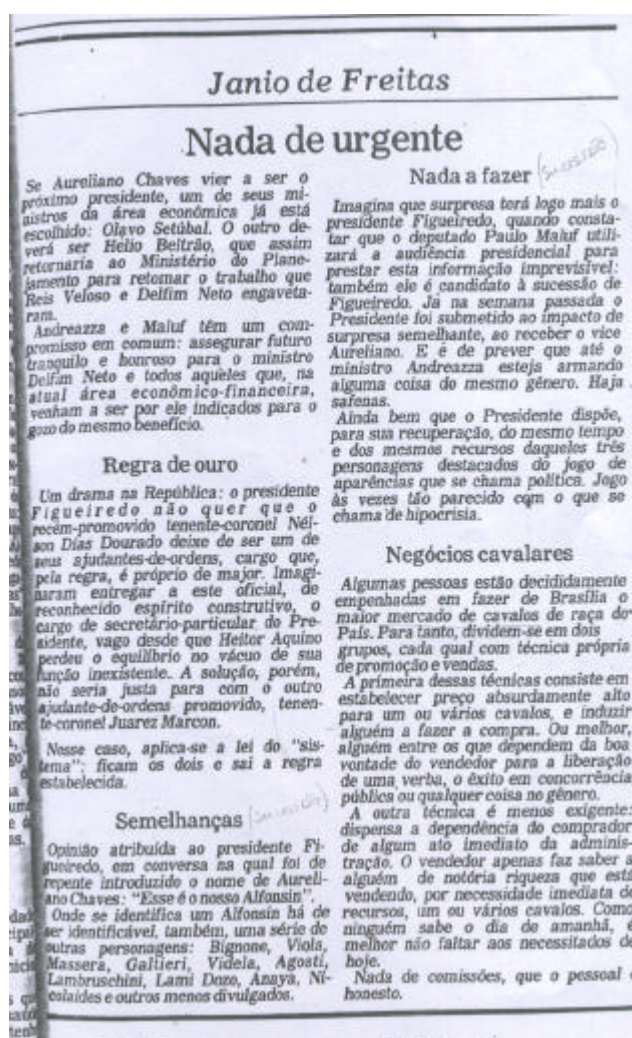
Retratar o emaranhando político da sucessão presidencial e descrever o papel que os principais atores sociais vêm desenvolvendo e as suas estratégias para as duas possibilidades que se apresentam nas eleições indiretas ou diretas. Esse é o objetivo desta coluna, a mais longa do mês de janeiro. São muitos os atores e posições políticas destacados no texto:

- a) O antagonismo entre Leitão de Abreu e Golbery, duas figuras que participam de alas distintas dentro do governo Figueiredo. O primeiro apoiaria Setúbal (que afirmava não ser candidato), e o segundo defenderia a candidatura Maluf (sempre candidato e o responsável por confundir o processo de escolha do nome do governo ao antecipar a sua candidatura). Setúbal apoiaria, segundo Janio de Freitas, com sinceridade e empenho, a candidatura de Aureliano Chaves.
- b) Mostra como as redes do poder estão formadas para o processo sucessório. É uma coluna mais **descritiva e interpretativa dos fatos**. Explica aos leitores que em política “as mudanças de rumo acontecem a todo o momento”, de acordo com “os estratagemas e objetivos finais” dos personagens que dela participam. Mas observa ainda que “a possibilidade de vitória de Aureliano na convenção do PDS é mais problemática do que a de Maluf”. E com isso não haveria mais problemas entre os pedessistas já que se abriria a possibilidade de um nome de consenso, ou como afirma Janio, **“um nome que a maioria aceite”**.
- c) Estabelece uma divisão didática das etapas do período que antecede a eleição para presidente: a primeira seria a votação pelo Congresso da emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), para restabelecer eleições diretas, e outra contida no substitutivo do senador Jorge Bornhausen, que funde parlamentarismo e eleição direta. O consenso estaria sendo ‘costurado’ nesse período por Leitão de Abreu, entre outros. A segunda etapa iria da votação das emendas até a convenção do PDS. Se a emenda das diretas for derrotada (“eventualidade”), o Planalto não superar a divisão do PDS com novo nome, Aureliano será derrotado na convenção partidária e Paulo Maluf arrebatará a indicação do partido para o Colégio Eleitoral: Olavo Setúbal é

candidato à Presidência lançado pelo PTB, que teria a sua convenção após a do PDS, e formaria uma frente suprapartidária para enfrentar Maluf no Colégio Eleitoral. Essa divisão facilita o entendimento do processo para um “novo leitor” que chegue à coluna.

- d) Há um parágrafo inteiro para mostrar que, de fato, o candidato que vem sendo costurado como consenso é o governador **Tancredo Neves**. Mas o governador de Minas não teria problemas em apoiar Setúbal, já que, além dos laços políticos, são unidos por laços de amizade: ambos são fundadores do PP (Partido Popular), além de Setúbal ter ajudado o governador a “recheiar os cofres da campanha ao governo” que restituiu “energia para a campanha de Tancredo, afinal vitoriosa”.

“Nada de urgente” – 17 de janeiro



Descrição e Análise – Esta coluna tem um diferencial. É composta de cinco notas. As quatro primeiras, com dois parágrafos, e a última, com quatro parágrafos.

Há intertítulos para cada uma delas. O título nominal (sem verbo) faz referência a que não há “nada de urgente” para ser dito.

- a) **Sem intertítulo** – Analisa em que situação ficaria o “super” ministro Delfim Netto pós-eleição. Comenta que, se Aureliano for eleito presidente, já tem dois nomes para os ministérios: Olavo Setúbal e Hélio Beltrão. O segundo daria continuidade para o que Delfim Netto teria “engavetado”. Já Andreazza e Maluf garantiriam “futuro seguro e honroso” para Delfim e seus indicados.
- b) **“Regra de Ouro”** – Fala da recente promoção feita por Figueiredo do tenente-coronel Nelson Dias Dourado.
- c) **“Semelhanças”** – **Figueiredo** compara Aureliano a Alfonsín (presidente da Argentina).
- d) **“Nada a fazer”** – A constatação do presidente de que Paulo Maluf utilizará a audiência com ele para afirmar que é candidato. Impacto semelhante ao receber o vice, Aureliano Chaves. E que (o ministro Mário) Andreazza estaria “armando” algo semelhante.
- e) **“Negócios Cavalares”** – Trata-se de uma nota metaforizada. Comenta como há um empenho em transformar Brasília no maior mercado de compra e venda de cavalos de raça. Utiliza a ironia ao terminar o texto fazendo uma referência velada à administração pública, e as comissões que são pagas para se ganhar “concorrências” públicas, e os vendedores de cavalos: “Nada de comissões, que o pessoal é honesto”.

Três notas tratam do processo sucessório. Na primeira, logo abaixo do título principal, **interpreta** como estão as conversas sobre a **“dança das cadeiras”** nos ministérios com a escolha de um novo presidente. Analisa em que situação ficaria o **“super”** ministro Delfim Netto pós-eleição. Aureliano no poder, ele estaria fora do governo. Já com Maluf ou Andreazza, ele permaneceria. Faz crítica direta a Delfim ao falar de projetos que ele teria “engavetado” quando no Ministério do Planejamento. O “super” aqui se refere aos poderes plenos que o ministro tem para dirigir a economia do país.

Com intertítulo “Semelhanças”, fala como o presidente Figueiredo estaria comparando o vice e pré-candidato à sucessão presidencial Aureliano Chaves ao presidente da Argentina, Raul Alfonsín, no sentido de atribuir uma imagem negativa

do vice junto aos possíveis setores do governo que apoiariam a sua candidatura. Retoma aqui a ideia de que Alfonsín estaria ligado a processos contra militares na Argentina ao assumir o governo e que possivelmente essa seria a postura de Aureliano se eleito. O colunista, então, explica que se há “Alfonsín”, existem também semelhanças entre os pré-candidatos (não cita os nomes) com uma série de personagens. Passa a citar militares de países latinos que assumiram a Presidência dos seus países pela “força” e tornaram-se ditadores.

Traz também uma análise do efeito que Figueiredo, no intertítulo “Nada a fazer”, tem percebido ao conceder audiência aos pré-candidatos à sucessão e como elas são utilizadas para repercutir na opinião pública. Janio de Freitas ironiza que o presidente Figueiredo concede a audiência, mas “sofre” – “Haja safena” (o presidente Figueiredo havia passado por uma cirurgia do coração) – ao receber aqueles que não são de fato possíveis candidatos a quem ele daria apoio.

“O apoio contra Maluf” – 21 de janeiro



Descrição e análise – Escreve que Golbery¹²⁵ estaria justificando o seu apoio à candidatura Maluf, pois ele (Maluf) teria melhores condições de renegociar as dívidas brasileiras e que havia uma conexão clara entre a candidatura e os interesses estrangeiros. Traz também um intertítulo, **“A inomia dos co-autores”**, em que pede desculpas ao leitor por ter usado a palavra **“inomia”** (segundo ele, “aqui relacionada à fórmula consensual em torno de Olavo Setúbal”), e que não quis demonstrar **“um saber que não possuo”**.

¹²⁵ O nome de Golbery é grafado na coluna com “i” – Golberi.

A partir do segundo intertítulo, **“Um dia brasileiro”**, ele faz referência ao processo de busca de informações para a coluna, que começou às 8h e só terminou à noite.

Uma coluna em que o jornalista mostra as artimanhas do poder **(interpretação do fato político)** para se manter no poder. O governo Figueiredo teria um interlocutor **(Golbery)** à altura para mostrar o que favorecer e esconder e o que prejudica uma determinada candidatura. Mesmo que essa candidatura só vai afundar ainda mais o país. Chama de **“incompletas”** as justificativas de Golbery para o seu apoio a Maluf. Fornece então para o leitor uma descrição do perfil de Golbery. Para Janio de Freitas, ele é: **“bastante arguto e hábil”** (percebe rapidamente o desenrolar do xadrez político e qual deve ser a próxima jogada), no jogo político, ao **querer favorecer o “seu candidato”** e, também, “arguto e hábil” para “reter as [candidaturas] que o desfavoreçam”. Ainda ironiza que Golbery “não faz justiça ao seu candidato” e que de fato a importância da candidatura de Maluf não é porque ele teria “condições de renegociar a dívida externa” mas, sim, que **“parece”** que ele teria “como pagá-la”.

Posteriormente, faz uma reflexão sobre quanto a classe dirigente do país não merece ser mencionada na coluna pelo seu baixo potencial e as dificuldades que alguém que trabalha com a informação, como os jornalistas, têm para resgatá-la junto a esse grupo. Lamentou ter muitas informações, mas nenhuma que justifique um “gesto merecedor de admiração, de respeito, de homenagem”. E conclui: “Que gente pobre, a classe dirigente deste país. Que país pobre, o que tem essa classe dirigente...”.

“Emoções da sucessão” – 22 de janeiro



Descrição e Análise – O articulista comenta que as posições do regime em relação às eleições são mais de “ordem emocional” do que “política”.

Militares colocariam no mesmo patamar, por conta das **“idiossincrasias e ressentimentos”**, Leonel Brizola e Ulysses Guimarães¹²⁶. No caso de Brizola, a atitude dos militares demonstra que a “anistia é mais para uso externo do que interno” e os ressentimentos se referem “às atitudes tomadas por ele antes de 64”. O segundo, Ulysses, estaria mais sendo visto, do que analisado, “como adversário dos militares”. O que Janio de Freitas afirma ser uma visão “vazia” (equivocada), que não está calcada nos fatos.

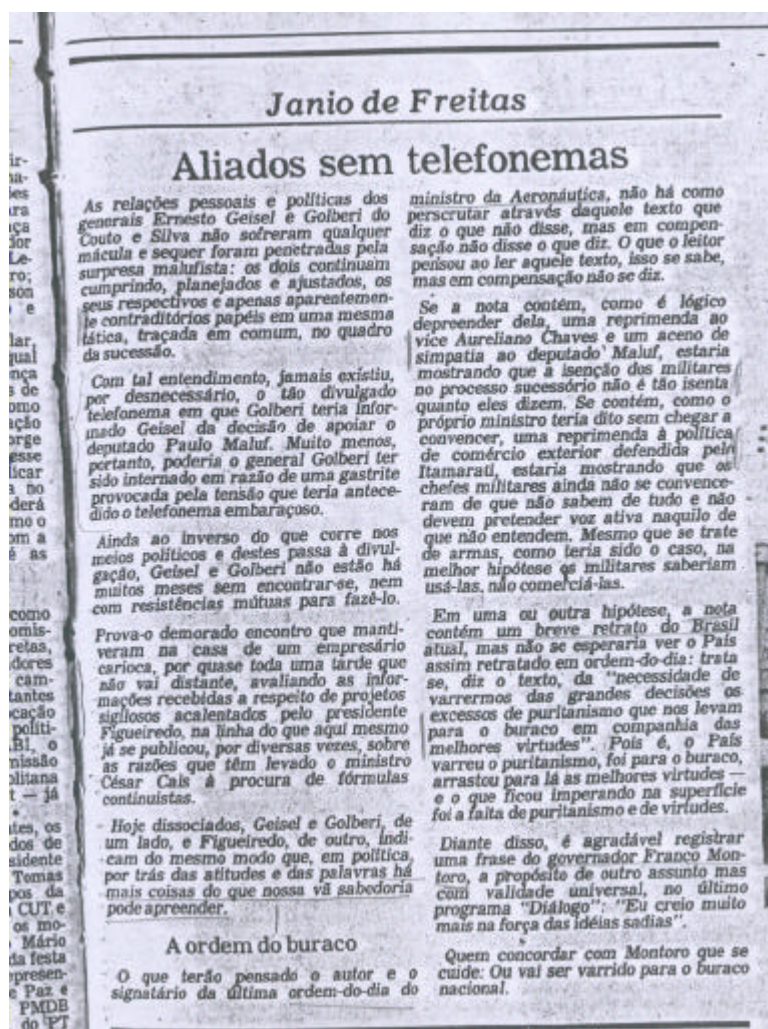
Já os integrantes do governo temem os inquéritos que podem mostrar a existência de corrupção. Janio de Freitas diz que esse é um temor real, pois se instalou em Brasília o **“clima de fim de festa”**. Além do exame à repressão desferida no período, o que, segundo Janio, também é real, pois: “Desde que a repressão

¹²⁶ O nome de Ulysses Guimarães é grafado na coluna com a letra “i” – Ulisses.

recorreu à tortura e instalou celas de dor e de morte em quartéis, o temor existirá enquanto sobreviver um qualquer dos responsáveis por esses crimes”.

Nesta coluna, Janio demonstra o seu descontentamento com a política econômica brasileira e suas consequências ao país. Mostra **implicitamente** que a mudança é necessária. Para ele, as preocupações, tanto dos militares como dos integrantes do governo em relação à sucessão presidencial, caem no vazio quando se percebe que o problema real é a situação econômica do país. A crítica é dura e direta ao afirmar ironicamente: “Os patrocinadores do regime e os ocupantes do governo deveriam, antes de preocupar-se com a sucessão, verificar se vai sobrar país para o sucessor governar”.

“Aliados sem telefonema” – 24 de janeiro



Descrição e Análise – Descreve as relações entre Geisel e Golbery (decisão dele em apoiar Maluf) e que elas “não sofreram qualquer mácula e sequer foram

penetradas pela surpresa malufista”. Retoma um assunto que já havia debatido na coluna de 21 de janeiro: o apoio de Golbery à candidatura de Paulo Maluf.

Com o intertítulo **“A ordem do buraco”**, trata da ordem do dia do ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos. Janio passa a analisar o conteúdo do texto e a posição dos militares nele expressa.

A primeira parte da coluna mostra que, entre palavras e atitudes, na política, há muito mais do que é possível compreender (**“...há mais coisas do que nossa vã sabedoria pode apreender”**). O poder é, para ele, um jogo muitas vezes difícil de decifrar. E que **Geisel e Golbery** estariam do mesmo lado no tabuleiro do xadrez político, **ambos em oposição a Figueiredo**. Explica o encontro de Geisel e Golbery (**informação exclusiva**) na casa de um empresário carioca para avaliar “projetos sigilosos de Figueiredo... sobre as razões que têm levado o ministro César Cals à procura de fórmulas continuistas”. Mas há sinais que a oposição, entre palavras e atitudes, acaba mostrando. Segundo Janio, é preciso saber ler (**interpretar**) o jogo político para entendê-lo.

Nessa mesma linha, tenta decifrar, a partir do intertítulo – “A ordem do buraco”, o que de fato estava escrito na ordem do dia do ministro da Aeronáutica, que o colunista traduz como uma reprimenda à candidatura de Aureliano e um aceno de simpatia para a de Maluf. E, também, que embora os **militares** afirmem que a **sucessão** é uma questão política, que não cabe aos militares, que **“essa isenção dos militares no processo político não é tão isenta como eles dizem”**.

“Do computador ao telefone” – 25 de janeiro



Descrição e Análise – Esta coluna é composta de quatro notas. Inicia o texto falando que finalmente aprechem os motivos do rompimento do general **Figueiredo** com **Leonel Brizola**. Seriam as informações vindas de gravação de telefonemas do governador, em que ele teria afirmado que o presidente é “meio ingênuo, não gosta de política e não sabe fazê-la” e que, por isso, “Brizola saberia como conduzi-lo”.

Três intertítulos aparecem na coluna:

- “Resposta na aula”** – Descreve o encontro de Maluf com o presidente Figueiredo.
- “Explosão de erros”** – Trata de Angra 1 e da sucessão de erros que precisaria ser corrigida para garantir a sua transformação de fato em usina.
- “Falta muito”** – Nota afirma que falta um ano para se saber quem será o próximo presidente e que por isso “tudo pode acontecer”.

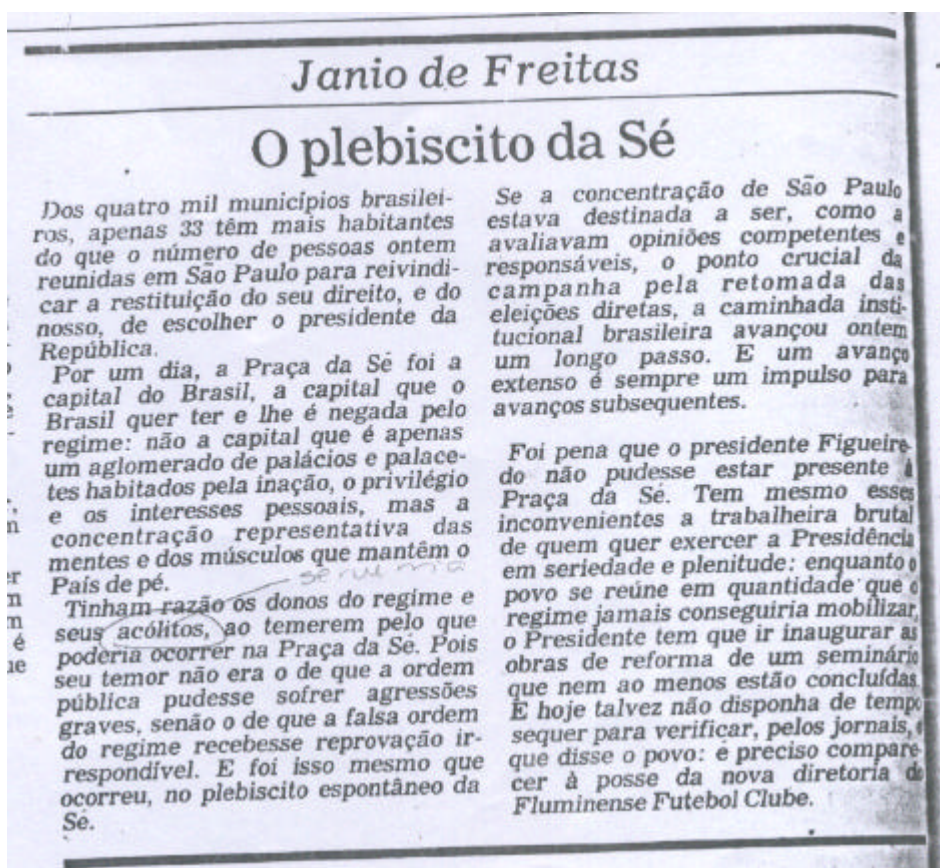
Novamente, a **oposição entre Brizola e Figueiredo** aparece na coluna. As razões de fundo para essa **“briga”** não teriam sido assumidas pelo presidente

Figueiredo de fato, e como pode ocorrer manipulação nas informações que chegam ao presidente.

Figueiredo receberia informações resultantes de “grampo” telefônico sobre o governador do Rio de Janeiro. Janio demonstra desconfiar desse motivo, já que Brizola saberia estar sendo gravado, e, mesmo que pensasse, não emitiria opiniões sobre Figueiredo que o comprometessem. Afirma que, se manipular eleições é possível, quanto mais uma gravação.

Foram feitas tentativas de aproximação de Maluf com o presidente, usando para isso todos os recursos disponíveis. Maluf afirma que o presidente e ele são francos. Janio explica que eles têm muitas coisas em comum, mas não a franqueza. Finaliza explicando que um ano é muito tempo para definir o que acontecerá nas eleições e, por isso, tudo pode acontecer. E, segundo o colunista, é preciso dar ênfase em “tudo”. Os cenários podem se modificar frequentemente, de acordo com os interesses dos atores políticos.

“O plebiscito da Sé” – 26 de janeiro



Descrição e Análise – O artigo explica como o comício na Praça da Sé, do dia 25 de janeiro, transformou o lugar em capital do Brasil.

Chama o comício de “plebiscito espontâneo da Sé”. Ironicamente, fala que é uma pena que o presidente **Figueiredo** não estivesse na Sé, e sim, no mesmo horário, inaugurando um seminário que ainda não está pronto. E que também o presidente não teria como ler os jornais do dia com o resultado do comício, pois compareceria à posse da nova diretoria do Fluminense Futebol Clube.

Subliminarmente, o colunista mostra que o presidente dá importância a fatos irrelevantes.

Constrói o texto com argumentos de como o presidente estaria desqualificado para exercer o poder e até para interferir no processo sucessório (já que Figueiredo estaria lutando nos bastidores pelo continuísmo – eleições indiretas). O desinteresse político taparia os ouvidos de todo o governo para o “clamor das ruas”. Afinal, o presidente prefere comparecer à posse da diretoria de um time de futebol, a ler jornais que mostrariam qual a real vontade da população: eleições diretas.

Faz analogia com o número de habitantes dos 4.000 municípios brasileiros, dizendo que apenas 33 têm mais habitantes do que o “número de pessoas reunidas em São Paulo para reivindicar a restituição do seu direito, e “**do nosso**” (sic), de escolher o presidente da República”. Afirma que os “donos do regime e seus acólitos” tinham razão ao temer o que aconteceria na Sé, ou seja, os participantes do comício mostraram o quanto estão descontentes com o governo. Janio de Freitas está, nesta coluna, francamente em campanha pelas eleições diretas.

“Preocupação em Nova York” – 27 de janeiro



Descrição e Análise – A coluna foi dividida em quatro partes e três intertítulos.

a) A primeira nota faz referência ao título principal (**“Preocupação em Nova York”**). Trata do boato surgido em Nova York (às 17h45 de Brasília) da renúncia do presidente do Brasil. Segundo Janio de Freitas, um banqueiro credor do Brasil telefona para o governo e fica sabendo que “não precisa se preocupar”, pois o presidente só teria ido à posse da diretoria de um time de futebol (ironia).

b) **“Sobretudo cultura”** – Trata do transtorno causado pela divulgação da última “ordem-do-dia” (reprimenda a Aureliano e aceno de simpatia para Maluf comentada pelo colunista em 24 de janeiro) e de como o ministro da Aeronáutica (Délcio Jardim de Mattos) analisa o teor do seu texto pelos comentaristas políticos. A nota, segundo o ministro, não deveria ter “vazado” para a imprensa e ficar restrita aos seus comandados. Segundo o ministro, os jornalistas não a entenderam (“por uma questão de estilo e cultura”).

c) **“Solução filosófica”** – Trata do pouso incorreto do avião presidencial, que era esperado em Uberlândia, mas desceu em Araguari. E a atitude do presidente ao perceber o erro de querer entregar o comando do avião para um oficial da cavalaria.

d) A última nota, com intertítulo **“Registros da Sé”**, fala de duas fotos, uma do *Jornal da Tarde* e outra da *Folha*, sobre o Comício das Diretas.

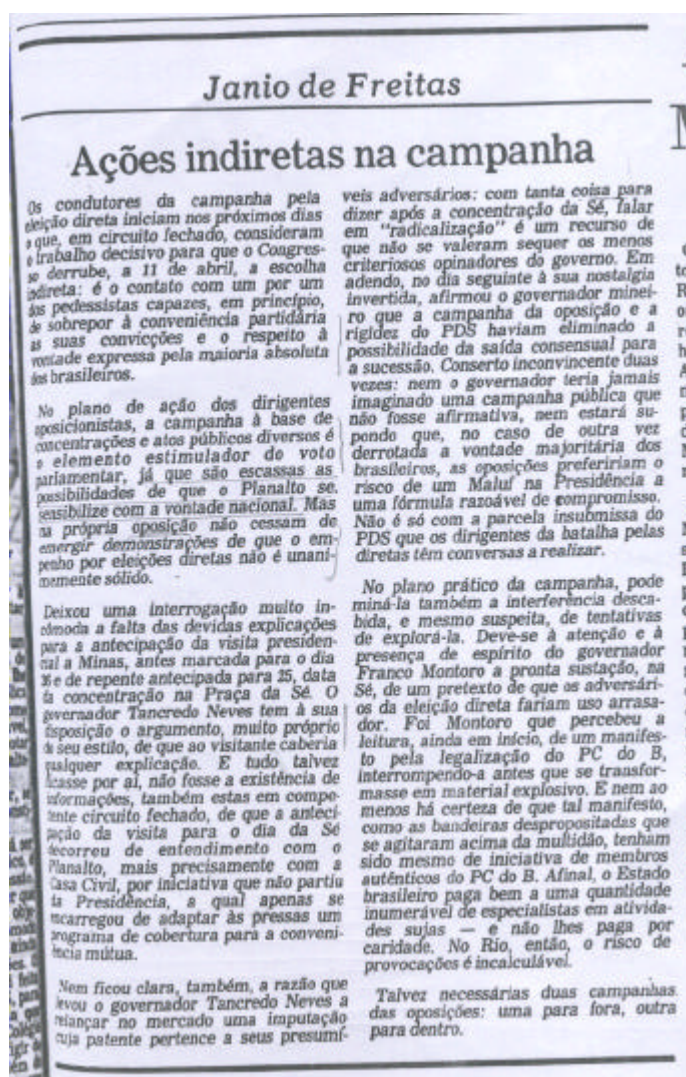
Janio de Freitas retoma o recurso da ironia com elegância em vários momentos nesta coluna. Primeiro, ao falar que não sabe se o banqueiro deveria ter ficado “mais preocupado em saber que o presidente teria renunciado ou ido participar da posse da diretoria de um time de futebol”, em vez de cuidar dos assuntos que de fato importavam ao país. Depois, na segunda nota, ao tomar para si o direito de “ser cínico” e expressar isso no texto. Fala que, segundo o ministro, os jornalistas interpretaram o documento como “cínico, aético, pragmático e metafísico”, mas que faltaram os vocábulos “radical ou extremista”. Janio se dirige, então, ao ministro e afirma que usará a sua quota de cinismo para justificar que de fato os “comentaristas políticos não tenhamos [se inclui no grupo] entendido bulhufas do que o ministro escreveu”, mas afirma que o ministro entendeu direitinho o recado dado pelos colunistas.

Posteriormente, compara a ideia de dar o comando de um avião e do Brasil para um oficial da cavalaria, analogia a Figueiredo. Janio diz que essa não seria uma boa ideia e que já teria ficado provado, no caso do Brasil, que dar o comando a um oficial da cavalaria (Figueiredo) “faz tudo subir e nada descer, e isto com avião não costuma dar certo” (inflação, dívida externa, etc.).

Na última nota, mais uma vez faz **campanha pelas eleições diretas**. Mostra que o povo já tomou a sua decisão, basta o Congresso e os governantes ouvirem-na ao participar (mais de 300 mil pessoas) do comício da Sé.

Elogia o cálculo lógico realizado por um jornalista da *Gazeta Mercantil* ao contar o número de pessoas que desembarcaram do metrô durante o comício. Isso provaria que de fato mais de 300 mil pessoas estiveram no evento político.

“Ações indiretas na campanha” – 29 de janeiro



Descrição e Análise – O artigo fala sobre como os condutores da “Campanha das Diretas” iniciaram um trabalho decisivo para fazer com que em 11 de abril¹²⁷ o Congresso derrubasse a escolha indireta para presidente – iriam procurar os parlamentares pedessistas.

Tancredo Neves teria “relançado no mercado uma imputação cuja patente pertence a seus presumíveis adversários”: concentração da Sé seria “radicalização”, e que a campanha da oposição e a rigidez do PDS haviam eliminado a possibilidade de saída consensual para a sucessão.

Nesta coluna, ele mostra que **há entre a oposição aqueles** que, também como o “governo Figueiredo”, **não querem de fato a eleição pelo voto direto** (dá a entender que Tancredo Neves seria um deles). Faz uma crítica dura, dizendo que os favoráveis às eleições diretas vão precisar ampliar a sua atuação, para não ver minar

¹²⁷ A votação mudaria posteriormente para 25 de abril.

aquilo que o povo nas ruas já aprovou. E que serão: “Talvez necessárias duas campanhas: uma para fora, outra para dentro”. Ou seja, uma campanha que já ocorre nas ruas junto à população brasileira e outra entre a classe política “indecisa” ou que tem “outros interesses”.

Crítica também o governador de Minas Gerais, **Tancredo Neves**, por manter uma posição dúbia com relação às diretas. E por ter classificado o comício como “radicalização”, termo do qual, segundo Janio, **“não se valeram nem sequer os menos criteriosos opinadores do governo”**. Alguém que se coloca no campo político de oposição aos militares não pode ter uma postura como essa em relação “Às Diretas”. Uma visita do presidente da República a Minas Gerais, marcada para o dia 26 de janeiro, teria sido antecipada para 25 de janeiro, mesmo dia em que ocorreria o comício da Sé (“conveniência” para Tancredo Neves, diz Janio). Deixa a entender que o próprio Tancredo teria sugerido essa antecipação para ter motivos em não participar do comício.

Elogia a posição do governador de São Paulo, **Franco Montoro**, ao evitar que a leitura de um manifesto durante o comício da Sé pela legalização do PC do B se transformasse em “material explosivo” nas mãos do governo.

Segundo o colunista, Franco Montoro teve presença de espírito ao breca a leitura do manifesto. E põe em dúvida que as bandeiras desfraldadas do PC do B no meio da multidão tenham sido iniciativas de “membros autênticos” do PC do B, mas sim uma tentativa de desestabilização dos **porões do Estado**.

Análise do conjunto dos textos

As 13 colunas analisadas no mês de janeiro mostram que estaria ocorrendo nos bastidores do governo Figueiredo e entre os militares, de modo geral, uma rejeição quanto à eleição de um novo presidente por meio de eleição direta. O receio era sobre como um presidente eleito pelo voto direto agiria sobre os governos militares. O principal temor do grupo, segundo Janio, é que ocorra “revanchismo” com relação aos governos militares e que sejam feitas investigações da sua atuação e dos casos de corrupção no governo. Para os militares e Figueiredo, o perigo seria uma vitória de Leonel Brizola no pleito.

Outro conflito apresentado é a posição dúbia de Tancredo Neves com relação às eleições diretas para a Presidência da República. Janio mostra que Tancredo vem “costurando” sua candidatura pela forma indireta se as diretas não passarem. O colunista afirma que não basta aos partidários das diretas fazerem campanha só com os “indiretistas” declarados, é preciso fazer também com o grupo que, embora afirme seu apoio às diretas, nos bastidores faz o contrário.

Janio também está em franca campanha pelas diretas. Respalda a sua posição nas manifestações que a população tem feito nas ruas.

O colunista utiliza 20 personagens, todos eles de alguma maneira envolvidos com o processo sucessório. Em alguns momentos há o uso da declaração textual, ou seja, entrada de texto entre aspas, “fala” do entrevistado, e que é utilizada como recurso na reportagem jornalística para dar credibilidade à informação, mas que não é uma característica do texto de colunas. Sempre que existem “aspas” no texto, significa que o repórter foi a campo para entrevista. Alguns exemplos:

– O presidente já disse que: “devolveu a coordenação, mas não abriu mão da influência na sucessão”. (“Anotações sucessivas” – coluna do dia 10 de janeiro).

– Destaca o general Golbery, para quem, entre as razões de sua escolha, o deputado Maluf dispõe de melhores condições do que seus concorrentes para “obter desses banqueiros internacionais”, “de todo esse pessoal estrangeiro”, concessões para a renegociação da dívida externa, de modo a “resolver o problema econômico”. (“O apoio contra Maluf” – coluna do dia 21 de janeiro).

Quadro 2A – Conteúdo textual – janeiro de 1984

Data	Coluna/Título	Conteúdo textual
8 de janeiro – domingo	Ataque e defesa	Explícito
10 de janeiro – terça-feira	Anotações sucessivas	Interpretação
11 de janeiro – quarta-feira	Sucessão de imagens	Explícito
14 de janeiro – sábado	Revanchismos	Explícito
15 de janeiro – domingo	O consenso com Setúbal	Interpretação
17 de janeiro – terça-feira	Nada de urgente	Interpretação
21 de janeiro – sábado	O apoio contra Maluf	Interpretação
22 de janeiro – domingo	Emoções da sucessão	Implícito
24 de janeiro – terça-feira	Aliados sem telefonemas	Interpretação
25 de janeiro – quarta-feira	Do computador ao telefone	Explícito
26 de janeiro – quinta-feira	O plebiscito da Sé	Explícito
27 de janeiro – sexta-feira	Preocupação em Nova York	Explícito
29 de janeiro – domingo	Ações indiretas na campanha	Explícito

PEDRO, Margarete, 2009

Categorização:

Literal ou explícito

Aparência – ou implícito

Interpretação

Os personagens mais presentes são aqueles diretamente envolvidos com o Governo Federal: presidente da República – João Baptista Figueiredo (dez colunas); vice-presidente da República e nome cotado como candidato à vaga de presidente – Aureliano Chaves (quatro colunas); ministros (oito); um dos pré-candidatos à Presidência – Paulo Maluf pelo PDS (partido de apoio ao Governo Federal). Da oposição ao Governo Federal e que apoiam as eleições diretas aparecem: o governador do Rio de Janeiro – Leonel Brizola (quatro vezes e é personagem recorrente nas colunas de Janio de Freitas); o governador de Minas Gerais – Tancredo Neves (que aparece sempre como um “articulador”. Se as eleições diretas não saírem, ele estaria preparado para ser o candidato da oposição no Colégio Eleitoral, embora não afirmasse isso e até negasse o fato).

Janio de Freitas também apresenta nas colunas os motivos pelos quais o Governo Federal deveria se colocar a favor das diretas:

– “O deputado Pratini de Moraes, por exemplo, tem percebido crescente pressão de suas bases eleitorais no Rio Grande do Sul em favor da eleição direta”. **(Coluna do dia 8 de janeiro – “Ataque e defesa”)**. Pratini é deputado pelo PDS, partido de apoio do Governo Federal.

– “[presidente da República] Qualquer um, em seu lugar, sonharia com uma oportunidade para restabelecer o conceito esfacelado [imagem negativa do governo], quanto mais alguém com suas características pessoais. [...] Se este conceito determina as preocupações do presidente, do regime e de seus mentores com a visão crítica de amanhã, a sucessão presidencial é sua primeira preocupação: ela é o passaporte para o amanhã”. **(Coluna do dia 11 de janeiro – “Sucessão de imagens”)**. Janio afirma que apoiar as Diretas é uma forma de o governo Figueiredo diminuir a imagem negativa que ficaria de sua administração.

– Foi pena que o presidente Figueiredo não pudesse estar presente à Praça da Sé. Tem mesmo esses inconvenientes a trabalhadeira brutal de quem quer exercer a Presidência em seriedade e plenitude: enquanto o povo se reúne em quantidade que o regime jamais conseguiria mobilizar, o presidente tem que inaugurar as obras de reforma de um seminário que nem ao menos estão concluídas. E hoje talvez não disponha de tempo sequer para verificar, pelos jornais, o que disse o povo: é preciso comparecer à posse da nova diretoria do Fluminense Futebol Clube. **(Coluna do dia 26 de janeiro – “O plebiscito da Sé”)**. Ironicamente, Janio mostra que o presidente prefere futilidades a atender os desejos do povo brasileiro. É melhor inaugurar “obras” (sic) e ir à posse de diretoria de um time de futebol.

Quadro 2B – Personagens nas colunas janeiro

Personagens	Função	Número de colunas em que aparece
João Baptista Figueiredo	Presidente da República	10
Paulo Maluf	Deputado Federal	7
Leonel Brizola	Governador RJ	4
Aureliano Chaves	Vice-presidente	4
Tancredo Neves	Governador MG	3
Delfim Netto	Ministro	3
Golbery Couto e Silva	Ministro*	3
Mario Andreazza	Ministro	2
César Cals	Ministro	2
Raul Alfonsín	Presidente da Argentina	2
Leitão de Abreu	Ministro	2
Olavo Setúbal	Empresário	2
Délio Jardim de Matos	Ministro	2
Pratini de Moraes	Deputado Federal PDS	1
Valter Pires	Ministro	1
Jorge Bornhausen	Senador	1
Hélio Beltrão	Ministro	1
Ulysses Guimarães	Deputado Federal PMDB	1
Franco Montoro	Governador SP	1
Ernesto Geisel	Ex-presidente da República	1
* Ministro-Chefe da Casa Civil do governo Figueiredo entre 1979 – 1981		

PEDRO, Margarete, 2009

Quadro 2C – Imagem da “Campanha das Diretas Já” – janeiro

Data	Coluna/Título	Imagem das Diretas
8 de janeiro – domingo	Ataque e defesa	A favor
10 de janeiro – terça-feira	Anotações sucessivas	Contra
11 de janeiro – quarta-feira	Sucessão de imagens	A favor
14 de janeiro – sábado	Revanchismos	A favor
15 de janeiro – domingo	O consenso com Setúbal	Descritiva
17 de janeiro – terça-feira	Nada de urgente	Descritiva
21 de janeiro – sábado	O apoio contra Maluf	Descritiva
22 de janeiro – domingo	Emoções da sucessão	A favor
24 de janeiro – terça-feira	Aliados sem telefonemas	Descritiva
25 de janeiro – quarta-feira	Do computador ao telefone	A favor
26 de janeiro – quinta-feira	O plebiscito da Sé	A favor
27 de janeiro – sexta-feira	Preocupação em Nova York	A favor
29 de janeiro – domingo	Ações indiretas na campanha	Contra

PEDRO, Margarete, 2009

- **A favor:** é aquela em que o autor mostra os comícios ou atividades favoráveis à sucessão presidencial de forma direta ou faz críticas àqueles que não querem o processo sucessório de forma direta.
- **Contra:** é aquela que reproduz ressalvas, críticas ou ataques (contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal) àqueles que estão trabalhando pela sucessão direta.
- **Descritiva:** é aquela que descreve o processo sucessório.

6.1.2 – Análise e Descrição do Mês de Fevereiro

De um total de três¹²⁸ colunas publicadas no mês (Quadro 3), nenhuma faz referência às “Diretas Já”. Mas as três discutem o processo sucessório (escolha dos nomes dentro do governo) e a postura do presidente João Baptista Figueiredo e de alguns dos seus ministros.

**Quadro 3 – Relação das Colunas e Temas de Janio de Freitas
de fevereiro de 1984**

Coluna/Dia	Título	Assunto
1º de fevereiro – quarta-feira	Magistrado, mas nem tanto	Processo sucessório
2 de fevereiro – quinta-feira	As verbas na arena	Processo sucessório
3 de fevereiro – sexta-feira	Agitadores e agitados	Processo sucessório

PEDRO, Margarete, 2009

¹²⁸ Janio de Freitas fica de férias no jornal até 1º de março de 1984.

“Magistrado, mas nem tanto” – 1º de fevereiro



Descrição e Análise – A coluna é dividida em duas partes separadas pelo intertítulo “A solução é exportar”. A primeira fala da contradição entre os ministros Leito de Abreu e Abi Ackel sobre a posição do presidente Figueiredo com relação à sucessão. O primeiro diz que o presidente, como magistrado, não tem candidato. Já o segundo diz que em breve o presidente declarará quem será o seu candidato. O colunista afirma logo no início do texto que essa é uma pseudopolêmica: “destina-se a efeitos apenas externos”. Explica também como os deputados Nelson Marchezan e Thales Ramalho tentam passar à imprensa informação de que em breve o presidente Figueiredo retornaria à discussão do processo sucessório. Após o intertítulo “A solução é exportar”, trata de um assunto econômico: as dificuldades encontradas pelos exportadores de plantas e flores ornamentais para exportá-las por causa da burocracia do governo.

Janio traz e **interpreta** para o leitor mais um episódio dos bastidores da sucessão presidencial no alto escalão do governo. Desta vez mostra como a ida do

ministro Leitão de Abreu para a televisão em pronunciamento no domingo (29/1) foi uma tentativa de preceder ao discurso que o vice-presidente Aureliano Chaves faria dois dias depois sobre o processo sucessório. O colunista afirma que o ministro-chefe da Casa Civil, **Leitão de Abreu**, cumpriu a tarefa com “competência”, mas que isso não significa que tenha persuadido os ouvintes (“daí a persuasão dos caros ouvintes há uma distância que ele não controla”). O ministro afirmou que o presidente Figueiredo assume postura de magistrado diante da sucessão presidencial, alguém que “tem poder para julgar e ordenar”. O que Janio ironiza logo no título: “Magistrado, mas nem tanto”. O colunista também explica que os métodos utilizados para tentar garantir um nome para a sucessão de agrado do governo são para que se evite que o eleito seja alguém que consiga segurar os “ímpetus” daqueles que querem investigar os casos de corrupção “de ontem e de hoje” na esfera pública.

“As verbas na arena” – 2 de fevereiro

Janio de Freitas

As verbas na arena

Está se instalando no PDS nova frente de ciso e conflito interno, com inexorável tendência a agravar-se e expor o governo a maior perda de controle sobre suas próprias forças políticas, na mesma extensão em que é inevitável na candidatura Andreazza a necessidade de valer-se dos recursos do Ministério do Interior.

Ainda ontem, menos de 24 horas depois de assegurar que não se permitiria discriminações na distribuição das verbas de seu ministério, servindo aos adeptos o que negasse aos demais governadores, o ministro Andreazza aportou na Bahia com seu carro-pagador, liberando dezenas de bilhões que a seca mortífera do Ceará e os projetos recuperadores de Pernambuco têm espedido em vão.

A peculiaridade da candidatura Andreazza, em relação às demais, é justo a de não ter nascido, nem existir, da propriedade de atributos pessoais ou de dispositivo político que a justificassem, mas do controle circunstancial das verbas de um ministério rico, em um governo sem programa e sem controle. Traza-se quase de uma candidatura impossível, dado que qualquer ocupante do cargo, desde que dotado das mesmas disposições, alcançaria idênticos resultados, quem sabe até com menos restrições.

Os recursos do ministério são, portanto, indispensáveis à candidatura Andreazza. Como, aliás, deixou muito claro o governador Divaldo Surugui em sua explicação ao vice Aureliano Chaves: aderiu à candidatura Andreazza para receber as verbas de que Alagoas necessita.

Outros governadores, porém, insurgem-se contra o condicionamento do apoio federal, como vêm de fazer Roberto Magalhães, com sua hábil mas incisiva denúncia da discriminação que o prejudica e a Pernambuco, e Luis Gonzaga da Mota, que conduz seus liderados cearenses a apoiar Aureliano Chaves. E o resultado desta recusa ao diáspora não será a passividade, uma vez que o gesto mais difícil da autonomia já terá sido praticado. A resposta dos governadores, da qual Roberto Magalhães já deu a amostra, será tão forte quanto lhes pareça necessário: estará nos jornais, e vai entrar pelo Congresso e vai atingir o Planalto. E eles não serão apenas dois, como sabe o ainda silencioso Esperidião Amin.

A menção àqueles três governadores conduz ainda a outra observação, que é o destino suicida do PDS. Magalhães, Mota e Amin, os três alvos maiores das desatenções do governo, são justo as três figuras mais proeminentes e preclusoras de quantas o PDS gerou, aí incluída a fase em que, com mais propriedade, era chamado de Arena.

Por telefone

O vice-presidente Aureliano Chaves mostrou-se muito surpreso, ao receber de Hélio Beltrão, em telefonema na manhã de ontem, a notícia de que o ex-ministro se retirava da disputa sucessória para não criar qualquer embaraço a avanços do vice-presidente.

Na véspera, o ex-presidente Geisel telefonara a Beltrão, desejoso de esclarecer que o anúncio de seu apoio a Aureliano não implicava qualquer desaprovação por Beltrão e sua candidatura, decorrendo a escolha, entre duas candidaturas que lhe pareciam dotadas das mesmas qualidades, de uma se mostrar mais avançada no PDS do que a outra.

Beltrão continuará a campanha em favor de mudanças na política econômica e da escolha de um sucessor presidencial merecedor do respeito público, duas medidas sem as quais, a seu ver, o País acabará convulsionado.

O jumbo de problemas

Na reunião que ontem realizou com os chefes de agências brasileiras, em Nova York, Bill Rhodes, o funcionário do Citycorp que fala em nome do governo do Brasil, informou da existência de problemas com o jumbo que os responsáveis pela área econômica dão, aqui, como perfeitamente concluído.

Por discordarem de detalhes técnicos, os bancos ainda não aceleraram assinar os empréstimos e 200 outros ainda não passaram pela etapa denominada “verificação de assinatura”.

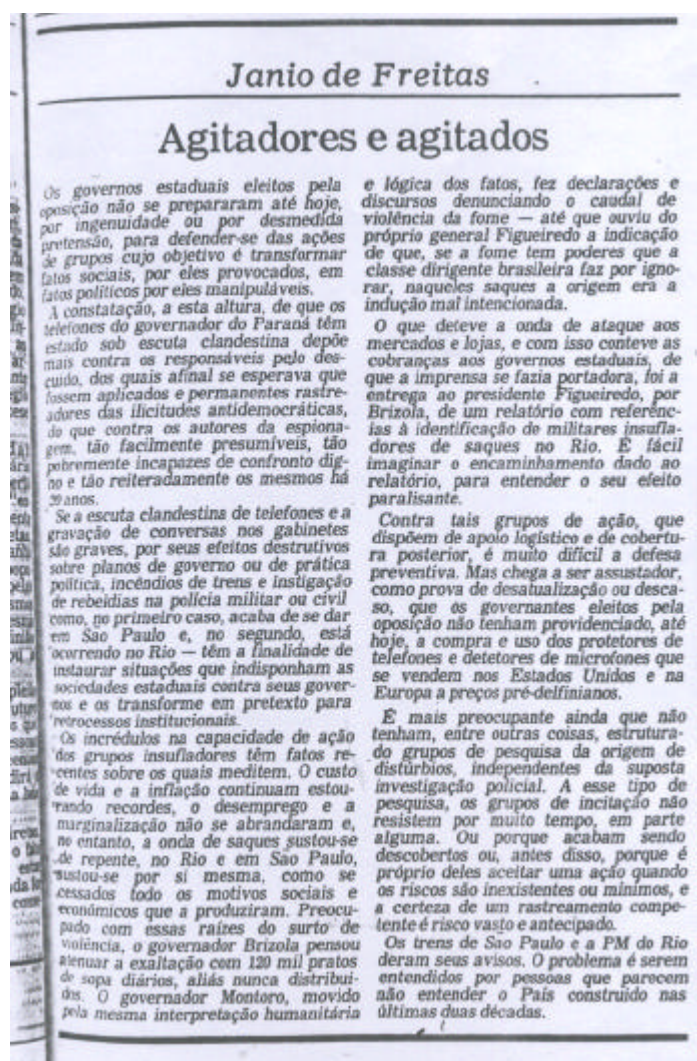
Com isso, os tais 3 bilhões de dólares que seriam liberados entre uma e duas semanas após a assinatura do jumbo — como vêm dizendo os três destaques da área econômica — estão mais do que a pingo. O considerado provável, ontem em Nova York, era a divisão do empréstimo em três parcelas semelhantes, a serem liberadas a partir de 1º de março, com intervalos de mais ou menos 15 dias.

Descrição e Análise – Discute os conflitos no PDS quanto aos nomes para eleição presidencial e como isso afeta o Planalto. Mostra como o ministro Mario Andreazza usa as verbas do seu ministério entre partidários da sua candidatura, “aportando na Bahia com seu carro-pagador, liberando dezenas de bilhões que a seca mortífera do Ceará e os projetos recuperadores de Pernambuco têm esperado em vão”.

A coluna traz o recurso do intertítulo. São dois: “Por telefone” e “O jumbo de problemas”. No primeiro, descreve um telefonema de Hélio Beltrão para Aureliano Chaves informando ao vice-presidente que estava retirando a sua candidatura à Presidência “para não criar qualquer embaraço a avanços do vice-presidente”. No segundo, trata de uma reunião em Nova York para liberação de verbas dos bancos para o Brasil.

Nesta coluna, Janio de Freitas faz críticas contundentes ao governo, que ele chama de “sem programa e sem controle”, sobre o uso de verbas pelos ministros para garantir apoio às suas candidaturas – quem apoia o governo tem verbas (Bahia) e os que não apoiam (Pernambuco e Ceará) ficam sem elas. Faz uma **interpretação** do processo afirmando que pelo menos três governadores do PDS – Roberto Magalhães, Luis Gonzaga Mota – que já teriam se manifestado sobre isso – e Esperidião Amin vão reagir sobre a distribuição de verbas por meio da imprensa: “vai entrar pelo Congresso e vai atingir o Planalto”. Janio afirma: “E o resultado **ao dá ou desce** não será a passividade...”.

“Agitadores e agitados” – 3 de fevereiro



Descrição e Análise – A coluna trata da falta de preparo dos governadores eleitos pela oposição em se defender das ações de grupos que têm como objetivo transformar fatos sociais em fatos políticos por eles “manipuláveis”. Cita como exemplos incêndios de trens em São Paulo e a onda de ataques aos mercados e lojas no Rio de Janeiro. No segundo exemplo, o governador Brizola chegou a entregar ao presidente Figueiredo um relatório com provas de que havia “militares insufladores de saques no Rio”.

Embora essa seja nunca uma coluna que não trata diretamente das eleições para a Presidência da República, a questão foi analisada, pois Janio de Freitas analisa como setores ligados ao governo tentam de todas as maneiras **“transformar fatos sociais, por eles provocados, em fatos por eles manipuláveis”**, que resultariam em impedimento para a consolidação de fato da democracia no país – **“retrocessos institucionais”**. Critica duramente os governadores eleitos pela oposição “por não se

prepararem até hoje, por ingenuidade ou por desmedida pretensão, para defender-se desses grupos...”.

Análise do conjunto dos textos

As três colunas analisadas no mês de fevereiro¹²⁹, compostas de textos **interpretativos** do cenário político, mostram que o conflito central debatido pelo colunista refere-se a métodos utilizados pelos partidários do governo para frear o processo democrático e/ou eleger um presidente ligado ao regime.

Dá como exemplo o uso de verbas públicas pelo ministro Mario Andreazza, para “comprar” apoio à sua candidatura indireta nos Estados e a reação que ocorre entre partidários do governo que apoiam outros nomes e não são beneficiados pelas verbas. As verbas estariam colocadas na arena do jogo político e serviriam como barganha, de acordo com o título “As verbas na arena”.

Outro artifício utilizado pela linha dura do antigo regime seria transformar “fatos sociais em fatos manipuláveis”, para tentar frear os processos democráticos, entre eles, automaticamente, a escolha do novo Presidente da República pelo voto direto.

Quadro 3A – Conteúdo Textual fevereiro de 1984

Data	Coluna/Título	Conteúdo Textual
1º de fevereiro – quarta-feira	Magistrado, mas nem tanto	Interpretativo
2 de fevereiro – quinta-feira	As verbas na arena	Interpretativo
3 de fevereiro – sexta-feira	Agitadores e agitados	Interpretativo

PEDRO, Margarete, 2009

Categorização:

Literal ou explícito

Aparência – ou implícito

Interpretação

¹²⁹ Como no mês de fevereiro Janio de Freitas não fez referência implícita ou explícita à “Campanha das Diretas” não há, neste mês, o quadro referente à “Imagem da ‘Campanha das Diretas Já’”.

Novamente, os personagens mais presentes são aqueles diretamente envolvidos com o Governo Federal: Presidente da República – João Baptista **Figueiredo** (duas colunas); vice-presidente da República e nome cotado como candidato à vaga de Presidente – **Aureliano** Chaves (uma coluna); ainda aparecem os ministros: Mário Andreazza (duas), Abi Ackel (uma), Leitão de Abreu (uma), Hélio Beltrão (uma); dois deputados do PDS estão presentes em uma das colunas: Nelson Marchezan e Thales Ramalho; e ainda os governadores Roberto Magalhães, Luiz Gonzaga Motta e Esperidião Amin.

Da oposição, são citados uma vez os governadores Leonel Brizola e Franco Montoro. O primeiro grupo – situação, envolvidos com as artimanhas para eleger um nome para a Presidência e utilizando métodos pouco recomendáveis. E Brizola e Montoro (cita também o governador do Paraná, mas não cita o seu nome) por ser alvo das atitudes antidemocráticas promovidas por grupos próximos ao Governo Federal.

Quadro 3B – Personagens nas colunas fevereiro

Personagens	Função	Número de colunas em que aparece
João Baptista Figueiredo	Presidente da República	2
Aureliano Chaves	Vice-presidente	1
Mario Andreazza	Ministro	2
Leitão de Abreu	Ministro	1
Abi Ackel	Ministro	1
Hélio Beltrão	Ministro	1
Nelson Marchezan	Deputado PDS	1
Thales Ramalho	Deputado PDS	1
Roberto Magalhães	Governador	1
Luis Gonzaga Mota	Governador	1
Esperidião Amin	Governador SC	1
Franco Montoro	Governador SP	1
Leonel Brizola	Governador RJ	1

PEDRO, Margarete, 2009.

Quadro 3C – Imagem da “Campanha das Diretas Já” – fevereiro

Data	Coluna/Título	Imagem
1º de fevereiro – quarta-feira	Magistrado, mas nem tanto	Descritiva
2 de fevereiro – quinta-feira	As verbas na arena	Descritiva
3 de fevereiro – sexta-feira	Agitadores e agitados	Descritiva

PEDRO, Margarete, 2009.

- **A favor:** é aquela em que o autor mostra os comícios ou atividades favoráveis à sucessão presidencial de forma direta ou faz críticas àqueles que não querem o processo sucessório de forma direta.
- **Contra:** é aquela que reproduz ressalvas, críticas ou ataques (contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal) àqueles que estão trabalhando pela sucessão direta.
- **Descritiva:** é aquela que descreve o processo sucessório.

6.1.3 – Análise e Descrição do Mês de Março

De um total de 20 colunas publicadas no mês (Quadro 4), 18 fazem referência às “Diretas Já”. Catorze foram dedicadas integralmente às “Diretas Já” e quatro em notas curtas. Sempre nas páginas 4 ou 5 do caderno Brasil (Política) e ocupando a parte superior da página. As duas restantes tratam, respectivamente, da dívida externa e do golpe de 64.

Quadro 4 – Relação das Colunas e Temas de Janio de Freitas de março de 1984

Coluna/Dia	Título	Assunto
2 de março – sexta-feira	A incógnita da sucessão	Processo sucessório
4 de março – domingo	Mudança no quadro (e outras)	Campanha das Diretas
8 de março – quinta-feira	Negócios e prejuízos	Campanha das Diretas
9 de março – sexta-feira	A confusão, de preferência	Campanha das Diretas
10 de março – sábado	Pelo método direto	Nota sobre as Diretas

11 de março – domingo	A crise que se mostra	Processo sucessório
13 de março – terça-feira	O mandato de transição	Processo sucessório
14 de março – quarta-feira	Cerco no Planalto	Processo sucessório
15 de março – quinta-feira	A oposição no governo	Nota sobre as Diretas
16 de março – sexta-feira	Comemoração do nada	Nota sobre as Diretas
18 de março – domingo	A briga é maior	Campanha das Diretas
20 de março – terça-feira	Sucessão de um ministro	Campanha das Diretas
21 de março – quarta-feira	As perdas da intimidade	Processo sucessório
22 de março – quinta-feira	Candidatura de resistência	Campanha das Diretas
23 de março – sexta-feira	Aleivosia nada exitosa	Processo sucessório
24 de março – sábado	Prova contra injustiças	Campanha das Diretas
25 de março – domingo	Cada qual na sua	Campanha nas ruas
27 de março – terça-feira	Encontro de estilos	Outros assuntos – Dívida externa
28 de março – quarta-feira	As duas campanhas	Campanha das Diretas
31 de março – sábado	Os cinco (ou seis) golpes	Outros assuntos – Série sobre o golpe de 64

PEDRO, Margarete, 2009.

“A incógnita da sucessão” – 2 de março



Descrição e Análise – A coluna tem como ponto central a falta de transparência do governo Figueiredo para mostrar à opinião pública como as forças do regime estão divididas entre diversas correntes quanto aos nomes que apoiarão a sucessão presidencial. Descreve quais são os que já estão no processo – Mario Andreazza, Aureliano Chaves e Paulo Maluf, e analisa como cada um deles é visto pelo regime se a eleição for direta (voto popular) ou indireta (Colégio Eleitoral).

Explica também que o Planalto modifica a sua postura quanto à forma como quer que as eleições ocorram, conforme aparecem as chances de cada pré-candidato se eleger. Novamente, a figura central da oposição na coluna é o governador do Rio de Janeiro, **Leonel Brizola**. Janio fala que o Planalto, ao perceber que a emenda feita pelo deputado Herbert Levy, que juntou a proposta de parlamentarismo com eleição direta para presidente, poderia derrubar os anseios da candidatura Brizola, começou a enxergar a via direta de eleição como uma possibilidade.

Afinal, diz Janio, “O aplauso do Planalto àquela fórmula decorria, aliás, da vantagem de que, por ela, a restauração da via direta fazia-se acompanhar de um desestímulo à possível candidatura de Brizola: uma Presidência pouco mais do que nominal não valeria sua desincompatibilização do governo do Rio”.

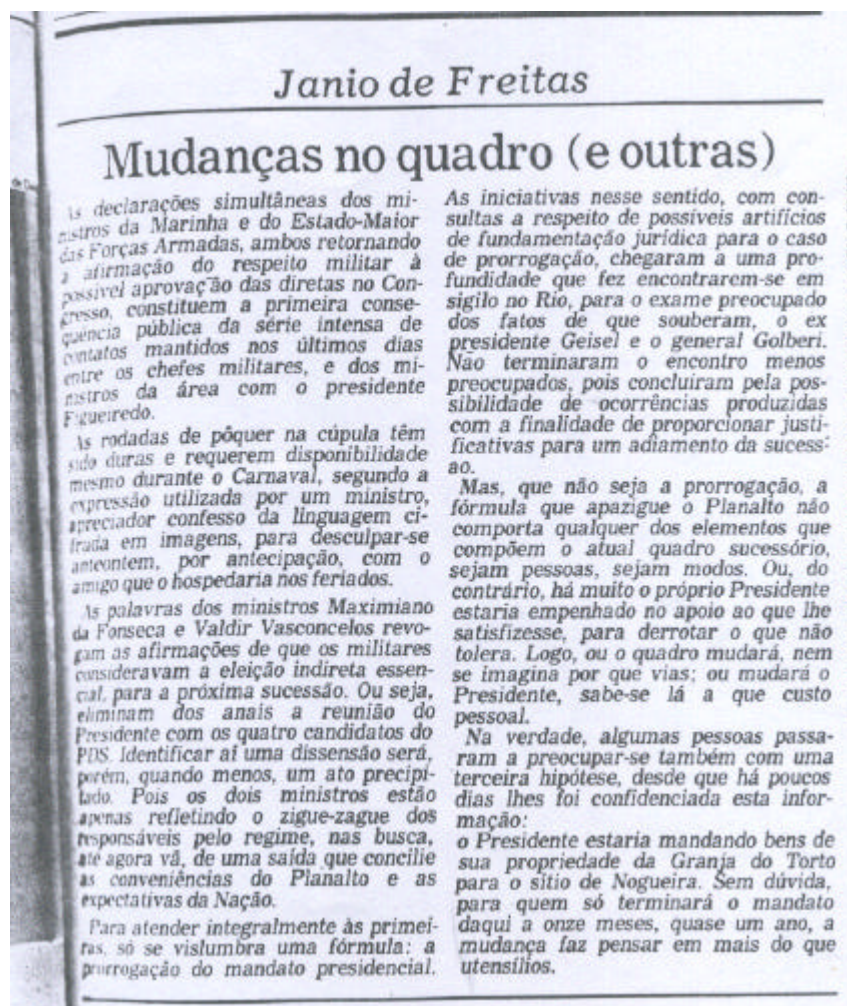
Nesta coluna trata, também, dos bastidores do Planalto e de seus aliados, “**os militares**”. Chega a citar uma declaração conjunta atribuída aos ministros Jardim de Matos e Maximiano da Fonseca, ao serem indagados sobre as diretas: “Os militares não têm que opinar sobre isso, que é assunto da área política”. Mas o colunista mostra que não é o que de fato vem ocorrendo. Eles não só opinam como tentam influenciar em todo o processo.

Janio **explicita** quais são os efeitos das mobilizações nas ruas pelas “Diretas” no Planalto “na origem desta situação nervosa e instável, que a **retumbância** da campanha pelas diretas tem ajudado a encobrir...”, estariam as preocupações centrais do presidente Figueiredo, de “suas bases militares”, muito mais com o “Quem” será eleito, do que com o “Como”. E esse “Quem” seriam as candidaturas na oposição de Brizola e Ulysses, “alvos de rejeição intensa”. E, no PDS, o fato dos dois nomes que teriam a preferência do Planalto, Maluf e Andreazza, “mostrarem-se incapazes de enfrentar Aureliano” (nome rejeitado por Figueiredo e pelos militares).

O colunista traz no texto a tentativa de **mapear a posição de Figueiredo** em relação a todo o processo sucessório que, segundo Janio, está definida há muito tempo. O presidente tem mostrado que “**não aceita inovações** [no processo sucessório] **capazes de beneficiar tendências que repele**” e também não aprova **nenhuma alteração** da “visão que montou para o fim do atual mandato e **instauração do próximo**”.

Janio de Freitas finaliza que “a incógnita da sucessão”, título da coluna, está em saber como Figueiredo conseguira o seu intento: conseguir que o processo se dê da forma como ele elaborou.

“Mudanças no quadro (e outras)” – 4 de março



Descrição e Análise – A discussão se dá em torno de como os militares e os ministros do governo Figueiredo da área (Marinha e Estado-Maior das Forças Armadas) observam a possibilidade de a eleição direta passar no Congresso. E que o presidente Figueiredo, ministros militares e os chefes militares têm se reunido para debater a sucessão.

Retoma no início da coluna informação do texto anterior, segundo a qual os ministros Maximiano da Fonseca e Jardim de Matos afirmam que os militares irão respeitar a decisão do Congresso se ela resultar em aprovação da eleição direta para a Presidência da República. Explica que essa declaração “pública” é resultado de simultâneas reuniões que o governo e seus apoiadores vêm realizando, inclusive em feriados nacionais.

Mas Janio aponta que há algo de blefe nessa afirmação (chama as reuniões de “rodadas de pôquer na cúpula”) e que na verdade os militares consideram “a eleição indireta como essencial para a próxima sucessão”.

Uma saída estaria passando por elaboração: a prorrogação do mandato presidencial. Para isso, buscam até saídas jurídicas. Cita um “**encontro sigiloso**” entre o ex-presidente Geisel e o general Golbery, no Rio de Janeiro, para debater o assunto.

O cerne do problema, **interpreta** Janio, seria que **Figueiredo** busca de todas as maneiras soluções que o “satisfazam”, “para derrotar o que não tolera”, entenda-se aí Aureliano, pela situação, e Brizola e Ulysses, pela oposição. E isso faz com que o Planalto modifique suas posições a todo o momento, o que Janio chamou de “zigzague dos responsáveis pelo regime”.

“Negócios e prejuízos” – 8 de março

Janio de Freitas

Negócios e prejuízos

Tomado de igual insegurança ante todas as táticas — mesmo as de mais amplas concessões — que lhe ocorreram para impedir a aprovação das diretas-já na Câmara dos Deputados, o Planalto iniciou nova ofensiva sobre o PTB, para dissuadi-lo a esquecer seu compromisso público de apoio à emenda Dante de Oliveira.

Os 13 votos da bancada do PTB na Câmara podem, de fato, ser decisivos, dependendo de qual venha a ser a efetiva adesão de dissidentes do PDS a tese de diretas em 85. A nova proposta do Planalto levaria o PTB a deter duas presidências de bancos estatais, a presidência da Light, a Cobal e a Sudepe.

Tudo, portanto, no tratamento da sucessão, excetuados o vice Aureliano Chaves e o senador Marco Maciel, processa-se em termos de compra e venda. No negócio que realiza com o PTB, o regime incorpora a última prática que lhe faltava assimilar dentre todas as que seus membros, à frente os militares, censuravam no regime pré-64: o que então se chamava de fisiologismo político, já à época originário da sedução petebista por valores bem concretos.

A diferença entre as operações de então e as atuais é uma só: antes de 64, os que se vendiam e os que compravam não se expunham à imagem pública de agentes da cor-

rupção política. Hoje, quem compra, e são os mais altos representantes da política do regime, proclama o seu ato em declarações que espera ver nas primeiras páginas. E quem se vende comenta as vantagens do negócio na televisão.

Carnaval político

Todos os que investiram papel impresso, tempo de televisão e prestígio na depreciação do Carnaval para desgastar o governador Leonel Brizola, se não estiverem arrependidos, estão pelo menos calculando os prejuízos. Morais e Materiais. Enormes, uns e outros.

O boicote geral e a contrapropaganda dos meios de comunicação, com a exceção única e óbvia da TV Manchete, ficará como um dos atos mais sórdidos da história da imprensa, rádio e tevê no Brasil. Confundir interesses políticos com acontecimentos que envolvem o que resta de mais ingênuo e mais autêntico em uma sociedade, jamais se incluiu mesmo no que sempre há de menos jornalístico e menos social nos meios de comunicação.

E justo, muito justo, o preço de ridículo e de perda de audiência que esses meios de comunicação já pagam e vão ainda pagar. Como eles mesmos sabem, alguns com pânico a bordo, e demonstram pelo esforço de recuo.

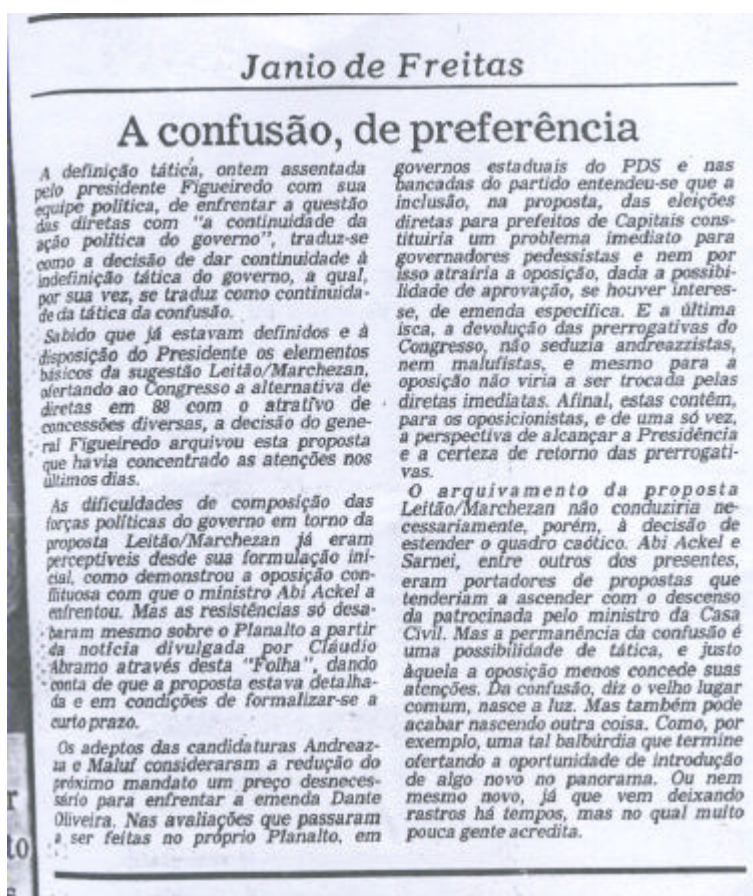
Descrição e Análise – A coluna trata das estratégias que o Governo Federal usa para conseguir apoio dos partidos no Congresso com o objetivo de impedir a aprovação da emenda das diretas. O foco, neste momento, seria o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com seus 13 votos na Câmara. O governo ofereceria cargos em troca do veto à emenda. A coluna traz um intertítulo, “Carnaval político”, sobre a cobertura do Carnaval no Rio de Janeiro e as críticas desferidas pela mídia para Leonel Brizola. Avalia como a imprensa foi parcial e “depreciativa” na cobertura do evento na tentativa de desgastar o governador fluminense.

Esta é uma coluna que retoma as críticas **explícitas** ao Planalto e ao seu jogo de sedução para **trocar “cargos públicos” por votos da bancada do PTB** (13 componentes) na Câmara dos Deputados pelo voto de rejeição da emenda Dante de Oliveira. O PTB ganharia de presente três presidências de estatais: a presidência da Light, a Cobal e a Sudepe. O partido poderia ser decisivo na votação, caso aumente muito o número de pedessistas dissidentes votando a favor das “Diretas” em 1985.

Afirma que o governo, e reforça **“à frente os militares”**, assimilou todas as práticas que condenava no regime pré-64, entre elas o fisiologismo que agora pratica. Aproveita também para dizer que o PTB é recorrente em deixar se seduzir “por valores bem concretos”. A diferença entre o governo atual e os anteriores, que tinham a prática de trocar votos por cargo, para o colunista, é que hoje os que compram, “e são os mais altos representantes da política do regime”, fazem tudo para expor o fato e de preferência na primeira página dos jornais, e os que se vendem falam sobre isso na televisão. Os governantes anteriores “não se expunham à imagem pública de agentes da corrupção política”.

Após o intertítulo **“Carnaval político”**, volta a criticar as atitudes parciais e “depreciativas”, segundo ele, por parte da mídia, a exceção seria a TV Manchete, em relação ao governador Leonel Brizola. Explica que esses meios de comunicação devem estar amargando “o preço do ridículo e da perda de audiência” em que resultou o boicote à cobertura do Carnaval do Rio de Janeiro só para enfraquecer o governador, pois o evento teria sido um sucesso.

“A confusão, de preferência” – 9 de março



Descrição e Análise – O texto trata da indefinição do governo Figueiredo quanto à sua tática para enfrentar a questão das diretas. E como, segundo o colunista, a **estratégia** definida pelo Planalto pode ter sido a da **indefinição**, para provocar “confusão”.

Descreve como surgiu, e foi arquivada, a sugestão de Leitão/Marchezan, propondo eleições diretas em 88 com o retorno da eleição dos prefeitos da capital pela forma direta, e a redução do próximo mandato de presidente. Proposta que, segundo o colunista, não teria agradado nem a situação nem a oposição. Para a situação, após avaliações feitas junto aos governos estaduais e nas bancadas do PDS, o retorno da eleição direta de prefeitos das capitais constituiria um problema imediato para os governadores. Já a oposição não se seduziria, pois poderia ser feita uma emenda específica para tal.

Novamente, Janio de Freitas desfere críticas **explícitas** ao governo Figueiredo e à equipe política do Planalto. O colunista analisa a proposta de eleições diretas para a Presidência da República em 88 como algo que já nasceu esvaziado tanto no governo como na oposição. Mas que ela foi mais uma tentativa para **enfrentar a**

emenda Dante de Oliveira. Porém não conseguiu ter ressonância em nenhum dos lados. A última “isca”, devolver as prerrogativas ao Congresso, não satisfaz “andreazzistas” nem “malufistas”. E, para a oposição, não seria uma troca favorável – prerrogativas por eleições diretas imediatas. Segundo Janio, “final, estas [emenda Dante de Oliveira] contêm, para os oposicionistas, e de uma só vez, a perspectiva de alcançar a Presidência e a certeza de retorno das prerrogativas”.

A principal crítica trazida no texto se refere à “**tática da confusão**”, em que o jornalista utiliza um ditado popular, “da confusão nasce a luz”. Mas para ele essa é a forma que o governo encontrou de provocar a “**balbúrdia**” e o retrocesso.

“Pelo método direto” – 10 de março



Descrição e Análise – A coluna foi dividida em quatro partes, cada uma delas antecedida por intertítulos. O primeiro texto da coluna trata das pressões que o ministro César Cals exerceu sobre dois concorrentes da chapa de oposição nas eleições do Colégio Militar para que desistissem das candidaturas. O segundo, com

intertítulo **“Denúncia e confissão”**, faz referência a um artigo de Antonio Candido, em que o professor e crítico literário comenta como os componentes do governo Figueiredo usam mal a palavra ao discursar, comprometendo o governo por esse mau uso. No terceiro, **“Palavras sem números”**, fala das tentativas do deputado Paulo Maluf para conquistar os votos dos 33 convencionais catarinenses para a sua candidatura à Presidência. A última nota, **“Um marco”**, conta sobre a inauguração da mansão de George Gazale, **“amigo do presidente Figueiredo e de todos os seus amigos”**, em São Paulo, marcada para o dia 30 de março (**“curvemo-nos à perfeição desta escolha do dia e do mês”**), numa referência à véspera do aniversário do golpe de 64.

Já no título da coluna, Janio de Freitas mostra **explicitamente** que é favorável ao pleito por voto direto, embora a frase também possa fazer referência à maneira coercitiva e direta utilizada pelo ministro César Cals para proibir duas candidaturas às eleições do Colégio Militar ou, também, às tentativas de Paulo Maluf para garantir votos, se a eleição para a Presidência da República for pelo Colégio Eleitoral, entre os convencionais de Santa Catarina.

Apenas no texto abaixo do intertítulo **“Palavras sem número”**, o colunista faz referência ao método direto para eleger o presidente. Nessa parte da coluna, Janio comenta a falácia das palavras de Maluf, ao afirmar ter conquistado mais de 50% dos convencionais pedessistas de Santa Catarina para a sua candidatura à Presidência da República, “após dedicar os dias do Carnaval para a tarefa”. O colunista explica que o candidato, “entre a chegada e a saída”, tem “os mesmos três adeptos certos e dois possíveis”. A maior parte dos convencionais do PDS aguarda uma definição do governador Esperidião Amin para só assim tomar partido na escolha do candidato a apoiar.

“A crise se mostra” – 11 de março



Descrição e Análise – A coluna trata da crise política vivenciada pelo regime em relação ao processo de escolha do candidato do Planalto para a Presidência da República. Explica que um dos fatores foi o **“projeto próprio”** de Paulo Maluf, que iniciou uma rebelião no PDS e precipitou a sucessão presidencial. Outro desencadeador da crise teria sido a incompetência do governo em **“ditar o comportamento geral”**, o que significaria a consolidação da abertura democrática. E como as candidaturas à Presidência da República vindas da área governamental não satisfazem ao presidente.

Novamente, Janio de Freitas retoma a discussão do papel que o regime vem desempenhando no processo sucessório e como esse papel tem sido de indefinição e falta de competência política. A indecisão no Planalto não permitiu que pudesse se estabelecer um critério geral entre os seus aliados e um nome de consenso.

Janio explica que o problema é que a articulação do governo para o processo sucessório entrou em **“degenerescência”** e isso resultou para o Presidente da

República, João Baptista Figueiredo, na perda de controle na condução do processo e na falta de êxito em todos os seus intentos políticos. O jornalista fala também qual seria a posição do Presidente em relação aos atuais pré-candidatos ligados ao governo. Segundo o colunista, o **presidente “repele” Aureliano e Maluf**; não **“reconhece importância”** na candidatura de **Marco Maciel** e **é dúvida** na maneira como observa a **candidatura do ministro Andreazza**. O fato de o processo sucessório no Planalto estar indefinido provocaria, segundo o articulista, a consolidação do “processo democratizante”, que levaria à eleição direta para a Presidência da República. Janio fala também que a “insatisfação” do Planalto ante o quadro sucessório o leva a supor que o governo teria o seu próprio projeto para a sucessão de mandato e foi atropelado por Maluf. Também afirma que o Presidente Figueiredo não tem demonstrado dar importância a nenhuma das emendas que correm no Congresso sobre o processo sucessório.

Com relação às das diretas, o presidente não teria cobrado nada do PDS por ter fechado a questão sobre o assunto e nem propôs deferir uma contraofensiva à campanha das Diretas. O que levaria a crer que o problema para o governo não é o método – indireto ou direto, mas sim os candidatos. Levanta novamente a questão que é para ele centro da discussão no governo: o “Quem” vai governar e não “Como” será eleito – por via direta ou indireta – como já havia comentado em coluna anterior.

“O mandato de transição” – 13 de março



Descrição e Análise – Trata da “**aparição**” do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, como um que **está negociando o mandato de transição de dois anos** que, ao final (1988), teria como consequência eleições diretas para a Presidência da República. Do lado do governo, o **interlocutor junto à “corrente oposicionista pró-negociação”** seria o ministro **Leitão de Abreu**.

Segundo o articulista, o Congresso teria que decidir basicamente entre duas propostas: a primeira, a de Dante de Oliveira, com eleições diretas em 1985, e a segunda, mandato de transição de dois anos, com eleições diretas em 1988 – “**fórmula**” **Marchezan/Leitão**.

Para ser aprovada, qualquer uma das duas depende de negociações junto aos parlamentares: para eleições diretas, já é preciso conseguir votos no PDS; para aprovar o mandato de transição com eleições diretas em 1988, é preciso adesão de parlamentares peemedebistas.

Janio explica que o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, está envolvido na discussão do mandato de transição, diferentemente do seu partido que, tem a maioria dos componentes, carregando a bandeira das “eleições Diretas Já”.

O colunista aponta que o grupo poderá perder o controle da situação ao ter que enfrentar “**reações**”, e que muitos fatos, que o noticiário não deu conta de mostrar, serão revelados para “vastos estarrecimentos” dos que confiavam na postura daqueles que até então se mostravam pró-diretas (por exemplo, Tancredo Neves) e agora estão negociando o mandato de transição.

Empurrar as eleições diretas para 1988 significa, segundo o colunista, escolher uma data que não seja tão “agressivamente distante” na visão dos articuladores. Para Janio, essa opção por 1988 “não é capaz de aplacar a ansiedade pela eleição direta”.

O colunista descreve para o leitor o papel que vem desempenhando um certo grupo pró-diretas, mas que “não seria tão pró assim”, pois mantém uma posição dúbia em relação ao processo, ao apoiar a proposta do mandato de transição. Passa então a denominar quem seriam as principais figuras desse grupo.

Um deles seria o deputado **Israel Pinheiro**, responsável pelo “percurso que vai de Leitão de Abreu até Tancredo Neves e vice-versa”. O outro é o chamado “primeiro-ministro” do governador de São Paulo, Franco Montoro, o professor Roberto Gusmão. **Gusmão** teria “**lançado**” uma “fórmula nova” para a sucessão presidencial: “revisão do quadro sucessório com a restauração, nele, do presidente Figueiredo, não mais como coordenador, porém, como condutor”. Algo que, segundo Janio, está contemplado na proposta de mandato de transição.

“Cerco no Planalto” – 14 de março



Descrição e Análise – Fala da pressão que o Planalto vem sofrendo contra a ideia de um mandato de continuidade (**“com ou sem Figueiredo, contanto que com continuísmo”**), diminuindo o próximo mandato em dois anos, elaborada por Leitão de Abreu e com o respaldo de articuladores da oposição pró-negociação e consenso.

O cerco contrário a essa proposta é realizado pela ala pró-Andrezza. Os andreazzistas veem na transição uma forma de fortalecer a candidatura de Leitão de Abreu, que vem crescendo, pois existe uma contrapartida da oposição em apoio à candidatura do ministro. Ele teria a imagem de **“civil, que tem se revelado o único interlocutor viável, nas hostes palacianas, dos oposicionistas pró-negociação”**.

Segundo o colunista, essas negociações já estariam surtindo efeitos nefastos na “Campanha Pelas Diretas Já”. O primeiro deles, o acordo entre Brizola e Tancredo para adiar o comício pró-diretas que ocorreria no Rio de Janeiro em 21 de março, como forma de permitir o avanço das negociações dos dois anos de mandato de transição. O pedido foi feito por Tancredo em “um simples telefonema” para Brizola, que aceitou prontamente a sugestão (**informação exclusiva**).

Adiar o comício para continuar negociando o mandato de transição e, de certa forma, esfriar a campanha pelas Diretas em 1984 nas ruas, seria, segundo Janio, “ótima para Tancredo, ótima para Brizola”, que teriam mais tempo para governar os seus Estados até a próxima eleição presidencial para a qual desejavam ser candidatos.

“A oposição no governo” – 15 de março



Descrição e Análise – Faz um balanço do primeiro ano de mandato dos governadores eleitos pela oposição e como nos Estados em que isso aconteceu foi ampliada a possibilidade de exercício de cidadania. A coluna traz também um intertítulo, “Comício carioca”, e em um parágrafo confirma o dia 21 como a data em que ocorrerá o comício no Rio de Janeiro.

Esta coluna faz uma leitura do primeiro ano de mandato dos dez governadores de oposição eleitos. Janio afirma que os governadores eleitos estavam despreparados para a atividade administrativa, o que vem decepcionando os eleitores. Janio diz: “[...] os políticos oposicionistas não estavam preparados para atender, como administradores, sequer ao mínimo de expectativa por eles criada, ao seu

tempo de críticos, no eleitorado”. Mas o colunista também explicita o seu contentamento com as possibilidades de “liberdade de ação, de pensamento e de reivindicação nos Estados” governados pela oposição.

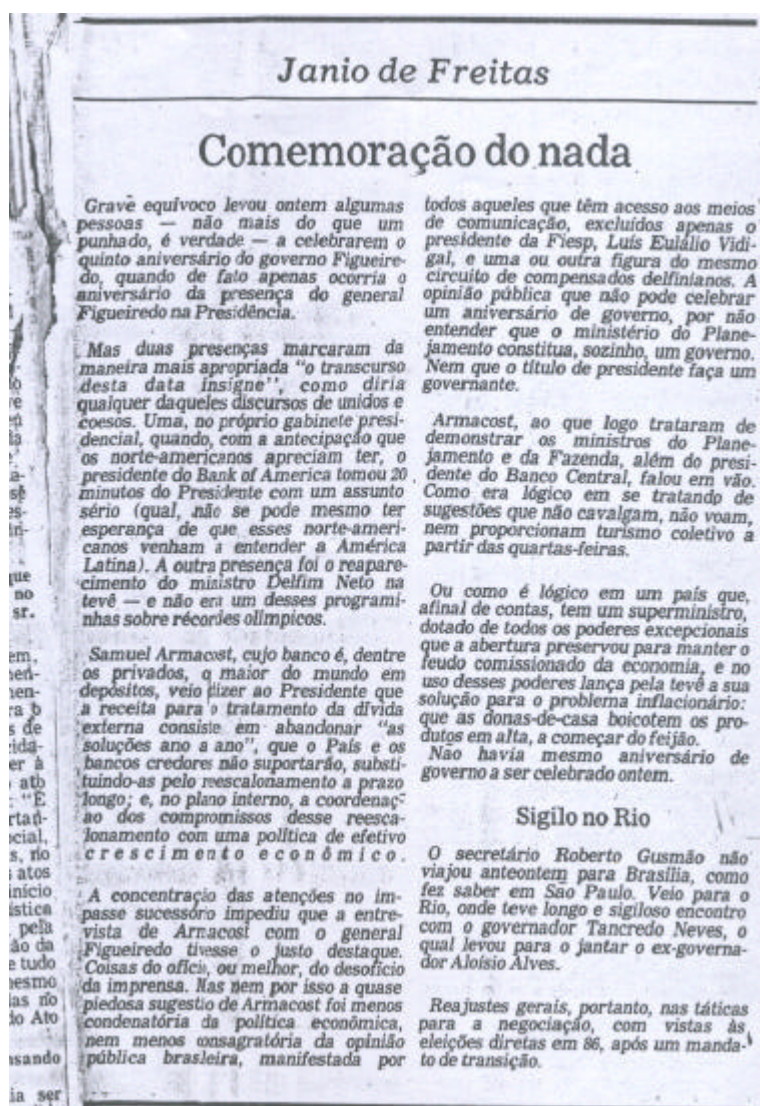
Afirma que todos eles, com exceção de Gilberto Mestrinho – governador do Amazonas –, “deram importante contribuição institucional”, fortalecendo os processos democráticos no país e o exercício da cidadania. Fornece aos leitores alguns exemplos. Brizola, no Rio de Janeiro, teria permitido a um pai, que teve o seu filho assassinado na favela, que entrasse com seu carro nos jardins do Palácio da Guanabara para reivindicar que o governador mandasse prender “o assassino do filho” e, após o protesto, saísse de lá tranquilamente sem que ocorresse nenhum tipo de repressão.

Posteriormente, cita o governador de São Paulo, Franco Montoro, que teria “desestimulado o ímpeto estúpido de construção, em território paulista, de mais bestialidades atômicas”. Cita ainda Jader Barbalho, paraense que “luta bravamente” contra a Eletronorte, a Dow Química e o “alheamento dos meios de comunicação, para eliminar e condenar o uso do ‘agente laranja’ e similares na Amazônia”.

Janio também lembra os leitores de três nomes de destaque dentro do PDS: Esperidião Amin, Roberto Magalhães e Luiz Gonzaga da Motta, que, pela postura assumida no período, têm recebido o mesmo tratamento “de animosidade do gênero que as mãos estendidas atiram sobre os Estados do PMDB e PDT”, leia-se aqui Governo Federal.

A partir do intertítulo “**Comício carioca**”, ele retoma o que havia dito na coluna do dia anterior sobre o acordo Brizola-Tancredo para adiar o comício da “Campanha pelas Diretas Já” do dia 21 de março. Explica que às 3h da manhã, sob pressão e resistência do comitê pró-diretas, Brizola e Tancredo voltam atrás, e o comício do dia 21 está mantido. Mas que até o fechamento da *Folha*, no dia anterior, o adiamento estava confirmado.

“Comemoração do nada” – 16 de março



Descrição e Análise – Fala do aniversário de cinco anos do governo Figueiredo. Os dois últimos parágrafos são separados do corpo do texto com o intertítulo “Sigilo no Rio”, que trata do encontro – sigiloso – do secretário Roberto Gusmão com Tancredo para tratar de eleições diretas em 86.

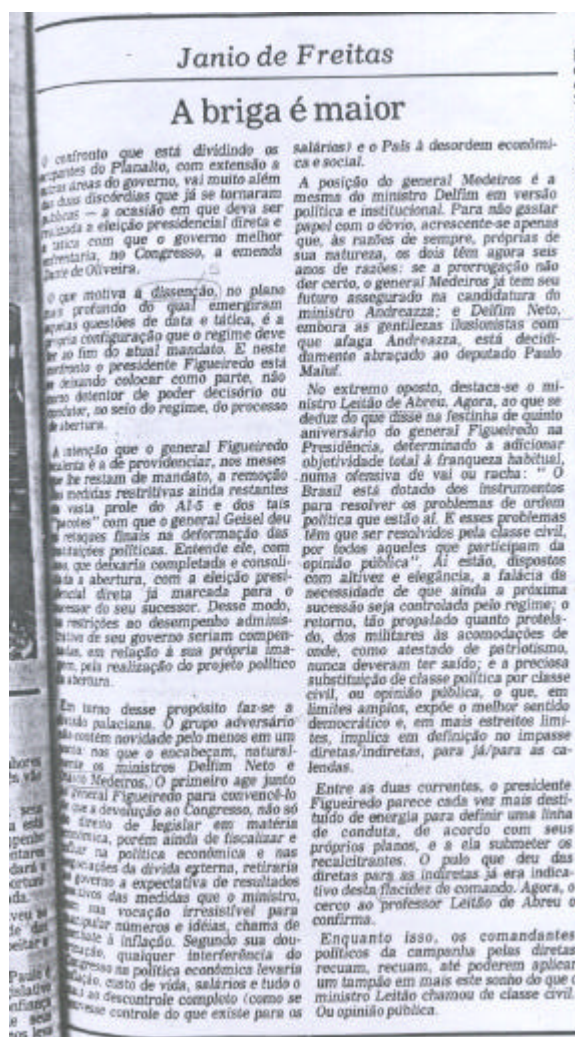
O colunista faz críticas ao governo Figueiredo e à política econômica comandada por Delfim Netto, que não toma medidas efetivas para mudar a situação inflacionária que o país vive e utiliza os meios de comunicação, principalmente a televisão, pedindo às donas de casa que “boicotem os produtos em alta, principalmente o feijão”, como forma de combater a inflação.

Ironiza a comemoração ao dizer que **“não mais de um punhado de pessoas” comemorou o aniversário do governo**. Chama os que comandam a política econômica do governo de “feudo comissionado da economia”. Finaliza com

a frase: “Não havia mesmo aniversário de governo a ser celebrado”. Reforça a afirmação do título “Comemoração do nada”. Desqualifica, dando exemplos para o leitor: a política econômica do governo e, também, a sua ação política no período.

Após o intertítulo “**Sigilo no Rio**”, e em apenas dois parágrafos, comenta o encontro secreto entre o secretário do governo de São Paulo, Roberto Gusmão, que em coluna anterior teria chamado de “primeiro-ministro” Franco Montoro, com o governador Tancredo Neves (**informação exclusiva**). Ao encontro compareceu também o ex-governador Aloísio Alves. O motivo seria discutir as táticas para a negociação de eleições em 1986, após um mandato de transição. Segundo Janio, a tentativa em esconder o encontro fez até que Gusmão fizesse saber em São Paulo que a viagem seria a Brasília, e não ao Rio de Janeiro, como de fato aconteceu.

“A briga é maior” – 18 de março



Descrição e Análise – O texto analisa as divisões no Planalto sobre a posição que será tomada pelo grupo em relação à melhor data para eleições diretas e como enfrentará a emenda Dante de Oliveira no Congresso. O articulista discute que as divergências de “data e tática” levam a discussão de qual configuração o regime tomará após o fim do atual mandato.

Janio critica de forma direta e explícita a falta de postura do governo **Figueiredo** sobre as eleições e as divisões entre as diversas alas do governo. O presidente **estaria se “colocando como parte, não como detentor de poder decisório ou condutor, no seio do regime, do processo de abertura”**.

Passa então a descrever as **divisões “palacianas”**.

O primeiro condutor de divisões seria **Delfim Netto**. O ministro não quer que o Congresso legisle em matéria sobre a política econômica já que, segundo ele, isso poderia causar inflação, custo de vida e o descontrole completo. O colunista ironiza dizendo: “Como se houvesse controle do que existe para os salários”. Impedir as diretas facilitaria para Delfim continuar no governo, pois ele está “abraçado ao deputado Paulo Maluf”.

O segundo, o general **Otávio Medeiros**, que estaria, segundo o articulista, com uma posição semelhante à de Delfim, mas só no que se refere à política institucional: não quer “Diretas Já”. Se a prorrogação do mandato não der certo, Medeiros teria lugar garantido com Andreazza, para se manter no poder.

Por fim, do outro lado do governo estaria **Leitão de Abreu**, para quem a decisão da política deve ser devolvida aos “civis”, mas não imediatamente, só em 1988. Para Janio estaria aí a “falácia” do ministro, pois ainda a próxima sucessão teria que ser controlada pelos militares.

Fala ainda que Figueiredo estaria cada vez mais longe de uma linha de conduta e de levar os seus “comandados” a uma posição única, por ter “flacidez de comando”.

Finaliza criticando os “comandantes” da “Campanha das Diretas” porque “recuam, recuam” e vão acabar “colocando um tampão em mais este sonho” da sociedade civil.

“Sucessão de um ministro” – 20 de março



Descrição e Análise – O articulista analisa a exoneração do ministro da Marinha, almirante Maximiano da Fonseca, e como a sua saída estaria ligada à entrevista dada por ele sobre as manifestações pró-diretas, na qual afirmou que, enquanto não houver “baderna”, as manifestações estão permitidas. A postura do ex-ministro serviria para reforçar a candidatura de Aureliano Chaves em contraposição à de Andreazza. O que teria provocado a sua saída.

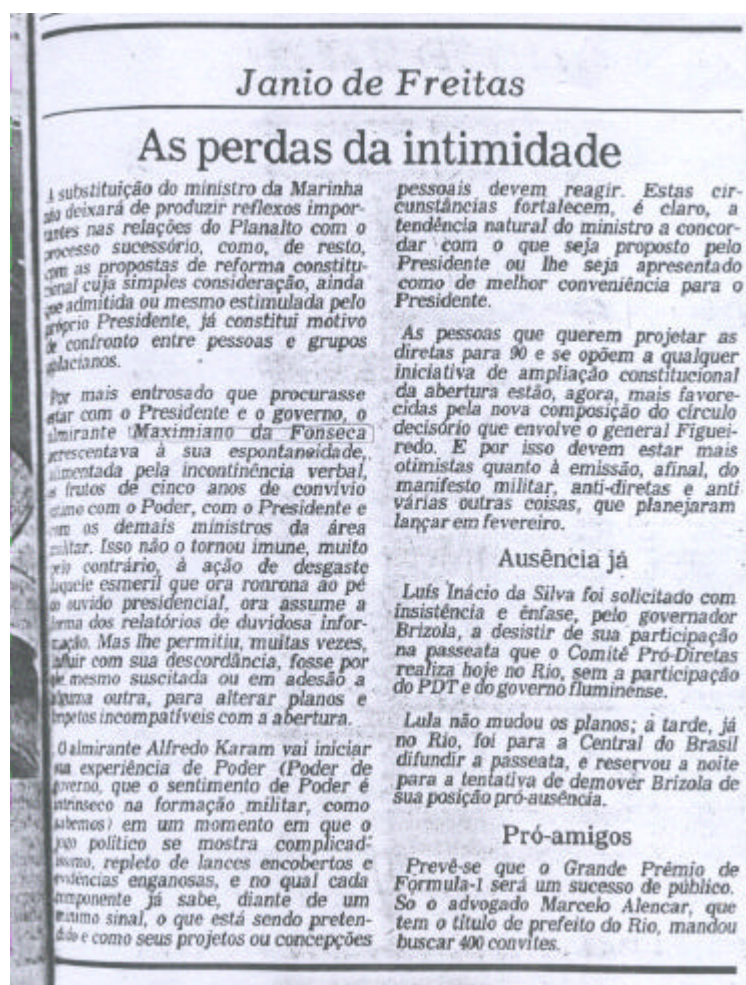
Janio define que, embora a postura do ministro tenha sido “autoritária e arbitrária”, pois pretende definir como e quando as manifestações podem ocorrer e de que maneira, o que aconteceu foi o acionamento da “guilhotina do governo” ao sentir que as palavras do almirante poderiam ameaçar as posições do Planalto, já que, ao reforçar a candidatura de Aureliano, estaria contrariando os desejos também do presidente Figueiredo, que não admite ter o vice-presidente como candidato à sua sucessão.

Maximiano, segundo Janio, é visto como “o mais aurelianista dos aurelianistas” e já estaria na mira dos andreazzistas e do Planalto há muito tempo.

Por isso, não adiantou em nada a ressalva do ministro para garantir o cargo: “Quem o presidente falar é minha posição. Ele faz o que achar que é certo e nós cumprimos”.

O colunista termina o artigo afirmando que é preciso registrar que o ministro Maximiano desempenhou um importante papel na instauração da abertura.

“As perdas da intimidade” – 21 de março



Descrição e Análise – A coluna traz a repercussão da saída do ministro da Marinha e como ela influenciará as relações do Planalto com o processo sucessório e as pretendidas mudanças constitucionais. O artigo tem dois intertítulos: **“Ausência Já”**, que trata da ida de Lula para o Comício pró-diretas no Rio de Janeiro; **“Pró-amigos”**, que é uma nota sobre o Grande Prêmio de Fórmula 1 e os 400 convites que o prefeito do Rio, Marcelo Alencar, teria mandado buscar.

O colunista faz uma avaliação dos reflexos da saída de Maximiano e a entrada do almirante Alfredo Karam como novo ministro da Marinha. Explica que Maximiano estava acostumado com o poder palaciano, fruto dos cinco anos de convivência com ele, e que Karam chega em um momento de jogo político conturbado e “repleto de lances encobertos”. O novo ministro, segundo Janio, terá que se acostumar com esse jogo de poder, embora, para o colunista, “o poder de governo, pois o sentimento de poder é intrínseco na formação militar, como sabemos”. Além de muito provavelmente seguir aquilo que for de “melhor conveniência para o presidente”.

Aproveita para criticar “as pessoas” que querem projetar as diretas para 1990 e que aguardam ansiosas o “manifesto militar antidiretas e antivárias outras coisas”, que contribuiria para empurrar o desejo popular para a próxima década.

No primeiro intertítulo do texto, “**Ausência Já**”, critica a postura do governador **Brizola** em tentar demover **Lula** da ideia de participar da passeata organizada pelo Comitê Pró-Diretas do Rio de Janeiro, que não teria a participação do PDT e do governo fluminense. Lula não só foi para a Central do Brasil divulgar a passeata durante a tarde, como à noite encontrou-se com Brizola para tentar convencer o governador a participar da mobilização.

“Candidatura de resistência” – 22 de março



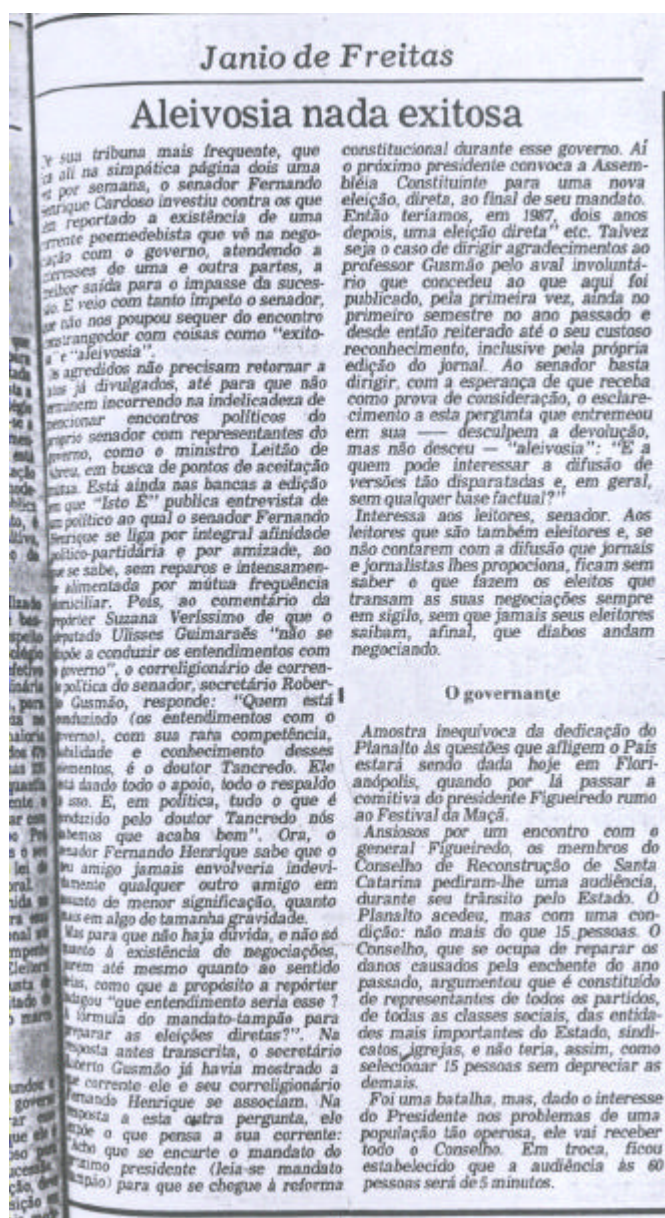
Descrição e Análise – Trata das possíveis reações do vice-presidente Aureliano Chaves se perceber tentativas de impedir a sua candidatura. Três intertítulos separam três notas do texto anterior. No primeiro, “**Pró-boicote**”, fala do boicote geral da imprensa e do governo Brizola à convocação da passeata pró-diretas no Rio de Janeiro. No segundo, “**Antes pelo contrário**”, conta como a lista de deputados pró-candidatura malufista apresentada por Maluf ao general Figueiredo

começa a ser contestada. E, na última, **“Desencontro”**, fala das dificuldades do novo ministro da Marinha, Alfredo Karam, em se entrosar com a assessoria presidencial.

Essa é uma coluna bastante crítica em relação ao jogo de poder instituído no Planalto e fora dele contra as “Diretas Já”. Primeiro, comenta a resistência a Aureliano Chaves e à sua possível candidatura ao cargo de presidente da República e como o político poderia usar contra essas resistências “uma denúncia poderosa o bastante para comover todos os que aspiram a revigoração de um governo que dê efetivo combate à crise econômica e à corrupção”. Janio de Freitas retoma a discussão da corrupção que envolve o governo Figueiredo. Posteriormente, avalia como a candidatura Maluf estaria esvaziada junto aos congressistas e comenta que a lista que o presidenciável entregou para o presidente Figueiredo com os apoios à sua candidatura já começa a ser “contestada”.

Com o intertítulo “Pró-Boicote”, demonstra que a “Campanha pelas Diretas Já” continua com força nas ruas. Não adiantou a imprensa fazer um “boicote integral” à passeata do Rio de Janeiro do dia 21 de março nem o “boicote” do governador Brizola, pois a passeata ganhou as ruas independentemente “das medidas preventivas” para que ela não fosse realizada.

“Aleivosia nada exitosa” – 23 de março



Descrição e Análise – Comenta coluna escrita pelo senador Fernando Henrique Cardoso, publicada na página 2 da *Folha*, sobre a corrente peemedebista que seria favorável ao processo de negociação com o governo para um encurtamento do próximo mandato de presidente (tampão) e posterior eleição direta.

Faz analogia também à entrevista dada pelo secretário Roberto Gusmão (que é da mesma corrente política do senador) à revista *Isto É* sobre o assunto. Com o intertítulo “O governante”, explica a visita do presidente Figueiredo a Santa Catarina e o conflito causado pelo pedido do conselho de reconstrução do Estado para uma audiência em que a assessoria do governo queria estipular o número de participantes (15) e a negativa do conselho, composto de 60 representantes. Figueiredo aceitou

receber todos os componentes do conselho, mas estipulou o tempo da audiência em cinco minutos.

O colunista dialoga com Fernando Henrique Cardoso e com a coluna que o senador escreveu. Conta que Fernando Henrique disse não ser verdade o que a imprensa (e Janio de Freitas em especial) tem publicado sobre as negociações de uma “ala” do PMDB com o governo Figueiredo para um “mandato presidencial tampão” e eleições diretas só em 1987.

Janio se dirige ao senador e argumenta, por meio de fatos, que havia publicado uma coluna ainda no primeiro semestre do ano passado (1983), em que já falava das possíveis negociações. Dá os fatos: primeiro, Fernando Henrique teria se encontrado várias vezes com representantes do governo, incluindo aí o ministro Leitão de Abreu, para debater o “mandato tampão”; segundo, em entrevista para a revista *IstoÉ*, Roberto Gusmão, da mesma ala de Fernando Henrique, afirmou que Ulysses Guimarães teria dito que “não se dispõe a conduzir as negociações com o governo”. As negociações para um “mandato tampão”, segundo Gusmão, seriam conduzidas por Tancredo Neves, e ainda afirmou que “em política, tudo que é conduzido pelo doutor Tancredo nós sabemos que acaba bem”.

Janio desmonta as tentativas do senador em esconder as negociações com o governo e reitera o que já havia afirmado anteriormente: há negociações para um “mandato tampão” por membros do PMDB, o que atrapalha a campanha pelas Diretas e a aprovação da emenda Dante de Oliveira no Congresso.

Explica que esses fatos publicados sofreram resistência para publicação até pela edição do jornal (*Folha*), mas que contra os fatos não há resistência que perdure.

Cita, então, uma frase do artigo do senador para em seguida contestá-la. Escreveu Fernando Henrique: **“E a quem pode interessar a difusão de versões tão disparatadas e, em geral, sem qualquer base factual?”**.

Janio responde: **“Interessa aos leitores, senador. Aos leitores que são também eleitores e, se não contarem com a difusão que jornais e jornalistas lhes proporciona, ficam sem saber o que fazem os eleitos que transam as suas negociações sempre em sigilo, sem que jamais seus eleitores saibam, afinal, que diabos andam negociando”**.

De forma indignada e contundentemente, o colunista mostra mais uma vez qual é o papel que deve ser desempenhado pelos veículos de comunicação e pelos jornalistas de um modo geral: prestar serviço à opinião pública no sentido de

esclarecer e desvendar o jogo político que os políticos querem velado. Além de que toda a informação publicada por ele está calcada em fatos, e não em interesses “pessoais”.

“Prova contra injustiças” – 24 de março



Descrição e Análise – Texto retoma a viagem do presidente Figueiredo a Santa Catarina e descreve a sua chegada e o encontro, ainda no aeroporto, com o governador Esperidião Amin, e a entrega de um envelope com a liberação de verba para reconstrução do Estado. O artigo tem três intertítulos. No primeiro, **“Chope depois do bolo”**, comenta reportagem publicada em uma revista semanal sobre a ida ao Rio de Janeiro de Lula para falar com Brizola sobre a passeata pró-diretas e tentar convencê-lo a participar e como teria sido o encontro, com frase atribuída ao

sindicalista. Mas o fato é que a revista errou, pois Brizola não recebeu Lula, segundo o articulista. No segundo, **“Para ler”**, sugere a leitura do livro de Autran Dourado *A Serviço Del Rei* com lançamento previsto para a semana seguinte. O último intertítulo, **“Ainda há esperança”**, antecede um parágrafo que comenta reportagem publicada no jornal com o título “Acre apura corrupção”.

Janio de Freitas faz críticas contundentes à postura de “alheamento” do presidente Figueiredo às “calamidades que assolam o país”, sejam elas as enchentes no Sul ou a seca no Nordeste. E que os recursos têm ido muito mais para as “mordomias” que consomem “vorazmente os recursos” do Governo Federal do que para as necessidades de fato do povo brasileiro.

O colunista mais uma vez ironiza as prioridades do presidente Figueiredo. Não foi dar apoio ao governador de Santa Catarina com relação às enchentes no Estado, mas compareceu ao Estado para participar em “importante acontecimento nacional [...] a reunião dos criadores de frango, na qual ficou por 20 minutos” e continua: “e foi depois recuperar-se na mansão da Barra da Tijuca”.

Em **“Chope depois do bolo”**, Janio faz crítica a uma revista semanal que teria apurado mal a informação de que Brizola e Lula teriam se encontrado no Rio de Janeiro e até atribui uma declaração ao presidente do PT sobre o encontro. Janio explica que de fato Lula solicitou aos assessores do governador uma audiência, que tinha como objetivo convencer Brizola a participar da passeata carioca pró-diretas. Mas Brizola não recebeu Lula. Então mostra para o leitor que no horário em que a revista afirma ter ocorrido a conversa, Lula jantava em um bar da cidade já informado de que Brizola não o receberia.

“Cada qual na sua” – 25 de março



Descrição e Análise – Comenta o encontro do senador Afonso Camargo (PMDB) com o ministro Rubem Ludwig para discutir a votação da emenda pró-diretas e o fato de o senador ter tornado o encontro público. E como teria ficado a impressão de traição para os partidários das “Diretas Já”. Depois fala sobre o período longo que o PMDB levou para apoiar a campanha.

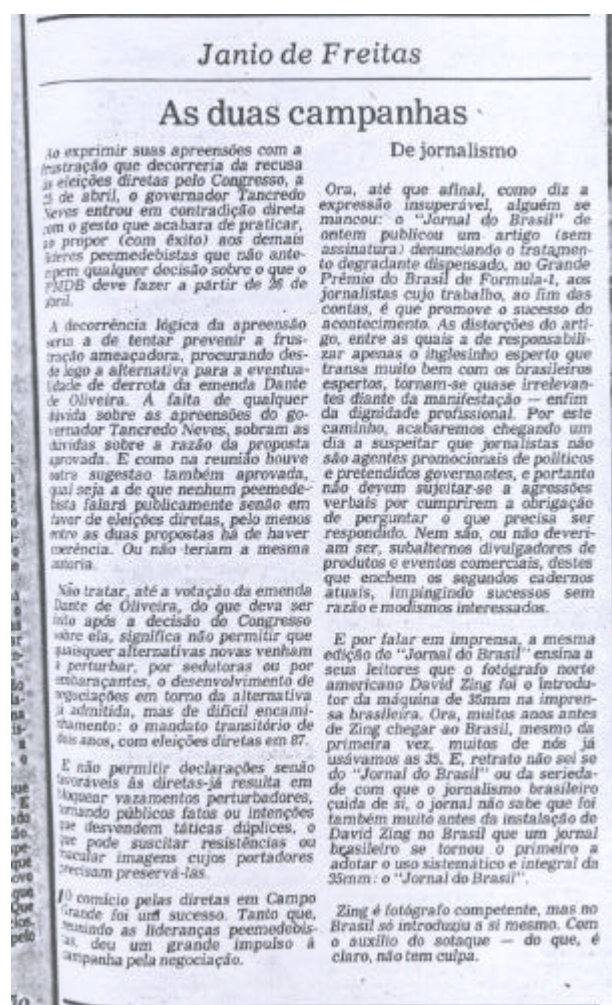
Janio de Freitas esmiúça o quadro de negociações políticas no campo do PMDB. Mostra como os ataques ao senador Afonso Camargo estão ligados ao fato de ele não ter omitido para os repórteres os motivos do seu encontro com o ministro Ludwig. Janio afirma: “Ao contrário do que é habitual entre seus correligionários, Afonso Camargo não tentou ludibriar os repórteres”. Aí estaria o “erro”, e que o “exercício da política não é, porém, território hospitaleiro para quem não se desapega de franquezas e lealdades”.

Faz, também, críticas à oposição, que se comporta como o governo, ao não conseguir conciliar os objetivos pessoais e os de grupo. Como o PMDB demorou em

se colocar a favor da “Campanha pelas Diretas Já”. O motivo foi que os pretendentes à indicação do partido variavam de acordo com as mudanças de como se daria a forma de eleição (direta ou indireta). Embora tenha assumido de fato a campanha após o comício de São Paulo em janeiro, a campanha pelas Diretas, segundo o articulista, ainda não provocou a superação das divisões no PMDB. “Os objetivos pessoais e grupais não mudaram em sua essência”, define Janio.

Para piorar a situação do senador Afonso Camargo frente aos peemedebistas, ele teria debatido e também colado em público o substitutivo de Jorge Bornhausen, que concilia eleição direta e parlamentarismo, o que, para Janio, não agrada nem aos pró-diretas e nem aos que defendem o “mandato tampão”. O parlamentarismo significaria a diminuição – “antecipada e drástica” – dos poderes que ambos os grupos pretendem.

“As duas campanhas” – 28 de março





Descrição e Análise – Relata a sugestão dada em reunião do partido, e aprovada, do governador Tancredo Neves, de que, até a emenda Dante de Oliveira ser votada no Congresso, o partido não se pronunciaria sobre quais seriam as alternativas apoiadas pelo partido, caso ela seja derrotada. Termina a primeira parte do texto afirmando que o comício pelas diretas em Campo Grande foi um sucesso. Com um intertítulo, “De jornalismo”, divide o texto em duas partes. Neste, comenta artigo publicado no “Jornal do Brasil” sobre o tratamento dado à imprensa no Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1.

É uma coluna que tem direção certa: as intenções do governador Tancredo Neves em não ver a sua própria imagem “maculada” por já negociar alternativas caso a emenda Dante de Oliveira não passe no Congresso, o que seria uma frustração para os que têm saído às ruas para gritar por “Diretas Já”. Tancredo não quer que o fato seja colocado em público. Janio explica que não falar do assunto tem um interesse não explicitado pelo governador, que é o de “não permitir que quaisquer alternativas

novas venham a perturbar, por sedutoras ou por embaraçantes, o desenvolvimento de negociações em torno de alternativa já admitida, mas de difícil encaminhamento: o mandato transitório de dois anos, com eleições diretas em 87”.

Segue dizendo que essa postura nada mais é do que tentar bloquear vazamentos perturbadores que possam mostrar as táticas dúplices e que feririam as imagens dos que querem mostrar o contrário. O aviso vem logo no título: “Duas campanhas”, a das ruas, que representa o desejo da população por diretas, e a dos bastidores, que é composta de negociações contrárias ao desejo popular.

No último parágrafo, quase como um aviso aos leitores, mas principalmente aos políticos que insistem em negociar, fala que o último comício pró-diretas em Campo Grande foi “um sucesso”.

Análise do Conjunto dos Textos

No mês de março foram analisadas 18 colunas. Onze tratam de discutir o papel do Governo Federal no processo sucessório, e sete debatem a postura que as oposições vêm desempenhando nesse processo.

O centro das colunas dirigidas ao Governo Federal explicita as posições das diferentes correntes que estão no Planalto e como há o efeito sanfona (vai e volta) dentro delas com relação ao processo sucessório.

Janio diz quem é o principal “culpado” nesse processo: o presidente João Baptista Figueiredo, que até aquele momento não tinha um nome escolhido para a sua sucessão. O fato é que, para o colunista, antes de ter essa definição, foi atropelado pela postura de Paulo Maluf, que se colocou como candidato, “atropelando” o governo.

Por essa indefinição, o colunista afirma que está instaurada no governo a “tática da baderna”, o que facilitaria para que tudo continue como está. O presidente Figueiredo não aceitaria o quadro sucessório como ele está disposto: “Não aceita inovações capazes de beneficiar tendências que repele. Não aceita desfazer-se da visão que montou para o fim do atual mandato e instauração do próximo”, diz Janio de Freitas, na coluna de 2 de março. Figueiredo seria ainda inábil para definir uma posição aos seus “comandados”.

Um fator que para o articulista vem contribuindo para esse processo de indefinição do governo é a “inoperância da política econômica do governo Figueiredo nos cinco anos de poder”. Ou seja, não há o que mostrar para que a população eleja um candidato apoiado pelo Planalto. Além disso, o presidente não teria durante os cinco anos em que está no poder se dedicado a resolver os problemas que de fato assolam o país – por exemplo, enchentes no Sul e seca no Nordeste.

Para Janio de Freitas, essa incapacidade de articulação do Governo Federal poderia levar ao resultado esperado por todos, se não estivéssemos em um panorama de sucessão presidencial, que seria a “consolidação definitiva da abertura democratizante”.

Por outro lado, nas sete colunas restantes do mês de março, Janio de Freitas critica a postura dúbia da oposição, entenda-se aqui principalmente a ala do PMDB sob o comando do governador de Minas Gerais (Tancredo Neves), por estar negociando e manobrando um mandato de transição – “mandato tampão”, com presidente eleito pelo voto direto somente em 1988. Na coluna do dia 13 de março, chega a afirmar que o “grupo pró-diretas não é tão pró assim”. E que, para Tancredo e Brizola (coluna do dia 14 de março), a proposta de mandato tampão e eleições em 1986 é boa, já que não precisariam se desincompatibilizar do governo para concorrer.

Novamente, Janio coloca-se favorável às diretas. Na coluna do dia 15 de março (“A oposição no governo”), demonstra como foi eficiente a pressão do comitê pró-diretas sob Tancredo e Brizola, que queriam adiar o comício do dia 21 de março no Rio de Janeiro. Posteriormente, fala, em coluna do dia 22 de março (“Candidatura de resistência”), que, mesmo com as tentativas de boicote da imprensa e de Brizola, a passeata do dia 21 de março pela Cinelândia, antes do comício e comandada por Lula, ocorreu e foi um sucesso.

Quadro 4A – Conteúdo textual março de 1984

Coluna/Dia	Título	Conteúdo textual
2 de março – sexta-feira	A incógnita da sucessão	Explícito
4 de março – domingo	Mudança no quadro (e outras)	Interpretação
8 de março – quinta-feira	Negócios e prejuízos	Explícito
9 de março – sexta-feira	A confusão, de preferência	Explícito
10 de março – sábado	Pelo método direto	Explícito
11 de março – domingo	A crise que se mostra	Explícito
13 de março – terça-feira	O mandato de transição	Explícito
14 de março – quarta-feira	Cerco no Planalto	Explícito
15 de março – quinta-feira	A oposição no governo	Explícito
16 de março – sexta-feira	Comemoração do nada	Interpretação
18 de março – domingo	A briga é maior	Explícito
20 de março – terça-feira	Sucessão de um ministro	Interpretação
21 de março – quarta-feira	As perdas da intimidade	Explícito
22 de março – quinta-feira	Candidatura de resistência	Explícito
23 de março – sexta-feira	Aleivosia nada exitosa	Explícito
24 de março – sábado	Prova contra injustiças	Interpretação
25 de março – domingo	Cada qual na sua	Explícito
28 de março – quarta-feira	As duas campanhas	Explícito

PEDRO, Margarete, 2009.

Categorização:

Literal ou explícito

Aparência – ou implícito

Interpretação

Novamente, os personagens que mais aparecem na coluna são aqueles que estão envolvidos com o processo sucessório. Primeiro, o grupo do Planalto, composto pelo presidente João Baptista Figueiredo (12 colunas); os pré-candidatos à sucessão, Mario Andreazza (nove colunas); Leitão de Abreu (oito colunas); Paulo Maluf (sete colunas); Aureliano Chaves (cinco colunas); além do ex- ministro da

Marinha Maximiano da Fonseca (cinco colunas), exonerado do cargo após se manifestar sobre a campanha das diretas.

Da oposição, o governador de Minas Gerais e candidato pela via direta ou indireta à Presidência da República, Tancredo Neves, presente em oito colunas, em que Janio de Freitas debate o fato de que há negociações entre oposição e governo, caso a emenda Dante de Oliveira não passe no Congresso, com Tancredo como principal articulador. Está presente em seis colunas o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e o deputado Ulysses Guimarães, em quatro.

Um personagem da oposição, o senador Fernando Henrique Cardoso, aparece uma única vez, mas tem uma coluna inteira dedicada a debater um artigo seu publicado na *Folha de S.Paulo*. Nele, o senador tenta desmontar a ideia de que a oposição vinha negociando com Leão de Abreu a sucessão presidencial por outra forma se as diretas não passassem no Congresso. Janio mostra que essas negociações estão ocorrendo, dá fatos que comprovam e afirma que já havia antecipado o fato em coluna do primeiro semestre de 1983.

Quadro 4B – Personagens nas colunas março

Personagens	Função	Número de colunas em que aparece
João Baptista Figueiredo	Presidente da República	12
Mario Andreazza	Ministro	9
Tancredo Neves	Governador MG	8
Leitão de Abreu	Ministro	8
Paulo Maluf	Deputado Federal	7
Leonel Brizola	Governador RJ	6
Aureliano Chaves	Vice-presidente	5
Delfim Netto	Ministro	5
Maximiano da Fonseca	Ministro	5
Ulysses Guimarães	Deputado Federal PMDB	4
Alfredo Karam	Ministro	3
Ernesto Geisel	Ex-presidente da	3

	República	
Nelson Marchezan	Deputado	3
Marco Maciel	Senador	2
Rubem Ludwig	Ministro	2
Jorge Bornhausen	Senador	2
Franco Montoro	Governador SP	2
Fernando Henrique	Senador	1
Délio Jardim de Mattos	Ministro	1
Pratini de Moraes	Deputado Federal PDS	1
Valter Pires	Ministro	1
Israel Pinheiro	Deputado PMDB	1
Aloísio Alves	Ex- governador	1
Ernane Galvêas	Ministro	1
Afonso Camargo	Senador PMDB	1

PEDRO, Margarete, 2009.

Quadro 4C – Imagem da “Campanha das Diretas Já” – março

Coluna/Dia	Título	Imagem
2 de março – sexta-feira	A incógnita da sucessão	A favor
4 de março – domingo	Mudança no quadro (e outras)	Descritiva
8 de março – quinta-feira	Negócios e prejuízos	A favor
9 de março – sexta-feira	A confusão, de preferência	A favor
10 de março – sábado	Pelo método direto	A favor
11 de março – domingo	A crise que se mostra	A favor
13 de março – terça-feira	O mandato de transição	A favor
14 de março – quarta-feira	Cerco no Planalto	A favor
15 de março – quinta-feira	A oposição no governo	A favor
16 de março – sexta-feira	Comemoração do nada	Descritiva
18 de março – domingo	A briga é maior	A favor
20 de março – terça-feira	Sucessão de um ministro	Descritiva
21 de março – quarta-feira	As perdas da intimidade	A favor

22 de março – quinta-feira	Candidatura de resistência	A favor
23 de março – sexta-feira	Aleivosia nada exitosa	A favor
24 de março – sábado	Prova contra injustiças	Descritiva
25 de março – domingo	Cada qual na sua	A favor
28 de março – quarta-feira	As duas campanhas	Contra

PEDRO, Margarete, 2009.

- **A favor:** é aquela em que o autor mostra os comícios ou atividades favoráveis à sucessão presidencial de forma direta ou faz críticas àqueles que não querem o processo sucessório de forma direta.
- **Contra:** é aquela que reproduz ressalvas, críticas ou ataques (contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal) aqueles que estão trabalhando pela sucessão direta.
- **Descritiva:** é aquela que descreve o processo sucessório.

6.1.4 – Análise e Descrição do Mês de Abril

De um total de 20 colunas publicadas no mês (Quadro 5), 13 fazem referência às “Diretas Já” e sete tratam de outros assuntos, sempre nas páginas 4 ou 5 do caderno Brasil (Política) e ocupam a parte superior da página. No dia 29 de abril, em vez de uma coluna, há uma entrevista com o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, sobre o mandato tampão e parlamentarismo em 86.

Quadro 5 – Relação das Colunas e Temas de Janio de Freitas de abril de 1984

Coluna/Dia	Título	Assunto
1º de abril – domingo	O golpe através do poder	Outros assuntos – Série sobre o Golpe de 64
3 de abril – terça-feira	O líder indecifrável	Outros assuntos – Série sobre o Golpe de 64
4 de abril – quarta-feira	O levante lunático	Outros assuntos – Série sobre o Golpe de 64
5 de abril – quinta-feira	A obra dos políticos	Outros assuntos – Série sobre o Golpe de 64
6 de abril – sexta-feira	Final: nada de revolução	Outros assuntos – Série sobre o Golpe de 64
8 de abril – domingo	É melhor pensar	Campanha das Diretas
10 de abril – terça-feira	O comício é uma batalha	Campanha das Diretas
11 de abril – quarta-feira	A ordem das multidões	Campanha das Diretas
12 de abril – quinta-feira	É só marcar a data	Campanha das Diretas
13 de abril – sexta-feira	Fica o dito pelo dito	Sucessão Presidencial
15 de abril – domingo	Um documento (de verdade)	Outros assuntos – Clube Militar
17 de abril – terça-feira	Proposta para 86	Processo Sucessório
18 de abril – quarta-feira	Movimento completo	Campanha das Diretas
19 de abril – quinta-feira	Quando as luzes se apagam	Campanha das Diretas
20 de abril – sexta-feira	O confronto é lá	Campanha das Diretas
22 de abril – domingo	Estranho e perigoso	Sucessão Presidencial
24 de abril – terça-feira	Acréscimos e deduções	Sucessão Presidencial
25 de abril – quarta-feira	O fio da divergência	Sucessão Presidencial
28 de abril – sábado	Indecisão decisiva	Campanha das Diretas
29 de abril – domingo	Brizola propõe mandato “tampão” com Aureliano e parlamentarismo	Outros Assuntos – Entrevista com Brizola

“É melhor pensar” – 8 de abril



Descrição e Análise – Nesta coluna discute o recuo da proposta de greve geral para o dia 25 de abril, data em que será votada a emenda Dante de Oliveira.

Janio de Freitas debate a proposta de greve geral a partir de dois ângulos. Primeiro, o de que não se deve definir uma ação tomando como base afirmações do tipo “o momento é delicado”. Para o colunista, em países subdesenvolvidos, em que os militares estão no comando, toda a ação será julgada pelos representantes das instituições militares tomando como base o momento delicado. Por isso não deve ser considerada a partir da sua conveniência ou não para os que batem continência, pois para eles “tudo o que não bata continência é inconveniente”.

Por um segundo ângulo, Janio de Freitas afirma que todo gesto político deve ser analisado medindo-se o quanto ele é eficaz para alcançar os objetivos desejados. O desejo aqui seria garantir aprovação no Congresso para a emenda Dante de Oliveira. O colunista critica contundentemente os que fizeram a proposta de greve

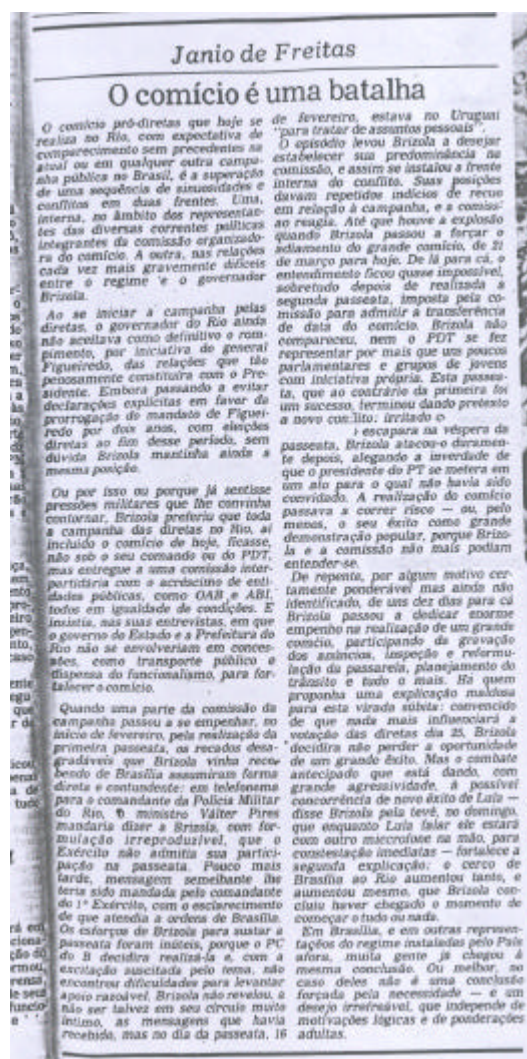
geral, que nesse caso só seria mais uma demonstração de “espasmo orgásmico dos heróis das emergências e similares”. O resultado poderia ser o de colocar o Congresso, que segundo o colunista “não é farto de coragens”, a se descomprometer com as Diretas ao ouvir o barulho dos tanques que iriam para as ruas combater a greve geral.

Para o colunista, os dirigentes das Diretas que propuseram a greve tomaram uma atitude “**emocionalizada**” e “**precipitada**” em relação à proposta de greve. Tão precipitada e emocionalizada que ao final da reunião já recuavam na proposta.

Janio afirma que “é preciso pensar” antes de tomar atitudes que possam pôr em risco uma “campanha extraordinária, a que se lançou todo o país”.

Termina o texto definido como devem ser as atitudes políticas para se garantir resultados positivos: “em política só vencem os que calculam com frieza, seja quais forem as suas causas”.

“O comício é uma batalha” – 10 de abril



Descrição e Análise – Trata do comício pró-diretas que acontecerá no Rio de Janeiro naquele dia (10 de abril) e o que ele representa. O governador Brizola teria sido pressionado por Brasília para não participar da mobilização. Isso fez com que o comando da “Campanha pelas Diretas Já” no Rio de Janeiro não ficasse a cargo do governador ou do PDT, mas sim de uma comissão interpartidária, com o acréscimo de entidades públicas.

O colunista fala que esse comício é o resultado da superação. Primeiro, da batalha árdua entre as diversas correntes políticas integrantes da comissão organizadora, e, segundo, das relações cada vez mais conflitantes entre o regime e o governador Brizola.

Brizola tentou impedir a passeata de fevereiro. Foi para o Uruguai tratar de assuntos pessoais e, posteriormente, acusou inclusive o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, de participar de algo para o qual não foi convidado.

Mas, segundo o colunista, de repente Brizola muda de posição e resolve contribuir para a realização do comício e até da divulgação, participando das gravações dos anúncios. A mudança teria ocorrido porque Brizola teria se dado conta de que nada mais poderá influenciar a votação das Diretas no dia 25 e não quer perder a oportunidade de entrar para a história. Outra possibilidade seria o fato de o cerco de Brasília ao Rio de Janeiro ter aumentado tanto que “Brizola concluiu que seria a hora do tudo ou nada”.

Janio afirma que o comício no Rio de Janeiro teria como expectativa um “comparecimento sem precedentes na atual ou em qualquer outra campanha pública no Brasil”.

“A ordem das multidões” – 11 de abril



Descrição e Análise – Descreve o quanto a “Campanha pelas Diretas Já” foi multiplicando exponencialmente o número de participantes e hoje toma o Brasil.

Esta coluna **marca definitivamente a posição de Janio de Freitas a favor da “Campanha pelas Diretas Já”**. O texto declara que valeu a pena ter sofrido 20 anos de “coerção” para “testemunhar” a “culminância de todo o civismo e toda a brasilidade expressos na campanha das Diretas”.

Fala de como o número de participantes foi se agigantando de 50 mil para 300 mil, depois 800 mil e, no comício do Rio de Janeiro, mais de um milhão. O texto é uma declaração de amor ao povo brasileiro, que pacificamente foi tomando as ruas sem descontrole por saber que vai “determinada e invencivelmente, ao encontro do seu destino”: eleger pela forma direta o próximo Presidente da República.

“É só marcar a data” – 12 de abril



Descrição e Análise – Descreve como o Presidente Figueiredo resolve se declarar “a favor” das Diretas e cita as críticas do presidente ao PDS, seu partido, por ter deixado a bandeira das Diretas para a oposição.

Janio descreve que na verdade o que continua acontecendo é um descontentamento do presidente Figueiredo quanto às alternativas de nomes para sucedê-lo, seja pela via direta ou por mandato tampão. Por isso Figueiredo chegou a pensar em deixar não só a coordenação da sucessão presidencial, mas também o partido – PDS. Ele foi contido: “contiveram-no então a meio gesto” e não saiu do partido. Por outro lado, continuou interferindo no processo sucessório.

O fato é que o Presidente estaria buscando uma nova fórmula para a sucessão que poderia ser o quinto nome ou o mandato tampão. O colunista afirma que qualquer uma das alternativas só se consolidara pela “demolição do que é hoje o

PDS” que de “fato se mostra portador de resistência às aspirações nacionais, mas nem por isso atende às aspirações do Presidente”.

O presidente, ao visitar a Espanha, afirmou que se estivesse no Brasil o comício do Rio de Janeiro teria um milhão mais uma pessoa: ele. Janio então passa a dialogar com Figueiredo por meio do texto: “Não seja por isso: para ter um presidente que se junte aos 90% do eleitorado brasileiro, o Rio está pronto a realizar outro comício e, sob tal motivação, com dois milhões de pessoas e mais uma”.

“Fica o dito pelo não dito” – 13 de abril



Descrição e Análise – Volta ao tema eleições diretas e ao novo discurso do Presidente Figueiredo a favor delas e sobre sua ressonância no PDS.

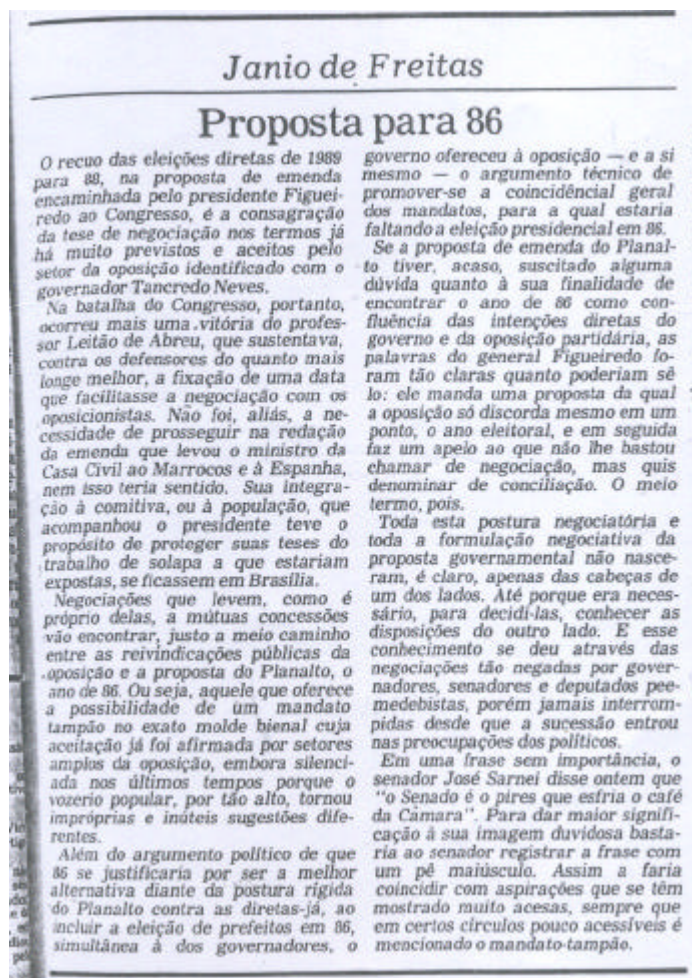
Nesta coluna, Janio de Freitas debate como a fala do Presidente Figueiredo sobre as eleições pela forma direta tem causado “pânico” entre os seus correligionários do PDS. E que essa é uma prática a que o Presidente vem se especializando. Faz afirmações, desmente afirmações, de acordo com os seus interesses, e ainda põe a culpa na imprensa quando elas saem na mídia.

O colunista explica que, embora tenha essa postura contraditória, o presidente Figueiredo não faz isso à toa. Para Janio, muitas vezes “as coisas que ele diz não

conferem com o que ele demonstra desejar”, mas têm sempre função de “produzir reações em áreas que quer atingir para fins indeclarados”.

O colunista afirma ainda que esse é o modo brasileiro de fazer política, com afirmações e desmentidos que vão surtindo efeito para definir ou encobrir o jogo político, de acordo com os interesses dos que fazem parte desse processo.

“Proposta para 86” – 17 de abril



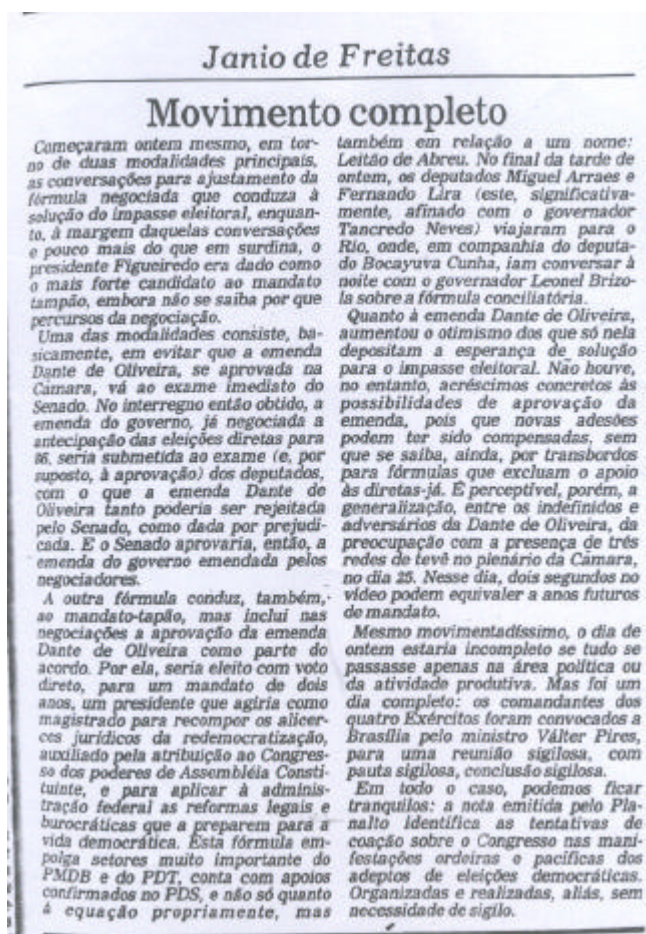
Descrição e Análise – Fala da proposta de emenda enviada ao Congresso pelo Presidente Figueiredo. O Presidente haveria recuado, colocando na proposta eleições diretas em 88 (a anterior falava em 89) e que isso seria fruto de negociação com o grupo de Tancredo Neves para chegar em 86, por meio de negociação, como data definitiva.

Janio de Freitas afirma que o grupo de oposição liderado por Tancredo Neves tem negociado com o Presidente Figueiredo uma alternativa para a proposta Dante de Oliveira para Diretas Já imediatamente. O Presidente Figueiredo chegou a afirmar que a sua proposta encontrava eco entre os peemedebistas e só em um ponto não

havia acordo: a data, 1988. E fez um apelo para a “conciliação”. Ora, explica Janio, “toda essa postura negociatória e toda a formulação negociativa da proposta governamental não nasceram, é claro, apenas das cabeças de um dos lados. Até porque era necessário, para decidí-las, conhecer as disposições do outro lado”, que, segundo Janio, só poderia acontecer por meio de negociações, embora negadas por governadores, senadores e deputados peemedebistas, “porém jamais interrompidas”.

A questão é: o mandato tampão, com eleições em 1986, passou a ser aceito por setores da oposição e do governo. Mas mais uma vez Janio reafirma que a proposta de levar a eleição direta para 1986 não tem ressonância no povo brasileiro, que quer, e já deu mostras disso, “as Diretas” imediatamente. O colunista diz que a proposta “foi silenciada nos últimos tempos porque o vozerio popular, por tão alto, tornou impróprias e inúteis sugestões diferentes”.

“Movimento completo” – 18 de abril



Descrição e Análise – A coluna descreve que começaram no dia anterior às negociações sobre as Diretas. A discussão é baseada em duas modalidades principais: uma seria evitar que a emenda Dante de Oliveira vá imediatamente para

exame no Senado, se conseguir a aprovação na Câmara. A outra seria incluir o mandato tampão de dois anos na proposta da emenda das Diretas.

O texto retoma a questão das negociações em torno de propostas para modificar a emenda Dante de Oliveira com o objetivo de adiar, pelo menos por dois anos com mandato tampão, a eleição presidencial pelo voto direto. Janio explicita como a “oposição” tem negociado com o governo e descreve uma “visita” dos deputados Miguel Arraes e Fernando Lira (este, segundo Janio, afinado com o governador Tancredo Neves), acompanhados do deputado Bocayuva Cunha, ao governador Brizola, para tratar da “fórmula conciliatória”.

O articulista afirma que a fórmula do mandato tampão “empolga setores muito importantes do PMDB e do PDT, conta com apoios confirmados no PDS” e teria até um nome para esse período: o ministro Leitão de Abreu. O ministro havia sido apontado anteriormente pelo colunista como “o único nome dentro do governo com espaço para negociar junto à oposição”.

Um parágrafo inteiro da coluna trata do aumento do otimismo dos que “depositam na emenda Dante de Oliveira a esperança de solução para o impasse eleitoral”. Janio cita que embora não haja dados concretos que mostrem o crescimento dos que votariam a favor da emenda, há um “medo real” entre os congressistas em votar contra as Diretas: a presença no dia 25 de abril, data da votação na Câmara, de três redes de TV no plenário. Segundo o colunista: “Dois segundos no vídeo podem equivaler a anos futuros de mandato”.

No último parágrafo da coluna, Janio de Freitas fala de uma “reunião sigilosa, com pauta sigilosa, conclusão sigilosa” dos comandantes dos quatro exércitos com o ministro Valter Pires. Mas afirma que uma nota emitida pelo Planalto “identifica as tentativas de coação sobre o Congresso dos adeptos das diretas”. Janio define as manifestações como “ordeiras e pacíficas” e que “são organizadas e realizadas, aliás, sem necessidade de sigilo” pelos adeptos de “eleições democráticas”.

“Quando as luzes se apagam” – 19 de abril



Descrição e Análise – Comenta a coincidência “esquisita” de uma manifestação de mulheres no Congresso Nacional ocorrer ao mesmo tempo em que a reunião dos comandantes dos quatro Exércitos acontecia, de forma sigilosa, mas que tinha a intenção de discutir medidas de emergência. Fala também do corte de energia elétrica, quando as estações de trem e metrô estavam lotadas.

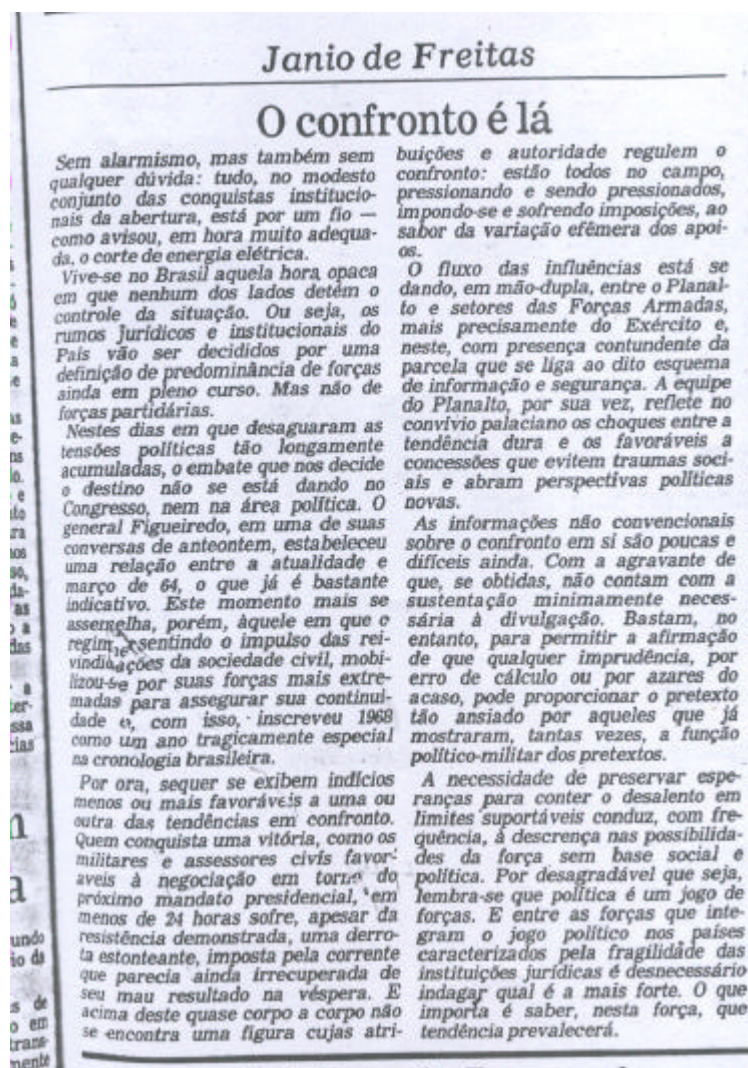
O texto traz de forma explícita crítica ao governo Figueiredo e a seus representantes militares que buscam “desculpas” para colocar em prática no país medidas de emergência. Uma delas seria a “coincidência” de, ao mesmo tempo em que os militares se reuniam, ocorrer no Congresso uma manifestação de mulheres. Os militares chamaram a manifestação das mulheres de “pressão contra o Congresso” e isso serviu de argumento contra os que acreditavam que as medidas de emergência eram “desnecessárias ou inconvenientes”.

Desvenda também que a reunião dos comandantes, “sigilosa” até o dia anterior, foi de fato informar aos participantes que eles seriam os responsáveis pela

execução das medidas de emergência nos Estados incluídos em seus respectivos exércitos.

O colunista também define o “apagão”, que ocorreu no momento em que os trabalhadores voltavam para casa após o trabalho, que poderia transformar “multidões em explosivos”, como um outro argumento possível para a decretação das medidas de emergência.

“O confronto é lá” – 20 de abril



Descrição e Análise – Faz uma analogia entre o corte de energia elétrica que ocorreu em alguns Estados em 18 de abril e a fragilidade da abertura política. Passa então a debater a existência de um confronto entre quem deseja as Diretas e aqueles que não as querem.

Há contradições dentro do regime entre os mais favoráveis ao processo de abertura e os que preferem que tudo continue como está. O colunista afirma não ser

possível estabelecer “indícios menos ou mais favoráveis a uma ou outra das tendências em confronto”.

Ao mesmo tempo conta uma das conversas do Presidente Figueiredo, dois dias antes, comparando março de 1964 e a atualidade (1984). Janio explica que esse “momento mais se assemelha, porém, àquele em que o regime, sentindo o impulso das reivindicações da sociedade civil, mobilizou-se por suas forças mais extremadas para assegurar sua continuidade [...]”. Ora a campanha pelas Diretas ganhou as ruas, as negociações do mandato tampão (preferência do Presidente) “sofrem uma derrotada estonteante” com o recuo de algumas forças – “imposta pela corrente que parecia ainda irrecuperada da véspera”.

Para o colunista, não existe uma “figura cujas atribuições e autoridade” possam regular o confronto. Que confronto seria esse? Conflito em “mão-dupla”. “A equipe do Planalto, por sua vez, reflete no convívio palaciano os choques entre a tendência dura e os favoráveis a concessões”, e setores militares, principalmente o Exército, representando “por parcela que se liga ao dito esquema de informação e segurança”. Mas afirma também que ainda é difícil obter informações sobre o confronto e as que se obtém são sem “sustentação” e por isso não devem ser divulgadas.

Janio de Freitas finaliza a coluna dando uma definição do que seria a arte da política para ele: “[...] Política é um jogo de forças”. Para ele, em países caracterizados pela “fragilidade das instituições jurídicas, é desnecessário indagar qual é a mais forte”.

surgimento de um quinto nome ligado ao governo para a sucessão: o presidente da Eletrobrás, general Costa Cavalcanti.

Janio de Freitas fala que a pane a bordo do avião presidencial foi uma pane emocional. E pousar 30 km antes de Uberlândia, onde se encontrava o governador Tancredo Neves, impediu que “ele ouvisse uma tempestade de coisas irrespondíveis (e impuplicáveis, como anunciadas a bordo)”.

Posteriormente, fala que a emenda que o Planalto mandou para o Congresso com eleições diretas em 88 traz também várias medidas de ordem econômica e fiscal. Mas que só foi conhecida pelos ministros Delfim e Galvêas quando estava pronta. Os dois ministros ainda tentaram descobrir quem deu assessoria ao ministro Leitão de Abreu para produzi-la, mas não conseguiram.

É uma coluna em que as indefinições do governo e a vontade dos militares de permanecerem por um tempo ainda maior no poder são explícitas.

“O fio da divergência” – 25 de abril



Descrição e Análise – Retoma a questão da crise político-militar e o risco eminente das medidas de emergência em outros Estados, além das que já ocorrem em Brasília, e como as conquistas institucionais advindas com a abertura “estão por um fio”. Fala da censura sobre a capital federal e a proibição de rádios e TVs mostrarem as sessões no Congresso.

No dia da votação da emenda Dante de Oliveira, 25 de abril, o colunista fala sobre as medidas de emergência e o cerceamento da imprensa, proibindo-se a transmissão pelo rádio e televisão das sessões do Congresso. O país estaria em eminente chance de voltar ao retrocesso, por conta das divergências dentro da “oficialidade”. De um lado o grupo do brigadeiro Délio Jardim de Matos, que vem pregando “o entendimento geral”; do outro, aqueles que puseram em prática as medidas de emergência.

Janio afirma que a proibição “aos brasileiros de todos os quadrantes, e não só os submetidos à emergência, de verem e ouvirem o que se passa em sua capital,

mostra, com a clareza suficiente, o que resta (ou falta) de valor às leis, na ótica dos emergentes”.

O texto traz um alerta quanto à “delicadeza extrema e complexa” da situação, por dois motivos centrais: o primeiro se refere “aos fatores próprios da formação funcional e política ideológica da oficialidade”; o segundo trata da dificuldade em evitar nos minutos finais da votação das Diretas pelo Congresso “manifestações suscetíveis de descontrole e, ainda mais, da ação provocadora de incendiários de ânimos [...]”.

Faz também uma dura crítica à imprensa de São Paulo, por não ter participado de uma reunião em que 53 juristas e advogados, entre os quais 40 professores de direito, reunidos na Associação dos Advogados de São Paulo, “anteontem”, para apresentar aos jornais a “representação por eles assinada, e dirigida ao procurador-geral da República, demonstrando a inconstitucionalidade da composição do Colégio Eleitoral”. Chama a postura da imprensa de “ausência lamentável”.

Finaliza a coluna lamentando a atitude da imprensa ao não divulgar a impetração, por iniciativa do empresário Geraldo Forbes, de um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, “cuja fundamentação torna possível a liberação, hoje, pelo ministro Moreira Alves, das tevês e rádios para transmissão imediata das sessões do Congresso”. Janio explica que, pela dureza do confronto, “entre as leis e as medidas de força”, a imprensa deveria ter ao menos divulgado o fato para a opinião pública.

“Indecisão decisiva” – 28 de abril

Janio de Freitas

Indecisão decisiva

Recusadas pela insignificância de 22 votos em 479 possíveis, as eleições diretas-já têm uma cobrança de empenho a ser feita aos governadores eleitos pela oposição e às demais lideranças oposicionistas: a adesão de uns e outros à campanha nacional das diretas não recebeu deles, na medida do possível e necessário, a complementação em ações no âmbito parlamentar, para ampliar as possibilidades da emenda Dante de Oliveira.

Na noite mesmo em que jantavam no Palácio Bandeirantes, ainda sob o impacto emocional do comício na praça da Sé, os governadores e líderes oposicionistas concluíam que dali para a frente, estando já demonstrada a intensidade da aspiração popular por eleições diretas, o fator decisivo para a emenda passava a ser o aliciamento de pedessistas capazes de sensibilizar-se pela causa.

Sem exceção, os presentes entendiam que esta atividade, a que denominaram *corpo a corpo*, seria a única efetivamente capaz de levar à soma dos 320 votos necessários à aprovação da emenda e inalcançáveis sem o apoio de pedessistas. Como o Congresso estivesse em recesso, logo levava acerto o início da pressão por via telefônica, nos casos em que não fosse possível iniciá-la já no *corpo a corpo*. E o governador então ausente, Tancredo Neves, nos dias seguintes ao comício declarava integral concordância com os corregilhões, quanto ao caráter decisivo do aliciamento e à sua disposição de não também se integrar.

Da noite gloriosa de 25 de janeiro à noite quase gloriosa de 25 de abril, os governadores e demais líderes oposicionistas dispuseram de três meses, para realizar e empenhar seus liderados na atividade que consideravam essencial. Não se fez uma coisa nem outra, na medida em que deve ser feito algo que se proclama como decisivo. Sequer no dia da votação foi desenvolvido trabalho efetivo para estimular recalcitrantes do PDS a definir-se por mais de 90% do eleitorado. E tanto havia pedessistas acessíveis a esta abordagem, que o deputado fluminense Ruben Medina, só para dar um exemplo, chegou a solicitar a jornalistas que divulgassem uma declaração de voto por ele redigida, porque não desejava apoiar as diretas com uma palavrinha só. Mas, inseguro como costumam ser os pedessistas habituados a receber ordem, acabou juntando-se por iniciativa própria aos que abandonaram o plenário — embora tenha a pretensão de candidatar-se à Prefeitura do Rio em eleições diretas.

A falta de decisão das lideranças oposicionistas pode ter causas tão diversas quantas são tais lideranças. Exceto, porém, o deputado Ulisses Guimarães e Luís Inácio da Silva, nas lideranças peemedebistas e pedetistas em geral notou-se um traço comum de comportamento, durante todo o percurso da campanha: desde que não estivessem nas manifestações pró-diretas, eram sempre propagandistas da sucessão por consenso, isto é, com candidatura única. Ora, o pressuposto da eleição direta é a livre disputa pela vontade livre dos cidadãos, o que exclui eleição direta legítima com um só candidato, escolhido pelo consenso dos políticos e então ofertado, sem alternativas, ao voto dos cidadãos.

Quem, portanto, falava em diretas e consenso, falava mais em consenso do que em diretas. E não é por outro motivo que a quase totalidade dessas pessoas adere à proposta dos governadores de que não mais se promovam atos públicos em favor de eleições diretas, restringindo-se a questão à prática dos políticos. Mas continuam todos falando em consenso, que dispensa eleição direta, esse método de escolha que, a ser aplicado para a Presidência, faltamente o seria também para as Prefeituras das Capitais e na mesma ocasião. As indiretas têm razões que a direta ignora.

Descrição e Análise – Fala da derrota no dia 25 de abril da proposta de emenda pelas Diretas Já do deputado Dante de Oliveira, rejeitada pela falta de 22 votos. Discute também que os governadores eleitos pela oposição e demais lideranças oposicionistas deveriam ter se empenhado mais no âmbito parlamentar para garanti-la.

O perfil desta coluna é de crítica à oposição, por não ter se empenhado como deveria para conquistar os 22 votos do PDS que faltaram para garantir que a emenda Dante de Oliveira fosse aprovada no Congresso.

Aponta que após o comício da praça da Sé (25/1), em reunião no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, “ainda sob o impacto emocional do comício”, governadores e líderes oposicionistas afirmaram que iriam intensificar “o corpo a corpo” entre os parlamentares pedessistas, pois já estava demonstrada a “intensidade

da aspiração popular por Diretas”. E até o “governador ausente”, Tancredo Neves, afirmou, nos dias seguintes, que faria o mesmo.

Segundo Janio, da “noite gloriosa de 25 de janeiro à noite quase gloriosa de 25 de abril” passaram três meses e “nem se fez uma coisa nem outra, na medida em que deve ser feito algo que se proclama como decisivo”: conquistar os votos do PDS, já que a emenda só passaria se isso acontecesse. Em tom indignado, diz que nem no dia da votação “foi desenvolvido um trabalho efetivo para estimular recalcitrantes do PDS a definir-se por mais de 90% do eleitorado”.

Começa a mostrar, então, que a falta de decisão política “pode ter causas tão diversas quantas são tais lideranças”. Afirma que, com exceção de Ulysses Guimarães e Luiz Inácio Lula da Silva, as demais lideranças peemedebistas e pedetistas tinham um traço em comum durante todo o processo: “desde que não estivessem nas manifestações pró-diretas, eram sempre propagandistas da sucessão por consenso, isto é, com candidatura única”. Janio fala que eleições diretas são a livre escolha pelo voto popular de um candidato e não pode haver “eleição direta legítima com candidato único, escolhido por consenso dos políticos e então ofertado, sem alternativas, ao voto dos cidadãos”.

Para Janio de Freitas, quem falava em consenso com Diretas falava mais em consenso do que em Diretas. Segundo o colunista, “as indiretas têm razões que a direta ignora”.

Análise do Conjunto dos Textos

No mês de abril foram analisadas 13 colunas. Por ser o mês em que a emenda Dante de Oliveira seria votada, oito textos tratam especificamente da “Campanha das Diretas”, e cinco debatem o processo sucessório, as crises no Governo Federal e a dos grupos militares.

As tentativas em breçar a aprovação da emenda Dante de Oliveira são o centro das colunas em abril. Janio de Freitas comenta as negociações que vêm ocorrendo entre a oposição e o Planalto. O colunista fala em duas modalidades prioritárias: a primeira é fazer com que a emenda Dante de Oliveira não vá direto

para o Senado se for aprovada na Câmara e, a segunda, tentar incluir o mandato tampão na proposta de Diretas.

Nesse mês o colunista questiona a falta de empenho das lideranças de oposição para conquistar os votos do PDS para a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Desnuda as negociações entre a oposição e o governo para um mandato tampão, e como essa negociação teria um nome: leia-se Tancredo Neves. Mas fala que aprová-lo é não ouvir o clamor da sociedade civil pelas “Diretas Já”.

É em abril também que o colunista escreve o principal texto sobre o significado da campanha pelas Diretas. A coluna descreve de modo apaixonado os efeitos da democracia. Janio de Freitas chega a afirmar que, se passar pelo período de exceção significava ver a demonstração “pacífica e ordeira” dada pelo povo brasileiro nas ruas durante a “Campanha pelas Diretas Já”, tudo isso valeu a pena.

Por outro lado, mostra como há grupos no Governo Federal que sonham em prorrogar o seu período no poder por mais tempo. Para isso utilizam a “força”, as medidas de emergência (Brasília) e as ameaças veladas ou explicitadas por interlocutores próximos ao Planalto.

O balanço da derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso aparece na coluna do dia 28 de abril. O colunista faz uma avaliação da derrota das Diretas e do papel desempenhado pela oposição no processo. A falta de “empenho” da oposição em vários momentos seria para ele o que levou à derrota.

Quadro 5A – Conteúdo Textual abril de 1984

Coluna/Dia	Título	Conteúdo Textual
8 de abril – domingo	É melhor pensar	Explícito
10 de abril – terça-feira	O comício é uma batalha	Interpretação
11 de abril – quarta-feira	A ordem das multidões	Explícito
12 de abril – quinta-feira	É só marcar a data	Explícito
13 de abril – sexta-feira	Fica o dito pelo dito	Interpretação
17 de abril – terça-feira	Proposta para 86	Explícito
18 de abril – quarta-feira	Movimento completo	Explícito
19 de abril – quinta-feira	Quando as luzes se apagam	Explícito
20 de abril – sexta-feira	O confronto é lá	Explícito
22 de abril – domingo	Estranho e perigoso	Interpretativo
24 de abril – terça-feira	Acréscimos e deduções	Explícito
25 de abril – quarta-feira	O fio da divergência	Explícito
28 de abril – sábado	Indecisão decisiva	Explícito

PEDRO, Margarete, 2009.

Categorização:

Literal ou explícito

Aparência – ou implícito

Interpretação

Durante o mês de abril, 29 personagens transitam nas colunas de Janio de Freitas. Todos eles direta ou indiretamente envolvidos com o processo sucessório. Os que aparecem um maior número de vezes são os “negociadores” de uma proposta alternativa “às Diretas” e o Presidente João Baptista Figueiredo (nove colunas), figura central no desenrolar do processo sucessório e na consolidação da abertura política.

Estão presentes em cinco colunas: o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB), político que durante a “Campanha pelas Diretas Já” se portou, segundo o colunista, sempre como uma opção do PMDB “às indiretas”, e o principal interlocutor do governo junto à oposição, o ministro Leitão de Abreu.

Também foi um mês de pressões sobre o Congresso Nacional, até a chegada da data de votação da emenda Dante de Oliveira, e de medidas coercitivas sobre os direitos civis. Entre elas as medidas de emergência contra Brasília e a proibição a rádios e televisões de transmitirem as sessões do Congresso. Por isso ministro do Exército, Valter Pires, tem papel de destaque nas colunas de Janio de Freitas, aparecendo também em 5 das 13 analisadas.

Quadro 5B – Personagens nas colunas abril

Personagens	Função	Número de colunas em que aparece
João Baptista Figueiredo	Presidente da República	9
Tancredo Neves	Governador MG	5
Leitão de Abreu	Ministro	5
Valter Pires	Ministro	5
Délio Jardim de Mattos	Ministro	3
Paulo Maluf	Deputado Federal	2
Leonel Brizola	Governador RJ	2
Luiz Inácio Lula da Silva	Presidente do PT	2
Alcides Franciscato	Deputado Federal PDS	2
Alfredo Karam	Ministro	2
Ernesto Geisel	Ex-presidente da República	2
César Cals	Ministro	2
Mário Andreazza	Ministro	1
Costa Cavalcanti	General	1
Garrastazu Médici	Ex-presidente	1
Delfim Netto	Ministro	1
José Sarney	Senador	1
Miguel Arraes	Deputado Federal PMDB	1
Fernando Lira	Deputado Federal PMDB	1
Bocayuva Cunha	Deputado Federal	1
Newton Cruz	General	1
Moreira Alves	Presidente STF	1
Rubem Medina	Deputado Federal PDS	1
General Costa Cavalcanti	Presidente da Eletrobrás	1
Maximiano da Fonseca	Ministro	1
Ulysses Guimarães	Deputado Federal PMDB	1
Nelson Marchezan	Deputado Federal PDS	1
Ernane Galvêas	Ministro	1
Afonso Camargo	Senador PMDB	1

PEDRO, Margarete, 2009.

Quadro 5C – Imagem da “Campanha das Diretas Já” – abril

Coluna/Dia	Título	Imagem
8 de abril – domingo	É melhor pensar	A favor
10 de abril – terça-feira	O comício é uma batalha	Descritiva
11 de abril – quarta-feira	A ordem das multidões	A favor
12 de abril – quinta-feira	É só marcar a data	A favor
13 de abril – sexta-feira	Fica o dito pelo dito	Descritiva
17 de abril – terça-feira	Proposta para 86	A favor
18 de abril – quarta-feira	Movimento completo	A favor
19 de abril – quinta-feira	Quando as luzes se apagam	A favor
20 de abril – sexta-feira	O confronto é lá	A favor
22 de abril – domingo	Estranho e perigoso	A favor
24 de abril – terça-feira	Acréscimos e deduções	A favor
25 de abril – quarta-feira	O fio da divergência	A favor
28 de abril – sábado	Indecisão decisiva	Contra

- **A favor:** é aquela em que o autor mostra os comícios ou atividades favoráveis à sucessão presidencial de forma direta ou faz críticas àqueles que não querem o processo sucessório de forma direta.
- **Contra:** é aquela que reproduz ressalvas, críticas ou ataques (contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal) aqueles que estão trabalhando pela sucessão direta.
- **Descritiva:** é aquela que descreve o processo sucessório.

6.2 – Sentidos do Texto em Janio de Freitas

Múltiplos são os sentidos que o discurso pode apresentar e também silenciar, aquilo que é dito e o que não se diz (Orlandi, 1993, 1997), ainda mais um discurso que traz a público a discussão política, seus entrelaçamentos e personagens que mostram e escondem as discussões de acordo com os interesses estabelecidos a cada jogada do xadrez político. Linguagem e política são indissociáveis, como afirma Santaella (1996). É por meio da linguagem que a cena política vai se desenrolar e os

meios de comunicação, mais especificamente as colunas de política, contribuem para que parte da memória e do acontecimento construído e interpretado possa chegar até o leitor. Explica Bakhtin que “a consciência toma forma e ser no material dos signos criados por um grupo organizado no processo de seu intercurso social” (1997, p. 12-18).

O contexto situacional da “Campanha pelas Diretas Já” é explorado por Janio de Freitas ao longo dos quatro meses (de janeiro até 25 de abril 1984) que antecedem a votação da “Emenda Dante de Oliveira” pelo Congresso Nacional. Faço aqui uma leitura aprofundada de nove (Quadro 7) das 47 colunas publicadas nesse período.

Esta parte do trabalho mostra, por meio do referencial da ACD (Análise Crítica do Discurso), já explicitada no primeiro capítulo, **como** Janio de Freitas vai tecendo um discurso em suas colunas de apoio explícito à aprovação da “Emenda Dante de Oliveira” e, ao mesmo tempo, de crítico ao papel desempenhado pelos personagens que se colocam contra o processo sucessório pela via direta, além de apresentar as relações de poder que se estabelecem durante todo o processo de negociação e luta política. O leitor de Janio de Freitas recebe por meio do colunista os bastidores do emaranhado político do período e é incitado, pelos argumentos, a tomar partido em relação à “Campanha pelas Diretas Já”.

Foram observados os títulos, a escolha das palavras, o uso dos adjetivos e da ironia. É verificado como se configura a posição do jornalista Janio de Freitas frente ao processo de sucessão e como se dá a explicitação no discurso jornalístico.

Quadro 7 – Colunas Analisadas

Coluna/Título	Data
Anotações sucessivas	10 de janeiro
Emoções da sucessão	22 de janeiro
O plebiscito da Sé	26 de janeiro
A incógnita da sucessão	2 de março
Sucessão de um ministro	20 de março
As duas campanhas	28 de março
Comício é uma batalha	10 de abril
A ordem das multidões	11 de abril
Movimento completo	18 de abril
Obs.: Durante o mês de fevereiro o colunista, em férias, publicou apenas três colunas, e nenhuma delas se adapta aos critérios estabelecidos para análise.	

PEDRO, Margarete, 2009.

1) O tema central desta coluna – “Anotações Sucessivas” (10/01/1984) – é o debate sobre a sucessão presidencial, com foco na postura que o Planalto, por meio do então Presidente da República, João Baptista Figueiredo, vem tomando. O colunista afirma que o Planalto constrói a possibilidade da eleição de Tancredo Neves como “uma opção de terceira instância”.

Primeiro, Janio de Freitas explica que antes dessa possibilidade o Presidente Figueiredo gostaria de “fazer” o seu sucessor por meio da “reeleição” (primeira instância) de um militar, o general Valter Pires. Taxativamente, o jornalista define que **“muitos seriam os obstáculos a serem transpostos pela reeleição”**¹³⁰ e que por isso o **“primeiro movimento é descartá-la como absurda”**. O adjetivo “absurda”, aquilo que contraria a razão e o bom senso¹³¹, é utilizado pelo colunista para mostrar que a hipótese da reeleição vem em contraponto à toda movimentação política pelo pleito direto que ocorre no país. Por isso, o Planalto busca alternativas, já que não deseja que a eleição ocorra pelo método direto. Utiliza também o

¹³⁰ Todos os textos que aparecem em negrito foram retirados do conteúdo das colunas e são grifos da autora.

¹³¹ Segundo os dicionários “Novo Dicionário Aurélio” (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p.14) e “Houaiss – Dicionário da Língua Portuguesa” (Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 6).

substantivo feminino “turvação” ao falar da **“tática de turvação do processo sucessório”**, no sentido de que essa tática é usada para esconder o **“impasse em que o PDS mergulhou e as divergências indisfarçáveis no PMDB”**. O impasse do PDS seria a falta de um candidato de consenso (havia naquele momento vários pré-candidatos ligados ao regime) e o impasse do PMDB, a eterna oposição entre os que queriam “as Diretas” imediatamente e os que diziam querer “as Diretas”, mas negociavam com o governo uma solução conciliatória caso a emenda Dante de Oliveira não fosse aprovada na Câmara dos Deputados.

O colunista também fala de qual seria a sua função: **“descrever o momento presente de um quadro ou parte dele, cujos personagens com maior poder de influência ou decisão ainda o querem velado ou indevassável”**. Ao definir o papel que desempenha, estabelece também qual é a imagem prioritária que quer passar para o leitor (Ethos¹³²): o jornalista como alguém que desvenda um discurso que o político quer esconder ou escamotear, que tem como função fiscalizar o poder público e as suas ações. É o que Maingueneau (2002, p. 137) estabelece como o indivíduo que ao se manifestar como “eu” se responsabiliza pelo enunciado. É isso o que faz o colunista.

Esta coluna tem como personagem principal o Presidente Figueiredo, que teria afirmado que **“devolveu a coordenação, mas não abriu mão da influência na sucessão”**. Janio de Freitas faz o uso de aspas ao repetir a fala do Presidente com a intenção de atrair a atenção do leitor sobre a postura de Figueiredo e referendá-la, já que a utilização de aspas no jornalismo dá credibilidade à informação. Mas o uso das aspas, ao mesmo tempo em que ressalta a fala do “outro” (aquele de quem o enunciadador fala), deixa ao “receptor o cuidado de compreender porque chama sua atenção, porque abre assim uma falha no seu próprio discurso” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 66) para o discurso do “outro”.

O Presidente é tratado pelo colunista como alguém que não perdeu o ranço militar de dar ordens e não querer vê-las questionadas. Define ainda que o Presidente manifesta **“o caráter imperativo de sua vontade ou as reações que qualquer discordância lhe inspira”**, e que isso é **“facilmente observável”**. O substantivo caráter, que significa característica de personalidade, recebe o adjetivo “imperativo”

¹³² Ethos: termo tradicional da retórica aristotélica que, em linhas gerais, constitui os atributos do orador que ele mostra ao auditório. É a imagem que o orador projeta de si mesmo por meio do discurso. Segundo Charaudeau & Maingueneau (2008, p. 220), “o enunciadador deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber”.

– autoritário, categórico. Ambos explicam ao leitor como o jornalista observa a personalidade do Presidente Figueiredo.

É possível também fazer duas leituras do título **“Anotações sucessivas”**. Em uma primeira, traz para o leitor a ideia central do que falará o colunista em seu texto sobre “a sucessão presidencial”. Ao mesmo tempo, é possível fazer uma leitura por meio desse título sobre o papel desempenhado pelo jornalista. O substantivo **anotações** (comentar por meio de notas) vem qualificado pelo adjetivo **sucessivas** (algo que vem depois, que se repete). E não é isso que faz Janio de Freitas? Toma notas, entrevista e apura os bastidores do processo sucessivo, e, constantemente, desvelá-lo para o leitor.

2) Na coluna **“Emoções da sucessão”** (22/01/1984), o colunista trata do que tem pautado a posição **“do regime e do governo diante da sucessão”**, que ele qualifica como razões de “ordem emocional”, muito mais do “que de fato ideológicas”. Afirma também que essas **“emocionalidades”** são de tipos diferentes nos **“representantes da base militar do regime (os altos chefes e a oficialidade superior que neles influi) e os motivos que emocionalizam tudo o que os integrantes do governo digam, façam [...]”**. O substantivo “emocionalidade” deriva do adjetivo “emocional”, aquilo que desperta sentimentos. Sentimentos não são racionais, são subjetivos e muitas vezes não expressam aquilo que é real. São desprovidos da razão, e não deveriam fazer parte dos processos políticos, os quais seriam pautados pela racionalidade.

Passa então a explicar, a dar argumentos que comprovem o motivo de as razões serem de “ordem emocional”. Para o primeiro grupo, os representantes da base militar, que qualifica como **“militares influentes”** (que tem poder de interferir nas decisões do grupo), a “emocionalidade” estaria calcada em **“idiossincrasias”** e **“ressentimentos”** que se transformaram em **“obsessões”**. Os três substantivos mostram que os militares têm esse comportamento “obsessivo” com relação à sucessão presidencial, não por acharem que a população brasileira possa cobrar do novo governo eleito punição aos atos dos militares nos 20 anos do regime. Segundo o colunista, os militares sabem que **“a população brasileira está dotada de fortes sentimentos refratários a propostas extremadas”**. Mas o problema da sucessão estaria sim em que **“o regime mantido ao longo destes vinte anos, e seus resultados conhecidos, não venham a ser execrados a partir do Poder”**.

Está explícito neste enunciado o seguinte pressuposto¹³³ (MAINGUENEAU, 1998, p.115; CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 403): os possíveis eleitos pelo voto direto (da oposição), que sofreram os efeitos da ditadura, com o exílio e o alijamento do poder, se eleitos podem passar a fazer o mesmo com os detentores do regime anterior (os militares), seriam, então, alijá-los do poder. O verbo **poder**, cujo significado está ligado a ter autoridade e capacidade para decisões, aparece aqui escrito com letra maiúscula (Poder) no sentido de reforçar e ressaltar o seu significado.

Janio de Freitas explica no texto o motivo pelo qual o **“temor à reabertura”** dos militares se justifica com a eleição de um novo Presidente da República eleito pelo voto direto a partir de um grupo político contrário ao regime anterior: **“Desde que a repressão recorreu à tortura e instalou celas de dor e morte em quartéis, o temor existirá enquanto sobreviver qualquer dos responsáveis por esses crimes”**. Usa uma metáfora “celas de dor e morte”, pois celas são, na sua acepção original, o compartimento de uma prisão, e não local em que ocorrem crimes. E se são crimes, devem ser punidos e cabe ao novo presidente pôr isso em prática. O colunista acredita que essa é uma vulnerabilidade real que os militares devem temer.

Cita, então, dois personagens do cenário político que causam esse temor aos militares. Um deles seria o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e o outro o deputado federal do PMDB Ulysses Guimarães. Janio de Freitas afirma que há uma **“repulsa uniformizada”**. Utiliza outra metáfora ao falar da aversão que os militares têm em igual medida pelos dois políticos. A aversão ao primeiro, Brizola, seria pela postura política que manteve antes de 1964 e, ao segundo, Ulysses, porque ele é simplesmente **“visto como adversário dos militares”**.

Por fim, no segundo grupo, o daqueles que integram o Planalto, o **“temor”** estaria calcado na possibilidade de o novo governo realizar **“inquéritos que investiguem a corrupção”**. Este sim um temor real. O colunista compara os governos militares com regimes como o de Trujillo, Somoza, Papa Doc¹³⁴ **“e por aí**

¹³³ Charaudeau & Maingueneau (2008, p. 404) citam Ducrot (1972) para definir o que é para os linguistas um pressuposto: tipos particulares de conteúdos inscritos nos enunciados. Segundo os autores, os pressupostos têm como características corresponderem a realidades supostas já conhecidas dos destinatários; não são afetados pela negação nem pela interrogação e não podem, por princípio, nem ser “anulados” nem servir de base para o encadeamento.

¹³⁴ Rafael Leônidas Trujillo Molina – ditador da República Dominicana entre 1939 – 1961; Família Somoza – ditadores da Nicarágua entre 1936 – 1956 (Anastásio Somoza), entre 1967 – 1972 (Luis Somoza, filho de Anastásio) e entre 1972 – 1979 (Anastásio Somoza, irmão de Luis); Pap Doc (François Duvalier) – ditador do Haiti entre 1957 – 1971.

abaixo”, conhecidos pela truculência política e pelos desvios de verbas públicas. E explicitamente diz como vê o final de governo no Planalto: **“Se instaurou em Brasília o clima de fim de festa, a ordem é o progresso – pessoal, urgente, capaz de cobrir gerações. E não importa o que seja exigido em troca, de simples audiência até medidas de alcance nacional”**. Faz uma analogia com a inscrição da bandeira nacional, “Ordem e Progresso”, substituindo-a por “a ordem é o progresso”, mas não o público e, sim, o individual, particularizado para os que estão ao lado e no poder.

Termina a coluna com um alerta para os dois grupos – militares e integrantes do regime: **“os patrocinadores do regime e os ocupantes do governo deveriam, antes de preocupar-se com a sucessão, verificar se vai sobrar país para o sucessor governar”**. O país vivia em 1984 em profunda recessão econômica e com inflação galopante. Pode-se afirmar que Janio de Freitas faz aqui o uso de um enunciado “embreado”¹³⁵, em que o colunista “interpela o co-enunciador”. Há um “eu” implícito que se dirige a um “vocês” (os patrocinadores do regime), que o interpela e provoca. (MAINGUENEAU, 2002, p.114).

O título **“Emoções da sucessão”** é classificado no jornalismo como nominal, não faz uso do verbo de ação no presente do indicativo, comumente utilizado pelos textos factuais. Por isso pode ser considerado um título mais retórico, que leva o leitor a pensar que a sucessão será ainda carregada de “abalos”, no sentido de despertar sentimentos intensos, “emoções”, naqueles que acompanham ou fazem parte do processo no país. Faz referência indireta à discussão que estabelece no texto da coluna sobre os motivos dos grupos (militares e ocupantes do governo) – emocionais – serem a favor ou contra o pleito direto.

3) Na coluna do dia 26 de janeiro, intitulada **“O plebiscito da Sé”**, Janio de Freitas se coloca explicitamente ao lado dos que querem a restituição do voto direto para Presidente da República e produz um manifesto pela “Diretas Já”. Entendendo manifesto como uma declaração pública de opinião que se tem sobre um fato. Possibilidade de manifestação que é dada ao colunista por ter a coluna como um meio de expressá-la.

¹³⁵ Maingueneau (2002, p. 113) define que “produzir um enunciado que comporte embreantes e que esteja, portanto, em relação com a situação de enunciação; fala-se, então, de enunciado embreado. Geralmente esse tipo de enunciado contém, além de embreantes, outras marcas da presença do enunciador: apreciações, interjeições, exclamações, ordens, interpelação do co-enunciado...”

Isso aparece logo na escolha do título. Ao chamar o comício da “Campanha pelas Diretas Já”, que ocorreu na Praça da Sé, em São Paulo, de “O plebiscito da Sé”, o colunista retoma dois dos significados que podem ser atribuídos ao substantivo “plebiscito”. O primeiro deles remonta à Roma Antiga, quando esta palavra significava decreto do povo definido em comício. Na política atual, plebiscito é quando se faz uma consulta popular sobre uma questão específica por meio de votação que terá como resposta sim ou não.

Ora, as mais de 300 mil pessoas reunidas na Praça da Sé disseram “sim” para a eleição pelo voto direto. E o colunista, no primeiro parágrafo do texto, explica esse fato ao comparar a quantidade de pessoas na Sé ao número de habitantes dos municípios brasileiros: **“Dos quatro mil municípios brasileiros, apenas 33 têm mais habitantes do que o número de pessoas ontem reunidas em São Paulo para reivindicar a restituição do seu direito, e do nosso, de escolher o presidente da República”**. O uso do advérbio de intensidade “apenas” transmite uma avaliação valorativa de “quem fala”, ao mostrar que o número de pessoas reunidas na manifestação supera em muito a população da maior parte dos municípios brasileiros e essa seria a resposta aos que não querem o pleito direto.

Pode ser considerado também um manifesto, por utilizar o verbo “reivindicar”, o qual traz implícito o sentido de tomar a decisão de restituir algo que foi tirado por meio da força – ditadura, pelas próprias mãos – as manifestações nas ruas. Janio de Freitas se inclui no grupo ao utilizar o pronome possessivo “direito nosso” para se referir ao direito de escolher o presidente pelo voto.

O segundo parágrafo dá uma visão apaixonada do que representou a movimentação na Praça da Sé, chamando-a de **“capital do Brasil por um dia [...] concentração representativa de mentes e músculos [trabalhadores e intelectuais presentes ao comício] que mantém o Brasil em pé”**. Diferente da capital que “o país tem hoje”: de **“palácios e palacetes habitados pela inação, o privilégio e os interesses pessoais”**. Inércia, regalias para um determinado grupo e vantagens individuais estão em oposição ao interesse público, objetivos que deveriam pautar os governos. A movimentação na Praça da Sé teria sido o oposto desse perfil, é o que expressa o colunista.

No terceiro parágrafo, traz novos argumentos que definem a mobilização, a qual ele denomina de **“plebiscito espontâneo da Sé”**. Aquilo que é espontâneo nasce

da própria vontade, como uma resposta definitiva aos que se opõem às diretas. Afirma que **“a falsa ordem do regime recebeu reprovação irresponsável”**.

O quarto parágrafo dá a definição final para explicar o significado do comício da Sé. Sai o colunista, que tem opinião formada sobre o fato e a expressa, para recorrer às **“opiniões competentes e responsáveis”**, recurso jornalístico que remete a credibilidade do discurso para aqueles que estão envolvidos com o fato. Estes teriam afirmado que a concentração do dia 25 estava **“destinada”** a se transformar no **“ponto crucial da campanha pela retomada das eleições diretas”**. Janio de Freitas finaliza o parágrafo dizendo que isso de fato aconteceu. Segundo ele, **“a caminhada institucional brasileira avançou ontem um longo passo. E um avanço extenso é sempre um impulso para avanços subsequentes”**. A adoção do verbo avançar, uma vez, e do substantivo avanço por duas vezes é utilizada como reforço do contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2006, p. 42) que Janio de Freitas quer estabelecer com o leitor ao dar-lhe o fato – Comício da Sé, e ao interpretar o significado desse acontecimento – avanço da campanha das Diretas.

No último parágrafo do texto, o colunista utiliza o recurso da ironia para se referir ao Presidente Figueiredo e ao fato de **“ser uma pena”** ele não ter participado do comício da Sé. E justifica: **“Tem mesmo esses inconvenientes a trabalhadeira brutal de quem quer exercer a Presidência em seriedade e plenitude...”**. Segundo Maingueneau (2002, p. 175), “a enunciação irônica apresenta a particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante mesmo em que é proferida”. E continua: **“[...] enquanto o povo se reúne em quantidade que o regime jamais conseguiria mobilizar, o Presidente tem que ir inaugurar as obras de reforma de um seminário que nem ao menos estão concluídas”**.

4) Em **“A Incógnita da sucessão”**, de 2/3/1984, o colunista se propõe a mostrar que a questão da sucessão dentro do governo Figueiredo vem sendo escondida para a opinião pública – **“nenhum momento do governo Figueiredo se mostrou menos nítido e menos transparente para a opinião pública”**. Nesta frase utiliza duas vezes o adjetivo superlativo relativo de inferioridade “menos”, no sentido de intensificar o quanto o governo de fato quer esconder da opinião pública a sua indefinição sobre o processo de sucessão.

O texto traz, logo no primeiro parágrafo, o cenário dessa falta de transparência política: **“as forças do regime dividem-se em correntes diversas entre a perplexidade e a meia-definição, transmitindo ao futuro político-**

institucional o seu próprio descontrole e insegurança". Ao afirmar que há **descontrole e insegurança** nas posições do governo com relação ao processo sucessório, mostra também uma situação nervosa e instável nos grupos governamentais, ou seja, expressa um ponto de vista que é pessoal, embora calcado na indefinição de quem é de fato o candidato do Planalto.

Volta a discutir e criticar o papel do jornalista de modo implícito, em um primeiro momento, **"... a sequência de fatos, a esse respeito, é luminosa",** para aqueles que conseguem analisar o desenrolar da política. E, explicitamente, em seguida, ao falar como em um determinado momento ele (a coluna) desvendou para o leitor a possibilidade de a eleição direta ser uma preferência do Planalto: **"Ao ser aqui divulgada, a notícia desta decisão foi recebida ou com reserva ou, como é de praxe, de certo gênero de novíços das redações, com a volúpia de destituí-la antes de verificá-la. Os declaradores oficiais, por seu lado, não a desmentiram nem confirmaram"**.

Avalia como alguns profissionais de imprensa se baseiam apenas nas informações oficiais e não buscam apurar os acontecimentos como deveriam e por isso acabam ficando na superfície das informações. Isso resultaria, quando se trabalha no campo da política, em não descobrir a intenção por trás das declarações e dos atos. Esta seria a função – elucidar – do profissional de jornalismo (CHARAUDEAU, 2006, p. 178).

Segundo Janio de Freitas, em entrevista à autora, em abril de 2009, o uso das fontes oficiais, principalmente os políticos, é considerado secundário: "A informação política circula e você precisa conseguir localizar pessoas para obter boas fontes de informação".

Finaliza o texto com a questão da indefinição, ou a **incógnita**, que é o termo utilizado por ele, inclusive no título. Ela estaria muito mais calcada no "quem" será eleito e não no "como" (eleição direta ou indireta). Passa então a expor os motivos de o problema estar no "quem".

O governo seria a favor das Diretas se, junto com elas, viesse o sistema parlamentarista, que tiraria do processo o governador Brizola (desafeto de Figueiredo). Para o colunista, Brizola não abriria mão de governar o Rio de Janeiro, pois **"uma Presidência pouco mais do que nominal não valeria sua desincompatibilização do governo do Rio"**. Seria essa a avaliação do Planalto.

Ainda cita o episódio no qual o Presidente Figueiredo falou a favor das Diretas: **“Era o próprio presidente que fazia a consagração africana das Diretas”**. Supõe aqui que o seu leitor é alguém com repertório sobre o cenário político, pois retoma um assunto discutido anteriormente – a viagem do Presidente Figueiredo à África, na qual ele afirmou ser favorável ao pleito direto.

O outro candidato que teria a rejeição do governo é o deputado federal pelo PMDB Ulysses Guimarães. Mas aí o perigo seria pela via direta. Dois nomes do PDS, Maluf e Andreazza, seriam, pela leitura feita pelo governo, incapazes de concorrer com Aureliano Chaves, outro candidato do PDS, mas que não tem o apoio dos militares nem do presidente, embora fosse vice-presidente da República.

Em dois momentos se refere às eleições diretas: **“retumbância da campanha pelas Diretas tem ajudado a encobrir”** e **“O recuo [das diretas] foi feito e está sendo mantido em nome do regime e contra a reivindicação que as estimativas atribuem a 90% do eleitorado”**. Toma novamente posição favorável às eleições diretas e se coloca claramente no texto: primeiro, ao mostrar como o movimento pelas Diretas tem ecoado pelo país – **retumbância**, e, posteriormente, que esse deveria ser um processo irreversível, pois **90% da população** vem reivindicando isso. Novamente utiliza o recurso do “outro” (**estimativas atribuem**), de uma voz fora do texto para referendar o seu enunciado.

5) **“Sucessão de um ministro”**, coluna de 20/3/1984, tem como tema central o que levou à exoneração do ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca. Segundo o colunista, a justificativa do Planalto teria sido a interpretação das afirmações feitas pelo ministro Maximiano (personagem central desta coluna) em entrevista publicada na imprensa, após a definição pró-indiretas do Presidente da República. Uma das frases se referia às manifestações pró-diretas: **“Enquanto não houver bagunça ou baderna, está bem que o povo se manifeste”**. Janio afirma que a leitura do Planalto é que o ministro estaria, com essa frase, se colocando ao lado das manifestações.

Mas o significado para o colunista é bem diferente. Utiliza dois adjetivos para qualificar a frase acima: **“autoritária e arbitrária”**. E ainda usa como reforço o fato de que “bagunça e baderna” estariam em outro campo da história brasileira, e não nas manifestações populares (toma posição).

Traz outra frase aspeada do ministro da Marinha: **“O que o presidente falar é minha posição. Ele faz o que achar que é certo e nós cumprimos”**. Para o colunista, há aí uma incongruência na justificativa dada pelo governo para a dispensa

do ministro, e também na avaliação produzida pelo Planalto sobre a entrevista, pois o discurso do ministro o coloca como alguém que cumpre as ordens do presidente da República e não está em oposição a ele.

Novamente, desvenda para o leitor o que seria concretamente o motivo: **“Não houve confronto [Planalto e ministro], mas, sim, o aproveitamento rápido de uma oportunidade há muito perseguida”**. O ministro estaria, na visão do Planalto, de fato, ao **“liberar”** as manifestações pelas Diretas, servindo à candidatura de Aureliano Chaves. **“Passaram a vê-lo como o mais aurelianista dos aurelianistas do governo”**, que o governo não quer. Por isso, **“aciona-se, pois, a guilhotina”**.

Maingueneau (2002, p. 141-142) define que o uso do discurso direto serve a uma “encenação” e tem o propósito de “criar um efeito de autenticidade”. Segundo o autor, é como se o enunciador afirmasse: “eis as palavras que foram ditas”. O problema estaria em como o enunciador faz a interpretação dessa citação: “Como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado”.

Neste estudo é possível estabelecer que a primeira e a segunda “aspas” do ministro utilizadas pelo colunista querem indicar que o governo não é sincero ao relatar os motivos para a exoneração.

Janio de Freitas faz, então, uma exposição das causas que levaram à exoneração e todas elas se referem à escolha do candidato do governo à Presidência da República, cuja discussão foi iniciada no Planalto em fevereiro de 1984 e que o governo acreditou ser a solução para resolver o problema das candidaturas. Cita Janio: **“reunião imaginada no Planalto para produzir efeito extremado no quadro das candidaturas, e obviamente de maneira muito especial na candidatura Aureliano Chaves...”**. Aquilo que é imaginado não é real, e então não poderá causar um efeito extremado, ou ter resultados reais. As candidaturas se movem por outras questões que não só as definidas no Planalto.

É mais uma coluna que trata novamente do papel da imprensa. Cita um suposto documento (sobre a reunião citada acima) assinado pelos ministros militares e **“cuja existência algumas manchetes chegaram a assegurar”** e que, segundo ele, nunca existiu, que teria produzido efeito na exoneração do ministro. Posteriormente, um repórter teria perguntado ao ministro Maximiano sobre qual era a sua opinião a respeito do aumento das prestações do Sistema Financeiro da Habitação. Ele teria respondido: **“se for isso, eu estou roubado”**. Janio faz o uso do recurso das aspas

novamente. Para o colunista, essa é **“uma reação de simples mortal”** ao receber a informação.

Ainda utiliza o recurso da ironia (ministros costumam roubar, e não ser roubados): **“Um ministro roubado já era, por si só, uma inversão insólita”**. Bastaria ter utilizado a palavra **inversão**, mudar de rumo, mas o reforço com o adjetivo **insólita** traz o significado daquilo que contraria as regras e a tradição.

6) Com o título de **“As duas campanhas”**, a coluna de 28/3/1984 tem como tema central, já expresso no título, as duas campanhas para a sucessão presidencial, que seriam opostas, desenvolvidas dentro do PMDB: uma quer as “Diretas Já” e a outra negocia uma alternativa com o governo.

O personagem principal é o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, a quem o colunista atribui ter entrado **“em contradição direta com o gesto que acabara de praticar, ao propor (com êxito) aos demais líderes peemedebistas que não antecipem qualquer decisão sobre o que o PMDB deve fazer a partir de 26 de abril”**. Na mesma reunião em que verbalizou a necessidade das lideranças esperarem o fim do processo para falar em alternativas, exprime **“suas apreensões com a frustração que decorreria da recusa às eleições diretas pelo Congresso”**.

Para o colunista, a **“lógica”** seria prevenir a **“frustração ameaçadora”**. A lógica é fruto de um raciocínio rigoroso, coerente. Então, se há uma ameaça que possa pôr em perigo as Diretas, cabe aos peemedebistas contribuir para o fim dela.

Mas os argumentos utilizados pelo colunista mostram ao leitor a existência de alternativa já negociada – **“o mandato transitório de dois anos, com eleições diretas em 87”**, e ao propor que não se fale em outra coisa senão sobre as Diretas, o político impede o aparecimento de novas possibilidades diferentes da negociada. Demonstra que Tancredo faz jogo duplo em relação ao processo: **“E não permitir declarações senão favoráveis às Diretas Já resulta em bloquear vazamentos perturbadores, tornando públicos fatos ou intenções que desvendem táticas dúplices, o que pode suscitar resistências ou macular imagens cujos portadores precisam preservá-las”**.

A política ocorre na cena pública e essa é uma cena de teatro, segundo Charaudeau (2008, p. 287), por isso mostra concomitantemente o *ator*, o *personagem* e a *pessoa*. Essas três imagens fazem parte do papel do político.

Como ator, mostra sua imagem, na verdade o seu carisma; como personagem, desempenha plenamente seu papel de político no exercício de suas funções; como pessoa – discretamente destilada –, mostra que não é menos humano, que tem sentimentos como os demais. O cidadão espectador dessa cena está, portanto, à espera de imagens que remetam a esses três papéis, pois ele realmente precisa de algo que justifique seus movimentos de adesão ou de rejeição ao político... (CHARAUDEAU, 2008, P. 287).

O colunista se propõe aqui a mostrar a “verdadeira imagem” de Tancredo, ou aquela que constrói por meio da tradução, produzida pelo jornalista, da sua fala e, também, das suas ações. Que imagem seria essa? A do negociador, do exímio jogador político, que marcou a trajetória pública de Tancredo na mídia.

Por fim volta a utilizar a ironia: **“O comício pelas Diretas em Campo Grande foi um sucesso. Tanto que, reunindo as lideranças peemedebistas, deu um grande impulso à campanha pela negociação”**. Implicitamente, deixa aqui a mensagem de que, se deu **grande impulso** à negociação, esfriou a campanha pela aprovação da emenda Dante de Oliveira. O uso do adjetivo “grande” para qualificar o substantivo impulso (aqui no sentido de incentivar) intensifica a característica e dá a ideia de excesso.

7) **“O comício é uma batalha”** titula a coluna do 10/04/1984. O tema principal é a realização do comício no Rio de Janeiro, que ocorreria no dia de publicação da coluna, e as dificuldades para que ele acontecesse. O personagem central é o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

O texto de Janio de Freitas faz logo no primeiro parágrafo uma assertiva positiva sobre a realização do comício e a importância que as mobilizações pelas Diretas têm para a história das campanhas públicas no Brasil: **“O comício pró-Diretas que hoje se realiza no Rio, com expectativa de comparecimento sem precedentes na atual ou em qualquer outra campanha pública no Brasil, é a superação de uma sequência de sinuosidades e conflitos em duas frentes”**.

Passa então a explicar quais seriam as **sinuosidades** e **conflitos**. Os dois substantivos – sinuosidade e conflito – apresentados no texto trazem a ideia das dificuldades e das divergências ocorridas para a construção da mobilização, mas que passaram por um processo de **“superação”**. Para o colunista, um dos problemas foram as **“diversas correntes políticas integrantes da comissão organizadora do comício”** e o outro, as **“relações cada vez mais gravemente difíceis entre o regime e o governador Brizola”**. Janio constrói um discurso que pretende estabelecer

correlações do fato o que, segundo Charaudeau (2006), não é muito atraente para o discurso midiático. É preciso, para torná-lo mais atraente, pôr “em cena responsáveis e eventuais culpados. Assim estaria assegurada uma possível captação, estaria assegurada, em todo o caso, a repercussão” (CHARAUDEAU, 2006, p. 187).

Começa a elucidar para o leitor o papel desempenhado por Brizola na “Campanha pelas Diretas Já”. Este é outro personagem da cena política, assim como o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, apresentado pelo colunista como um “jogador”, no sentido de modificar as suas ações de acordo com os interesses individuais que as movem.

Trata de dar os argumentos para mostrar a posição do governador do Rio de Janeiro. O primeiro deles seria que: **“Ao se iniciar a campanha pelas Diretas, o governador do Rio ainda não aceitava como definitivo o rompimento, por iniciativa do general Figueiredo, das relações que tão penosamente constituíra com o presidente”**. O uso do advérbio **“penosamente”**, para caracterizar de que maneira as **“relações”** entre Brizola e Figueiredo foram construídas, demonstra as dificuldades (o significado de penoso, que dá origem para penosamente, é aquilo que causa dor) em que o processo se deu.

Em seguida, revela um Brizola que escamoteia a sua imagem para a opinião pública: **“Embora passando a evitar declarações explícitas em favor da prorrogação do mandato de Figueiredo por dois anos, com eleições diretas ao fim desse período, sem dúvida Brizola mantinha a mesma posição”**. Esconde (**“evita declarações explícitas”**) a sua anuência com o grupo negociador nos bastidores da prorrogação do mandato de Figueiredo por dois anos, com eleições diretas posteriormente. O que seria uma vantagem tanto para Brizola como para Tancredo¹³⁶, pois poderiam permanecer governando os seus Estados por um período maior, o que facilitaria a candidatura de ambos à Presidência da República ao findar essa prorrogação de mandato, sem precisar se desincompatibilizar do cargo naquele momento.

O colunista utiliza também, para emitir uma opinião explícita sobre o político, a preposição **“sem”** antes do substantivo **“dúvida”**. Estabelece uma relação entre ambos e referenda que não existe nenhuma possibilidade da posição de Brizola ser outra.

¹³⁶ Janio de Freitas discute o papel de Tancredo Neves na coluna do dia 28 de março, a qual foi analisada anteriormente.

Em que se baseia Janio de Freitas para fazer essa afirmativa? Na sua observação sobre o desenrolar dos fatos. Segundo o colunista, Brizola **“preferiu que toda a campanha das Diretas no Rio, aí incluído o comício de hoje, ficasse, não sob o seu comando ou do PDT [partido ao qual o governador pertencia], mas entregue a uma comissão interpartidária com o acréscimo de entidades públicas, como a OAB e ABI, todos em igualdade de condições. E insistia, em suas entrevistas, em que o governo do Estado e a Prefeitura do Rio não se envolveriam em concessões, como transporte público e dispensa do funcionalismo para fortalecer o comício”**.

O colunista demonstra que Brizola deixava claro ao governo Figueiredo que, se a campanha das Diretas é um problema para o Planalto, não faria parte do processo (uso do verbo preferir no sentido de escolher) se isso fosse a condição para manter as “boas relações” (uso do verbo **insistir** no sentido de persistir nas afirmações que fazia para a imprensa) com o presidente. E dava mostras disso para o Planalto, pois **não se envolveria em concessões**, não facilitaria as mobilizações que ocorreriam em seu Estado.

Janio dá outra “prova” da postura do governador, desfavorável às Diretas, ao citar a passeata ocorrida no dia 16 de fevereiro no Rio de Janeiro. Explica que no dia da passeata Brizola estava no Uruguai **“para tratar de assuntos pessoais”**. A frase foi aspeada pelo “enunciador, para indicar que suas palavras não correspondem bem à realidade” e para delegar “ao co-enunciador a tarefa de compreender o motivo pelo qual ele está chamando assim sua atenção e abrindo uma brecha em seu próprio discurso” (MAINGUENEAU, 2002, p. 160 e 161).

Mas em um determinado momento (**“de repente”**), nos últimos dez dias expressa Janio de Freitas, Brizola muda de postura (**“por algum motivo imponderável, mas ainda não identificado”**) e passa a apoiar a realização do comício, **“participando da gravação dos anúncios, inspeção e reformulação da passarela, planejamento do trânsito e tudo mais”**.

Volta a utilizar o recurso da ironia para explicar a modificação na postura de Brizola: **“Há quem proponha uma explicação maldosa para esta virada súbita: convencido de que nada mais influenciará a votação das Diretas no dia 25, Brizola decidira não perder a oportunidade de um grande êxito”**. Não está claro para o leitor quem é esse **“quem”** que **propõe**, não há um sujeito explicitado na frase. Janio usa a voz do outro (**quem**), ao qual atribui a responsabilidade pelo

enunciado (MAINGUENEAU, 2002, p. 175), desqualificando-o, pois **explicação maldosa** é interpretar mal a ação do governo.

Além disso, o colunista apresenta outras possibilidades para a nova postura do governador: combater a concorrência de Lula e, por fim, o fato de o cerco de Brasília sobre o Rio de Janeiro ter aumentado e **“Brizola concluiu haver chegado o momento do tudo ou nada”**.

8) Na coluna **“A ordem das multidões”**, de 11/4/1984, Janio de Freitas faz o segundo manifesto pró-diretas¹³⁷. A coluna trata do dia seguinte ao comício do Rio de Janeiro, que reuniu mais de um milhão de manifestantes.

O título **“A ordem das multidões”** expressa o conteúdo que irá ser desenvolvido pelo colunista ao longo do texto. Segundo ele, a população faz de suas manifestações pelo país um tributo para a aprovação da emenda Dante de Oliveira e a restituição do direito de escolher o presidente da República pelo voto direto. Se é uma **ordem** e vem das multidões, é inquestionável.

Janio de Freitas inicia o primeiro parágrafo da coluna com a frase **“Valeu a pena”**, inferência que será repetida ao longo do texto mais algumas vezes, no sentido de mostrar ao co-enunciador o quanto as manifestações são fundamentais para a retomada da democracia no país e que nenhuma dificuldade passada para chegar até ela foi em vão:

– **“Valeu a pena. Se para testemunhar e viver este momento vital de civismo era necessário ter vivido e testemunhado anos de silêncio forçado, valeu a pena tê-los testemunhado”**. O colunista faz o uso de duas metáforas, figura do discurso que aqui tem como função a persuasão¹³⁸ do leitor, no sentido de transferir “analogicamente um valor decisivo ligado ao termo metafórico para a proposição que se quer que seja aceita” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 330). Então, **“anos de silêncio forçado”** se refere aos 20 anos de ditadura militar, e **“momento vital de civismo”** se refere à “Campanha pelas Diretas Já”.

Janio de Freitas se dirige aos **“donos do regime”** (militares e governo) e ao **“Congresso”**: **“Os donos do regime podem temer as eleições diretas a ponto de**

¹³⁷ A primeira coluna, que pode ser considerada um manifesto, foi analisada anteriormente e tem como título “O plebiscito da Sé”, publicada em 26/1/1984.

¹³⁸ CHARAUDEAU E MAINGUENEAU (2008, p. 330) atribuem três funções discursivas para a metáfora: função estética, que estaria mais próxima dos enunciados literários; função cognitiva, no sentido de que ela permite explicar analogicamente um domínio novo ou pouco conhecido por um domínio conhecido; função persuasiva, usa a metáfora para impor opiniões sem demonstrá-las. Discursos políticos e midiáticos estariam entre os que fazem uso dessa função.

impedi-las. O Congresso pode temer os donos do regime a ponto de recusar as eleições diretas. Pouco importa: uma confirmação a mais ou a menos nada significa para uma velha regra, como esta da dissociação entre a pequena parcela que detém os instrumentos institucionais e os meios de coerção e, de outra parte, a vastidão renegada que se chama Brasil”. Utiliza duas vezes o verbo “temer”, para demonstrar que há um receio na aprovação das Diretas tanto pelo governo, que teme a eleição direta, como pelo Congresso, que teme aprová-las e descontentar o atual regime. O jornalista denomina posteriormente esse fato como “**conflito de vontades**”. Por fim, afirma ser mais uma vez repetida a “**velha regra**” da separação entre o desejo dos que detêm o poder (“**pequena parcela**”) e do povo (“**vastidão renegada que se chama Brasil**”).

O jornalista se manifesta como participante do processo histórico. Esta é a coluna, do conjunto de textos analisados, em que a opinião do enunciador sobre as eleições diretas está mais explícita. O colunista produz, por exemplo, uma seleção de determinados elementos lexicais como recurso retórico para denominar e qualificar a “Campanha pelas Diretas Já”: “**momento vital de civismo**” (primeiro parágrafo); “**culminância de todo o civismo e toda a brasilidade**” (terceiro parágrafo); “**multiplicação das multidões por todo o país...**” e “[...] **agora mais de um milhão de pessoas que concentram os seus corpos e as suas ansiedades cívicas após 20 anos de coerção...**” (quarto parágrafo).

Finaliza o texto utilizando uma parte do discurso, entre aspas, proferido por Sobral Pinto¹³⁹: “**... este movimento não é contra ninguém. Este movimento é a favor do povo brasileiro. Este movimento é a favor da cidadania brasileira**”, o qual ele denomina de sábio (“**... no breve discurso de sua quase sabedoria centenária**”). Cita Sobral Pinto no sentido de referendar todo o discurso feito anteriormente.

9) “**Movimento completo**” é o título da coluna de 18/4/1984, que discute as negociações sobre a sucessão para impedir a aprovação da emenda Dante de Oliveira no seu texto original.

¹³⁹ O jurista Heráclito Sobral Pinto (1893-1991) lutou pela democracia no Brasil durante toda a sua vida. Foi defensor de presos políticos perseguidos nas ditaduras do Estado Novo (1930-1945) e na militar, instaurada em 1964. Durante o Comício da Candelária, em 10/04/1984, de que trata a coluna de Janio de Freitas, conseguiu que os participantes da mobilização atendessem ao seu pedido de silêncio para ouvir o seu pronunciamento do artigo da Constituição que diz: “Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido”.

Seriam duas as propostas. Ambas levariam ao mandato tampão, que Janio de Freitas vai elucidando:

– A primeira quer evitar que a emenda Dante de Oliveira vá imediatamente para exame no Senado, se conseguir a aprovação na Câmara. Segundo Janio, **“no interregno então obtido, a emenda do governo, já negociada a antecipação das eleições diretas para 86, seria submetida ao exame (e, por suposto, à aprovação) dos deputados, com que a emenda Dante de Oliveira tanto poderia ser rejeitada pelo Senado, como dada por prejudicada. E o Senado aprovaria, então, a emenda do governo, emendada pelos negociadores”**.

– A segunda levaria também ao mandato tampão, só que o acordo incluiria a aprovação da emenda Dante de Oliveira. O presidente seria, explica o colunista, **“eleito com voto direto, para um mandato de dois anos, um presidente que agiria como magistrado para recompor os alicerces jurídicos da redemocratização, auxiliado pela atribuição ao Congresso dos poderes de Assembleia Constituinte e para aplicar à administração federal as reformas legais e burocráticas que a preparem para a vida democrática”**.

Começa a apontar, então, quem seriam os negociadores. Afirma que há **“setores importantes”** do PMDB e do PDT – utiliza o adjetivo **“importante”** para mostrar que são setores essenciais dos partidos. Entre eles estaria Tancredo Neves e seus aliados. Cita a ida ao Rio de Janeiro, para conversar com o governador Brizola, dos deputados Miguel Arraes e Fernando Lira. O colunista explica ao leitor que Fernando Lira é **“...significativamente afinado com o governador Tancredo Neves”**. O advérbio **“significativamente”** descreve de maneira intensa o quanto Fernando Lira é **“afinado”**, adjetivo que dá a ideia de vínculo, o quanto eles estão próximos politicamente, pois Janio de Freitas tem mostrado, ao longo desses quatro meses, como Tancredo vem negociando uma possibilidade alternativa para a emenda Dante de Oliveira.

Estariam também **“empolgados”** (entusiasmados) com a proposta e a possibilidade de chegar à negociação por acordo. Mas não só com **“a fórmula”** como também com o **“nome: Leão de Abreu”**. Leão de Abreu não era um nome pertencente aos quadros nem do PMDB nem do PDT. Ao contrário, era ministro chefe do Gabinete Civil da Presidência da República do presidente Figueiredo no período de 11/8/1981 até 14/3/1985, final do mandato de Figueiredo. Janio de Freitas faz questão de denominar o possível candidato de consenso do mandato tampão para

que o leitor tenha as “provas” de que de fato havia uma negociação que tentava se sobrepor à proposta de emenda das “Diretas Já”.

No quarto parágrafo do texto, volta a falar sobre a emenda Dante de Oliveira. Explica que **“aumentou o otimismo dos que só nela depositam a esperança de solução para o impasse eleitoral”**. Como já havia explicado em colunas anteriores, esse é o desejo da maioria, “90% da população brasileira”, em detrimento da minoria (os que negociam).

O texto aponta ainda para o receio de perder votos nas próximas eleições, **“entre os indefinidos e adversários da emenda Dante de Oliveira”** sobre a **“presença de três redes de tevê no plenário da Câmara, no dia 25”**, data da votação da emenda Dante de Oliveira.

No dia em que essa coluna de Janio de Freitas era publicada (18/4), o governo Figueiredo colocava em prática o Decreto de Medidas de Emergência no Distrito Federal e em mais 10 municípios do Estado de Goiás, incluindo a capital, Goiânia. Entre as medidas, estava em curso a proibição das redes de televisão veicularem ao vivo as sessões do Congresso Nacional.

CONCLUSÕES

Concluir este trabalho, que teve como meta analisar o papel desempenhado pelas colunas de Janio de Freitas, publicadas na *Folha de S. Paulo*, entre janeiro e abril de 1984, durante a “Campanha pelas Diretas Já”, e apurar como o jornalismo político contribui como documento para recuperar a história imediata, representa a sensação de uma etapa cumprida e, ao mesmo tempo, uma grande satisfação pelos desafios enfrentados ao longo desse percurso.

Por outro lado, traz também algumas inquietações, como a percepção cada vez mais aguda da necessidade de os profissionais de jornalismo refletirem sobre as suas responsabilidades no cotidiano de uma redação, no processo de construção e representação da realidade. A preocupação maior é sobre o jornalismo como fonte de documentação histórica, de como a informação será elaborada e passada ao público leitor e como poderá servir no presente ou no futuro para a formação ou deformação do conhecimento do espaço político, à sua época.

Outra preocupação, não menos importante, é quanto à responsabilidade, tanto do veículo como do profissional, na construção da memória coletiva, que depende basicamente da postura do veículo, da competência, do profissionalismo e da ideologia do jornalista. Como garantir que esse processo de produção de “imagens da realidade” resulte em páginas arquivadas nos jornais que se tornem documentos utilizados por historiadores para recompor a história? Se os veículos de comunicação nos mostram um real fragmentado, passou por filtros de leitura, dependente do recorte e do enquadramento do acontecimento, além da escolha das fontes que poderão “dizer” ou serem “silenciadas”, como reconstruir a história senão como um mosaico a ser interpretado e reinterpretado permanentemente pela ótica de seus observadores?

Ao examinar o jornal *Folha de S. Paulo*, é possível perceber que o veículo sempre teve uma posição mutante, que se expressou logo na apresentação da linha editorial no primeiro número publicado, em 1921: “um jornal com [...] direito de mudar de opinião sempre que novos fatos assim o exigissem” (Tascher, 1992, p. 41). Ou como se definia no Projeto Editorial de 1984: “Ser um jornal apartidário não significa ser um jornal que não toma partido. Pelo contrário, a **Folha**¹⁴⁰ faz questão

¹⁴⁰ Grifo do Projeto Editorial

de tomar partido no maior número possível de temas”. Permanece assim até hoje. Ao mesmo tempo se autodefine como “órgão liberal-progressista”¹⁴¹, voltado para o mercado.

Mas durante esse período histórico (1983-1984), em que a “Campanha pelas Diretas Já” tomava as ruas, os fatos impactaram de tal maneira no jornal que a *Folha de S.Paulo* acabou por estabelecer uma sintonia fina entre o veículo e o povo em geral, que se mobilizava pelo retorno das eleições diretas. Entre o desejo da população brasileira de eleger o presidente do Brasil pelo voto direto e a sua postura, a partir daquele momento, a *Folha de S.Paulo* toma a decisão de abrir as páginas do jornal para a cobertura jornalística do processo de redemocratização do país e de seus articuladores.

O jornal procura, assim, cumprir – seja por questões mercadológicas ou de faro jornalístico sobre a importância do momento histórico que o país vivia – o que há muito tempo já tinha preestabelecido: se transformar no veículo impresso com o maior peso político do país, além de ser o primeiro em circulação paga, colocação que mantém até hoje, segundo dados do IVC (Instituto de Verificador de Circulação)¹⁴².

O Projeto Editorial de 1984 – “A Folha de S.Paulo depois da campanha das Diretas Já” – define que esse processo de consolidação do jornal começa com o engajamento na “Campanha pelas Diretas Já”: “Antes da campanha [pelas diretas], era difícil ignorar a **Folha**; depois dela, tornou-se impraticável”. Alguns autores, como Tascher (1992), Singer (2003), Silva (2005) e Paschoal (2006), utilizados no Capítulo 4 deste trabalho, comprovam essa afirmação.

A partir daí o jornal sinaliza para colunistas e articulistas, entre eles Janio de Freitas, objeto desta pesquisa, que as páginas do jornal estavam abertas também para a análise e a opinião sobre os acontecimentos em torno do movimento de redemocratização do país, fato já expressado anteriormente, quando criou na página 3, no final da década de 70, a seção “Tendências e Debates”.

Ao analisar e descrever o *corpus* desta pesquisa, composto de 47 colunas elaboradas por Janio de Freitas de um total de 62 publicadas no período de janeiro até abril de 1984 pelo articulista, utilizando as ferramentas da **Análise de Conteúdo**,

¹⁴¹ Projeto Editorial 1981 – Folha de S.Paulo.

¹⁴² A pesquisa de circulação média diária realizada pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação) de 2008 mostra que: Folha de S. Paulo – 311.297, Super Notícias – 303.097, Extra – 297.392, O Globo – 291.407, O Estado de S.Paulo – 245.955.

descritas no Capítulo 1, é possível observar o perfil geral das colunas. Em 66% das colunas, o que equivale a 31 colunas, o colunista se coloca explicitamente favorável à aprovação da “Emenda Dante de Oliveira” e à “Campanha Pelas Diretas Já”; 32% das colunas, o que equivale a 15 colunas, têm caráter **interpretativo**, mas também trazem **argumentos favoráveis** ao pleito direto. Somente uma coluna (2%) tem o conteúdo das Diretas implícito no texto.

Quadro A

Conteúdo textual – janeiro até abril

Mês	Explícita	Implícita	Interpretativa	Total
Janeiro	07	1	5	13
Fevereiro	0	0	3	3
Março	14	0	4	18
Abril	10	0	3	13
Período	31	1	15	47
Porcentagem	66%	2%	32%	100%

PEDRO, Margarete, 2009.

Nas 31 colunas com conteúdo explícito à campanha, a postura **favorável** de Janio de Freitas em relação às eleições diretas e, mais especificamente, sobre a “Campanha pelas Diretas Já”, fica clara ao observarmos como ele denomina e escolhe **argumentos lógicos** para demonstrar que esse é um **processo irreversível** por parte da sociedade civil. Alguns argumentos utilizados pelo colunista:

- “O povo se reúne em quantidade que o regime jamais conseguiria mobilizar” (26/1);
- “Retumbância da campanha das diretas” (2/3);
- “Anseios nacionais de democratização plena e em curto prazo” (22/3);
- “Frustração que decorreria da recusa às eleições diretas pelo Congresso” (28/3);
- “90% do eleitorado brasileiro é favorável às diretas (12/4);
- “Emenda Dante de Oliveira aumentou o otimismo dos que só nela depositam a esperança de solução para o impasse eleitoral” (18/4).

Mas o colunista mostra também explicitamente que a emenda das Diretas ainda sofre tentativas de ser “brecada” tanto por meio do Governo Federal como pelos “negociadores” da oposição. Eis alguns exemplos:

- Tancredo Neves seria uma “opção de terceira instância” que estaria sendo costurada nos bastidores. No quadro sucessório, há personagens de maior influência que o querem velado ou indevassável (10/1);
- O senador Fernando Henrique Cardoso mantém “encontros políticos com representantes do governo, como o ministro Leitão de Abreu, em busca de pontos de aceitação mútua” (23/3);
- Tese de Negociação: “negociações tão negadas por governadores, senadores e deputados peemedebistas, porém jamais interrompidas desde que a sucessão entrou nas preocupações dos políticos” (17/4);
- Indecisões do presidente Figueiredo em relação ao quadro sucessório são resultados da “imagem negativa que a opinião pública tem do governante” por conta, principalmente, da economia brasileira (11/1);
- Figueiredo teme revanchismo contra o período de 20 anos do regime (14/1);
- Os militares afirmam haver “problema sucessório”, temem que 20 anos do regime venham a ser “execrados” a partir do “Poder” (22/1);
- Ministros têm refletido “o ziguezague dos responsáveis pelo regime, na busca, até agora vã, de uma saída que concilie as conveniências do Planalto e as expectativas da nação” (4/3).

É possível observar também que, das 47 colunas analisadas, em 30 delas (64% do total) o autor mostra os comícios ou atividades da campanha das Diretas de forma favorável e traz críticas aos que não querem o processo sucessório por essa via. Treze (27,5% do total) colunas descrevem os bastidores da campanha, das negociações entre o governo federal e a oposição. Por fim, quatro (8,5%) fazem críticas contundentes àqueles que se dizem “pró-diretas”, mas negociam nos bastidores da campanha.

Alguns exemplos:

- “Escassas possibilidades do Planalto se sensibilizar com a vontade nacional” (29/1);
- “Vontade expressa pela maioria absoluta dos brasileiros” (29/1);

- Eleição direta em 1988 “também não é capaz de aplacar a ansiedade pela eleição direta” (13/3);
- “O grupo Pró-Diretas, do qual provém a proposta [mandato de transição], enfim mostra que não é tão pró assim” (13/3);
- “Enquanto isso, os comandantes políticos da campanha pelas Diretas recuam, recuam, até poderem aplicar um tampão em mais este sonho do que o ministro Leitão de Abreu chamou de classe civil. Ou opinião pública” (18/3);
- “Já está esquecido o quanto tardou a pegar o empenho do PMDB na luta pelas eleições diretas. Não era falta de ânimo, nem de meios, como acabou provado” (25/3);
- “Ainda pobre, porém mais eficaz, seria, por exemplo, o recurso à obviedade de que congressistas precisam de votos – e nas próximas eleições nem os atuais biônicos escapam disso – logo, estariam com seu futuro pendente de um juramento nacional de lembrar sempre, por todos os meios e modos até a próxima eleição para o Congresso, os nomes dos desprezadores de 90% do eleitorado” (8/4).

Abaixo, no Quadro B, uma síntese das posturas assumidas por Janio, em suas colunas, de janeiro a abril de 1984.

Quadro B – Imagem da “Campanha das Diretas” – janeiro até abril

Mês	A favor	Contra	Descritiva	Total
Janeiro	7	2	4	13
Fevereiro	0	0	3	3
Março	13	1	2	18
Abril	10	1	2	13
Período	30	4	13	47
Porcentagem	64%	8,5%	27,5%	100%

PEDRO, Margarete, 2009.

Ao longo do *corpus* da pesquisa (47 colunas), aparecem 46 personagens. Todos eles de alguma maneira envolvidos com o processo sucessório. São eles:

- 1) O presidente **João Baptista Figueiredo** é o personagem do cenário político do período que aparece o maior número de vezes, em 33 colunas (70%). Para Janio de Freitas, o presidente Figueiredo está no comando de como se desenrolará o processo sucessório no PDS e também junto aos militares. O colunista mostra no conjunto das colunas as mudanças de postura do presidente em relação à eleição pela forma direta e os efeitos nos grupos políticos nos quais ele tem influência e o subsequente efeito no processo sucessório.
- 2) Três nomes aparecem em 16 colunas (34%): o ministro **Leitão de Abreu**, responsável em negociar com a oposição como interlocutor do Governo Federal as opções de eleição diferentes da proposta da emenda **Dante de Oliveira**; o deputado **Paulo Maluf**, pré-candidato à eleição presidencial pelo PDS no Colégio Eleitoral, que lançou sua candidatura sem “autorização” do Planalto, precipitando o processo sucessório; e o governador de Minas Gerais, **Tancredo Neves (PMDB)**, que negociava a sua candidatura à Presidência pela forma direta ou indireta com o Governo Federal.
- 3) **Mario Andreazza**, ministro e um dos citados pré-candidatos à Presidência pelo PDS, aparece em 14 colunas (30%).
- 4) O governador do Rio de Janeiro, **Leonel Brizola (PDT)**, está em 13 colunas (27%). Dois são os principais motivos para Janio de Freitas trazer Leonel Brizola para as colunas: primeiro, pela animosidade constante entre o governador e o presidente Figueiredo; segundo, pela campanha que os meios de comunicação fazem contra o seu governo.
- 5) O vice-presidente **Aureliano Chaves**, também pré-candidato ao cargo de presidente e sem o apoio do presidente Figueiredo e do seu grupo político, está em 10 colunas (21%).
- 6) O ministro **Delfim Netto** está em 9 colunas (19%). Para o colunista ele é o principal responsável pela crise econômica que o país vivia no momento.
- 7) O ministro do Exército, **Valter Pires**, está em 7 colunas (15%). Ele é o articulador junto aos militares e é cotado também como pré-candidato à Presidência.

- 8) Quatro personagens aparecem em 6 colunas (13%). Os ministros militares **Délio Jardim de Mattos** e **Maximiano da Fonseca**, responsáveis pelas pressões contra as Diretas. O ex-presidente **Ernesto Geisel**, com o qual o governo vem discutindo o processo sucessório. Por fim, **Ulysses Guimarães**, o principal representante do PMDB na luta pela aprovação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional e também das mobilizações nas ruas da “Campanha das Diretas Já”. É interessante observar que naquele momento Ulysses era o nome de consenso da oposição para concorrer pela via direta. Embora tenha sido um dos principais condutores da “Campanha das Diretas”, não aparece de forma significativa e com destaque nas colunas de Janio de Freitas.
- 9) Dois personagens são citados em 5 colunas (11%): o ministro **Alfredo Karam** e o deputado **Nelson Marchezan** (PDS).
- 10) Aparecem em menos de 10% das colunas 31 personagens.

Abaixo o Quadro C, que mostra os personagens presentes nas colunas de Janio de Freitas de janeiro a abril de 1984 e o número de colunas em que cada um deles é citado.

Quadro C – Personagens nas colunas janeiro – abril

Personagens	Função	Número de colunas em que aparece
João Baptista Figueiredo	Presidente da República	33
Leitão de Abreu	Ministro	16
Paulo Maluf	Deputado Federal	16
Tancredo Neves	Governador MG	16
Mario Andreazza	Ministro	14
Leonel Brizola	Governador RJ	13
Aureliano Chaves	Vice-presidente	10
Delfim Netto	Ministro	9

Valter Pires	Ministro	7
Délio Jardim de Mattos	Ministro	6
Ernesto Geisel	Ex-presidente da República	6
Maximiano da Fonseca	Ministro	6
Ulysses Guimarães	Deputado Federal PMDB	6
Alfredo Karam	Ministro	5
Nelson Marchezan	Deputado	5
César Cals	Ministro	4
Franco Montoro	Governador SP	4
Golbery Couto e Silva	Ministro	3
Jorge Bornhausen	Deputado	3
Afonso Camargo	Senador PMDB	2
Ernane Galvêas	Ministro	2
Luiz Inácio Lula da Silva	Presidente do PT	2
Marco Maciel	Senador	2
Olavo Setúbal	Empresário	2
Pratini de Moraes	Deputado Federal PDS	2
Raul Alfonsín	Presidente da Argentina	2
Rubem Ludwig	Ministro	2
Alcides Franciscato	Deputado Federal PDS	2
Costa Cavalcanti	Presidente da Eletrobrás	2
Abi Ackel	Ministro	1
Aloísio Alves	Ex-governador	1
Fernando Henrique	Senador	1
Hélio Beltrão	Ministro	1
Israel Pinheiro	Deputado PMDB	1
Rubem Medina	Deputado Federal PDS	1
Thales Ramalho	Deputado PDS	1
Roberto Magalhães	Governador	1
Luiz Gonzaga Motta	Governador	1
Esperidião Amin	Governador SC	1
Garrastazu Médici	Ex-presidente	1
José Sarney	Senador	1

Miguel Arraes	Deputado Federal PMDB	1
Fernando Lira	Deputado Federal PMDB	1
Bocayuva Cunha	Deputado Federal	1
Newton Cruz	General	1
Moreira Alves	Presidente do STF	1

PEDRO, Margarete, 2009.

A análise de conjunto das nove colunas, possibilitada pela **Análise Crítica do Discurso**, demonstra que o colunista elabora, primeiro, um discurso **positivo** sobre a “Campanha pelas Diretas Já” e, segundo, traz uma **visão crítica** sobre o contexto em que ela ocorre e dos personagens envolvidos com o xadrez político da sucessão.

Janio de Freitas parte de uma construção textual em que primeiro busca, por meio de fontes muito raramente denominadas no texto, informação nova, resultado de um contínuo processo de apuração. O colunista utiliza as ferramentas do jornalismo factual para construir a informação disponibilizada para o leitor da coluna, apreendidas no ofício diário da profissão. Janio de Freitas entrevista, apura, checka o material obtido até sentir segurança para expressá-lo nas colunas.

Em uma de suas colunas, Janio de Freitas conta como se dá esse processo:

Ainda não era 8 da manhã quando começou a primeira conversa. Já passava das duas e meia da manhã quando o dia ininterrupto afinal se encerrou, junto com a última conversa. Nem todos os dias desse trabalho são proveitosos, pelo menos, na medida do esforço que exigem e do cansaço que deixam. Mas esse foi um dia extraordinário: uma enorme massa de informações, daquelas que dão a artigos uma nervatura viva e, se encontrados os pontos em que umas se encaixam às outras, proporcionam a visão límpida do todo que se disfarça para não ser desvendado. Um dia extraordinário: colheita farta e rica, a ser distribuída por largo tempo, ao chamado das oportunidades.¹⁴³

Mas o que fica explícito é a intenção de Janio de Freitas de esclarecer para o leitor aquilo que os políticos, de modo geral, tentam esconder, ou, como ele afirma anteriormente, “proporcionar uma visão límpida do todo que se disfarça para não ser desvendado”.

Na produção textual de Janio de Freitas, é possível ainda observar uma preocupação permanente com o contexto, com tudo que cerca um determinado fato.

¹⁴³ Coluna publicada na *Folha de S.Paulo* em 21 de janeiro de 1984.

Faz uso então do que Charaudeau (2006, p. 176) define como “comentário argumentado”, ou seja, o colunista vai em busca das causas, dos motivos e intenções que cercam o acontecimento e o explica.

A análise do período possibilitou, então, definir um modelo para as colunas de Janio de Freitas. Elas eram calcadas na maior parte das vezes em **informação exclusiva**. Para chegar à construção do texto final, utiliza várias técnicas do texto informativo (entrevista, aspas, estatísticas), provocando assim um certo distanciamento do padrão da crônica política. A **opinião**, normalmente, vem no fechamento do texto (últimos parágrafos), no sentido de referendar a informação apresentada anteriormente. Janio tem “autoridade” para fazê-lo, pois detém o “poder” de possuir um espaço assinado no jornal (a coluna) que lhe credencia para tal.

E é o próprio jornalista quem explica:

Não sou colunista no sentido que se dá a essa denominação aqui no Brasil. Colunista no Brasil é beneficiado por um espaço permanente para emitir a sua opinião. Eu não sou isso não. Não sou mesmo. É natural em mim. Uma vez que eu me tornei jornalista, quero me comportar como jornalista. Minha opinião é minha e tal. É claro que ela influi no exercício da interpretação, porque a interpretação é uma coisa pessoal. Então, os meus valores pessoais fazem parte dos ingredientes da interpretação que eu realizo. Mas não predominantemente. A opinião pessoal é outra coisa.¹⁴⁴

As frases produzidas por Janio de Freitas ao longo dos seus textos são muito mais substantivas do que adjetivas, outra característica recuperada do jornalismo informativo, embora recorra aos adjetivos em alguns momentos. Mas isso não significa que não há ajuizamento de valor em seus textos. Basta observar como ele apresenta os personagens que compõem o cenário político do período.

A Presidência da República, na figura do Presidente João Baptista Figueiredo, dos componentes do governo (ministros e demais cargos) e dos militares, aparece nas nove colunas analisadas como principal empecilho para que ocorra o processo sucessório pela via direta imediatamente e também para a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Os negociadores de alternativas, caso a emenda Dante de Oliveira fosse rejeitada na Câmara dos Deputados, entre eles membros tanto do governo como

¹⁴⁴ PEDRO, Margarete Vieira. Entrevista de Janio de Freitas concedida à autora em 2 de abril de 2009.

da oposição, são também apresentados como causadores de problemas para o pleito direto.

O colunista utiliza ainda o recurso da ironia, quando quer desqualificar posições tomadas por aqueles que fazem frente às eleições diretas (colunas dos dias: 26/1, 20/3, 10/4).

Em entrevista¹⁴⁵, Janio de Freitas afirmou: “Nunca fiz parte do grupo que achava que tinha que ser Diretas ou nada. Eu achava que o importante era tomar o poder, se pudesse ser por Diretas, ótimo. Mas o importante era desalojar os militares do poder”.

Uma análise geral dos textos mostra que Janio de Freitas constrói um discurso em que as escolhas se dão no sentido de agir sobre o interlocutor e fazê-lo favorável ao pleito direto. É aqui que a escolha das palavras, o uso dos adjetivos e o tom do texto rumam para uma posição positiva das mobilizações nas ruas e dos seus protagonistas.

Dois exemplos são as colunas intituladas “Plebiscito da Sé” (26/1) e a “A ordem das multidões” (11/4). Na primeira, ele denomina as manifestações de “caminhada institucional brasileira” e “plebiscito espontâneo da Sé”. Na segunda, de “momento vital de civismo” e de “culminância de todo o civismo e toda a brasilidade”.

Esta pesquisa possibilitou também definir o perfil do jornalista Janio de Freitas, o qual acaba por influenciar, necessariamente, a maneira como ele apreende a realidade e mostra-a para os leitores. São as condições de produção presentes na história do autor, em sua trajetória profissional, no veículo em que atua ou nos que atuou e no contexto histórico em que viveu.

Janio erigiu a sua trajetória como jornalista, basicamente, no ofício diário da profissão. Foi paginador, repórter, fotógrafo, redator, redator-chefe, editor, secretário de redação, diretor de redação e diretor-superintendente nos principais veículos impressos diários do país a partir de 1953. Isso viabilizou a sua participação nas reformulações gráficas e editoriais (Capítulo 5), primeiro da revista *Manchete* (1955), posteriormente do *Jornal do Brasil* (1959), do *Correio da Manhã* (1963) e, por fim, do jornal *Última Hora* (1967).

¹⁴⁵ Idem

A visão generalista da profissão e da produção do jornalismo possibilitou também que ele tivesse a percepção do jornal como um produto, que, para se consolidar no mercado, precisa garantir processos de produção de **informação com qualidade**. Concomitantemente, se conseguir cumprir essa premissa básica do jornalismo, ganha a credibilidade junto ao leitor. Pelo perfil de Janio, percebe-se que ele vê o jornal como um produto diferenciado, um setor industrial de produção simbólica, que tem o jornalista como mediador junto à opinião pública. Mas com a obrigatoriedade de prestação de serviço para a população. Segundo Janio de Freitas, “o jornalista só existe em razão do leitor”¹⁴⁶ e qualquer desvio nesse processo põe em jogo a própria existência do jornalismo.

O período de ditadura militar (1964-1985) também impôs sacrifícios ao jornalista. Embora não tivesse vinculação político-partidária nem atuação junto aos grupos que estavam no governo no período que antecede o regime militar, foi exilado das redações por sua postura crítica em relação aos fatos e ao poder, que transpareciam nos jornais que dirigiu no final da década de 50 e nos anos 60.

Por isso a redemocratização do país é para o colunista uma condição essencial para voltar a exercer o jornalismo como se propôs a fazer desde o início da profissão. Então, não é por acaso que também transparece nas colunas sua visão “apaixonada” pelas mobilizações que ocorrem nas ruas e no valor dado ao que considera o seu protagonista principal: o povo brasileiro.

É com esse perfil que Janio migra para o colunismo político a partir de 1980. Uma área do jornalismo que pode ser considerada genericamente de “perigosa” para o exercício da profissão, pois a proximidade que os jornalistas acabam tendo com o “poder” lhes dá a sensação de também serem poderosos, muitas vezes não percebendo que o poder de fato está nos veículos nos quais trabalham e nos seus donos.

Janio de Freitas só aceita se aproximar do poder na busca constante da informação apurada para ser levada ao leitor. Uma aproximação estratégica no desvendar dos acontecimentos. A coluna é um espaço no qual se expressa o confronto político e ideológico. Isso é perceptível nas análises políticas realizadas por Janio de Freitas nas mais de duas décadas na *Folha de S.Paulo*, com criticidade na avaliação produzida sobre todos os campos e matizes da política brasileira: do fim

¹⁴⁶ Entrevista concedida à autora por Janio de Freitas em 6 de abril 2009.

da ditadura ao processo de redemocratização do país, posteriormente passando para o período Fernando Henrique Cardoso, as privatizações e, mais recentemente, o desempenho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT – Partido dos Trabalhadores) no Governo Federal.

O recorte feito nesta tese, sobre a produção jornalística de Janio de Freitas, permite perceber e conceber o perfil descrito anteriormente deste profissional que, desde o início, teve postura independente em relação aos veículos e aos fatos examinados, gerando assim uma credibilidade poucas vezes alcançada na área.

É possível afirmar após a leitura e o exame acurado das colunas, a partir do referencial teórico utilizado e das técnicas escolhidas em diferentes momentos (Análise de Conteúdo e Análise Crítica do Discurso), que Janio de Freitas rompe com o padrão de exercício da profissão estabelecido por Van Dijk (2008, p. 74). Segundo este autor, os jornalistas exercem suas funções “dentro da fronteira do consenso possível, mas dominante, mesmo naqueles momentos em que há espaço para discordâncias ou críticas ocasionais”. **Não há consensos para Janio de Freitas** quando é preciso esclarecer os fatos para o leitor. Ele está investido de um “**saber**”, que o domínio da informação lhe permite. Está legitimado e com autoridade “**para poder dizer**” (CHARAUDEAU, 2006), pois, devido a sua estatura e independência, conquista o espaço de uma coluna assinada para fazê-lo.

Outro aspecto constatado pela pesquisa é a de que Janio de Freitas não escreve para o “leitor comum”. Este, provavelmente, não conseguiria compreender, na maior parte das vezes, o conteúdo das suas colunas. O leitor de Janio de Freitas é alguém que conhece a história política brasileira, seus protagonistas e acompanha o desenrolar do xadrez político que se estabelece no Brasil naquele período. É também um leitor que consegue entender a linguagem por vezes cifrada de suas colunas.

Isso porque não raras são as vezes em que o colunista se refere aos acontecimentos descritos anteriormente ou a fatos históricos do passado, sejam eles distantes ou recentes. É, portanto, um leitor que tem memória histórica, um formador de opinião. Depende de um leitor que compreenda suas análises e faça correlações contextualizadas sobre elas. É o contrato de comunicação estabelecido entre o fato, o jornal, seu colunista e seus leitores (CHARAUDEAU, 2006, p. 114; CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 132).

Finalmente, ao retomar a hipótese central deste trabalho, de que o jornalista é um historiador do cotidiano, é possível afirmar, com base no material analisado e nas

ferramentas utilizadas, que o jornal e o jornalista, dia a dia, oferecem ou podem oferecer elementos essenciais para tecer a memória coletiva sobre este e outros períodos do país. E mais: que os jornais são de fato fontes de documentação histórica para os historiadores e a população em geral. Assim, concluo:

- 1) O jornalista Janio de Freitas, ao resgatar personagens, acontecimentos e trazê-los de forma contextualizada e analítica para o leitor, desvendando o emaranhado político do período, faz uma leitura da história que permite oferecer elementos para recuperar os fatos que marcaram principalmente os bastidores, as negociações do retorno ao pleito direto no país e caminhada das ruas, resultado da “Campanha pelas Diretas Já”. Os fatos de bastidores, ou não, retomados por Janio de Freitas, dificilmente chegariam ao leitor se não passassem por esse processo de mediação estabelecido pelo trabalho do colunista e expresso nas colunas por ele produzidas.
- 2) Janio de Freitas tem aqui uma dupla função. Primeiro, o papel daquele que contribui para o resgate da história do presente, imediata, ainda carregada das impressões do momento, para o leitor. Janio de Freitas é um historiador do cotidiano, que utiliza as ferramentas do jornalismo para recuperá-la e reconstruí-la. É claro que a história não pode ser desvendada apenas com a leitura de um único documento, neste caso as colunas de Janio de Freitas. Mas elas contribuem, efetivamente, para melhor compreender esse momento histórico. Segundo, suas colunas são material de referência e análise dos historiadores que se propuserem a recuperar a História das “Diretas Já”.
- 3) Janio de Freitas constrói para os seus leitores em geral, e em especial para os leitores da *Folha de S.Paulo*, a **memória** do governo Figueiredo, os **bastidores das negociações** da campanha pelo retorno do pleito direto e, ainda, **um perfil dos personagens** que compõem o **xadrez político** daquele momento. Ele desvela para o leitor da coluna e da *Folha de S.Paulo* quem são esses

personagens e que papel desempenham no processo. Então, acaba por construir uma memória desse período nas páginas do jornal.

- 4) Janio de Freitas traz nas suas colunas a impressão digital da sua trajetória de jornalista construída, como já dito anteriormente, no exercício diário da profissão, mas calcada na premissa de que o leitor é o centro da informação que produz. Como o leitor é o centro e a essência da sua produção jornalística, **examina e interpreta de forma minuciosa as articulações e as artimanhas do poder**. A visão apaixonada que tem das “mobilizações nas ruas” não interfere nem turva a leitura que faz de todo o processo político, que se mantém crítica em relação a todos os que protagonizaram o período.

Finalizar este trabalho, em que foi possível analisar e compreender os sentidos dos textos produzidos por Janio de Freitas, possibilitou entender que o jornalismo político, exercido com seriedade, tem um papel fundamental para a recuperação da história política brasileira. Muitas vezes, porém, o jornalismo pode “deformar” a opinião pública, ao ser praticado para reforçar o poder estabelecido e dominante, em lugar de exercer a sua real função de um observador e analista da história para ajudar o leitor a compreender os fatos e suas relações, ajudando-o a tomar suas próprias decisões e, conseqüentemente, como agente e sujeito da história.

No caso de Janio de Freitas, a sua produção jornalística colabora para “formar” a opinião pública no sentido de compreensão do poder e de como é fundamental que esse entendimento leve à participação e interferência da população nesses espaços de poder. A parceria estabelecida entre Janio de Freitas e o leitor, que busca no colunista aquilo que o conteúdo das reportagens não evidencia, contribui para a construção e consolidação da democracia plena e participativa, função essencial para o exercício do jornalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ANDRADE, Jéferson e SILVEIRA, José. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ARRUDA, Laércio Pires. *Nabantino Ramos – o modernizador da imprensa paulista*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. 2007, 154f.

AZEVEDO, Murillo. *O outro lado da comunicação de massa (A reconstrução humana)*. São Paulo: Cultrix, 1990.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Comunicação e linguagem – discurso e ciência*. São Paulo: Moderna, 1998.

_____. *Do mundo editado à construção do mundo*. Comunicação & Educação. São Paulo: Ed. Moderna, ano 1, nº 1, set/dez, 1994.

_____. *Palavras e discurso: história e literatura*. São Paulo: Ática, 1995.

BAHIA, Juarez. *Jornal história e técnica – As técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990. vol. 2.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Portugal: Edições 70, 1979.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulinas, 1980.

BEZZON, Lara Andréa Crivelaro (org.). *Comunicação, política e sociedade*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

BOURDIE, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. 2ª ed. Bauru: Edusc, 2003.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CALDAS, Graça. Mídia e Memória: a construção coletiva da história e o papel do jornalista como historiador do cotidiano. In: BEZZON, Lara Andréa Crivelaro (org.). *Comunicação, política e sociedade*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

CAPELATO, Maria Helena. História da Folha: As Diferentes Etapas. In *UM PAÍS ABERTO – Reflexões sobre a Folha de S.Paulo e o Jornalismo Contemporâneo*. Divs. Autores. São Paulo: Publifolha, 2003.

_____. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim e MOTTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de S.Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981.

CASTRO, Claudio de Moura. *A prática da pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *El discurso de la información – la construcción del espejo social*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Cultura e democracia*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

COUTINHO, Iluska. Colunas Jornalísticas de Notas. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CRUVINEL, Tereza. Colunismo: Análise, Opinião e Ética. In: SEABRA, Roberto e SOUSA, Vivaldo de. (Orgs.). *Jornalismo político – teoria, história e técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti e VIÁ, Sarah Chucid. *Pesquisa empírica em Ciências Humanas (com ênfase em comunicação)*. São Paulo: Futura, 2001.

DIJK, T. A. Van. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Principles of critical discourse analysis*. **Discourse and Society**, Sage. London, vol. 4, p. 249-283, 1993. Disponível em <<http://www.discourses.org/articles>>. Acesso em: 11 de abril de 2009.

DIZARD JR, Wilson. *A nova mídia – a comunicação de massa na era da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

DOSSE, François. *A história em migalhas – dos annales à nova história*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

FARO, J. S.; GONÇALVES, Elizabeth M. *O performativo no jornalismo cultural: uma organização discursiva diferenciada*. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE

PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2008, São Bernardo do Campo. Anais, São Bernardo do Campo, 2008, CD-ROM.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FERREIRA, Giovandro Marcus. Contribuições da Análise do Discurso no Estudo de Jornalismo. In FRANÇA, Vera [et al] (org) *Livro do XI Compós 2002: Estudos de Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

FERREIRA Marieta de Moraes. *A nova “velha história”*: o retorno da história política. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, nº 10, 1992. vol. 5.

FIGARO, Roseli. *Jornalismo com transparência e rigor profissional*. Comunicação & Educação. São Paulo: nº7, p.56-70, set/dez 1996.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

FRAGA, Maria Célia e VILLELA, Mauricio. *A reforma que marcou a imprensa brasileira*. Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/destaques/113anos/index.html> acesso em 28/04/2009.

FREITAS, Ananias José de. Persuasão, linguagem e discurso político. In *Ordem/Desordem, Caderno de Comunicação nº 9*, PUC-MG, fev. 1992, pp. 19-21.

GARGUREVICH, Juan. *Generos periodisticos*. Quito: Belen, 1982.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1989.

GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI – Antigos e novos atores sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GOODE, William e HATT, Paul. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Nacional, 1977.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no jornalismo*. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2003.

HALL, STUART. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. 2ª reimpressão revista. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

HOGGART, Richard. *Utilizações da cultura*. Lisboa: Presença, 1993.

KERLINGER, Fred Nichols. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais – um tratamento conceitual*. 4ª edição. São Paulo: EPU, 1979.

KEY, Wilson Bryan. *A era da manipulação*. São Paulo: Scritta, 1993.

KOCH, Ingedor V. Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1996.

KOTSCHO, Ricardo. *Do golpe ao planalto – uma vida de repórter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Explode um novo Brasil – Diário da Campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KOVACH, Bill e ROSENTSTIEL, Tom. *Os Elementos do Jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KRIPPENDORFF, Klaus. *Metodologia de analisis de contenido*. Espanha: Ediciones Paidós, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários – Nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo*. São Paulo: Edusp, 2002.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 1ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAGO, Cláudia e BENETTI, Márcia. *Metodologia da pesquisa em jornalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 1ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

_____. Passado/Presente. In: *Enciclopédia Einaudi*, Memória-História, Lisboa, Casa da Moeda, 1984. p. 293-310, vol. 1

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Diretas Já – 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LIMA (b), Venício A de Lima. *Mídia – teoria e política*. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo Lopes. *Pesquisa em comunicação*. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa – uma introdução*. São Paulo: Educ, 1996.

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MARCONDES FILHO, Ciro. A Folha e as Diretas. In MARTINS, André Ricardo Nunes. O discurso da imprensa sobre os militares. In MAGALHÃES, Isabel. *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Ed. UNB, 1996. P. 413-425.

MARCONDES FILHO, Ciro. O capital da notícia. São Paulo: Ática, 1988. In *UM PAÍS ABERTO – Reflexões sobre a Folha de S.Paulo e o Jornalismo Contemporâneo*. Divs. Autores. São Paulo: Publifolha, p. 66-72, 2003.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Franklin. *Jornalismo político*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominiqui. *Análise de textos de Comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MANUAL DA REDAÇÃO. Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.

MATOS, Carolina. *Jornalismo e política democrática no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2008.

MATTELART, Armand e Michele. *História das teorias da comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

MEDINA. Cremilda de Araújo. *Entrevista – O diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1986.

MELLO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo*. São Paulo: FTD, 1992.

_____. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1980.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

NEIVA JR, Eduardo. *Comunicação: teoria e prática social*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2002.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC, nº 10, pp. 7-28, 1993.

NOVO MANUAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1992.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica*. São Paulo: Pioneira, 1997.

OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. *Imagens subversivas: regime militar e o fotojornalismo do Correio da Manhã (1964 –1969)*. Niterói: 1996. 200 p. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1996

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PASCHOAL, Engel. *A trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. São Paulo: Mega Brasil, 2006.

PEREIRA, Álvaro. Jornalismo Político Contemporâneo. In: SEABRA, Roberto e SOUSA, Vivaldo de. (Orgs.). *Jornalismo político – teoria, história e técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

PÉREZ, Germán J. Entre el poder do discurso y o discurso del poder: aproximaciones teóricas y metodológicas al estudio del discurso político. In KORNBLIT, Ana Lia (coord.) *Metodologias cualitativas em ciências sociais*. Buenos Aires: Biblos, 2004.

PILAGALLO, Oscar. *O Brasil em sobressalto – 80 anos de história contados pela Folha*. São Paulo: Publifolha, 2002.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias – linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PRIMEIRA PÁGINA. Folha de S.Paulo. 6ª ed. São Paulo: Publifolha, 2006.

RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas – 1937 a 1997*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.

RIBEIRO, Renilson Rosa. *Nos jardins do tempo: memória e história na perspectiva de Pierre Nora*. Campinas: História e história, 2004. Disponível em www.historiaehistoria.com.br. Acesso em 10 de maio de 2009.

ROCCO, Maria Thereza. *Linguagem autoritária: televisão e persuasão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *A linguagem autoritária*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já – o grito preso na garganta*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

RUMMEL, J. Francis. *Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação*. 4ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1981.

ROSSI, Clóvis. Independência: Formidável artigo Jornalístico. In *UM PAÍS ABERTO – Reflexões sobre a Folha de S.Paulo e o Jornalismo Contemporâneo*. Divs. Autores. São Paulo: Publifolha, p. 26-28, 2003.

SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulinas, 1981.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hackers Editores, 2001.

_____. Linguagens e Tensões Políticas. In: *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Cultura das mídias*. São Paulo: Razão Social, 1992.

SEABRA, Roberto. Jornalismo Político: História e processo. In: SEABRA, Roberto e SOUSA, Vivaldo de. (Orgs.). *Jornalismo político – teoria, história e técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006. pp. 109-140.

SEABRA, Roberto e SOUSA, Vivaldo de. (Orgs.). *Jornalismo político – teoria, história e técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Análise das mudanças no processo de produção Folha de S. Paulo durante a implantação do “Projeto Folha” (maio/1984 – fevereiro/1987)*. 1987. 253f. Tese (Livre-docente Departamento de Jornalismo e Editoração) – Universidade de São Paulo.

_____. *Mil dias – seis mil dias depois*. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, Cristiane R., GOBBI, Beatriz C.; SIMÃO, Ana Adalgisa. *O uso da análise do conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método*. Organ. Rurais agroind. Lavras, , nº 1, p. 70-81, 2005. v. 7

SINGER, André. Políticas de Antecipação: A Folha na Abertura Democrática. In *UM PAÍS ABERTO – Reflexões sobre a Folha de S.Paulo e o Jornalismo Contemporâneo*. Divs. Autores. São Paulo: Publifolha, p. 52-60, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

STAM, Robert Bakhtin – *Da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

STEPHENS, Mitchell. *História das comunicações – do tantã ao satélite*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

TASCHER, Gisela. *Folhas ao vento – análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Edward P. *The Making of the English Working Class*. Peguin, Harmondsworth, 1968.

THOMPSON (b), John B. *Ideologia e cultura moderna – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus Editorial, 1993.

UM PAÍS ABERTO – *Reflexões sobre a Folha de S.Paulo e o jornalismo contemporâneo*. Divs. Autores. São Paulo: Publifolha, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Culture and Society: 1780-1950*. Peguin, Harmondsworth, 1961.

_____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WODAK, R. *Disorders of Discourse*. London: Longman, 1996.

WOLF, Mauro. *Tóricas da Comunicação*. 4ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

ANEXO 1

**CRÔNICA PUBLICADA NA *FOLHA DE S.PAULO*
EM 1º DE SETEMBRO DE 1977****HERÓI. MORTO. NÓS.****Laurenço Diaféria**

Não me venham com besteiras de dizer que herói não existe. Passei metade do dia imaginando uma palavra menos desgastada para definir o gesto desse sargento Silvio, que pulou no poço das ariranhas, para salvar o garoto de catorze anos, que estava sendo dilacerado pelos bichos.

O garoto está salvo. O sargento morreu e está sendo enterrado em sua terra.

Que nome devo dar a esse homem?

Escrevo com todas as letras: o sargento Silvio é um herói. Se não morreu na guerra, se não disparou nenhum tiro, se não foi enforcado, tanto melhor.

Podem me explicar que esse tipo de heroísmo é resultado de uma total inconsciência do perigo. Pois quero que se lixem as explicações. Para mim, o herói – como o santo – é aquele que vive sua vida até as últimas consequências.

O herói redime a humanidade à deriva.

Esse sargento Silvio podia estar vivo da silva com seus quatro filhos e sua mulher. Acabaria capitão, major.

Está morto.

Um belíssimo sargento morto.

E todavia.

Todavia eu digo, com todas as letras: prefiro esse sargento herói ao duque de Caxias.

O duque de Caxias é um homem a cavalo reduzido a uma estátua. Aquela espada que o duque ergue ao ar aqui na Praça Princesa Isabel – onde se reúnem os ciganos e as pombas do entardecer – oxidou-se no coração do povo. O povo está cansado de espadas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal. Ao povo desgosta o herói de bronze, irretocável e irretorquível, como as enfadonhas lições repetidas por cansadas professoras que não acreditam no que mandam decorar.

O povo quer o herói sargento que seja como ele: povo. Um sargento que dê as mãos aos filhos e à mulher, e passeie incógnito e desfardado, sem divisas, entre seus irmãos.

No instante em que o sargento – apesar do grito de perigo e de alerta de sua mulher – salta no fosso das simpáticas e ferozes ariranhas, para salvar da morte o garoto que não era seu, ele está ensinando a este país, de heróis estáticos e fundidos em metal, que todos somos responsáveis pelos espinhos que machucam o couro de todos.

Esse sargento não é do grupo do cambalacho.

Esse sargento não pensou se, para ser honesto para consigo mesmo, um cidadão deve ser civil ou militar. Duvido, e faço pouco, que esse pobre sargento morto fez revoluções de bar, na base do uísque e da farolagem, e duvido que em algum instante ele imaginou que apareceria na primeira página dos jornais.

É apenas um homem que – como disse quando pressentiu as suas últimas quarenta e oito horas, quando pressentiu o roteiro de sua última viagem – não podia permanecer insensível diante de uma criança sem defesa.

O povo prefere esses heróis: de carne e sangue.

Mas, como sempre, o herói é reconhecido depois, muito depois. Tarde demais.

É isso, sargento: nestes tempos cruéis e embotados, a gente não teve o instante de te reconhecer entre o povo. A gente não distinguiu teu rosto na multidão. Éramos irmãos, e só descobrimos isso agora, quando o sangue verte, e quanto te enterramos. O herói e o santo é o que derrama seu sangue. Esse é o preço que deles cobramos.

Podíamos ter estendido nossas mãos e te arrancando do fosso das ariranhas – como você tirou o menino de catorze anos – mas queríamos que alguém fizesse o gesto de solidariedade em nosso lugar.

Sempre é assim: o herói e o santo são o que estende as mãos.

E este é o nosso grande remorso: o de fazer as coisas urgentes e inadiáveis – tarde demais.

Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02a.shtml

ANEXO 2

PRIMEIRA COLUNA PUBLICADA NA *FOLHA DE S.PAULO* EM 7 DE JUNHO DE 1983

JANIO DE FREITAS

Pacote de divergências

Os gestores da administração econômica não conseguiram, em definitivo, chegar a um acordo a respeito das medidas que devem compor o novo pacote, nem tampouco conseguiram concluir, em suas respectivas áreas, os estudos conclusivos sobre as medidas em discussão. Desse modo, dez semanas depois de traír os resultados que propôs espontaneamente na segunda carta de intenções ao FMI, e um mês após a tentativa de escamotear este desempenho com adulterações de números e conceitos, o governo brasileiro lançará, não um pacote de providências coordenáveis, mas um pacote de divergências condenáveis.

As muitas intermediações que vinham sendo encetadas nas últimas semanas por assessores da equipe econômica, economistas da periferia oficial e empresários idem, em busca de conciliar ao menos no fundamental o Planejamento, a Fazenda e o Banco Central, no fim da semana entraram em agonia e ontem foram sepultadas sob as divergências insuperáveis.

Nos primeiros dias da semana passada, informou-se que o pacote previsto há um mês tardava em razão do trabalho de sondagens e preparação psicológica que, em relação ao pacote, o ministro Rubem Ludwig vinha desenvolvendo em setores políticos e empresariais. É verdade que a preocupação do general Ludwig com as implicações sociais da crise econômica vem crescendo sem interrupção, talvez por força da falta de ressonância que seus cuidados encontram, embora ele não o diga, até no próprio Planalto. Mas o retardamento do pacote decorreu do conflito básico entre as propostas de Delfim e Langoni, com maior amplitude e rigidez; de Galvêas com algumas posições de um ou de outro; e, de maneira mais irrelevante, porém ainda perturbadora, dos três com os outros membros do governo, como os ministros

Amauri Stábile, César Cals, Camilo Pena. Bem, nesse capítulo das divergências internas do governo o melhor é o máximo do resumo, porque a descrição do caos requereria recursos literários.

Tais diferenças, porém, não se devem a diferentes formulações técnicas, porque a falta dos estudos indispensáveis reduz a pretensão das formulações à natureza simplória dos palpites. É este o caso, entre dezenas e outros e apenas a título de exemplo, do corte nos orçamentos das estatais. O ministro do Planejamento reivindica o corte mínimo de 8% e idealmente de 10% nos investimentos daquelas empresas, com o fim de reduzir um trilhão e meio no déficit público cujo estouro levou o FMI à paralisia. Mas não há estudo demonstrativo e que aqueles percentuais têm fundamento lógico. Constatção que se agrava ao verificar que, aplicado indiscriminadamente às estatais em geral, só no caso da Siderbrás inviabilizaria exportações estimadas em US\$ 150 milhões. Ou seja, o Ministério do Planejamento afirma que exportar é a solução e aplica a solução de cortar exportações. Assim como, depois de passarmos anos ouvindo que o apocalipse é a escassez de petróleo próprio, o corte indiscriminado nos investimentos da Petrobras reduzirá a produção de petróleo brasileiro neste e nos próximos dois anos.

Com esse grau de seriedade e competência, logo o pacote estará aí. Ou melhor, tão logo a dissensão ministerial permita ao menos concluir a redação de todos os petardos. Nesse interregno, pode ocorrer a algum desavisado dos métodos governamentais que a situação do Brasil aconselharia retardar as novas providências, para afinal aplicá-las depuradas de sua dose tão elevada de improvisação. Ou de má acomodação entre as correntes conflitantes. O governo, contudo, considera que a expectativa está paralisando o país (ele ainda não percebeu quem, de fato, há muito paralisa o país) e espera que o pacote proporcione aos credores o pretexto, à parte qualquer fundamento. Para a liberação dos novos e vários empréstimos que, embora negue, está pedindo através do governo norte-americano. E, sobretudo, crie o clima justificatório para uma renegociação à maneira de moratória. Mas sem este nome, que produz nos brios oficiais incômodos que a atual prática do calote não acarreta.

Logo, portanto, e apesar de tudo, o pacote estará em vigor – em vigor, claro, até o pacote seguinte, destinado a corrigir este próximo.

ANEXO 3

PROJETO EDITORIAL 1981

“A FOLHA DE S.PAULO E ALGUNS PASSOS QUE É PRECISO DAR”

JUNHO, 1981

Um tipo de jornal

O objetivo de um jornal como a **Folha de S.Paulo** é, antes de qualquer coisa, oferecer três coisas ao seu público leitor: informação correta, interpretação competente sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos. Por informação correta entende-se a descrição de tudo aquilo capaz de afetar a vida e os interesses que se acredita serem os dos leitores. Essa descrição é realizada na forma mais sintética, despojada e distanciada possível (embora seja quase sempre impossível atingir a neutralidade absoluta. Ao contrário, isso é raramente factível. Existem, na realidade, descrições mais neutras, ou seja, mais objetivas que outras; de onde se deduz que a neutralidade é uma quimera, mas aproximar-se de neutralidade não é). Por interpretações competentes a respeito dos fatos entendem-se os comentários e análises redigidos por profissionais que, conforme os critérios adotados pelo jornal, aliam o domínio sobre uma determinada área do conhecimento ou da atividade humana ao domínio sobre a técnica de escrever, combinando em seus textos ambas as habilidades. Por pluralidade de opiniões sobre os fatos entende-se a publicação de textos, artigos, depoimentos, entrevistas, etc. que, tomadas em seu conjunto, funcionem como uma reprodução mais ou menos fiel da forma pela qual as opiniões existem e se distribuem no interior da sociedade. É evidente que, uma vez fixado o objetivo assim definido, não há um meio automático que permita saber se os critérios utilizados em cada caso estão atendendo às finalidades propostas ou não; só parece possível ter alguma certeza sobre essa questão por meio de processos demorados de discussão interna, combinados à observação atenta das reações dos leitores, que podem punir ou premiar o jornal. Mas para o tipo de jornal que a **Folha de S.Paulo** parece decidida a ser não basta o atendimento daquelas três finalidades mencionadas no primeiro parágrafo. Em outras palavras: não é suficiente oferecer ao leitor uma amostra representativa da pluralidade real das opiniões que existem. Se o

jornal se satisfizer com isso, nunca passará de um mero repositório, sem forma nem vontade, das opiniões que a sociedade vai produzindo (o que, no caso do Brasil, já significaria a prestação de um grande serviço). É necessário que o jornal, sem discriminar opiniões diversas das que adota (e, ao contrário, estimulando polêmicas com elas), tenha as suas próprias convicções sobre os fatos e os problemas. Elas é que transformam o jornal em um ser ativo, com uma identidade visível e um certo papel a desempenhar. São, também, as opiniões oficialmente expostas pelo jornal que possibilitam o desenrolar de um importante diálogo silencioso entre o leitor e o seu jornal, diálogo que, com o passar do tempo, cimenta os laços de respeito e de estima entre o jornal e seu leitorado.

Um ponto de passado e de futuro

No início da década passada, a **Folha de S.Paulo** começou a aproximar-se mais rapidamente do modelo de jornal esboçado no item anterior deste documento interno. Não cabe aqui inventariar as condições que permitiram ao jornal fazê-lo, nem cabe tampouco sumariar os passos que vem dando e a estratégia geral que vem seguindo desde então.

Ressalta-se, apenas, a existência de alguns ingredientes que parecem muito importantes e mesmo imprescindíveis nesse processo: saúde economia e financeira da empresa, firme disposição para a independência jornalística e para a superação das tradições paroquiais da imprensa tradicional, senso de oportunidade para saber avançar somente quando as circunstâncias ao mesmo tempo permitem e reclamam, e – por fim, mas não menos importante – a existência de uma ideia que mereça ser posta em prática: no caso, o projeto de um jornal estabelecido em linhas muito gerais no item anterior. Para a discussão que se propõe no momento, interessa que nos detenhamos um pouco sobre esse projeto, essa “ideia de jornal”. Pode haver inúmeras coisas por trás de uma ideia; normalmente, porém, elas são ou coisas que se prometem ou coisas que se oferecem. Quando, na década passada, deu começo à sua “revolução política”, “abertura” ou que outro nome se queira dar a esse processo que nos é conhecido, a **Folha de S.Paulo** nada tinha a oferecer à opinião pública, aos

leitores, anunciantes e mesmo aos profissionais e colaboradores que nela trabalhavam e atuavam, a não ser intenções.

É claro que já havia a solidez empresarial, fruto de uma concepção administrativa e comercial ao mesmo tempo austera, diligente e por vezes agressiva; já havia uma infraestrutura industrial moderna e um sistema de distribuição de exemplares reconhecidamente bem-sucedido em São Paulo e Estados adjacentes. Havia, ainda, um número de leitores bastante elevado (para os padrões brasileiros), fiéis ao jornal. No entanto, com relação ao projeto, à “ideia de jornal” propriamente dita, nada havia além de intenções e, portanto promessas a oferecer. Era natural, dessa maneira, que a Folha de S.Paulo lançasse mão de todo e qualquer recurso que pudesse auxiliar na sua caminhada, ainda que precária e provisoriamente; era natural, por exemplo, que aproveitasse os ventos da abertura que sopravam já no período 1974-1978 para concentrar a maior parte de seus esforços na criação de impacto opinativo (“agora sim a Folha de S.Paulo tem opinião”, dizia-se com alguma frequência, pouco importa neste momento se acertada ou equivocadamente) que permitisse ao jornal alçar-se no conceito público. Houve, ao longo dos anos, muito trabalho, algumas crises (o chamado “caso Diaféria”, a greve praticamente integral da categoria dos jornalistas em 1979, entre outras), sucessos, decepções, etc. Hoje a situação não é mais a mesma.

A **Folha de S.Paulo** já tem, afora as intenções ainda por realizar, intenções já realizadas. Embora haja um sem-número de críticas que merecemos e que com frequência nos fazemos, o jornal representa atualmente muito mais do que já representou através de sua atuação e imagem públicas no passado. Ao seu redor, surge um crescente consenso de que este é, de fato, um jornal independente, confiável naquilo que publica e cujas atitudes devem ser permanentemente levadas em consideração. Vem escrevendo de modo cada vez mais nítido o seu papel real na cena política, preenchendo a função de um órgão liberal-progressista, ou seja, numa só frase: partidário dos princípios e métodos legados pelo liberalismo político e preocupado com a necessidade de introduzirmos reformas pacíficas, mas profundas no capitalismo brasileiro, destinados a solucionar os problemas sociais mais graves e criar convivência social estimável para a maioria e aceitável para as minorias.

Os passos necessários

Para prosseguir em seu projeto, para manter e ampliar as suas posições no mundo jornalístico, para defender as estacas que já demarcou na cena pública e, especialmente, para ser cada vez mais um jornal que conta com a confiança do público leitor de jornais (porque não deturpa, ao menos deliberadamente, fatos, porque não tem preconceitos, porque não faz campanhas de linchamento moral, porque procura não ser nem elitista nem sensacionalista) – para realizar essas tarefas, este jornal precisa tornar as coisas mais claras ainda. Precisa, sobretudo, que todas as pessoas que ocupam posições de chefia ou de grande responsabilidade individual na sua estrutura interna conheçam qual é o projeto; o que conseguimos, coletivamente, fazer até hoje e o que pretendemos para o futuro. Podemos dizer que o projeto vem dando certo: é indubitável que a Folha de S.Paulo é hoje um jornal mais influente, mais forte e mais conhecido do que era na década passada e mesmo nas décadas anteriores. Parece especialmente fora de dúvidas que a Folha de S.Paulo vem prestando, de forma concreta, um serviço útil à democracia pela publicação honesta dos fatos e pela divulgação de um amplo painel de ideias, em artigos ou em debates realizados no jornal. O Brasil atravessa um período de graves dificuldades econômicas e sociais, que se justapõem a um momento de transição política. Estas circunstâncias naturalmente submeterão o jornal a duras provas, para o enfrentamento das quais ele deve estar preparado. Nesse passo, o núcleo dirigente do jornal (editores, subeditores, diretores de Sucursal e correspondentes no exterior) precisa estar consciente e capacitado para impedir qualquer arranhão na linha de independência que vimos trilhando. Trata-se de aprofundar essa característica numa conjuntura em que ela será atacada, em que interesses de variada natureza (legítimos, de resto, se postos em seu leito adequado) tentarão introduzir-se em nossas páginas com intenções hegemônicas ou excludentes do livre curso de opiniões e em prejuízo do registro isento dos fatos. A manutenção do princípio da independência, portanto, exige uma atitude firme e justa, sem hesitações quanto à sua aplicação. Não se trata, frisamos, de estabelecer no jornal qualquer discriminação ideológica ou política na seleção de temas a serem abordados ou de pessoas que conosco trabalhem, mas de manter a linha independente do jornal, sem concessões de quaisquer espécies. O que propomos, então, para esta nova fase que vivemos? É nossa convicção de que existe, já consolidado, um projeto do jornal, apenas esboçado neste documento mas

claramente desenhado nos últimos anos. Por motivos que não vem ao caso desenvolver aqui, esse projeto nem sempre é compreendido em toda sua dimensão por todos quantos fazem o jornal. E, às vezes, é agredido ou negado, quando ocorrem falhas no plano profissional, por ação ou por omissão. Sugerimos que todos os que exercem cargos de chefia ou funções de confiança façam uma opção permanente – disponham-se a abraçar em definitivo o projeto do jornal como uma missão a ser cumprida a cada dia, com afinco, aplicação e responsabilidade, ou que desistam do cargo, por discordância ou por inapetência. Deve ficar claro que, no pressuposto da própria linha do jornal, os que decidirem abandonar o projeto não estarão, nem de longe, convidados a romper com ele. Devem apenas ceder o lugar, exercendo outras funções, isto é, aquelas onde não haja decisões de natureza editorial ou administrativa diretamente envolvidas. Continuaremos o relacionamento profissional sem discriminação de qualquer espécie. Manteremos, como uma qualidade inalienável do jornal, a tolerância e o estímulo à pluralidade de opiniões. Para os que optarem por permanecer no núcleo dirigente deve ficar claro que se elevará o nível das exigências e das solicitações. Elevar a qualidade técnica, informativa, do jornal – essa é a meta. E os que chefiar devem tomar parte ativa na sua consecução, assumindo todas as responsabilidades ligadas a esse esforço. Nunca será demais afirmar que a ossatura de um jornal, o que lhe sustenta o corpo dando-lhe consistência e forma, são as reportagens, os textos noticiosos e as fotos de boa qualidade. Editoriais e artigos apenas complementam essa ossatura, que segue sendo a essência do jornal. Daqueles que não exercem funções de chefia, portanto, devemos exigir isenção e correção no trabalho individual, compreendendo-se estes dois conceitos como fundamentais à constante elevação do padrão técnico do jornal. A experiência nos demonstra à sociedade que não existe outra maneira de levarmos adiante o projeto que a Folha de S.Paulo é obrigada a encarar como missão. São providências, estas que apresentamos acima, imperativas na defesa do futuro do jornal, dos empregos que garante, dos melhores salários que poderá oferecer e da dignidade profissional cuja proteção não constitui monopólio de ninguém. Se estivermos corretos, como julgamos estar, quando sustentamos tais convicções, as gerações do futuro poderão olhar para a Folha de S.Paulo e dizer: “Eis aí algo de útil e bom, algo que deve ser preservado”.

ANEXO 4

PROJETO EDITORIAL 1984

“A FOLHA DE S.PAULO DEPOIS DA CAMPANHA DIRETAS JÁ”

Credibilidade exige responsabilidade

A campanha Diretas Já faz parte da história brasileira. Faz parte, também, da história da **Folha**, que aderiu à campanha em novembro do ano passado e foi o primeiro grande meio de comunicação a fazê-lo.

De novembro até a votação da emenda Dante de Oliveira, em abril, o jornal experimentou uma mobilização interna sem precedentes. Externamente, disseminou e consolidou o prestígio público acumulado nos anos anteriores. Impôs-se, ao país inteiro, como uma das principais forças formadoras de opinião pública. Conquistou um importante crédito de confiança junto à sociedade civil. Antes da campanha, era difícil ignorar a **Folha**; depois dela, tornou-se impraticável.

Esse desenvolvimento aumenta nossas responsabilidades. Depende do nosso trabalho levar a **Folha de S.Paulo** até a sua maturidade jornalística ou fazê-la regredir, desperdiçando uma oportunidade talvez única.

Temos em nosso favor a ausência de preconceito, uma posição política aberta e que encontra ampla ressonância na opinião pública, uma disposição para crescer e mudar e ainda a relativa estagnação em que se acha a maioria dos demais grandes jornais. Sobretudo, temos atrás de nós uma empresa economicamente sólida, financeiramente saudável e que vem adotando uma atitude crescentemente agressiva no setor publicitário e comercial. É a situação privilegiada da empresa que tem assegurado a autonomia política e a contundência editorial da **Folha**.

Temos contra nós graves problemas de estrutura jornalística. A empresa tem feito investimentos nessa área, e o exemplo mais notável nesse sentido é a criação da reportagem especial. Não somente na reportagem especial, mas na **Folha de S.Paulo** como um todo trabalha hoje um número expressivo de jornalistas talentosos, capazes e dedicados. Não obstante, enfrentamos dificuldades sérias. Nossos serviços

noticiosos são ainda precários, a qualidade das nossas edições é muito flutuante, há altos e baixos no interior de cada edição.

A fase de instalação do sistema de vídeo está praticamente encerrada, e com sucesso. Mas o fluxo interno, desde as fontes de produção até a impressão, é cheio de percalços e irregularidades. Não conseguimos cumprir o cronograma imposto pelas exigências industriais e da circulação. Nossos mecanismos de controle sobre o padrão técnico do material editado são falhos: é raro que uma edição da Folha de S.Paulo não apresente erros grosseiros de informação e de edição.

Assoberbados pelo acúmulo de trabalho, que às vezes conduz quase à exaustão física e psicológica, os jornalistas que ocupam cargos de chefia estão excessivamente absorvidos pela rotina e pelos problemas do dia a dia, sem tempo – e frequentemente sem ânimo – para atacar os problemas de estrutura, que são a verdadeira causa dos problemas diários.

Nossos critérios ainda são muito heterogêneos e, além disso, é comum faltar orientação editorial para repórteres ou redatores, que se ressentem da falta de instruções precisas e uniformes. Finalmente – e apesar das constantes substituições de pessoal, responsáveis em parte por uma certa turbulência que intranquiliza a Redação –, ainda há um número considerável de jornalistas cuja qualificação profissional não está à altura das exigências colocadas pelo Projeto da **Folha**. Não há tempo nem condições materiais para adestrá-los e prepará-los adequadamente; terão que ser substituídos. A empresa terá que investir para viabilizar essas substituições e para remunerar melhor a maioria que permanecerá.

A busca do jornalismo moderno e apartidário

O Projeto em curso na **Folha de S.Paulo** teve origem em discussões que iniciaram por volta de 1974; há dez anos, portanto. O modelo de jornalismo que este Projeto advoga está claramente delineado em dois documentos sucessivamente produzidos no âmbito do Conselho Editorial: “A **Folha de S.Paulo** e alguns passos que é preciso dar” (junho, 1981) e “A **Folha de S.Paulo** em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo” (março, 1982). O crescimento contínuo do prestígio, da

credibilidade e da influência da **Folha de S.Paulo** constitui um sintoma inequívoco de que este Projeto está correto. Temos um mandato expresso de quase 300 mil compradores de jornal, renovado a cada dia nas bancas e na não suspensão das assinaturas, para levar esse Projeto adiante. É em nome dos quase 900 mil leitores reais, que estão por trás daqueles 300 mil, que fazemos a **Folha**. É o mandato conferido implicitamente por eles e que eles podem cassar a qualquer dia que legitima as nossas decisões. As ideias gerais que norteiam o modelo de jornalismo que vimos procurando pôr em prática estão condensadas a seguir. Trata-se de um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. Crítico – Não basta relatar os fatos, é preciso expô-los à crítica. Por definição, qualquer fato jornalístico é objeto da crítica jornalística. Pode ser a crítica propriamente dita, como, por exemplo, no editorial ou no artigo assinado. Pode ser a crítica realizada por meio da interpretação do fato e da análise de suas causas e consequências, como na reportagem ou no texto de apoio assinado. Pode ser crítica que o repórter realiza quando compara fatos, estabelece analogias e veicula diferentes versões sobre um mesmo fato. Todo fato comporta mais de uma versão; a verdade pode emergir da contradição entre diferentes versões. Não é errado publicar versões contraditórias; errado é o jornal ou o jornalista fazer-se de árbitro da verdade e impedir uma ou várias versões de chegar até o leitor. O tom de crítica – serena e fundamentada – deve permear o jornal da primeira à última página. Não somos jornalistas para elogiar, mas para criticar. Pluralista – A sociedade é plural; há sempre interesses e pontos de vista em conflito. O melhor serviço público que um jornal não partidário pode fazer é tornar essa realidade transparente; é reproduzir, em suas páginas, e na proporção mais exata possível, a forma pela qual as divergências se distribuem no interior da opinião pública. Isto não significa que o jornal se abstém, que não toma posição, que é “neutro” – nada disso. Mas o jornal não quer impor suas opções ao leitor, não quer aprisioná-lo numa camisa-de-força ideológica, não quer tiranizá-lo. Vamos deixar que as dissonâncias corram soltas, vamos estimular a polêmica, vamos tornar tudo – inclusive o próprio jornal – cada vez mais visível, mais público e mais transparente para o leitor. Ele que decida de acordo com o seu próprio interesse, que ele sabe avaliar muito melhor do que nós. Também o pluralismo deve permear o jornal do começo ao fim. As reportagens precisam relatar os vários pontos de vista das pessoas envolvidas com o fato; ao pautar artigos, devem balancear-se tendências diferentes e, se possível, opostas; idem ao se pautarem debates, entrevistas, etc. Apartidário – A

Folha de S.Paulo é grande o suficiente e abarca um número suficientemente alto de leitores para que pudesse ser um jornal partidário; uma opção partidária significaria, hoje, reduzir nosso impacto sobre a opinião pública e autocondenarmo-nos ao isolamento. Ser um jornal partidário é ser um jornal organicamente vinculado a um partido político, a uma tendência ideológica, a um grupo econômico, a um governo, a um líder. Não temos, felizmente, qualquer vinculação desse tipo. Mas ser um jornal apartidário não significa ser um jornal que não toma partido. Pelo contrário, a **Folha de S.Paulo** faz questão de tomar partido no maior número possível de temas. Mas não tomamos partido mecanicamente; não fazemos, para utilizar uma expressão de origem diplomática, “alinhamentos automáticos”. Cada questão é uma questão, e nós tomamos partido em relação a ela especialmente, não em relação à estratégia geral de quem a propõe, seja um partido, um grupo, etc. Moderno – O sentido de moderno é, no caso, bem concreto. Jornalismo moderno na medida em que se propõe a introduzir, na discussão pública, temas que até então não tinham ingresso nela. Na medida em que põe em circulação novos enfoques, novas preocupações, novas tendências. O principal objetivo do nosso trabalho é formar, entre nós, uma opinião pública esclarecida, crítica e atuante.

Precisamos atacar os problemas

Precisamos identificar e atacar diretamente os problemas de estrutura. Antes de tudo, temos que uniformizar nossos critérios editoriais e técnicos. Está praticamente concluído o Manual Geral da **Folha**. Ele é fruto de um processo que se estende desde o final do ano passado. Um esboço originário, solicitado pelo Conselho Editorial à direção da Sucursal do Rio, foi longamente desenvolvido pela equipe que no início deste ano integrava a Direção de Redação (editor-responsável, secretário do Conselho e secretário de Redação). Foram pedidas críticas e sugestões à chefia da Agência, aos editores, à cúpula da Sucursal de Brasília, aos repórteres especiais e a alguns colaboradores do jornal. Não se trata de um evangelho editorial. Trata-se de uma base de referência que traduz uma visão uniforme sobre os vários problemas da atividade jornalística. Organizado sob a forma de centenas de verbetes práticos, o Manual Geral vai sustentar as nossas discussões e decisões com a objetividade do texto escrito, que substituirá a subjetividade das opiniões pessoais. É consenso que o

ponto frágil da **Folha de S.Paulo** é a informação. Precisamos informar mais e melhor. Temos que publicar textos mais corretos, mais objetivos, mais concisos, mais claros, mais completos e, sobretudo, mais exatos. A chefia da Agência está concentrando esforços numa verdadeira batalha pela exatidão em todos os níveis. Esta é a tarefa prioritária. É imprescindível que todos nós estejamos firmemente engajados nela. Os companheiros que ocupam cargos de chefia na redação e sucursais devem dedicar menor tempo e atenção aos trabalhos da rotina diária, os quais devem ser delegados a subordinados que possam responder pelas consequências da execução. Em contrapartida, os que exercem aquelas funções de chefia precisam voltar-se para o que estamos chamando de problemas estruturais. Precisam orientar mais suas respectivas equipes, expondo os objetivos e discutindo as falhas ocorridas. Precisam utilizar a imaginação para impulsionar o trabalho de pauta e para conceber novos enfoques em relação ao noticiário. Precisam planejar antecipadamente as suas edições e estabelecer esquemas alternativos a serem adotados caso o planejamento fracasse ou novos fatos determinem que ele seja modificado ou simplesmente abandonado – não está errado mudar o que se planejou; errado é não ter planejado nada. Precisam, ainda, agilizar o relacionamento entre as editoriais e a reportagem, sucursal e correspondentes. Precisam, também, investir jornalisticamente em alguns assuntos, que considerem promissores, em detrimento de outros, que merecerão apenas registro no jornal. É necessário audácia editorial para apostar nesta pauta e minimizar aquela outra, assim como é preciso determinação para recusar trabalhos de qualidade insatisfatória, para punir erros cometidos e para, em última instância, substituir profissionais. Quem exige esse zelo rigoroso é o interesse do leitor, ele próprio cada vez mais exigente. Nós não temos alternativa exceto a intransigência técnica. Os companheiros que não exercem cargos de chefia precisam investir constantemente em seu próprio desenvolvimento profissional. Embora as estruturas da carreira jornalística sejam mal organizadas na nossa redação e apesar de existirem desníveis muito pronunciados na nossa estrutura salarial, a **Folha de S.Paulo** é reconhecidamente permeável. Para que “se tenha futuro na **Folha**” não se requer experiência, nem “muitos anos de casa” ou de idade, nem se pedem atestados ideológicos a quem quer que seja. Os companheiros que não exercem cargos de chefia devem defender seus interesses pessoais em favor dela. Devem brigar por suas pautas, devem discutir abertamente com suas chefias, devem tomar conhecimento e questionar a avaliação que é feita, mensalmente, acerca de seu

próprio desempenho. Devem procurar aprender e aperfeiçoar profissionais. Devem mostrar na prática a qualidade de seu trabalho e argumentar-se, no trabalho e no debate. A **Folha de S.Paulo** estimula a polêmica em todos os níveis salvo o da execução. A **Folha de S.Paulo** é o meio de comunicação menos conservador de toda a grande imprensa brasileira. É o que mais se tem desenvolvido nestes anos. É o mais sensível aos movimentos da opinião pública e é também o mais ágil. Politicamente é o mais arrojado. É com certeza o que encontra maior repercussão entre os jovens. Foi o que primeiro compreendeu as possibilidades da abertura política e o que mais se beneficiou com ela, beneficiando a democratização. É o jornal pelo que a maioria dos intelectuais optou. É o mais discutido nas escolas de comunicação e nos debates sobre a imprensa brasileira. Está no rumo certo, graças à lucidez e à competência dos que dirigem a empresa e graças ao trabalho jornalístico que conseguimos desenvolver até aqui. Contamos agora com o respaldo da **Folha de S.Paulo da Tarde**, que continuará sendo um jornal diverso da **Folha**, mas que passa a atuar ao nosso lado, segundo uma estratégia comum que prevê uma relação de complementaridade entre ambas. Do prosseguimento firme do nosso trabalho depende a meta mais alta: fazer da **Folha de S.Paulo** o principal jornal do país e dos profissionais que nela trabalham os mais valorizados e respeitados de toda a categoria.

ANEXO 5

EDITORIAL DA *FOLHA* DE 26 DE JANEIRO DE 1984

Depois da Praça

A monumental demonstração da vontade popular na praça da Sé passa a constar dos anais da história política do Brasil. Não só como uma das maiores manifestações cívicas de nossa História, senão a maior, mas também um dos raros e belos momentos de concentração dos interesses da sociedade em torno de uma única demanda, de uma só frase capaz de expressar os desejos mais profundos e incontidos da coletividade: “Quero votar para presidente”. Sob a transparência desse mote, o movimento nacional pelo restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República alcança, a partir deste 25 de janeiro, novo patamar, rumo à conquista de seu objetivo. De um lado, se Curitiba significou o primeiro teste vitorioso, o ato público de São Paulo representa um impulso vigoroso para os próximos atos da mobilização popular em todo o País. De outro lado, por mais que os defensores do Colégio Eleitoral queiram silenciar, os efeitos do comício da Sé sobre o sistema político em seu conjunto far-se-ão notar com evidência crescente.

Além disso, o caráter grandioso da adesão popular e, principalmente, a ordem e paz exemplares que se verificaram nesse grande evento acabam por enterrar definitivamente a falsa tese de que povo reunido é sinônimo de desordem. O transcurso civilizado e pacífico do comício é a melhor resposta que a multidão organizada poderia oferecer àqueles setores minoritários que ainda teimam em negar participação popular nas grandes decisões nacionais. Nesta perspectiva, cabe sobretudo ao Congresso dar à sociedade brasileira uma resposta à altura do apoio que esta, com espírito desarmado e convicção inabalável, lhe oferece desde a praça pública. Com efeito, compete agora ao Poder Legislativo – enquanto instituição que deve representar precisamente a vontade geral do povo – corresponder ao clamor nacional, interpretando esse respaldo precioso que lhe chega das ruas. E traduzi-lo em ação política condizente com a melhor tradição republicana.

A partir do 25 de janeiro de 1984, não há mais lugar para interesses partidários e ambições pessoais, divergências intestinas e privilégios de casta nascidos do arbítrio.

Para o Congresso Nacional, o ano de 1983 foi marcado pelo início da retomada de sua autonomia. Votações memoráveis recuperaram em parte o moral e a força dessa instituição.

O ano de 1984 reserva ao Legislativo um único caminho para avançar nesse processo de reconquista de suas prerrogativas. É o de devolver a si próprio a dignidade e a confiança no exercício de sua plena autonomia. Em outras palavras, devolver ao povo brasileiro, a 11 de abril próximo, mediante aprovação de emenda constitucional, o direito de eleger o presidente da República.

ANEXO 6

EDITORIAL DA *FOLHA* DE 26 DE ABRIL DE 1984**Cai a emenda, não nós**

Frustrou-se a esperança de milhões. Uma compacta minoria de maus parlamentares disse não à vontade que seu próprio povo soube expressar com transparência, firmeza e ordem. Nunca a sociedade brasileira se ergueu com tal vulto, nunca um movimento se irradiou de modo tão amplo nem o curso da história se apresentou assim palpitante e inconfundível. Em poucos meses a campanha pelas Diretas Já dissolveu fronteiras de todo tipo para imantar o espírito dos brasileiros numa torrente serena, profunda, irrefreável. Um povo sempre acusado de abulia e de inaptidão para a vida pública ofereceu, ante a surpresa de observadores locais e estrangeiros, o espetáculo de seu próprio talento para se organizar e manifestar com responsabilidade, energia e imaginação.

A tudo isso alguns congressistas disseram não. Evitemos insultar a memória do passado e as gerações de amanhã chamando-os congressistas: são representantes de si próprios, espectros de parlamentares, fiapos de homens públicos, fósseis da ditadura. Antes votar não a omitir-se covardemente, como muitos fizeram; melhor, porém, era renunciar ao mandato do qual não conseguiram mostrar-se à altura, devolvendo-o com um pedido de desculpas a sua fonte legítima de origem. Não foi o que fizeram e eles sabem o que fazem. Mas não sabem que o Brasil – felizmente! – mudou, que a sociedade civil resgatará seus compromissos, a população exigirá seus direitos tantas vezes postergados e os leitores retribuirão na mesma moeda: não mais terá votos quem lhes negou o direito ao voto.

Esta “Folha” não foi a primeira nem a única a exigir Diretas Já. Mas não mediu esforços, desde o início, para que a campanha se transformasse nesse grande festival de civilização política que vimos presenciando e estimulando. É nessa condição que dirigimos agora um apelo aos nossos leitores e a todos os brasileiros, cidadãos desta Pátria renascida. Neste momento de amargura é fundamental preservar aquilo que tem sido a força do movimento. Em lugar da violência, a participação; em lugar do tumulto, a tranquilidade; em lugar do desespero, a persistência; em lugar do desânimo, a vitalidade renovada a cada revés. De onde

proveio a força moral e política desta campanha senão de seu caráter pacífico, de sua forma organizada, de sua natureza unitária, de sua amplitude social e geográfica, de seu propósito radicalmente democrático, de seu estilo generoso, de seu aspecto colorido? É preciso aprender com os erros, certamente; mais importante é não abandonar os acertos.

Acima de tudo é necessário manter a ordem, a paz e a tranquilidade. Não somos o primeiro povo a lutar por sua emancipação definitiva e a lição das experiências análogas é que a luta é sempre longa, difícil e penosa. A emenda Dante de Oliveira está derrotada, não nós. Ainda que já tivéssemos reconquistado as Diretas haveria um extenso caminho a percorrer. Continuemos com a mesma intransigência e com a mesma esperança.

Colocamos ontem mais um tijolo nesse edifício que os homens e as mulheres do futuro, diferentes por suas etnias, pensamentos e interesses, hão de contemplar e dizer: eis aí um belo lugar, eis aí onde queremos que nossos filhos cresçam, ao mesmo tempo trabalhando, aprendendo e divertindo-se.

ANEXO 7

EDITORIAL DA FOLHA PUBLICADO EM 18 DE DEZEMBRO DE 1983

Chega de letargia

Difícil decidir qual o comportamento menos edificante em relação à tese das eleições diretas para a Presidência da República – se o das oposições ou o dos diferentes matizes do oficialismo. Na dúvida, a opinião pública tem todo o direito de voltar sua indignação, sobretudo contra os oposicionistas.

Embora confusa e tergiversante, a posição do presidente Figueiredo em face do tema, torna-se mais compreensível quando se levam em consideração as pressões contraditórias a que está sendo submetido. Em sua tripla condição de chefe do Estado, do governo e de um partido político, ele não pode esquivar-se de ponderá-las e, na medida do possível, buscar sua conciliação.

Se não há nada de elogiável na atitude de grande parte dos PDS, que deseja conservar o privilégio odioso de indicar o futuro chefe do governo mediante o artifício desmoralizado desse Colégio Eleitoral – tão legal quanto ilegítimo – tal posição não é menos compreensível. Há uma enorme massa de interesses em jogo que ao menos explicam, sem justificar, o comportamento dos indiretistas. Ao mesmo tempo, a imagem e o conceito públicos do PDS têm sido bem defendidos por alguns de seus dirigentes, como o governador Roberto Magalhães, de Pernambuco, que apoiam firmemente as Diretas. Mais firmemente do que muitos líderes da Oposição.

As chefias militares, empenhadas no propósito de fortalecer o caráter estritamente profissional das corporações a que servem, vêm reiterando que a deliberação sobre o problema cabe ao sistema político, em cujo ápice está o presidente Figueiredo.

Como explicar, porém, a letargia vergonhosa na qual afundam as oposições, paralisadas entre as ideias e as vantagens, incapazes de traduzir palavras em atos? Tamanha incapacidade de criar fatos políticos que expressem a irreversibilidade das

Diretas deve ser apontada como uma verdadeira traição aos respectivos programas partidários e à vontade transparente da opinião pública.

Amesquinhados pelo prolongado exercício da retórica e agora amolecidos pelas fumaças do poder, os dirigentes oposicionistas estão dedicados a disputar terreno uns com os outros.

Descumprem, assim, o mais simbólico dos compromissos que assumiram no passado. Certamente serão cobrados por isso no julgamento das responsabilidades pelo futuro do país.

ANEXO 8

COLUNA DE JANIO DE FREITAS DE 8 DE JUNHO 2003

Vinte anos

Janio de Freitas

ESTA coluna faz 20 anos. A rigor, porém, tal constatação é incerta. As datas conferem no calendário, e confirmam-se no alto das páginas do jornal. Mas o tempo brasileiro é único. Não acompanha o andar do tempo no restante do planeta, nem, muito menos, tem relação com o correr do tempo humano. Eis aí:

“Os gestores da administração financeira não conseguiram, em definitivo, chegar a um acordo a respeito das medidas que devem compor o novo pacote, nem tampouco conseguiram concluir, em suas respectivas áreas, os estudos conclusivos sobre as medidas em discussão”.

Texto de hoje, sim, como um adendo, sob o conveniente título “Pacote de divergências”, às notícias das conflitantes posições e declarações de vários governistas e do próprio presidente, sobre a política econômica. Texto, no entanto, do dia 7 de junho de 1983, primeiro dia do que podem ser 20 anos, iniciados ainda no regime militar. Ou uma data que não seria mais do que uma referência infinitesimal no dia interminável do mesmismo histórico brasileiro. Este longo dia sem ocaso do país onde, entre tantas, a única reforma verdadeira foi na Lei de Lavoisier, reduzida à brasilidade: tudo se perde, nada se cria, nada se transforma.

Na visão mais pessoal, os 20 anos significam, em estimativa razoável, em torno de uns 4.500 artigos. Por sua vez, equivalentes a 20 livros de bons dois dedos de espessura. Ainda assim, continuei não me sentindo articulista. Meu gosto e habilitação no jornalismo, se existem, estão em especialidades exercidas antes da chegada à Folha. Cada coluna me custou o esforço e a apreensão, quase sempre ao longo de todo o dia, e nunca respondida em prazo útil, de conseguir justificar, ou não, o espaço recebido e os minutos do possível leitor. Não invejo os que disparam seus textos na convicção, sempre, de que estão escrevendo coisas ótimas, mas percebo que este é um (ou o) modo de conviver bem com o jornalismo.

Esse convívio, para a maioria de nós, é um complexo de problemas incompreendido pelo leitor e pouco considerado entre jornalistas. O capítulo das tensões sempre me

recorda Carlos Castello Branco, inigualável no artigo asséptico, em que só se percebia a existência de um autor pelo estilo brilhante. A aparência de frieza, por muitos tida como indiferença, vigorou mesmo para os amigos até que, ia a “Coluna do Castello” pelos dez anos no “Jornal do Brasil”, os cardiologistas do primeiro enfarte de Castellinho decretaram: seu artigo precisava ser escrito pela manhã, apesar dos inconvenientes jornalísticos, para encurtar a tensão corrosiva, até o ponto final, detectada nos exames. São muito interessantes os estudos, feitos em países desenvolvidos, sobre as implicações pessoais da vida de jornalista.

Preferiria não ter escrito a maioria do que aqui escrevi. Não pelo que disse, mas pelo que o motivou. Nem por isso me fiz inimigo de ninguém, embora atraísse inimizades inúmeras. Paciência é da regra do jornalismo uma atividade que só existe quando não há acomodação ou comprometimento. E não é a mim que cabe o crédito de tê-la exercido nestes 20 anos. Nisso sou devedor. Pela oportunidade oferecida, quando a Folha de S.Paulo me acolheu, em 1980, depois de mais de dez anos sem chance no jornalismo; pela ideia desta coluna, que não foi minha, foi de Octavio Frias pai; e pela incrível independência da Folha, que me permitiu exercer a minha própria. Mesmo sem juro brasileiros, a dívida já nasceu grande demais para que me fosse possível quitá-la.

Daqui para frente, não sei como será. Ou se será. Por aqui, sinto que estamos todos cansados – leitores, jornal, personagens, autor.

ANEXO 9

PRIMEIRA PARTE DA ENTREVISTA COM JANIO DE FREITAS POR E-MAIL EM 2006 (SEM EDIÇÃO)

MV – Há sugestão da direção da Folha de S.Paulo na escolha dos temas?

JF – Não. Jamais houve, nem por uma vez. Pode-se dizer que, em termos de prática jornalística diária, a Folha de S.Paulo e eu sempre mantivemos certa distância.

Ou, pelo menos, muito mais distância do que talvez fosse útil para o jornal e proveitoso para mim. Dois exemplos para ficar mais claro. Dadas as características da minha coluna, estou obrigado a dispor de informações em nível pelo menos razoável, nos assuntos mais relevantes, ou seja, nos que tendem a ser mais destacados pelo jornal. Consultas da redação para avaliar, complementar ou corrigir o material de que dispõe seriam normais, como são corriqueiras ou até obrigatórias em muitas das melhores redações mundo afora. Inúmeras vezes notei, quase sempre com uma reação de mal-estar, que teria contribuído para melhorar determinado noticiário do jornal ou mesmo para evitar erro nem sempre perdoável jornalisticamente. Em sentido inverso, para mim seria muito proveitoso saber a que assuntos a redação está dando importância, ou receber algum feedback do meu trabalho, ou algumas conexões como, digamos, o conhecimento de uma pesquisa a ser publicada no dia seguinte. Em uns vinte anos de pesquisas políticas do jornal, se uma ou outra vez publiquei um comentário simultâneo à divulgação da pesquisa, isso só foi possível porque tive alguns dados por contrabando, até de fora da Folha. Neste ano aconteceu uma vez, porque obtive uns poucos índices graças, digamos, a uma operação triangular. (Parece que, para as próximas eleições, está feito um acordo com a Globo para divulgação no Jornal Nacional antes da publicação na Folha, mas a minha coluna é concluída muito antes).

MV – Como é determinado o tamanho médio que a sua coluna ocupará na edição?

JF – Fui repórter de polícia, de esportes, de geral, de coberturas políticas, redator, repórter-fotográfico, fui diagramador (paginador, dizíamos e digo ainda, porque há grande diferença entre a generalidade de fazer diagramas e a especificidade de pôr na

página), fui editor, diretor redator-chefe, superintendente, diretor-geral – mas duas atividades nunca pensei em ter: editorialista e colunista de política. Nem desejei. Quando Luiz Alberto Bahia trocou seu artigo diário de política, na página dois da Folha, pelo Tribunal de Contas do Município do Rio, Flávio Rangel, que fazia no jornal uma crônica de grande sucesso, sugeriu meu nome a Otavio Frias para a substituição. Mas quando Boris Casoy me telefonou a respeito, reagi tanto com surpresa quanto fuga. Telefonemas seguintes resultaram em que eu faria a coluna, aquela mais fina ainda hoje no lado direito da página 2, no domingo e mais dois dias da semana (quais, não me lembro). Procurei fazer algo diferente do que vinha sendo feito no jornalismo político, e parece que não deu errado, porque a Folha de S.Paulo me convidou para ficar como uma espécie de repórter de política livre de pautas e agendas. Seis meses depois, veio o novo convite para uma coluna diária fora da página dois. Minha relutância não vinha só da consciência de que não sou vocacionalmente um colunista de política. A objeção tinha também motivos conceituais. Por isso argumentei que, para mim, a coluna só teria sentido com três premissas: não haveria tamanho fixo, eu não a mandaria quando não a achasse justificável e, nos dias de falta, não haveria autor interino. E assim ficou acertado. A preliminar de tudo era, claro, a liberdade temática, mas dessa eu já comprovara que não precisava falar.

As premissas vigoraram por 23 anos. Entre as modificações introduzidas na fisionomia gráfica da Folha de S.Paulo no mês passado (maio, 2006), veio uma de efeitos jornalísticos. Ou melhor, antijornalísticos: várias colunas foram aprisionadas em um tamanho único de texto. Isso é uma monstruosidade de antijornalismo que só pode provir de um grafismo desprovido de reflexão e de qualquer outro sentido que não a gratuidade. É claro que o condicionamento reduz a pretendida qualidade das colunas, obrigando a espichar ou amputar os textos, mas o grafismo fez isso supondo que as valoriza só por fazê-las ocupar todo o alto da página. Uma nota que incluí a propósito na coluna, no mesmo dia das modificações do jornal, levou a estabelecerem um total de linhas alternativo, com pequena diferença, e mais tarde um terceiro, ambos não menos antijornalísticos, por definição, do que o primeiro. (Até que você se ocupe dessa resposta, se é que terá utilidade, é possível que o tamanho tenha outro tratamento, não sei). Enfim, isso é só um dos retrocessos que da atual imprensa brasileira a práticas que há dezenas de anos se presumia superadas para

sempre. Quando a mim, para encerrar, até o mês passado não houve tamanho fixo, nem sei dizer qual fosse a média dos meus textos.

MV – Você sabe quem é o seu leitor? Há uma pesquisa nesse sentido?

JF – A Folha de S.Paulo já teve pesquisas nesse sentido, não sei se faz ainda. Seria presunçoso dizer que SEI quem é o meu leitor. Intuo, isso sim. A partir de alguns fatores. Dois são principais. O primeiro é minha experiência acumulada ao assumir, no Rio, a obrigação de levantar três jornais que estavam em situação problemática. Isso me permite dizer que se pode controlar, com o domínio de certas técnicas, o direcionamento para o provável interesse de tal ou de qual público. O que quero dizer é que existe, como se sabe, uma seletividade espontânea do público segundo seus níveis e preferências, mas é possível interferir na seletividade. Nesse sentido, intuo qual é o meu público leitor porque, deliberadamente, a linguagem e a temática da coluna não são adequadas a todos os tipos e níveis de leitores. E o segundo fator comprova o primeiro. É o gênero do retorno expresso por leitores. Mesmo quando não demonstram a inserção no nível de escolaridade da média para cima, mostram um leitor com interesse intenso nas questões de poder, de política, de soberania, sociais, e outras assim.

MV – Você recebe e-mails, cartas comentando sobre as suas colunas?

JF – A resposta anterior já confirma a correspondência. Mas convém um acréscimo. Não inscrevi e-mail no pé do texto, como há em outras colunas, e isso às vezes é interpretado como desinteresse pela opinião do leitor a respeito do meu trabalho, o do dia ou o de sempre. É um equívoco total.

Acontece que não tenho afinidade com internet. E a divulgação do e-mail certamente seria aproveitada pelas abomináveis mensagens comerciais, propagandísticas e de falta do que fazer. A internet, prima da TV, está seguindo o caminho da família: cada vez nivela mais por baixo. E a imprensa, fascinada pela internet, está indo atrás, sem perceber que o sonho da internet é ter a importância que os jornais têm para opinião pública e para todas as formas de poder institucional ou na sociedade.

MV – Como você escolhe os temas que aborda nas colunas?

JF – A pergunta parece essencial, mas é muito difícil. Não foi à toa que fugi para outras, antes de enfrentar a nº 1. Não tenho uma regra, ou seja, não tenho UM nem poucos modos de escolher o tema. Há certos componentes comuns a todas as escolhas. Por exemplo: o interesse jornalístico do assunto e o meu grau de segurança para transitar no tema. Mas também acontece, com razoável frequência, a escolha por achar que possa dar interesse jornalístico a um tema que o tem pouco ou não o tem por si mesmo. Outro impulso não incomum, nas escolhas, é o propósito de oferecer ao leitor informações e/ou ponderações diferentes das que estão publicadas e, pelo que me conste por informação ou análise, não são corretas – seja pela imprecisão de dados, pela tão comum deformação factual, por motivos subjacentes não jornalísticos ou, produção diária e impune na reportagem política, pelos chutes. Quanto a essa prática, a imprensa brasileira pós-ditadura é tão pouco democrática quanto no tempo da ditadura: detesta a divergência, o contradizer, detesta ser flagrada, e não reage a isso com a honesta confrontação de dados, fatos e argumentos, mas com a fuga do tipo “vou fingir que não é comigo” ou com insultos. É um dos muitos vícios em que se transformaram, no Estado de Direito, os hábitos dos jornalistas na ditadura. Refiro-me ao jornalismo de política e ao de economia, este, então, com raríssimas e pontuais exceções, verdadeiramente escandaloso no seu antijornalismo.

Outra influência na escolha do tema: na uniformidade do jornalismo brasileiro, como se todos os jornais saíssem da mesma redação, ficam relegadas a plano insignificante muitas informações/observações úteis à compreensão dos fatos e à formação das opiniões de cada um. Isso acontece mesmo dentro dos grandes assuntos, esses a que os jornais dedicam vastos espaços por semanas sucessivas. Com frequência enveredo por aí, para encaminhar uma visão menos estreita, mais de conjunto e mais ajustada ao sentido dos fatos. Mas a escolha diária foi muito conduzida, também, pela característica básica da coluna em cada uma de suas diferentes fases.

ANEXO 10

ENTREVISTA PARA A AUTORA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2008 POR E-MAIL

Margarete Vieira – Qual é a sua rotina diária para produção da coluna?

Janio de Freitas – A rotina variou conforme as fases da coluna. Talvez na maior parte do tempo nem tenha sido rotina propriamente rotina. Quando fui escrever na Folha, creio que em 1980, primeiro estudei durante alguns dias os artigos e textos de autor que eram publicados, para não chover no jornal já inundado. Optei por um texto mais tipicamente de “crônica política” (o crítico David Arrigucci saudou um dia esse “ressurgimento da crônica política” no jornalismo), com um texto bastante solto, mas, contrariamente ao gênero habitual da crônica, carregado de informações velozes e agudas. O trabalho, nesse período, não incluía o ato de escrever, porque textos soltos são, para mim, gostosos de fazer. O trabalho era coletar a quantidade de informações concatenáveis, o que exigia muitas conversas com pessoas muito variadas, por telefone e diretamente. Sempre procurando o que fosse evitado ou não percebido. Parece que assim abri um lugarzinho próprio na leitura do jornal que se marcava, entre outras coisas, pela quantidade de artigos, colunistas, cronistas. Então começou a segunda fase. À proporção em que, ainda no período Figueiredo, novas questões foram se impondo ao regime militar, achei que o noticiário político/econômico, com tantas inflexões sociais, estava pagando o preço de muitos anos de autocontenção. Passei a aumentar a informação exclusiva, com tratamento menos solto e mais elaborado como técnica jornalística. Foi uma fase muito trabalhosa mas muito produtiva, inclusive pela entrada frequente em faixas temáticas pouco presentes no jornalismo, como, por exemplo, as questões internas do regime com seus militares. Figueiredo e seu círculo foram, mais do que um prato cheio, um banquete duradouro. Quando voltamos ao governo civil, a ebulição de novos fatos pôs a balbúrdia em lugar do noticiário, com muita irrelevância elevado a coisa importante, as especulações à solta e a invencionice, o chute, fantasiado de jornalismo – um vício que veio, então, para ficar, porque ainda hoje à espera de reprimi-lo seja mais importante nas redações do que os relacionamentos pessoais e o comodismo. Iniciei aí um período longo em que coluna foi praticamente só informativa, sempre e ainda de informações de ponta e exclusivas. Nessa fase

alarguei um componente que vinha desde o meu começo na FSP: trazer para a informação jornalística fatos e áreas que viviam à margem, pouco ou nada tocados, em parte como efeito das deformações deixadas no jornalismo pela ditadura e sua longa duração. Por exemplo, fatos como a corrupção e áreas como as licitações públicas, os usos das empreiteiras, os truques nos grandes contratos, o comprometimento de instâncias e pessoas do governo, e por aí. Esse gênero de trabalho tem dois problemas: receber ou alcançar a informação e, depois, a publicação. Essas coisas trazem torrentes de complicações. A elaboração do texto passa a ser de importância decisiva para enfrentar as reações, sejam as negativas de sempre ou os possíveis processos judiciais. A informação correta, nesses casos, nem sempre é suficiente, porque uma palavra ou um conceito pode dar brecha à reação. A informação permeada comentário e alguma análise tornou-se, digamos, a regra básica da coluna. E assim passou ao governo Collor e ao de Itamar. Nova fase veio com o governo Fernando Henrique. Hoje todos “se lembram” que nunca deixaram de ver com independência e crítica o recessionismo, o neoliberalismo, os negócios dentro das privatizações, os favorecimentos e outros pecados graves do governo Fernando Henrique. Mas foram muito, muito poucos a fazê-lo. O jornalismo emplacado enbranqueceu-se horivelmente naqueles oito anos. Senti a perda de muitos leitores, mas continuei fazendo o que fizera nos governos anteriores (e faço no seguinte). Com uma vertente mais de comentário, digamos, factual-analítico, para quem quisesse refletir sobre o fato em questão e eventualmente confrontar o teor do meu texto com outros. Entrou o governo Lula, Luiz Francisco de Carvalho Filho, o advogado-escritor brilhante e meu amigo, me disse com evidente espanto: “Você foi o primeiro a criticar o Lula!”. Pois é. O que posso dizer a respeito é só isso: antes perdi leitores fernandistas, depois perdi leitores petistas. Se publicasse no Rio, guardaria ao menos os flamenguistas.

MV – Como você faz a apuração dos fatos que analisa na coluna?

JF – Olhe, jamais gostei de recorrer a um número farto de possíveis informantes. Meu modo de trabalhar sempre foi mais estrito. Para mim, o que importa é ter bons informantes, e bons informantes são escassos. Antes de tudo, no sentido de que não são pessoas que de algum modo queiram se utilizar de você. Além disso, é claro, precisam ser dotadas de informação tão segura quanto possível ou de indicações, observações, pistas. Um dos riscos do jornalismo de política e economia é ouvir

demais políticos e gente da chamada área econômica, na quase totalidade péssimos informantes porque o que passam está condicionado ao que lhes seja conveniente. E, no jornalismo brasileiro, esses são os mais numerosos indutores de “notícias” e comentários de política e economia. Quanto à minha maneira de apurar, difere em relação a fontes, aos interlocutores que não são necessariamente fontes de informação, e só. Talvez os pontos de partida também possam diferir, porque tenho o hábito de perscrutar muito o que leio nos jornais e ouço na TV e no rádio. Uma coisinha à toa, muitas vezes, me faz perceber o caminho de uma informação, ou o sentido de um fato, ou desconfiar de alguma articulação, por exemplo. E percebo que esse não é mais um hábito de jornalistas aqui. Pasmem, nem de ler os jornais é um hábito nas redações, nem mesmo o próprio jornal. É frequente me ocorrer um comentário a um(a) colega, sobre algo publicado, e ouvir de volta “é? onde saiu?”. Também com frequência a resposta é a mesma: “No seu jornal”. Seguida da tréplica invariável: “Ah, hoje ainda não li”. Obter e selecionar boas fontes não é fácil, mas lidar produtivamente com elas depende apenas disso: é indispensável que, tanto quando você confie no informante, o informante confie em você, como profissional e como pessoa.

MV – Como se dá o seu relacionamento com as fontes? Há uma rotina de contatos permanentes para garantir a precisão da informação?

JF – O relacionamento varia. Pode ir de contatos apenas eventuais até a amizade. Rotina de contatos não tenho, não. Quando necessário, para complementar ou para esclarecer melhor uma informação e o que dela tentarei extrair analiticamente, posso recorrer a mais de uma pessoa para conversar sobre o mesmo assunto. Em qualquer caso, esse meu trabalho não deixa de ser um trabalho muito solitário. E essa é um dos muitos de que não gosto nele.

MV – Quais os jornais que você lê diariamente e por quê?

JF – Indispensavelmente, dois: a Folha, por todos os motivos, e o Globo por ser um jornal que conheço bem mesmo nas entrelinhas. Lia também o Estadão, mas lá não aceitam mais minha assinatura ou, pelo menos, entregá-lo em minha casa. Adicionalmente, posso ler outros sem regra fixa.

MV – Quais as qualidades necessárias para um colunista? Explique.

JF – Além das óbvias, com franqueza, não sei.

MV – Na coluna alusiva aos 20 anos na Folha de S.Paulo (8/06/2003) você escreve: “Preferiria não ter escrito a maioria do que aqui escrevi. Não pelo que disse, mas pelo que o motivou.” Quais foram (e por que) os momentos mais importantes analisados por você na coluna? E quais aqueles que preferiria não ter escrito? Por quê?

JF – Como pessoa, o melhor lugar que há para um jornalista é o de editor do caderno de turismo. Controlam os convites de viagem, com isso alguns conhecem tudo o que há de interessante no mundo, e seus temas são inofensivos, não aborrecem os ligados ao assunto reportado e não suscitam ira de leitores. O tipo de jornalismo que tenho feito na coluna está no extremo oposto: com grande frequência são fatos que eu preferiria não acontecessem, por serem transgressões ao que o país precisa e pode ser feito nele e por ele. Apesar das aparências em contrário, o Brasil está mal, porque cada dia pior em moralidade da administração pública, da vida política e de muitos dos métodos da grande empresa. Se o jornalista trata de assuntos é porque existem fatos assim. E é triste que existam.

Não sei quais foram os momentos mais importantes, a avaliação da importância depende de aspectos variáveis. Sei que muitos dos que não pareceram eram muito importantes, e alguns ainda se mostrarão assim.

MV – Por meio das suas colunas é possível entender momentos importantes da história político-econômica do país nas últimas décadas (redemocratização do país/luta pelas Diretas Já, *Impeachment* do Collor/Caras Pintadas e governos FHC e Lula). Qual a importância em ser “um historiador do cotidiano” e proporcionar ao leitor da Folha de S.Paulo uma análise apurada desses fatos?

JF – Olhe, uma das coisas que mais me preocupam no jornalismo são os equívocos que induzirá na história. Nos últimos tempos, quando tenho visto livros sobre fatos e períodos que testemunhei, me horrorizam as falhas de memória, de pesquisa e de deturpação até intencional que encontro. Não só em livros de pesquisadores, não. Sobretudo em livros de memórias de contemporâneos meus, inclusive muitos jornalistas. Nos Estados Unidos, no Canadá, na Alemanha as boas editoras têm os verificadores, e os erros constatados depois da publicação são cobrados ao editor que

cuidou do livro. Aqui não chegamos a esse estágio como norma, então o desastre é irreparável. A preocupação com o possível e improvável meu leitor futuro está muito presente no meu trabalho, sim, como um componente que considero obrigatório no jornalismo. Parte inseparável dele, mesmo. Daí a pensar na importância que o meu trabalho possa ou pudesse ter, a distância é muito grande. Não penso nisso, nunca. Não me considero importante e jamais tive a pretensão de sê-lo em qualquer medida e em qualquer sentido. Isso é algo que não tem para mim nem o mais mínimo interesse. Importância e prestígio são bons para quem os usa. Nunca seria o meu caso, não por virtude, mas por temperamento, por formação. Por natureza, talvez.

ANEXO 11

TRECHOS DA ENTREVISTA COM JANIO DE FREITAS EM 2/4/2009 – PESSOALMENTE PARA MARGARETE VIEIRA

Sobre a vocação musical

Os irmãos da minha mãe, minha mãe e o irmão e a irmã dela eram de fato muito musicais. Meu avô era muito musical, era afilhado de Carlos Gomes: Julio de Freitas. Julio de Freitas morreu muito cedo. E com isso a minha avó, que àquela altura já estava com quatro filhos, ficou em uma situação econômica difícil. Então a formação escolar dos filhos foi um problema muito sério. A minha mãe teve aulas de piano dadas por uma vizinha, uma professora, que ouvia minha mãe cantar em menina e se encantou com a afinação dela. Minha mãe teve uma preliminar, o suficiente para aprender leitura de pauta, mas logo a família teve que se mudar. A minha avó precisou se mudar, levando os filhos para morar em um lugar mais precário, fora do Rio, Vassouras. Minha mãe parou ali o estudo. Mas mais tarde, também na base de vizinha, alguém ofereceu um piano para ela estudar. Ela foi se desenvolvendo sozinha. Então a minha mãe não era uma pianista tecnicamente desenvolvida, mas era de uma musicalidade estupenda e me ensinou enquanto nós morávamos na casa do meu avô. Ela tinha ganhado dele um piano, o meu segundo avô, o segundo marido de minha avó. Ele adorava a minha mãe e tinha comprado um piano antigo para ela. E nesse piano eu comecei a aprender a tocar com ela.

[...] Minha mãe, para compensar um pouco a minha tristeza pela falta do piano, porque eu estava aprendendo direitinho e gostava muito, comprou um violão. Arranjou um professor de violão para mim, que, por acaso, total acaso, foi professor de pessoas como Baden Powell e Rafael Rabello, e outros. Chamava-se Jaime Florença. É autor de algumas músicas muito bonitas, e violonista.

Sobre desenhar

O meu padrasto, o segundo marido da minha mãe, não tinha a menor sensibilidade para a música, a mais remota sensibilidade para a música, era uma pessoa extremamente generosa, mas tinha essa incompatibilidade com a música. Minha mãe, então, para não ir para o piano, ficar sozinha, já que era um casamento cheio de esperanças e que foi muito bem-sucedido até eles morrerem velhinhos, resolveu vender esse piano. Embora ela nunca tivesse dito isso, e eu até acho que demorei bastante tempo para compreender como foi esse mecanismo, fiquei muito chocado, muito chateado com a venda do piano. Eu nunca manifestei a ela, mas acho que esse piano foi embora também, sob pretexto do meu padrasto, mas, em grande parte, porque havia na minha família muito medo de que eu me dedicasse à música, tinha uma ideia de que eu poderia me dedicar à arquitetura, à engenharia. Mas o fato é que o piano foi embora e eu passei mais de 10 anos sem pôr a mão em um teclado. Quando repus foi muito ligeiramente.

Aviação Civil

Eu peguei, assim como menino, o final da Segunda Guerra, e eu gostava muito de ver aquelas revistas americanas de guerra que meu avô recebia, comprava, com assuntos voltados para a aviação, e eu sempre muito fascinado por aviação. Eu estava muito dividido entre arquitetura e aviação. Fiz o primeiro concurso, acho que ainda antes de terminar o colégio, porque não requeria o colégio completo, fiz primeiro para Belas Artes. Nem cheguei a concluir o primeiro ano, porque achei o curso muito ruim, larguei e prestei Arquitetura. A essa altura eu já estava fazendo o curso de aviação civil, não sei exatamente em que altura comecei. Não me lembro. Gostava muito do curso de aviação civil, de voar, e não gostava do curso de Arquitetura, que eu larguei também. Eu tive um problema no ligamento do joelho e fiquei com dificuldade durante um certo tempo de movimentar o joelho, então não podia mais voar.

Reencontro com o pai

[...] quando nós saímos andando, passamos por um primeiro bicho. Engraçado, mesmo sem ter tido contato com ele ao longo da vida, sempre fui fascinado por bicho, e conheço razoavelmente alguns ramos da bicharada. Passei por alguma coisa e comentei: “isso aqui é um falcão”. E ele ficou espantado por eu conhecer. Começamos a conversar. Passamos por um poço e ele disse: “vou te mostrar uma coisa, eu trouxe para cá uns jacarés, para ver se eu conseguia reproduzir, e já nasceram os primeiros”. [...] Eu disse: “que coisa engraçada, estou estudando os jacarés”. Eu sabia tudo sobre jacarés. E aí pelos bichos que nós fomos encontrando pelo caminho saiu a conversa.

Os amigos

Nós nos encontrávamos diariamente na praia, que naquela época era bem vazia, durante muito tempo foi assim. As conversas eram ótimas, porque eles três eram mais velhos, todos eles mais velhos do que eu, na faixa dos 8, 10 anos mais velhos do que eu. Foi uma coisa mais ou menos característica na minha vida, a não ser agora que eu sou um velho, mas sempre fui o muito mais moço nos grupos em que convivi, sempre. Isso foi uma coisa que me beneficiou estupendamente, porque convivia com pessoas muito mais vivenciadas do que eu, mais cultas, portanto com muito mais informação para passar no convívio, no tipo de conversa, pessoas muito mais lidas, isso me beneficiou muito. Então praia foi uma coisa que eu sempre gostei muito.

Entrada no jornalismo

A mãe de um amigo meu pegou com ele umas coisas que eu tinha escrito e levou ao Jacinto de Thormes, que era a assinatura do Maneco Muller. O Maneco tinha uma coluna no Diário Carioca. Ele falou: ‘Manda ele vir aqui. Eu fui meio por curiosidade, porque eu lia jornal. Não é que me interessasse pelo noticiário do jornal, gostava de ler alguns cronistas, articulistas e fui. Ele dirigia um suplemento que chamava Revista do Diário Carioca, saía uma vez por semana, fiquei por ali.

Aprendendo jornalismo

O jornal já ficou mais engraçado, eu estava aprendendo mais coisas, principalmente com duas pessoas: o Carlos Alberto Tenório, primeiro, chefe da seção de polícia. Era um sujeito muito inteligente, boa formação cultural, moço, bastante moço, um apaixonado por jornalismo, e o Luiz Paulistano, que era um craque absoluto em orientação de repórter e elaboração de texto. E aí eu acho inconscientemente, um pouco conscientemente também, fui protelando a entrada em companhia aérea e fui ficando. Quando me dei conta já era jornalista.

1964

Um dia o Otto [Lara Resende] me telefonou, e disse: ‘Vamos tomar um café’. Eu disse: ‘Vamos’. Pouco depois do golpe. E ele me disse: ‘Tenho uma informação desagradável’. Conversamos um pouco. Eu estava achando estranho aquilo, ele ter me telefonado, chamado para tomar café. Eu perguntei: ‘O que é?’ Ele me falou de uma conversa com o dr. Milton, que era como chamavam o Milton Campos, uma pessoa extremamente séria, culta, inteligente, ministro do governo Castelo Branco por um certo período e que largou o ministério porque não aceitava o encaminhamento que aquilo tinha tido. Ele gostava muito do Jornal do Brasil que eu tinha feito e depois do Correio da Manhã. E ele disse ao Otto, certamente para o Otto me avisar, que havia uma lista informal de jornalistas que os militares não queriam nas redações, em nenhuma redação. Disse também que o primeiro nome era o meu. Mais tarde eu pedi ao Carlos Castello Branco, o Castelinho, que se dava muito bem com o dr. Milton, pois volta e meia eles conversavam, se encontravam para conversar, pedi a ele que checasse isso com o dr. Milton. E o Milton disse a ele que não sabia que encaminhamento aquilo tinha tido, mas que era isso mesmo, que ele não tinha nenhuma notícia nova a respeito, que tinha havido até uma indicação para me cassarem. Mas disse também que ele conversou com o Castelo Branco [presidente] e que era um absurdo, que eu sempre tinha feito um jornalismo independente, não era ligado ao governo do Jango, não era de partido político nenhum, etc., etc., etc., então que essa indicação tinha sido invalidada.

Jornal do Brasil

Uma primeira observação é que, naquela altura, por exemplo, quando se dá a introdução de algumas novidades técnicas no *Diário Carioca*, depois muito na reforma do *Jornal do Brasil*, a dificuldade era de ordem industrial, os equipamentos disponíveis para jornal eram de difícil conciliação com as necessidades do jornalismo. No caso das reformas do *Jornal do Brasil* isso era uma imensidão de incompatibilidade mesmo. Para você ter uma ideia o *JB* só tinha tipos, com uma ou outra exceção mínima, para anúncios classificados. Foi com esse material que se deu a reforma no *Jornal do Brasil*, que se mudou a cara do jornal. Hoje em dia o avanço da tecnologia de jornal, da engenharia, que a engenharia produziu para os jornais, é gigantesco, é fantástico, você pode fazer o que quiser, com uma velocidade assombrosa. E a gente brigava muito para conseguir um aproveitamento mínimo daquele velho material, e hoje em dia ninguém estuda, discute como aproveitar bem essa grande tecnologia.

Última Hora

Trabalhei um ano em *Última Hora*, quando Samuel Wainer estava morando na França e o jornal se encontrava em situação extremamente grave, digamos que tecnicamente, não juridicamente, falimentar ou pré-falimentar. Fui dado, então, como uma pessoa que podia recuperar a empresa e o jornal. Foi em 1967, o ano em que o Costa e Silva assumiu e introduziu um espécie de liberalização. Foi exatamente o que me permitiu fazer o trabalho que fiz em *Última Hora*. Tive sorte, deu tudo muito certo e antes do final do ano o jornal tinha adquirido força bastante para que permitissem a volta do Samuel sem nenhum risco. Saí uma semana depois da sua volta. Entreguei o jornal com todas as contas em dia. Foi o primeiro ano da história do *Última Hora* em que ele registraria lucro de balanço. Só havia uma conta que não estava em dia, a conta do papel. Eram anos e anos de dívida, mas estava tudo composto e as parcelas todas em dia. E o jornal passou por uma situação esplêndida, a tal ponto que pesquisas feitas pelos *Diários Associados* davam o *Última Hora* como o jornal de melhor índice de leitura, da classe A até a D. Foi um período muito bom, que infelizmente não produziu maiores resultados porque o Samuel imediatamente revirou tudo, voltou tudo ao passado e estouro o jornal. Faliu.

Colunista

Minha relutância não vinha só da consciência de que não sou vocacionalmente um colunista de política. A objeção tinha também motivos conceituais. Por isso argumentei que, para mim, a coluna só teria sentido com três premissas. Não haveria tamanho fixo, porque ou eu vou escrever mais do que tenho para alcançar o tamanho previsto, ou tenho mais do que o tamanho previsto e vou sonegar informação para o leitor. Não faço nem uma coisa, nem outra. Segundo, eu não a mandaria quando não a achasse justificável e, por fim, nos dias de falta, não haveria autor interino. E assim ficou acertado. A preliminar de tudo era, claro, a liberdade temática, mas dessa eu já comprovara que não precisava falar. Mas não adiantou, eles concordaram.

Fases da coluna na *Folha*

Com um texto bastante solto, mas, contrariamente ao gênero habitual da crônica, carregado de informações velozes e agudas. O trabalho, nesse período, não incluía o ato de escrever, porque textos soltos são, para mim, gostosos de fazer. O trabalho era coletar a quantidade de informações concatenáveis, o que exigia muitas conversas, com pessoas muito variadas, por telefone e diretamente. Sempre procurando o que fosse evitado ou não percebido. Parece que assim abri um lugarzinho próprio na leitura do jornal que se marcava, entre outras coisas, pela quantidade de artigos, colunistas, cronistas.

Foi uma fase muito trabalhosa, mas muito produtiva, inclusive pela entrada frequente em faixas temáticas pouco presentes no jornalismo, como, por exemplo, as questões internas do regime com seus militares. Figueiredo e seu círculo foram, mais do que um prato cheio, um banquete duradouro. Quando voltamos ao governo civil, a ebulição de novos fatos pôs a balbúrdia em lugar do noticiário, com muita irrelevância elevado à coisa importante, as especulações à solta e a invencionice, o chute, fantasiado de jornalismo – um vício que veio, então, para ficar, porque ainda hoje à espera de reprimi-lo seja mais importante nas redações do que os relacionamentos pessoais e o comodismo. Iniciei aí um período longo em que coluna foi praticamente só informativa, sempre e ainda de informações de ponta e exclusivas. Nessa fase alarguei um componente que vinha desde o meu começo na FSP: trazer para a informação jornalística fatos e áreas que viviam à margem, pouco

ou nada tocados, em parte como efeito das deformações deixadas no jornalismo pela ditadura e sua longa duração. Por exemplo, fatos como a corrupção e áreas como as licitações públicas, os usos das empreiteiras, os truques nos grandes contratos, o comprometimento de instâncias e pessoas do governo, e por aí. Esse gênero de trabalho tem dois problemas: receber ou alcançar a informação e, depois, a publicação. Essas coisas trazem torrentes de complicações. A elaboração do texto passa a ser de importância decisiva para enfrentar as reações, sejam as negativas de sempre ou os possíveis processos judiciais. A informação correta, nesses casos, nem sempre é suficiente, porque uma palavra ou um conceito pode dar brecha à reação. A informação permeada por comentário e alguma análise tornaram-se, digamos, a regra básica da coluna.

Jornalismo

Hoje todos “se lembram” que nunca deixaram de ver com independência e crítica o recessionismo, o neoliberalismo, os negócios dentro das privatizações, os favorecimentos e outros pecados graves do governo Fernando Henrique. Mas foram muito, muito poucos a fazê-lo. O jornalismo emplacado embranqueceu-se horivelmente naqueles oito anos. Senti a perda de muitos leitores, mas continuei fazendo o que fizera nos governos anteriores (e faço no seguinte).

Informação

A minha intenção é proporcionar elementos, como se eu estivesse exatamente fazendo uma notícia, estou dando uma notícia, para que o leitor saiba dela, estou dando a ele elementos do meu raciocínio, da minha elaboração de um fato, de uma percepção minha, para que ele a receba como se fosse uma notícia.

Informação Exclusiva

Primeiro porque eu não moro em São Paulo. Na Folha de S.Paulo morar em SP, estar na redação, ser íntimo das pessoas que estão na redação, não abre uma porta, abre um canal. Segundo porque lá se adotou há muito tempo, e se praticou, suponho que

talvez ainda pratique um pouco, mas muito menos, o que eles chamavam de vender a matéria, e a isso eu sempre respondi que mal ou bem eu sou jornalista, camelô certamente eu não sou, então não tenho nada para vender. Secretários, editores é que têm a obrigação de ler o material que chega, avaliar e decidir o que o material merece ou deixa de merecer. Eu nunca liguei para lá para recomendar uma matéria minha, nunca. Terceiro, porque quando eu vim para a Folha, quando os Frias me admitiram, houve e eu sei que houve porque me foi contado e eu não precisava nem sentir isso, houve uma reação explícita, declarada à minha presença na Folha de S.Paulo decorrente do temor que eu viesse para SP e que pelas experiências passadas ao dirigir o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Última Hora e tal, com êxito, com sucesso, que eu desejasse ou os Frias desejassem que eu ocupasse cargos relevantes no jornal, cargos que tinham os seus ocupantes.

Temas da coluna

Não tenho uma regra, ou seja, não tenho um nem poucos modos de escolher o tema. Há certos componentes comuns a todas as escolhas. Por exemplo: o interesse jornalístico do assunto e o meu grau de segurança para transitar no tema. Mas também acontece, com razoável frequência, a escolha por achar que possa dar interesse jornalístico a um tema que o tem pouco ou não o tem por si mesmo. Outro impulso não incomum, nas escolhas, é o propósito de oferecer ao leitor informações e/ou ponderações diferentes das que estão publicadas e, pelo que me conste por informação ou análise, não são corretas – seja pela imprecisão de dados, pela tão comum deformação factual, por motivos subjacentes não jornalísticos ou, produção diária e impune na reportagem política, pelos chutes.

Fontes de informação

O primeiro momento de restrição que eu fiz a essa massa de contatos foi quando a Folha de S.Paulo resolveu não pagar mais a minha conta de telefone. Eu achei que eu ganhava um pouco menos que os donos da Folha de S.Paulo para ainda ter que subsidiar o gasto de telefone para a Folha. Então em casa eu passei a receber muito mais do que fazer. E como ia todo o dia para o jornal eu fazia os telefonemas de lá.

Em certos setores, por exemplo, o Congresso Nacional, não adianta você mandar um repórter no meio da tarde, não adianta você telefonar para lá de manhã ou de tarde. Porque nessa hora as coisas estão acontecendo, nessa hora eles estão negociando, estão discutindo. Tem que ligar depois das cinco, nessa hora eu batalhava intensamente, a partir de quatro e meia, cinco horas, eu atacava para valer, era um telefonema atrás do outro.

Eu nunca fui muito de conversar com político propriamente, político é mal informante. Informação de político é sempre viciada por algum interesse dele, sempre. Isso é uma coisa que está na natureza deles e você não vai mudar isso. Não adianta. Há sempre uma intriga, um pequeno toque de intriga, pequena promoção, algo que ele está dizendo em benefício da carreira dele, e você não vai mudar isso. E se você aceita isso, como normalmente os repórteres de política aceitam, você virou um prestador de serviços para os políticos. Político para mim sempre foi considerado um informante secundário ou menos do que isso. Mas a informação política circula. Então você conseguir localizar pessoas, obter fontes boas. Eu nunca tive muitas fontes, sempre fui chato em matéria de fontes, de testar, se me deu uma vírgula que depois não se comprovou, esse está queimado, pode falar comigo 500 vezes que eu nunca mais vou usar uma palavra dele. Se eu pressentir que o sujeito tentou me utilizar, está riscado.

Redações hoje

O resultado é o mesmo para o leitor, e os jornalistas: os jornais se igualam em chatice que cada vez afugenta mais leitores; e o trabalho, para os jornalistas, é uma oferta de tédio afugentador ou de frustração pela indiferença dominante entre o bom e o ruim, o certo e o errado, o esforço e o vai-da-valsa. A maioria dos textos dos dois maiores jornais e suas legendas são uma demonstração definitiva da falta de profissionalização das redações e do desprezo absoluto por quem paga para lê-los. E nada disso é por falta de condições físicas proporcionadas pelas empresas, nas maiores delas desfrutando-se de equipamentos e instalações equiparáveis às de Primeiro Mundo.

Esse é um trabalho indispensável para a formação técnica do repórter. Não existe mais isso nos jornais. Em nenhum jornal. Eu tive um aprendizado no Diário Carioca, e a minha geração teve esse aprendizado. No Diário Carioca tivemos a sorte de ter alguns chefes especialmente bem formados para o jornalismo. Só ficava na redação aquele que aprendia, senão não ficava. Esse tipo de trabalho é essencial para avançar no desenvolvimento da reportagem, da busca do fato.

Jornalista X Político

É o caso de Brasília, onde a convivência de jornalistas e políticos assume intimidade (e muitas vezes intimidades) tão proveitosa para os políticos quanto desastrosa para o jornalismo. Por mais de uma vez, jornais dos Estados Unidos adotaram providências drásticas para combater o convívio social excessivo dos seus jornalistas com políticos e pessoal do governo, o que estava se refletindo nas coberturas e no noticiário. Por aqui temos colunista de política oferecendo amplo jantar a presidente da República, jornalistas frequentando os salões palacianos sem fim jornalístico, convivas habituais de casas de parlamentares, e bem mais. No Brasil também são comuns atividades paralelas e remuneradas de jornalistas ligadas à atividade que eles/elas têm nos jornais, TV ou rádio. É uma permissividade, e não é a única, que representa um enorme retrocesso, depois da luta longa e difícil que foi tornar inexpressiva a presença de deformidades assim.

Leitor

Os profissionais de jornalismo têm uma ideia presunçosa e deformante da natureza do jornalismo, pois acreditam que podem conduzir a opinião do leitor.

É uma ideia autoritária e totalitária. Ainda que muitos dos seus portadores, com toda a certeza, não pretendam sê-lo. Engraçado é que entre os portadores e praticantes da ideia estão os que, frequentemente, criticam o predomínio do “pensamento único”, essa mesmice introduzida pelos neoliberais e adotada pelo jornalismo brasileiro. Você pode encontrar essa contradição de colunistas todos os dias. Mais evidente em jornal, mas levada também para a TV e o rádio por gente de jornal que agora é comentarista também aí.